

Universidade de Brasília  
Instituto de Ciências Sociais  
Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas  
Programa de Pós-Graduação

**Ordem e Progresso na Amazônia:  
o *discurso* militar indigenista**

Kleber Gesteira e Matos

Trabalho apresentado como requisito parcial  
para obtenção do grau de Mestre em Ciências  
Sociais pelo CEPPAC, UNB

Dr. Crithian Teófilo da Silva (orientador)

Brasília, maio 2010



Kleber Gesteira e Matos

Ordem e Progresso na Amazônia: o *discurso* militar indigenista

Dissertação apresentada ao Centro de Estudos e Pós-Graduação sobre as Américas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Cristhian Teófilo da Silva

Aprovada em:

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Cristhian Teófilo da Silva (orientador)  
(Universidade de Brasília)

---

Profa. Dra. Alcida Rita Ramos  
(Universidade de Brasília)

---

Profa. Dra. Sônia Maria Ranincheski  
(Universidade de Brasília)



*Aos professores indígenas por suas lições de tolerância e respeito*



## **Agradecimentos**

Ao Cristhian, pela orientação, pela interlocução;

Aos professores da UNB, em especial à Alcida Ramos;

Aos técnicos e funcionários das bibliotecas e arquivos consultados;

Aos colegas de mestrado, em especial ao Thiago e à Clarissa;

Aos companheiros na Secretaria Geral, em especial à Elizete;

À Susana Grillo e aos companheiros de jornada no Ministério da Educação;

À Beatriz, ao Marcos, ao David, meus filhos, meus mestres;

À Márcia e à Vanessa, irmãs que ganhei, caminhos abertos;

À Sônia, Sandra, Sérgio e Cidinha, irmãos, esteios;

Ao meu PAI, José Nery Matos;

À minha MÃE, Antonieta Gesteira Matos;

À Tania Anaya, Amor.





## Sumário

Ordem	Título	Página
	Lista de Abreviaturas e Siglas .....	11
	Lista de Figuras .....	13
	Lista de Tabelas e Quadros .....	14
	Resumo .....	15
	Abstract .....	16
	<b>Introdução</b> .....	17
	Organização do Texto .....	23
	Percurso .....	25
	Pesquisa e tratamento dos dados .....	26
<b>1</b>	<b>Povos indígenas e militares na história do Brasil</b> .....	31
1.1	Antecedentes discursivos da representação militar sobre os índios .....	32
1.1.1	Período colonial .....	32
1.1.2	Império .....	40
1.1.3	República .....	42
1.1.4	Brasileiros? .....	44
1.2	Militares, <i>Discursos</i> e Política Indigenista no século XX .....	46
<b>2</b>	<b><i>Discurso</i> destinado à Nação</b> .....	55
2.1	Ricos vazios sem fim – <i>Discurso</i> nos anos 1970 .....	55
2.2	Estado Yanomami – <i>Discurso</i> no Regime Militar e na Nova República ..	65
2.2.1	Rupturas e continuidades .....	65
2.2.2	A FUNAI e seu Estatuto .....	67
2.2.3	<i>Discurso</i> e Assinaturas .....	71
2.2.4	Projeto Calha Norte (PCN) .....	72
2.2.5	Exposição de Motivos 018/85 .....	73
2.2.6	Desenvolvimento e Segurança ao Norte do Solimões e Amazonas .....	76
2.2.7	Folheto Calha Norte .....	78
2.3	A vida cristalina de um Tarzan – Entrevistas à Imprensa .....	82
2.4	Vivificação - Política e Estratégia Nacional de Defesa .....	95
2.4.1	Política de Defesa Nacional – PDN .....	96
2.4.2	Estratégia Nacional de Defesa – END .....	97

<b>Ordem</b>	<b>Título</b>	<b>Página</b>
<b>3</b>	<b><i>Discurso destinado à Corporação</i> .....</b>	<b>98</b>
3.1	Os índios desconhecem a fronteira – <i>Discurso</i> em revistas do Exército .....	<b>98</b>
3.1.1	Revista <i>A Defesa Nacional</i> .....	<b>99</b>
3.1.2	Revista <i>Verde Oliva</i> .....	<b>106</b>
3.2	O Davi caboclo abateu o Golias estrangeiro – O que diz o site do Exército	<b>115</b>
3.2.1	Invasões holandesas .....	<b>115</b>
3.2.2	Fronteiras Ocidentais .....	<b>123</b>
3.2.3	Índios hoje .....	<b>125</b>
3.3	Audazes sentinelas da selva – Brasões do Exército .....	<b>127</b>
3.4	Vivificação da faixa de fronteira - Documentos militares no século XXI ...	<b>139</b>
<b>4</b>	<b><i>Discurso voltado às lideranças civis</i> .....</b>	<b>145</b>
4.1	É índio em cima e minério em baixo – Palestras de militares e imagens ....	<b>149</b>
4.2	O Tuxaua Yanomami falava inglês – Conversa sobre Amazônia e índios ..	<b>161</b>
4.3	Contra o interesse nacional - <i>Discursos</i> militares no Congresso .....	<b>171</b>
	<b>Conclusões</b> .....	<b>187</b>
	<b>Anexos</b> .....	<b>194</b>
	<b>Bibliografia</b> .....	<b>195</b>

## Lista de Abreviaturas e Siglas

<b>Sigla ou Abreviatura</b>	<b>Significado</b>
ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ACISO	Ação Cívico Social
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
APL	Arranjo Produtivo Local
Bibliex	Biblioteca do Exército
BR	Brasil – prefixo de identificação de rodovias federais
CAINDR	Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional
CCONSEX	Centro de Comunicação do Exército
CCPY	Comissão Pró-Yanomami
CeT	Ciência e Tecnologia
CF88	Constituição Federal de 1988
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CMA	Comando Militar da Amazônia
CNP	Conselho nacional de Pesquisa
CNPI	Conselho Nacional de Política Indigenista
CPI	Comissão Parlamento de Inquérito
CREDN	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
DAF	Departamento de Assuntos Fundiários (da FUNAI)
ECEME	Escola de Comando e Estado Maior do Exército
ECO 92	Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento ou Rio-92 ou Cúpula da Terra
EME	Estado Maior do Exército
END	Estratégia Nacional de Defesa
ESAO	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FUNAI	Fundação Nacional de Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICN	International Union for Conservation of Nature and Natural Resources
ISA	Instituto Socioambiental.
MD	Ministério da Defesa
MEVA	Missão Evangélica da Amazônia
MINTER	Ministério do Interior

<b>Sigla ou Abreviatura</b>	<b>Significado</b>
MRE	Ministério de Relações Exteriores
MST	Movimento dos Sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
PADECEME	Programa de Atualização dos Diplomados da ECEME
PCN	Projeto Calha Norte
PDFF	Plano de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira
PDN	Política de Defesa Nacional
PF	Polícia Federal
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Plano de Integração Nacional
QGE	Quartel General do Exército
RADAM	Radar da Amazônia (Projeto)
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SG/CSN	Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
SPILTN	Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais
STF	Supremo Tribunal Federal
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TNC	The Nature Conservancy
WWF	World Wildlife Fund

## Lista de Figuras

<b>Ordem</b>	<b>Título</b>	<b>Página</b>
2.1	Ilustração de capa – <i>Discurso</i> de Mário Andreazza .....	<b>59</b>
2.2	Folheto Calha Norte – verso .....	<b>79</b>
2.3	Folheto Calha Norte – frente .....	<b>80</b>
3.1	Capa de Exemplar da Verde Oliva .....	<b>107</b>
3.2	A Batalha dos Guararapes de Vitor Meirelles .....	<b>117</b>
3.3	A base do Exército brasileiro .....	<b>119</b>
3.4	Bandeiras Históricas no Salão Nobre do Quartel-General do Exército ..	<b>129</b>
3.5	Seis bandeiras históricas do Brasil .....	<b>129</b>
3.6	Escudo Português .....	<b>130</b>
3.7	Cruz da Ordem de Cristo .....	<b>130</b>
3.8	Esfera Armilar .....	<b>130</b>
3.9	Brasão do Centro de Documentação .....	<b>132</b>
3.10	Brasão da Brigada de Marabá – PA .....	<b>133</b>
3.11	Brasão da Brigada de Porto Velho – RO .....	<b>133</b>
3.12	Brasão da Brigada de Tefé – AM .....	<b>134</b>
3.13	Brasão da Brigada de Boa Vista – RR .....	<b>134</b>
3.14	Brasão da Brigada de São Gabriel – AM .....	<b>137</b>
3.15	Brasão da Brigada Felipe Camarão .....	<b>138</b>
3.16	Brasão da Brigada Guaicurus .....	<b>138</b>
4.1	Brasão do Comando Militar da Amazônia .....	<b>150</b>
4.2	Onça, imagem predileta do Exército na Amazônia .....	<b>152</b>
4.3	Riquezas e potencialidades da Amazônia .....	<b>153</b>
4.4	Fronteira Norte do Brasil e a fronteira EUA-México .....	<b>154</b>
4.5	1ª. Brigada de Infantaria da Selva, sede em Boa Vista .....	<b>155</b>
4.6	2ª. Brigada de Infantaria da Selva, sede em São Gabriel da Cachoeira ..	<b>156</b>
4.7	16ª. Brigada de Infantaria da Selva, sede em Tefé .....	<b>156</b>
4.8	17ª. Brigada de Infantaria da Selva, sede em Porto Velho .....	<b>157</b>
4.9	23ª. Brigada de Infantaria da Selva, sede em Marabá .....	<b>157</b>
4.10	Professores Indígenas de Minas Gerais .....	<b>158</b>
4.11	Comparação Amazônia x Europa .....	<b>175</b>
4.12	Subsolo e riquezas minerais na Amazônia .....	<b>178</b>
4.13	Terras Indígenas na Amazônia .....	<b>179</b>
4.14	Terras Indígenas e riquezas minerais na Amazônia .....	<b>179</b>

## Lista de Tabelas e Quadros

<b>Ordem</b>	<b>Título</b>	<b>Página</b>
1.1	Índios e Representações .....	<b>45</b>
2.1	Amazônia e Índios no <i>discurso</i> militar – década de 1970 .....	<b>61</b>
2.2	Homologia Índios – Amazônia .....	<b>94</b>
3.1	Frequência de artigos nas páginas da Revista <i>Defesa Nacional</i> ..	<b>100</b>
3.2	<i>Defesa Nacional</i> : artigos examinados por período .....	<b>100</b>

## Resumo

Esta dissertação aborda o *discurso* do Exército brasileiro sobre os povos indígenas na Amazônia. O período de abrangência dos dados foi escolhido em função de dois fatos significativos a respeito das interações entre militares e indígenas: a construção da rodovia Perimetral Norte, no início da década de 1970, em Roraima, e as manifestações públicas de generais contra a demarcação e homologação, em terras contínuas, da Raposa Serra do Sol no decorrer do ano de 2008, até a conclusão do procedimento de regularização fundiária deste território em 2009. Dentre os setores que formulam representações a respeito dos índios, os militares figuram entre aqueles de maior expressão histórica, política e ideológica. No entanto, esta questão tem sido pouco contemplada nos programas de pesquisa no Brasil.

A investigação captou expressões do *discurso militar indigenista* em diversas fontes: *discursos* organizados em projetos, exposição de motivos, estatutos, decretos e textos legais; entrevistas de oficiais do Exército concedidas aos meios de comunicação; *discursos*, voltados para a própria corporação, registrados em boletins, revistas institucionais e no *site* da Força Terrestre; palestras, amparadas pela projeção de *slides* feitas por generais em eventos públicos; registro e análise do depoimento de um general abordando a *questão indígena*; *discursos* pronunciados por militares no Congresso Nacional; análise de ícones e insígnias de unidades militares estampados em bandeiras, uniformes, placas, folhetos, publicações, constituindo um *discurso* imagético que também se refere aos povos indígenas.

Na primeira parte da dissertação (Capítulo 1), precedendo a análise deste amplo conjunto de dados, foi realizada uma contextualização diacrônica sobre os antecedentes discursivos da representação militar sobre os índios. No desenvolvimento do texto, procura-se evidenciar que o *discurso* militar produz confinamentos, disciplina corpos e mentes, busca a redefinição de direitos e territórios indígenas. Esta proposição revela que *falar é fazer algo*, dessa forma, os *discursos* militares produzem *realidades* e conseqüências, muitas vezes desastrosas, sobre aqueles de quem se fala.

Palavras-chave: discurso militar, povos indígenas, faixa de fronteira, Amazônia

## Abstract

This dissertation addresses the Brazilian army's discourse on indigenous peoples in Amazonia. The time period of the data collected and analyzed was chosen because of two significant facts regarding the interactions between the army and indigenous peoples: the construction of the 'Perimetral Norte' highway in the early 1970s, in the Brazilian state of Roraima, and the public demonstrations of the generals against the demarcation and homologation of the indigenous land 'Raposa Serra do Sol', during the year 2008, until the completion of the procedure for regularization of this territory in 2009. Although the military sector is one of those with higher historic, political and ideological expression that creates representations about the indigenous peoples in Brazil, this question has been rarely addressed in academic researches.

This study investigates the expressions of the military discourse on indigenous peoples in several sources: speeches organized into projects, explanatory memorandum, statutes, decrees and legal texts; interviews with Army officials granted to the media; speeches addressed to the corporation itself, newsletters, institutional magazines and the Força Terrestre (Ground Force) website; lectures supported by the use of slides made by generals in public events; recording and analysis of the testimony of a general about the 'indigenous issue'; speeches by military in Brazilian Congress; analysis of icons and badges of military units printed on flags, uniforms, cards, brochures, publications, constituting also an imagery discourse that refers to indigenous peoples.

In the first chapter of the dissertation, preceding the analysis of this large data set, a diachronic contextualization of the discursive background of the military representation concerning indigenous peoples is presented. In the development of the argumentation, it is demonstrated that the military discourse produces confinement, disciplines bodies and minds, tries to redefine indigenous rights and territories. This proposition reveals that *talking is doing something*. In this way, military discourses produce realities and consequences, often disastrous, for those of whom they speak.

Key words: Brazilian army's discourse, indigenous peoples, border strip, Amazonia



# Ordem e Progresso na Amazônia: O *Discurso* Militar Indigenista

## Introdução

"Lamentável, para não dizer caótica". "A política indigenista brasileira está completamente dissociada do processo histórico de colonização do nosso país. Precisa ser revista com urgência". Estas frases, pronunciadas pelo General Augusto Heleno Ribeiro Pereira, no Clube Militar do Rio de Janeiro, em abril de 2008, se destacaram entre as manifestações contra a demarcação, em área contínua, da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.

O tema ganhou visibilidade a partir do debate em torno da permanência de fazendeiros e agregados no interior daquela área e, simultaneamente, fez emergir a posição de oficiais do Exército contrários à demarcação de terras indígenas na chamada *faixa de fronteira*<sup>1</sup>. Usualmente discretos, os militares adentraram um cenário onde os atores movem-se de forma ruidosa, com *discursos* exaltados, posições aparentemente irreconciliáveis e pouca disposição para o diálogo.

Ao longo do processo de regularização fundiária da Raposa Serra do Sol, foi visível a movimentação de inúmeros personagens: funcionários públicos das três esferas de governo; lideranças indígenas; militantes de organizações não governamentais de distintas origens e missões; bispos, padres e missionários, estes de várias confissões religiosas; políticos de diversas correntes ideológicas; dirigentes públicos; policiais, agentes "secretos" e guarda-costas; juristas, juízes, advogados; técnicos e procuradores do ministério público estadual e federal; empresários ligados ao setor de mineração e garimpo; agricultores e fazendeiros; adeptos de causas ecológicas e ambientais;

---

<sup>1</sup> Segundo Aurélio Rios, pode-se definir a faixa de fronteira: "[...] como as linhas de contorno físico, que englobam os trechos do território nacional, de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, consideradas fundamentais para a defesa do território nacional, cuja ocupação e utilização dependerá de prévia autorização do Conselho de Defesa Nacional, de acordo com as condições impostas pela Lei" (RIOS, 1993: 6). As dimensões desta faixa variaram: "a faixa de fronteira, desde o império, sempre esteve sob o domínio do Governo central, mudando apenas a extensão de sua linha de contorno, que inicialmente era de dez léguas ou 66 quilômetros e, com o advento da Constituição de 1.934, passou a ser de 100 (cem) quilômetros, voltou a ser de 66 Km em 1.945 e, a partir da edição da Lei nº 2.597, de 12/09/55, foi considerada zona indispensável à Segurança nacional a faixa interna de 150 (cento e cinquenta ) quilômetros de largura em linha paralela a fronteira" (RIOS, 1993: 5).

estudantes e militantes de organizações de defesa de direitos; jornalistas, assessores de comunicação e “blogueiros”; antropólogos, linguistas e geógrafos. Todos envolvidos em um drama encenado nos lavrados de Roraima, em sofisticados palcos de Brasília e até mesmo no exterior. Os debates intensificam-se no início de abril de 2008 quando o governo federal organizou a operação *Upatakon*<sup>2</sup> para retirar os não-índios da Raposa Serra do Sol. Na ocasião, o comandante da 1ª. Brigada de Infantaria na Selva fez saber aos interessados que o Exército não participaria daquela ação. Esta foi a narração dos acontecimentos nas páginas do jornal *O Estado de São Paulo*:

Exército se opõe a ação em Roraima

A operação de retirada dos fazendeiros que resistem na terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, está deixando exposto o mal-estar entre setores das Forças Armadas e governo federal em torno daquela questão. O sinal mais evidente disso é a ausência do Exército na operação.

Até agora a Polícia Federal enfrenta sozinha os fazendeiros, que deixaram clara sua intenção de resistir com o emprego de táticas de guerrilha. [...] A participação do Exército - que tem pelotões de fronteira espalhados pela região - poderia facilitar e encurtar a chamada Operação Upatakon 3. Além da vantagem numérica e do conhecimento da região, o Exército conta com homens treinados no combate a guerrilhas. Os agentes da PF, arrematados em outros Estados, nem sequer conhecem a região.

Indagada sobre a ausência do Exército na operação, a assessoria do Ministério da Justiça - ao qual se subordinam a PF e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) - respondeu que seria mais adequado perguntar ao Exército. Por sua vez, a assessoria do Exército respondeu que entre as missões constitucionais da instituição, a defesa da Pátria é a principal; que tropas podem participar de operações internas, desde que seja observado o regulamento jurídico sobre o assunto (ESP, 2008).

Neste contexto, o Comandante Militar da Amazônia, general-de-exército Augusto Heleno, classificou a “transformação da faixa da fronteira norte do país em terras indígenas como ameaça à soberania nacional” (ESP, 2008).

Para avaliar o impacto das declarações, principalmente entre os militares, é necessário ressaltar que a patente de general-de-exército corresponde ao ápice da carreira. Existem, atualmente, no *quadro da ativa*<sup>3</sup> dezesseis generais-de-exército. Os generais-de-exército integram o Alto Comando que toma as principais decisões da Força Terrestre.

---

<sup>2</sup> *Upatakon* significa “nossa terra”, na língua Macuxi. Fonte: [http://cir.org.br/noticias\\_050416\\_geral.php](http://cir.org.br/noticias_050416_geral.php)

<sup>3</sup> A Lei 6880, de 9 de dezembro de 1980 estabelece em seu “Art. 3º, [...] § 1º Os militares encontram-se em uma das seguintes situações: a) na **ativa**: I - os de carreira; II - os incorporados às Forças Armadas para prestação de serviço militar inicial, durante os prazos previstos na legislação que trata do serviço militar, ou durante as prorrogações daqueles prazos; b) na inatividade: I - os da **reserva remunerada**, quando pertençam à reserva das Forças Armadas e percebam remuneração da União, porém sujeitos, ainda, à prestação de serviço na ativa, mediante convocação ou mobilização; e II - os **reformados**, quando, tendo passado por uma das situações anteriores estejam dispensados, definitivamente, da prestação de serviço na ativa, mas continuem a perceber remuneração da União (BRASIL, 1980).

Ao expressar seu ponto de vista no Clube Militar, a opinião do general se revestiu de maior apelo simbólico. O clube foi fundado em junho de 1887, quando os militares intensificaram sua ação pública buscando um maior espaço no cenário político do país. Atualmente, seu quadro social abrange majoritariamente oficiais da ativa, reserva remunerada ou oficiais reformados das três forças. Seus principais objetivos, estabelecidos em estatuto, são: estreitar os laços de união e de solidariedade entre os oficiais das forças armadas; promover e incentivar manifestações cívicas e patrióticas, bem como estudo e discussão de assuntos nacionais de alta relevância e preservar as tradições e zelar por seu prestígio no seio das forças armadas e da sociedade brasileira (CLUBE MILITAR, 2008).

As declarações ganham maiores proporções à medida em que são apoiadas por outros oficiais da ativa:

O Chefe do Estado Maior do Comando Militar do Leste, general Mário Matheus Madureira, disse que está preocupado com a homologação em faixa contínua da reserva: o risco da soberania é com áreas que podem ser separadas do território brasileiro. ONG's internacionais e grupos indígenas podem solicitar essa divisão política. Pode ser a mesma situação que ocorreu no Kosovo (GLOBO, 2008).

Estes pronunciamentos não são triviais tendo em vista o longo histórico de envolvimento dos militares com os povos indígenas no Brasil. Os militares consideram fundamental a participação indígena na formação da Nação e do Exército como teremos oportunidade de constatar ao longo da dissertação. Além disso, no período republicano, o ideal de *proteção fraternal* (LIMA, 1995), assumido pelo Estado brasileiro, foi construído com a participação de militares positivistas, sendo o Marechal Rondon ícone maior desta política.

Então, o que justifica o *discurso* atribuindo aos índios o poder de ameaçar a segurança nacional? Como o Exército se manifesta diante desta suposta ameaça?

O papel do Exército está prescrito na Constituição Federal:

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (BRASIL, 1988).

Tendo em conta estes princípios, como os militares justificam seu deslizamento para o campo da luta política entre civis? Como se inserem nestas discussões? Que categorias são acionadas em seus *discursos*? Estes posicionamentos são estáveis? Como

se consagram e quais os meios de difusão? Como abordam a temática em público e entre seus pares? Que alianças são formadas em torno destes *discursos*? Que efeitos produzem sobre os povos indígenas?

A presente investigação aborda estas questões, registrando e procurando compreender o *discurso* militar a respeito dos índios no contexto de uma abordagem mais ampla sobre o papel das forças armadas nos destinos do Brasil.

A dissertação tem os seguintes objetivos:

Realizar um inventário das expressões do *discurso militar indigenista* do Exército brasileiro em diversas fontes, fazendo um “mapa” destas fontes.

Analisar o *discurso militar indigenista*, registrado entre o início da década de 1970 e o ano de 2009, colocando em evidência as continuidades e rupturas ao longo deste período.

Verificar se o *discurso militar indigenista* é formulado a partir de um conjunto homogêneo de noções e princípios que poderiam ser caracterizados como uma “*Doutrina*” a respeito dos povos indígenas e seus territórios.

Destacar as características mais relevantes do *discurso militar indigenista*, procurando dimensionar seu alcance, tanto no interior da Força Terrestre, quanto na sociedade brasileira em geral.

Identificar as conseqüências do *discurso militar indigenista* sobre os povos indígenas no intervalo de tempo recortado e seus possíveis desdobramentos subseqüentes.

Analisar o *discurso militar indigenista* à luz dos princípios constitucionais consagrados em 1988, destacando convergências e contraposições relacionadas aos direitos indígenas.

Enfatizar a importância do *discurso militar indigenista* e a necessidade de compreendê-lo para criar possíveis espaços de diálogo entre militares, centros de pesquisa acadêmica e povos indígenas.

Em busca destes objetivos, no desenvolvimento das investigações, o percurso apontou para a Amazônia, portanto, acompanhar os *discursos* militares é discorrer predominantemente a respeito da região e os povos indígenas que aí vivem.

O período abarcado pela investigação e coleta de dados foi determinado pela concentração dos *discursos* militares sobre a região ao norte dos rios Solimões e Amazonas, com especial atenção aos territórios que atualmente correspondem à Terra

Indígena Yanomami e Terra Indígena Raposa Serra do Sol em Roraima. O período é marcado pela abertura da rodovia Perimetral Norte, que atingiu parte significativa do território dos Yanomami no início da década de 1970 e o final do processo de homologação da Raposa Serra do Sol, em 2009. Este recorte buscou atender à necessidade de um intervalo de tempo mais dilatado para verificar a estabilidade do *discurso militar*. Eventualmente serão utilizados ainda alguns registros mais remotos em função de uma melhor abordagem diacrônica.

A pesquisa realizada e a análise dos dados demonstram que o *discurso indigenista* do Exército brasileiro não é uniforme, ainda que aparente o contrário. Podemos constatar que as citações e referências ao longo da dissertação formam um vasto e intrincado conjunto de declarações que denotam muitas continuidades, mas também apresentam novidades. Esta constatação é coerente com a abordagem de diversos autores - Carvalho (1977, 1990 e 2005), Castro (1990, 2000, 2002 e 2009), Costa (1998) e Leirner (1997 e 2009), entre outros – que caracterizam o Exército como uma instituição política e ideologicamente não homogênea.

Os dados e análises nas diversas seções dos capítulos permitem perceber a existência de categorias, temas e noções que estão sendo acionados há muitos anos. Percebe-se que certos temas começam a emergir, em uma determinada conjuntura, ganham intensidade e parecem compor o quadro contemporâneo das expressões militares. Por fim, outros itens perdem a intensidade com a qual eram acionados e refluem para uma “zona de pouca audiência”, deixando, aparentemente, de ser relevantes.

Produto de atores e respectivas circunstâncias sócio-históricas específicas, o *discurso militar indigenista* reflete a complexidade da Força Terrestre. O Exército é uma instituição verticalizada, que prescreve comportamentos e normas para os atos mais comezinhos às atitudes de maior responsabilidade de seus soldados e oficiais da *ativa* (287 mil) e da *reserva* (cerca de 1,1 milhão). No entanto, o Exército também é um conjunto de milhares de indivíduos de diferentes gerações, religiões, gêneros, etnias, estratos sócio-econômicos, formação acadêmica, além de serem originários de todas as regiões do país.

Se computarmos todas as pessoas que tiveram formação militar, por incorporação, mesmo que temporária ao Exército, isto é, se computarmos todo o pessoal da *ativa* e da *reserva*, o total será de aproximadamente um milhão e quatrocentos mil

brasileiros envolvidos com a instituição. Isto representa 0,7% da população brasileira. Ou, em outros termos, de cada dois mil brasileiros, três estão vinculados diretamente à tropa e outros onze já estiveram e pertencem hoje aos quadros da reserva.

Deve-se considerar que quase todos estes brasileiros têm formação escolar no mínimo de nível médio, recebem salários e rendimentos que os colocam em uma faixa de renda e consumo acima da média no Brasil.

Estas reflexões evidenciam as dimensões do desafio a ser enfrentado para abordar tal objeto. No texto que se segue, ao escrever a palavra *discurso* pretende-se comunicar que o Exército brasileiro é a origem ou a fonte do conteúdo registrado.

Tal como abordado nesta dissertação, *discurso* é o conjunto de expressões captadas diretamente da fala dos oficiais e generais, ou os textos e as imagens recolhidos em diversos suportes.

Procura-se desenvolver a abordagem do *indigenismo* enquanto *discurso*, em consonância com a proposta de Antonio Carlos Souza Lima (1995: 15). Nesta perspectiva, a análise dos *discursos militares* permite abordar o papel destinado aos povos indígenas no projeto de Nação construído pelo Exército.

Utiliza-se o conceito de *discurso* como formulado por Michel Foucault em *Ordem do Discurso* (2008) e *Arqueologia do Saber* (1987). *Discurso* remete-nos a um conjunto de regras e práticas sociais que conformam aspectos da realidade, ao produzirem *representações* sobre certos objetos e definirem aquilo que se pode dizer sobre os mesmos (FOUCAULT, 1987). Nesta perspectiva, procura-se evidenciar que o *discurso* militar produz confinamentos, disciplina corpos e mentes, busca a redefinição de direitos e territórios indígenas. Desta forma, os *discursos* militares *produzem realidades*.

Ainda nesta perspectiva procurei levar em conta os conceitos desenvolvidos por John L. Austin, que, abordando questões ligadas ao uso da linguagem, no campo da filosofia analítica, parte do pressuposto de que não há uma cisão entre o sujeito e fala. Desta forma, *falar é fazer algo* e o *ato de fala* solicita um sujeito adequado. Esta proposição revela que *discurso produz* conseqüências, muitas vezes desastrosas sobre aqueles de quem se fala (RAMOS, 1990: 319).

Os meios de comunicação ao veicular os *atos de fala* de determinados sujeitos, ampliam o poder de *designação* de seus autores (RAJAGAPOLAN, 2000). Isto é, certa ideia de “índios”, ou de “silvícolas”, realidades produzidas como objeto do *discurso*

militar, passam a compor um cenário mais amplo de discussões e políticas sobre a Amazônia e a *faixa de fronteira*. Dessa forma, aspectos centrais do *discurso* militar são apropriados por outros atores, em benefício próprio, ampliando as consequências sobre a vida e o futuro dos povos indígenas, como pretende-se demonstrar à frente.

É importante registrar que, dentre os setores que formulam representações a respeito dos índios, os militares figuram entre aqueles de maior expressão histórica, política e ideológica. No entanto, esta questão tem sido pouco contemplada nos programas de pesquisa no Brasil. Com exceção dos trabalhos sobre o *Projeto Calha Norte* são relativamente raras as dissertações ou teses com foco na relação entre militares e povos indígenas. Esta investigação pode, portanto, preencher algumas lacunas a respeito do tema.

### **Organização do texto**

A dissertação desenvolve o primeiro capítulo organizado em duas seções sobre os “Antecedentes retóricos da representação militar a respeito dos índios”. Seguem-se três capítulos apresentando e analisando o *discurso militar indigenista*. Sucedem-se, então, as reflexões finais e a bibliografia.

O conjunto de representações militares a respeito dos índios foi organizado em função do seu destino preferencial:

Encontram-se no capítulo 2, *Discursos destinados à Nação*, em dois formatos:

- (1) *Discursos* organizados em projetos, exposição de motivos, estatutos, decretos e textos legais. Os *discursos* que emergem destes textos têm, obviamente, um cunho institucional e destinam-se a organização e prescrição de funcionamento de agências e a atuação de agentes do Estado.
- (2) Entrevistas concedidas aos meios de comunicação, com destaque para imprensa escrita – jornais de grande circulação e revistas. São pronunciamentos destinados à opinião pública, e de modo geral, vêm revestidos de um caráter didático, de alerta aos brasileiros quanto a riscos e ameaças à soberania nacional.

Encontram-se no capítulo 3, Discursos destinados à Corporação, nos formatos:

- (1) *Discursos* destinados às organizações militares, aos oficiais, seus auxiliares e comandados, eventualmente atingem também aliados e observadores externos, bem como soldados temporariamente incorporados à *tropa*. Estão registrados em boletins, revistas institucionais e outros meios de divulgação internos da Força Terrestre. Apresentam-se com caráter técnico, mais reflexivo, veiculado em periódicos militares.
- (2) *Discurso* veiculado pelo *site* do Exército: apresenta características de divulgação técnica e de comunicação social, revestidas de apelo emocional e cunho educativo.
- (3) *Discurso* imagético veiculado por emblemas de unidades militares que, por sua composição e elementos, desempenham um papel na formação de soldados e futuros oficiais, compondo um repertório compartilhado pela corporação. São os ícones e insígnias que identificam as unidades dentro da organização geral do Exército e são estampados em bandeiras, uniformes, placas, folhetos, publicações, etc.

Encontram-se no capítulo 4, Discursos voltados às lideranças civis, nos formatos:

- (1) *Discursos* destinados a grupos de dirigentes e técnicos dos diversos poderes e órgãos públicos, empresários, jornalistas, lideranças civis, professores e estudantes universitários. São organizados por meio de palestras, amparadas pela projeção de *slides* e fotos, constituindo-se também em *discursos* imagéticos. Mais que didáticos estes *discursos* são veiculados com o objetivo de convencer e provocar adesão.
- (2) Registro e análise do diálogo com um general do Exército que estava consciente de que a gravação iria compor uma dissertação de mestrado.
- (3) *Discursos* pronunciados no Congresso Nacional, dirigidos ao Poder Legislativo, seus representantes, assessores, eventuais aliados e opositores presentes ao debate. São *discursos* também revestidos de forte apelo institucional, na medida em que os oficiais que comparecem às audiências públicas nas casas legislativas são especialmente designados para esta missão.



## Percurso

Após trabalhar durante doze anos em projetos de formação de professores indígenas e em seguida exercer, entre 2003 e 2007, o cargo de coordenador-geral de educação escolar indígena no Ministério da Educação, iniciei o curso de mestrado no Centro de Pesquisas e Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC/UNB com o propósito de sistematizar o conhecimento e a experiência vivenciados.

Sentia, no entanto, o desconforto de estar muito próximo da temática que seria objeto da dissertação, sem o necessário distanciamento para empreender a investigação proposta.

No momento de preparar o projeto definitivo de dissertação, li, com apreensão, a declaração de um general do Exército, afirmando: *a política indigenista brasileira está completamente dissociada do processo histórico de colonização do nosso país. Precisa ser revista com urgência*. De imediato, imaginei que tal declaração era motivada pelo carregado clima de disputa em Roraima e buscava assegurar os interesses e vantagens econômicas de um reduzido grupo de “empresários” em detrimento dos direitos indígenas.

Mobilizado pelos acontecimentos relativos à homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, passei a acumular a partir de abril de 2008, um conjunto de dados, informações, depoimentos e declarações de oficiais e líderes militares, ao mesmo tempo em que me dedicava a conhecer a literatura sobre o Exército e sua atuação em nossa história recente.

Aquela primeira impressão foi relativizada à medida que mergulhava, usando intensivamente os instrumentos de pesquisa e tratamento de dados da internet, em um universo praticamente desconhecido: as Forças Armadas no Brasil, suas organizações e instituições, sua agenda político-institucional, seu ideário e seu *discurso*.

Um novo propósito, compreender o *discurso militar indigenista*, passou a orientar meu trabalho à medida que investigava sites de diversas organizações militares, lia e fichava dezenas de artigos escritos por oficiais da Força Terrestre, organizava cópias de centenas de notícias, declarações e entrevistas de militares a respeito dos povos indígenas no Brasil, feitas à chamada grande imprensa.

À medida que os dados capturados via *web* se acumulavam, simultaneamente ao acúmulo de leitura de livros e artigos acadêmicos, presenciei algumas cerimônias

militares de acesso público: o *Dia do Exército Brasileiro*, *Dia do Nascimento de Alberto Santos-Dumont*, *Dia do Soldado*, a comemoração do *Sete de Setembro*. Passei a acompanhar a agenda de eventos do Ministério da Defesa e do Exército e pude assistir a algumas palestras de militares a respeito dos temas relacionados à política de Defesa Nacional.

No decorrer de 2009, inspecionei o acervo de bibliotecas do Comando Geral do Exército, do Superior Tribunal Militar e do Ministério da Defesa. Além de livros, documentos e boletins informativos, investi na leitura dos seguintes periódicos: *Verde Oliva*, *Defesa Nacional*, *O Exército Brasileiro*, *Revista da ABIN*, *Revista Padece-me*, *Revista da Escola Superior de Guerra* e *Revista de Estudos Estratégicos da ESG*.

Complementei a busca de dados e informações a respeito dos militares, em particular do Exército, nos acervos eletrônicos e nas bibliotecas do Congresso Nacional e da FUNAI.

Buscando observar, mesmo que de forma limitada, os militares no desempenho de suas atividades profissionais, visitei as dependências da Escola de Comando e Estado Maior do Exército e o Palácio Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, e participei de uma visita, organizada pelo Comando Geral do Exército, a algumas organizações militares na Amazônia, em Manaus, Tefé, Tabatinga e Vila Bittencourt.

O ponto final no texto desta dissertação corresponde a uma etapa, percebo hoje, inicial de uma extensa agenda de estudos, pesquisas e discussões. As temáticas *Militares e Povos Indígenas* e o *Discurso Militar Indigenista*, exigem uma abordagem de maior fôlego, o que, certamente será possível em um doutorado.

## **Pesquisa e tratamento dos dados**

Leis, instrumentos normativos e projetos

Foram escolhidos os textos legais, projetos e outros documentos anexos, que impactaram, de modo claro e já constatado a vida dos povos indígenas no Brasil, em particular na Amazônia.

## Declarações de militares à imprensa

Quanto às declarações e entrevistas dos militares à imprensa, utilizou-se inicialmente o que foi publicado nos jornais de maior circulação no País. Foram inspecionados os registros da Biblioteca Digital do Senado Federal, que armazena e mantém disponíveis dois bancos de dados: o *Banco de Notícias*, com 120.418 registros até o dia 02 de outubro de 2009, e a *Constituinte nos Jornais* com 33.917 registros.

No *Banco de Notícias* encontram-se textos da Gazeta Mercantil, Jornal do Brasil, O Estado de São Paulo, O Globo e Valor Econômico, e no acervo *Constituinte nos Jornais*, estão as matérias da Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Jornal do Brasil e O Globo.

Neste universo de 153.335 registros, foram selecionadas as matérias que continham as palavras índios e/ou indígenas, soberania e fronteira, militar e exército. Deste subconjunto, analisei os textos que relacionavam os dois primeiros termos aos demais. O Senado disponibiliza textos a partir de 1985, por isto, as notícias consultadas foram publicadas no intervalo 1985-2009.

Em complemento às notícias e matérias de jornais, foi inspecionado o *site* da Comissão Pró-Yanomami. Foram analisados todos os exemplares disponíveis, em meio eletrônico, dos boletins: *Comunicado URIHI Urgente*, *Comunicado* e *Boletim Pró-Yanomami*, e as informações organizadas sob os títulos *Na Imprensa* e *Documentos Oficiais*.

Graças à generosidade da professora Alcida Ramos, da Universidade de Brasília foi possível selecionar de seu acervo pessoal, um conjunto de textos, entrevistas e matérias jornalísticas que abordavam o Projeto Calha Norte, militares e o processo de demarcação da Terra Indígena Yanomami.

Os relatos jornalísticos, na sua imensa maioria, não são transcrições das declarações de militares. Certamente são reinterpretações que o jornalista, o redator ou o editorialista fizeram de uma expressão oral. Nestes textos, em geral curtos, as declarações aparecem sem a indicação precisa da autoria, ou seja, são trechos escritos sem aspas. Quando surgem entre aspas as declarações são curtas e fragmentadas. Em suma, os textos transmitem um relato dos fatos noticiados, contendo, no máximo, a opinião do militar envolvido na questão em foco. Estas constatações levaram a tomar as

notícias como fontes de informação e contextualização, mas não como fonte de dados para análise do *discurso* militar.

Os textos de jornais e revistas tomados para análise foram as entrevistas concedidas por militares a veículos de comunicação. Limitei a busca ao ano de 1999, porque em outras seções dispunha de muitos dados relativos aos anos 2000.

Em busca das entrevistas, inspecionei a coleção completa da revista semanal *Veja*, cuja primeira edição, com tiragem de 700.000 exemplares, chegou às bancas no dia 11 de setembro de 1968, e tornou-se, nos anos 1970, o título mais lido do país.

A escolha da revista se deu por uma série de motivos: para o intervalo de tempo escolhido tinha à disposição várias entrevistas com acesso imediato, disponível no [site www.veja.com.br](http://www.veja.com.br); sempre que necessário poderia cotejar o conteúdo da entrevista com outras matérias relacionadas ao tema e disponíveis nas outras seções da publicação; *Veja* certamente correspondia aos interesses e dilemas de parcela da sociedade brasileira que vivia nos grandes centros urbanos e, pelo menos potencialmente, deveria se interessar pela questão em foco.

Examinadas as entrevistas dos militares tornou-se relevante examinar algumas entrevistas de civis, fazendo declarações a respeito dos povos indígenas. Esperava-se perceber nos depoimentos de antropólogos, sertanistas e cientistas algo a respeito do papel dos militares diante dos indígenas, no mesmo período.

Foram selecionadas 49 entrevistas (3,1% do total), sendo 30 de militares, ou seja, todos os que foram entrevistados no período 1968/1999 (2,0% do total) – 24 do Exército, 4 da Marinha e 2 da Força Aérea -, e 19 de outros atores.

#### Periódicos Militares

Em Brasília é relativamente fácil encontrar exemplares de periódicos militares nas bibliotecas de ministérios, do Congresso Nacional, dos tribunais federais e órgãos do sistema brasileiro de Defesa. Porém, freqüentemente, as coleções estão incompletas, o que nos obriga a empreender a busca em diversos locais para completar as informações.

Quanto à variedade de títulos, existem algumas opções. No caso do Exército, destacam-se:

- Verde Oliva – revista publicada pelo Centro de Comunicação Social do Exército
- A Defesa Nacional – Revista editada pela Biblioteca do Exército - Bibliex
- Revista do Exército Brasileiro – Editada pela Biblioteca do Exército

- Revista do Clube Militar – Editada pelo Clube Militar do Rio de Janeiro
- PADECEME - Revista da Escola de Comando e Estado Maior do Exército
- Revista da Escola Superior de Guerra
- Revista de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra
- Revista Sangue Novo – Editada pela Academia Militar das Agulhas Negras

Após uma inspeção inicial, escolhi, para análise, duas destas publicações: a revista *Verde Oliva*, por ser um veículo oficial, uma vez que é publicada pelo Centro de Comunicação Social do Exército – CCONSEX, e *A Defesa Nacional*, por se tratar de uma publicação quase centenária, que recebe a contribuição de militares da ativa e da reserva, além de intelectuais e parlamentares com audiência nas Forças Armadas.

A *Verde Oliva*, atualmente em seu número 204, tem periodicidade trimestral e tiragem superior a 17.000 exemplares. É distribuída às organizações militares de todo o país. Também recebem exemplares da revista personalidades e órgãos cadastrados pelo Centro de Comunicação Social do Exército.

#### Páginas eletrônicas do Exército brasileiro

No endereço eletrônico [www.exercito.gov.br](http://www.exercito.gov.br) encontramos as referências que serão analisadas nesta dissertação. Todos os dados foram retirados do *site* no dia 10 de outubro de 2009, sábado, quando, supostamente, as páginas eletrônicas não estavam sendo alteradas.

Para seleção e coleta das informações, empreguei o seguinte procedimento:

1. Foi feito, a partir de agosto de 2008, um acompanhamento sistemático dos *sites* do Exército e do Ministério da Defesa ([www.defesa.gov.br](http://www.defesa.gov.br)), por meio de visitas diárias;
2. Até outubro de 2009, identificaram-se todas as referências a *índios*, *indígenas e terras indígenas* encontradas (que eventualmente são grafados como *silvícolas*, *grupos indígenas* e *reservas indígenas*);
3. Foram descartadas as referências consideradas episódicas e que não denotavam um vínculo mais denso com o *discurso* militar;

4. Para obter os dados, partiu-se do mapa geral do *site* para percorrer seqüencialmente todas as páginas, copiando os textos que abordavam a temática indígena.

5. O conteúdo a ser analisado foi organizado em três grupos: narrativas a respeito das lutas contra os holandeses no século XVII; narrativas sobre a conquista da Amazônia e definição das fronteiras; referências explícitas aos índios em textos sobre a Amazônia e/ou operações militares na selva.

### *Discursos no Congresso*

Por meio de consultas às páginas eletrônicas, pode-se identificar a presença militar nas atas e notas taquigráficas do Congresso. Ao examinar os registros das comissões permanentes, temporárias e parlamentares de inquérito, percebe-se maior participação dos militares em duas das comissões, ambas da Câmara Federal, a Comissão Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional - CAINDR e a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - CREDN.

De posse da relação de participantes e das pautas daquelas sessões, foi possível selecionar os depoimentos que apresentavam referências aos povos indígenas. Foram destacados 12 (doze) registros de exposições e debates, todos realizados a partir do ano 2000, com duração média de 2 horas e 30 minutos. As transcrições têm cerca de 50 páginas, em espaço simples e corpo 12.

Para examinar o conteúdo, as transcrições foram organizadas em ordem cronológica; à primeira leitura de todo o material estive atento às possíveis categorias centrais nos diversos *discursos*; relidas as transcrições, foram destacadas as referências à *soberania, segurança nacional, vazão demográfico, internacionalização, faixa de fronteira, indígenas e áreas indígenas*. Foram, selecionadas então, as citações mais significativas para os objetivos desta dissertação.

## Capítulo 1

### Povos indígenas e militares na história do Brasil

As caravelas e naus comandadas por Pedro Álvares Cabral atingem a costa no dia 22 de abril. Desembarcados, os portugueses avistam palmeiras, aves, rios, mais à frente uma lagoa, e ... ninguém! Deserta, sem qualquer ser humano à vista, vazia! De imediato, os recém-chegados percebem que não estão nas sonhadas *Índias*.

Admitindo como válida a versão imaginada acima, a Carta de Caminha sobre as novas terras despovoadas se reduziria à história do continente como uma extensão da história dos europeus. Seria um monótono relato de *ocupação* tal como os portugueses fizeram no arquipélago de Açores ou na ilha Madeira.

Caso fossem subtraídos todos os parágrafos que fazem referência aos índios, a *eles* na expressão do escrivão, a Carta de Pero Vaz de Caminha não passaria de um breve relato, registrando a ocorrência de missas e caminhadas pela praia:

Ao domingo de Pascoela pela manhã, determinou o Capitão ir ouvir missa e sermão naquele ilhéu. [...] Mandou armar um pavilhão naquele ilhéu, e dentro levantar um altar mui bem arranjado. E ali com todos nós outros fez dizer missa, a qual disse o padre frei Henrique, em voz entoada, e oficiada com aquela mesma voz pelos outros padres e sacerdotes que todos assistiram, a qual missa, segundo meu parecer, foi ouvida por todos com muito prazer e devoção.

Acabado isto, disse o Capitão que fôssemos nos batéis em terra. E ver-se-ia bem, quejando era o rio. Mas também para folgarmos.

Andamos por aí vendo o ribeiro, o qual é de muita água e muito boa. Ao longo dele há muitas palmeiras, não muito altas; e muito bons palmitos. Colhemos e comemos muitos deles (CAMINHA, 2010).

Assim como a imaginada Carta de Pero Vaz de Caminha, várias narrativas da nossa história foram escritas como se os indígenas não existissem. Nestes textos, os portugueses conquistaram, povoaram, colonizaram e mantiveram a soberania sobre o extenso território do país que seria chamado Brasil.

Outras tantas narrativas sobre a formação do Brasil são elaboradas registrando a presença física dos indígenas, mas estes são descritos como incapazes de agir autonomamente, não conseguem articular estratégias, são desprovidos do poder de agência. Nestas representações, os índios são retratados como objeto da ação de portugueses e brasileiros:

[...] nossa história tem sido sempre descrita como a história da colonização, como a narrativa da transferência de pessoas, instituições e conhecimentos para um novo cenário, não-europeu, sobre o qual estas vieram a estabelecer um progressivo controle, dando origem ao marco territorial atual. Nesse relato as populações autóctones entraram, sobretudo marcadas pelo acidental, pelo exótico e pelo passageiro, como se a existência de indígenas fosse algo inteiramente fortuito, um obstáculo que logo veio a ser superado e, com o passar do tempo, chegou a ser minimizado e quase inteiramente esquecido (OLIVEIRA & FREIRE, 2006: 17).

Esta dissertação perfila-se com os textos que consideram os povos indígenas e suas lideranças políticas e intelectuais como autores e, portanto, condutores de seus respectivos processos históricos. Tanto no passado, quanto no presente. No entanto, esta autoria é conquistada sob intensos constrangimentos e violências, deste o período colonial até os dias atuais.

Os povos indígenas são atores essenciais à definição sociopolítica e territorial do Brasil. Não é possível compreender as práticas e representações que caracterizam a sociedade brasileira se não levarmos em consideração as populações originárias, com suas formas de organização sociocultural, tecnologias, conhecimentos e práticas de uso e controle dos recursos existentes (OLIVEIRA & FREIRE, 2006: 18).

A próxima seção é uma digressão histórica que situa as principais referências, necessárias à compreensão sobre como foi modulado o *discurso* a respeito dos povos indígenas, ao longo do período colonial, na breve experiência do Império e nos anos iniciais do período republicano.

## **1.1 . Antecedentes discursivos da representação militar sobre os índios**

### 1.1.1 . Período colonial

Estima-se que no território, que hoje reconhecemos como Brasil, viviam entre cinco a seis milhões de pessoas, falantes de centenas de línguas (BETHELL, 1998: 130). Toda esta gente compunha um caleidoscópio sociopolítico e cultural apenas parcialmente conhecido. Quem seriam os militares no longo período colonial?



Max Weber (2004b: 525) nos esclarece a respeito do lugar dos militares nos processos de constituição e consolidação dos Estados nacionais. São as chamadas Forças Armadas que asseguram aos dirigentes os meios eficazes de domínio sobre um território. Para isto, aos militares e às suas instituições é atribuído o monopólio do uso da força (WEBER, 2004a: 139).

Dessa forma, só se constitui um Estado, se houver êxito no uso exclusivo, por parte da autoridade central, da força física, considerada então como coação legítima. Essa condição, para Weber, é central em seu conceito de estado: “o estado é aquela comunidade humana que, dentro de determinado território [...] reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima” (WEBER, 2004a: 525).

Portanto, para responder à questão formulada a respeito dos militares no período colonial, um bom caminho é identificar como o Reino português organizou as forças armadas que atuaram na colônia.

Sobre a formação de contingentes armados no período colonial, Pedro Puntoni afirma que “somente com a Restauração em 1640 e a subsequente guerra com a Espanha, Portugal constituiria um exército permanente em termos modernos”. Antes disto, “o primeiro terço de tropas regulares, o da Armada Real, foi criado no reino apenas em 1618” (PUNTONI, 2004: 47).

O *terço* deveria ser formado por 2.500 homens, subordinados a um capitão-mor, todos a *soldo* da Coroa. Esta unidade era dividida em 10 companhias de 250 indivíduos, comandados por um capitão, que contava com o auxílio de um alferes (mais tarde denominado segundo-tenente), um sargento, um meirinho (oficial de justiça), um escrivão, 10 cabos de esquadra e um tambor, o soldado encarregado de tocar o instrumento (PUNTONI, 2004: 45).

O método usado no Reino de Portugal para contornar dificuldades financeiras e, simultaneamente, organizar sua defesa, habilitava cada súdito a participar dos empreendimentos militares:

Os regimes de recrutamento vigentes no Reino e na Colônia durante o século XVIII eram a outra face das práticas militares e rotinas administrativas de uma sociedade e de um exército de antigo regime. Reino pobre e de recursos demográficos escassos, império ultramarino de extensas e variadas terras, Portugal estabelece uma organização militar dual, um amálgama de forças permanentes e milicianas. De um lado, a tropa de linha, formada por soldados profissionais pagos de termo longo, que ganha forma nas guerras da restauração. De outro, as *ordenanças* e as *milícias auxiliares*, reservas territoriais eventuais e não-pagas, formadas em teoria pela quase totalidade dos súditos válidos (MENDES, 2004: 113).

Estas tropas deveriam defender o território do ataque de outras forças européias e combater os grupos indígenas considerados inimigos:

Para tanto, dever-se-iam utilizar os guerreiros obtidos junto às tribos amigas, assim como os soldados das linhas auxiliares. O regimento de 1548 fixa as formas de recrutamento e organização dessa linha auxiliar cujos encargos eram dos moradores. Neste sentido, para além das linhas regulares, a força privada garantia a homeostase do sistema. A Coroa tinha para si que podia armar toda a população das colônias por imposições legais. Deste modo, o “alvará de armas” de 1569 tornava obrigatória aos homens livres a posse de armas de fogo e armas brancas (PUNTONI, 2004: 43).

Tendo em conta as informações de Pedro Puntoni e Fábio Mendes, lembrando que a independência do Brasil se consolida a partir de 1822, a expressão Exército brasileiro será usada apenas na abordagem de fatos posteriores a esta data.

Isto não significa que foram reduzidas as relações entre forças militares e indígenas na época colonial. Ao contrário, diversos povos indígenas originários do atual território brasileiro, passaram a interagir com forças militares portuguesas nos primeiros contatos. Perseguidos por milícias, ordenanças e tropas regulares ou fazendo parte destas mesmas milícias em luta contra outros povos. Ver, entre outros: Cunha (1998); Fausto (2001); Fausto & Devoto (2005); Hemming (1997 e 2007); Holanda (1986); Monteiro (1992, 1994 e 2001); Nimuendaju (1981); Silva, A. & Grupioni (1995).

Portugal não dispunha de renda suficiente para armar e remunerar tropas numerosas. No início do século XVII estavam estacionadas em Pernambuco, segundo Evaldo Cabral de Mello, “duas companhias de 220 mosqueteiros e arcabuzeiros, uma sediada em Olinda, outra no anteporto”. Não era diferente a situação em outros locais:

A guarnição do Rio Grande compunha-se de 130 pessoas, a grande maioria família dos soldados, gente do serviço, degredados e até escravos de particulares. Pela mesma época, começos do século XVII, Salvador, capital da América portuguesa, contava apenas com três companhias que perfaziam 252 soldados (MELLO, 2007: 183).

Nestas circunstâncias, eram sempre bem-vindos os índios que lutavam ao lado dos colonizadores. O relato da fundação e defesa de povoações lusitanas no novo mundo é permeado de alianças, traições, cercos, assédios e combates entre portugueses e seus aliados “naturais da terra” contra outros povos. Por exemplo, a atuação de Mem de Sá e a defesa da região hoje conhecida como Recôncavo Baiano (HEMMING, 2007: 144) e as lutas contra os Tamoios no Rio de Janeiro (HEMMING, 2007: 197).

O *ethos* belicoso de inúmeros povos indígenas, que mantinham um estado de guerra latente contra as comunidades inimigas, ensejou diferentes situações de aliança com os espanhóis, franceses, ingleses e holandeses, quando estes tentaram se apossar de partes da colônia lusitana. As alianças eram mutuamente vantajosas e poderiam ser forjadas por iniciativas de ambas as partes. (HEMMING, 2007: 67).

Relatos do combate às invasões francesas, no Rio de Janeiro, com a tentativa de colonização denominada França Antártica, entre 1555 e 1567 (HEMMING, 2007: 189), e no Maranhão com a fundação da cidade de São Luis e ocupação francesa denominada França Equinocial, entre 1612 e 1615, nos informam a respeito da mobilização de diversos líderes e povos indígenas nestes acontecimentos (HEMMING, 2007: 297). O mesmo ocorre nos relatos sobre as invasões holandesas na primeira metade do século XVII, no Nordeste açucareiro:

Desde que desembarcara no Brasil, em outubro de 1629, para defender Pernambuco e demais “capitanias do norte” açucareiro contra o iminente ataque holandês, Matias de Albuquerque havia percebido que o apoio indígena seria essencial, senão decisivo, para a resistência. (VAINFAS, 2008: 40).

Tratava-se, como em muitas outras ocasiões, de arregimentar o máximo possível de *naturaes da terra*: Eram estes basicamente tupinambás, caetés, tabajaras e potiguaras, todos falantes do tupi ou *língua geral*. Cerca de 3 mil guerreiros em potencial [...] Matias de Albuquerque não podia dispensar o apoio dos índios para defender Pernambuco (VAINFAS, 2008: 41).

No entanto, “os portugueses [...] tinham contra si o desgaste de uma colonização que flagelava os índios havia mais de cem anos em várias capitanias, fossem tupis, fossem tapuias” (VAINFAS, 2008: 51). Além disto, persistiam entre os povos indígenas inúmeros desentendimentos, levando muitos líderes a perfilarem-se com os invasores:

Entre os refugiados potiguaras que desembarcaram em Amsterdã, Pedro Poti foi o principal [...] convertido ao calvinismo, foi talvez a mais importante liderança indígena entre as aldeias potiguaras leais à WIC [Companhia das Índias Ocidentais – holandesa]. Outro chefe notável do chamado “partido holandês”, entre os potiguaras, foi Antonio Paraopaba, guerreiro afamado, responsável por várias vitórias holandesas na defesa do domínio holandês contra os restauradores de 1645 (VAINFAS, 2008: 48).

Estes relatos nos mostram o quanto foi complexo e multifacetado cada quadro sociopolítico envolvendo colonizadores e índios no período colonial.

Outro ciclo de intenso conflito entre forças militares e indígenas é o período de ação das bandeiras. Aproximadamente entre 1550 e 1720, milhares de indígenas participaram destas tropas ou foram atacados por elas. Estas bandeiras, nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda, buscavam escravos, pois,

A cobiça do ouro representou, em realidade, fator tão pouco decisivo da penetração do território quanto o desejo atribuído por alguns autores aos sertanistas de São Paulo, de ampliar deliberadamente a área da colonização lusitana. Em favor da última teoria ainda se podem invocar depoimentos de tal ou qual cabo de bandeira recolhidos por autoridades ou missionários espanhóis. Em todo caso, nada sugere que entrasse aqui algum propósito buscado afanosamente; do contrário não se explica como, tendo assolado sempre nas Índias de Castela os lugares de onde pudessem descer gente de serviço, deixassem de parte outros que, podendo reivindicar com iguais títulos, não davam o mesmo fruto (HOLANDA, 1986: 28).

Naquelas expedições de apresamento de índios, milhares pereceram e outro tanto foi aprisionado para suprir, como escravos, as necessidades de mão de obra dos paulistas ou de outras províncias, para onde eram vendidos (MONTEIRO, 1994: 76). Segundo Boris Fausto, “observadores jesuítas estimaram em 300 mil o número de índios capturados apenas nas missões do Paraguai”. Acrescente-se que:

Os bandeirantes serviram também aos propósitos de repressão de populações submetidas, no Norte e Nordeste, Domingos Jorge Velho e outro paulista, Matias Cardoso de Almeida, participaram do combate no Rio Grande do Norte, à longa rebelião indígena, conhecida como Guerra dos Bárbaros (1683 - 1713). O mesmo Domingos Jorge Velho, conduziu a campanha final de liquidação do Quilombo dos Palmares em Alagoas (1690 – 1695) (FAUSTO, 2001, p. 97).

Nem só de vitórias viveram os colonizadores lusitanos e os bandeirantes paulistas no confronto com povos indígenas. Percorrendo o interior ou a costa atlântica da colônia, os portugueses foram derrotados inúmeras vezes, por exemplo, nos confrontos com os Guaicurus, que viviam na região do Pantanal mato-grossense (HEMMING, 2007: 560), e nos enfrentamentos com os Potiguara, na região costeira dos atuais estados do Rio Grande do Norte e Paraíba (HEMMING, 2007: 245).

Nas inúmeras formas de interação entre brasileiros, portugueses e índios, o aprendizado das noções, técnicas e uso de instrumentos indígenas foi fundamental para os colonizadores.

[...] para a aptidão maior que os primeiros revelaram no absorver e no conservar certos recursos indígenas, mormente os de locomoção a distância, e no rejeitar técnicas menos rudimentares, não raro: mas também menos aptas a superar os muitos embaraços opostos ao seu avanço. [...] No que diz respeito, por exemplo, às canoas monóxilas, herdadas dos antigos naturais da terra e aperfeiçoadas com novos elementos provindos do ultramar, mal se pode ignorar a importância que tiveram durante as incursões no sertão remoto (HOLANDA, 1986: 49).

Ainda segundo este autor, os bandeirantes só tiveram sucesso porque passaram a empregar as táticas e armas dos índios, pois,

[...] segundo refere um viajante, que no tempo gasto para carregar o arcabuz era possível dar tranquilamente de cinco a sete flechadas. Mesmo a detonação, se podia aterrorizar o adversário, tinha o defeito de ajudar a localizá-lo, tanto mais quanto ele era obrigado a manter constantemente acesa a mecha que o denunciaria (HOLANDA, 1986: 54).

A precariedade das armas de fogo portáteis só há de ser superada em parte quando, no fim do século XVII ou começo do seguinte, aparecerem entre nós os novos arcabuzes de roldete, que dispensam mecha porque neles é uma roda metálica o que produz a chispa. Mesmo assim, é preciso ter o arcabuzeiro à mão pelo menos duas outras armas previamente carregadas, e ainda alguém que vá sucessivamente renovando a carga, para não deixar o dono à mercê do inimigo. E claro que semelhante providência só dificilmente se aplicaria a cavaleiros. A ela, porém, se recorria nas nossas monções de povoado, sobretudo enquanto não se introduziu o uso das canoas de guerra com seus pequenos canhões de bronze para proteger os comboios do gentio de corso (HOLANDA, 1986: 51).

Dessa forma, os moradores de São Paulo adaptaram-se aos usos dos indígenas e o fizeram “com a resistência do couro, não a do ferro e do bronze, cedendo, dobrando-se, amoldando-se às asperezas de um mundo rude” (HOLANDA, 1986: 29). Assim, “era inevitável, em todo esse processo, que o índio se tornasse seu principal iniciador e guia” (HOLANDA, 1986: 29). Este aprendizado viabilizou as viagens das monções e bandeiras para o interior do continente em busca de ouro, pedras preciosas, “drogas do sertão” e, principalmente, escravos indígenas.

Sintetizando a ação de bandeirantes em busca de riquezas e escravos, John Hemming (2007: 9) cita o Padre Vieira: “O verdadeiro objetivo era capturar índios: extrair de suas veias o ouro vermelho que sempre tem sido a mina daquela província”.

A guerra aos jesuítas e guaranis habitantes do Território das Sete Missões (1754 a 1756) é outro importante e doloroso capítulo da longa história de combates entre forças militares e índios (MAURO, 1998: 480). Estes conflitos, inscritos no quadro mais abrangente das disputas territoriais entre Espanha e Portugal, eclodiram quando os jesuítas e os Guarani se recusaram a evacuar a parcela do território que ocupavam, e que deveria ser cedido à Portugal em troca da Colônia do Sacramento, como prescrevia o Tratado de Madri (1750). Como sabemos, os Povos das Missões foram esmagados.

A escravidão e o tráfico negreiro geraram um novo papel para os indígenas. Manter um contingente de escravos exigia dos proprietários e autoridades coloniais a organização de terços dedicados à vigilância e eventualmente à contenção dos cativos. Esta necessidade cresce com a deportação para a colônia de um número cada vez maior de africanos escravizados.

Muitos indígenas, aliados dos “brancos”, passam a combater a fuga de escravos negros rumo ao interior dos sertões. É fácil imaginar a importância dos índios nas expedições de aprisionamento dos fugitivos, pois conheciam melhor que os demais o território e seus recursos e eram temidos pelos escravos “porque pelos montes lhes vão a buscar, prender e castigar, constituindo, portanto, a salvação dos colonos, pois se sem os negros não haveria Brasil, sem os índios não haveria negros, já que não poderia haver segurança” (MELLO, 2007: 196).

Outro contexto da intensa relação entre militares e indígenas ocorreu na província do Grão-Pará e Maranhão, especialmente no período de definição das fronteiras entre as posses de Portugal e Espanha. Ao Grão-Pará correspondia um vasto território abarcando toda a atual Amazônia, com exceção do Acre, que à época não pertencia a Portugal.

A região viveu uma experiência socioeconômica diferente do Nordeste açucareiro, dedicando-se ao extrativismo das chamadas drogas do sertão cuja produção sazonal estava sujeita a contratempos e imprevistos, gerando permanente instabilidade na demanda por mão de obra. Os investidores locais não tinham recursos para empenhar na compra de escravos negros. Este quadro, que vai perdurar por mais de um século, induz o uso intensivo de mão de obra escrava indígena para diversos fins: coleta, transportes, trabalhos domésticos, caça, pesca, agricultura de subsistência, entre outros.

A riqueza medida pela escravaria é, na expressão acertada de Ciro Cardoso (1984, p. 117) um truísmo nas colônias. Nesta colônia em particular, era pelo número de índios que se media a riqueza de um morador. Tema fundamental, portanto, para a implementação da sociedade colonial, a disputa pelo acesso e controle da mão de obra indígena é o fio que tece a história política do Maranhão e do Grão-Pará (FARAGE, 1991: 27).

A administração colonial, com o objetivo de apresar escravos faz a combinação de guerras justas com as operações de resgate de indígenas prisioneiros, que supostamente, iriam ser sacrificados por seus captores. A documentação histórica registra a criação das chamadas tropas de resgate, formadas por regionais e indígenas aldeados, e instituídas legalmente já em 1655. Cabiam aos governadores, autoridades civis e eclesiásticas a escolha dos líderes destas expedições, os chamados “cabos de tropa”. Mais tarde, com a lei de 28 de abril de 1688, o próprio Estado torna-se empresário dos resgates, que passam a ser financiados pela Fazenda Real, “duas tropas – uma para o Pará e outra para o Maranhão – deveriam ser anualmente enviadas para o sertão”. (FARAGE, 1991: 28).

À época, a ocupação territorial estava praticamente definida no sul, sudeste e nordeste. Com o Tratado de Madrid (1750), a Coroa portuguesa ganha mais soberania sobre o território do norte, onde as fronteiras estavam absolutamente imprecisas.

A assinatura desse tratado colocou a ocupação documentada da Amazônia no centro das preocupações da Coroa portuguesa. Em Lisboa é promulgado, em 1755, o Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e do Maranhão, enquanto sua majestade não mandar o contrário (ALMEIDA, 1997). Era necessário “povoar” todas as terras possíveis e, para os portugueses, estava claro que povoar a região sem contar com os índios era absolutamente impossível. A escravização de indígenas foi proibida, os súditos portugueses foram instados a casar com mulheres indígenas e foi incentivado o aldeamento de índios nos limites da província:

No âmbito específico do estado do Maranhão e Grão-Pará e da política indigenista ali praticada por Pombal, ressaltam-se razões de outra ordem, desta vez positivas, que a teriam determinado. Como já sugeriram outros autores, a questão parece ser eminentemente política, residindo no papel atribuído pelo Estado português aos povos indígenas no bojo de sua empresa colonial. O Estado, afirma Caio Prado queria da população indígena *colonos*, ou na definição mais precisa de Hemming, *súditos*. Condição prévia para uma mão-de-obra domesticada e ainda politicamente eficaz na garantia da precária posse da colônia (FARAGE, 1991: 41).

A estratégia era contar com esta população que então se declarava súdita da Coroa portuguesa. Sob as ordens do Marquês de Pombal uma série de medidas é implementada, redesenhando as relações entre colonos e indígenas. Neste processo, vários aldeamentos são transformados, administrativamente, em vilas e recebem nomes de cidades portuguesas, como por exemplo: Oeiras, Óbidos, Moura, Alenquer e outros. As novas leis coíbiam o preconceito contra os indígenas e recomendavam que os mesmos não poderiam ser preteridos em disputas por cargos honoríficos.

Mesmo antes do *Diretório* um parecer do Conselho Ultramarino de 1695, recomendava medidas brandas no trato dos indígenas e advertia que “os Gentios eram as Muralhas dos Certoens”. A autora afirma que Joaquim Nabuco considerava esta frase a “suma de toda a legislação indigenista portuguesa durante três séculos” (FARAGE, 1991: 41).

Os argumentos apresentados nos levam a concluir que o processo de definição da Amazônia como possessão portuguesa é complexo e permeado de nuances. A visão de conquista territorial tende a ser simplificadora. Povos e lideranças indígenas

participaram da política de ocupação territorial da Coroa ao se identificarem como súditos, atestando o *Utti Possidetis*<sup>4</sup> alegado pelos portugueses.

Temos, portanto, ao longo de três séculos, ao menos duas formulações extremas no *discurso* sobre os índios: aliados ou inimigos, dóceis ou brutos, passíveis de serem convertidos à fé cristã ou selvagens antropófagos. Esse *discurso* “dual” atravessa todo o período do Império e, matizado por inúmeras circunstâncias, chega ao século XXI, vocalizado, entre outros, pelo Exército brasileiro, como veremos à frente.

### 1.1.2. Império

Os primeiros anos do Brasil independente são marcados por intensos debates e disputas políticas. À Assembléia Constituinte, de 1823, cabia definir os caminhos da Nação. Personagem de proa neste cenário, José Bonifácio de Andrada e Silva, transita de Ministro do Império, nomeado em 14 de setembro de 1822, a preso político com exílio decretado em 20 de novembro de 1823. Neste ínterim, apresenta um singular projeto de centralização das ações do Estado frente aos índios: *Apontamentos para a civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil* (SILVA, 2000).

A proposta de Bonifácio visava a integração dos indígenas, “salvando-os da barbárie”, garantindo a eles os “privilégios da raça branca”, *ocidentalizando* seu corpo (RAMOS, 1999: 5), porque “os índios são um rico tesouro para o Brasil” (SILVA, 2000: 73). Fonte de inspiração dos militares positivistas do período republicano, o Projeto de José Bonifácio seguiu com ele para o exílio.

Rechaçada a proposta do *Patriarca*, a política indigenista do Império seguiu marcada pela descentralização e pela delegação de competências do poder central às suas províncias (RAMOS, 1999: 8).

Objeto da atenção de legisladores e dirigentes da jovem nação, os povos indígenas também eram abordados nos debates a respeito da identidade nacional, em construção. Inúmeros atores e instituições deram sua parcela de contribuição a respeito

---

<sup>4</sup> *Utti Possidetis* é um princípio proveniente do direito romano segundo o qual a posse de um território é definida em função da população que vive há mais tempo neste espaço. Este princípio foi aceito por Portugal e Espanha na celebração do Tratado de Utrecht e do Tratado de Madrid para definir a fronteira de suas colônias na América do Sul.



deste tema. Destacar nomes e siglas pode concorrer para mitificar alguns deles, no entanto, algumas referências são quase obrigatórias. Este é o caso, por exemplo, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, fundado em 21 de outubro de 1838, com a missão de “construir o nosso passado”. Debates e documentos gerados em torno deste instituto devem ser considerados ao discutirmos o lugar dos índios no Brasil.

Um exemplo é a polêmica sobre a identidade do “povo brasileiro”, se em sua raiz deveriam ou não estar incorporados os índios. O historiador Varnhagen<sup>5</sup>, que defendia posições anti-indígenas, argumentava em defesa de uma ascendência européia. No pólo oposto, o poeta Gonçalves de Magalhães<sup>6</sup>, era um dos defensores da proposta (vitoriosa) que considerava o índio como parte desta matriz.

Distantes dos ambientes onde ocorriam aqueles debates sucediam-se diversos conflitos envolvendo os índios. No período da Regência (1831 – 1840), eclodiram revoltas em várias províncias brasileiras, como na região amazônica: a Cabanagem, iniciada em Belém (1835). A revolta contra a elite local espalhou-se pela bacia do grande rio envolvendo vários povos indígenas como os Mura, Mawé e Munduruku, sendo sufocada cinco anos mais tarde pelo Exército Imperial, depois de grande morticínio (MOREIRA NETO, 1988).

Durante o período do Império, um dos acontecimentos mais relevantes no campo das complexas relações entre militares e índios, é a Guerra do Paraguai (dezembro/1860 a março/1865). Ainda está por ser devidamente analisada a participação de indígenas nesta guerra, mas podemos apontar a incorporação ao exército do Império, dos Fulni-ô e Xukuru, ambos de Pernambuco, além do envolvimento dos Guarani, Terena e Kadiwéu, do atual Mato Grosso do Sul, nas ações da tropa brasileira. Estes últimos, tiveram seu território reconhecido pelo Império em recompensa à participação no conflito.

Os índios estão citados no primeiro combate entre brasileiros e paraguaios: o ataque ao forte Coimbra. Francisco Doratioto pesquisa a obra de Augusto Tasso Fragoso e registra a presença de “mulheres e índios” entre as 150 pessoas que estavam no forte. Os combates no sul, da então província do Mato Grosso, envolveram os povos indígenas de toda região.

---

<sup>5</sup> Francisco Adolfo de Varnhagen – Visconde de Porto Seguro (São João de Ipanema – SP, 1816 – Viena, 1878). Tenente de artilharia do exército português, sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, desenvolveu em universidades e arquivos europeus exaustiva pesquisa sobre a história e a legislação referentes ao Brasil. Editou em 1854, a *História Geral do Brasil*. Como diplomata do Império realizou uma série de missões em vários países da América do Sul e Europa.

<sup>6</sup> Domingos José Gonçalves de Magalhães – Visconde do Araguaia (Rio, 1811 – Roma, 1882), poeta adepto do romantismo, escreveu entre outras obras o poema épico *A Confederação dos Tamoios* (1858).

No distrito de Miranda havia dez aldeamentos indígenas fixos, com cerca de 5 mil índios. Cada tribo adotou postura própria na guerra. Os Guaná, Kinikinao e Laiano associaram-se à população branca brasileira; os Terena mantiveram-se equidistantes e os Kadiweus (Guaikuro) atacaram tanto os paraguaios quanto os brasileiros (DORATIOTO, 2002: 104).

Os indígenas mobilizados para a guerra certamente sofreram como os “não índios” de poucos recursos. Estima-se que 2/3 dos soldados brasileiros morreram sem ver o inimigo. Cólera, varíola, tifo, sarampo, tuberculose, somados à fome e ao frio exterminaram milhares de soldados e civis, entre eles os indígenas (DORATIOTO, 2002: 197).

Os povos indígenas se envolveram algumas vezes voluntariamente, muitas vezes por imposição, em vários episódios históricos de vulto. No entanto, noções de progresso, evolução, desenvolvimento, foram utilizadas para tecer um manto ideológico de opacidade que, atirado sobre estes grupos humanos, torna-os invisíveis. O desenvolvimento de pesquisas em arquivos e outras fontes primárias já permite identificar a presença indígena em vários episódios.

Um importante trabalho de catalogação de fontes é o registro, em dois volumes, intitulado *Os Índios em Arquivos do Rio de Janeiro*, coordenado por José Ribamar Bessa Freire, que traz pistas relevantes a respeito da participação indígena em vários episódios que também envolvem os militares, como por exemplo: a guerra aos Botocudos de Minas e Espírito Santo (FREIRE, 1996: 357); a Cabanagem (FREIRE, 1996: 238); os antecedentes à Guerra dos Farrapos (FREIRE, 1996: 241); a Retirada da Laguna (FREIRE, 1996: 391); a participação de companhias formadas por indígenas do Amazonas e da Bahia na Guerra do Paraguai (FREIRE, 1996: 359), entre outros acontecimentos da época do Império.

### 1.1.3. República

Aspectos importantes da história do Brasil, após a proclamação da República, certamente serão melhor compreendidos com o desenvolvimento de pesquisas que evidenciem o envolvimento de militares e índios nestes acontecimentos, pois,

infelizmente, esta faceta dos episódios está escrita com a “tinta invisível” de que nos fala Octávio Paz:

Uma sociedade se define não só por sua atitude ante o futuro senão frente ao passado: suas lembranças não são menos reveladoras que seus projetos. Ainda que nós mexicanos estejamos preocupados – melhor: obcecados – por nosso passado, não temos uma idéia clara do que fomos. E o que é mais grave: não queremos ter. Vivemos entre o mito e a negação, deificamos certos períodos, esquecemos outros. Estes esquecimentos são significativos; há uma censura histórica como há uma censura psíquica. Nossa história é um texto pleno de passagens escritas com tinta negra e outros escritos com tinta invisível (PAZ, 1995: 31).

Destacam-se, a seguir, alguns exemplos.

Os povos indígenas se distribuem por todas as regiões do país, portanto, qualquer conflito de grandes proporções deve impactá-los diretamente, caso suas áreas de moradia e produção de recursos estejam próximas ao epicentro. É o que deve ter ocorrido com os Kiriri e Kaimbé, na região da Guerra de Canudos (outubro/1896 – outubro/1897), e com os Kaingang e Guarani no sul, na região da Guerra do Contestado (outubro/1912 – agosto/1916). Nos dois casos, pesquisas atentas à participação indígena podem dar visibilidade às interações entre o Exército e os índios.

É necessário lembrar o processo de “conquista dos sertões” na região sul do país e a expansão das atividades econômicas no noroeste paulista, nas últimas décadas do século XIX e nos primeiros anos do século XX. Uma investigação a respeito dos chamados “bugreiros”, colunas organizadas para massacrar índios, poderá detectar a participação, ou omissão, do Exército naqueles combates (FREIRE, 1996: 292).

Outro episódio militar de amplas consequências políticas foi a marcha da denominada Coluna Prestes (outubro/1924 – fevereiro/1927), que percorreu milhares de quilômetros em regiões onde vivem dezenas de povos indígenas: o interior dos estados do Sul, seguindo pelo Mato Grosso, Goiás, Norte de Minas Gerais, continuando por todo o Nordeste, se aproximando ou cortando por diversas vezes a calha do rio São Francisco que, como sabemos, abriga dezenas de comunidades indígenas. O impacto deste episódio junto aos índios ainda está por ser investigado. Vale lembrar que o combate à Coluna Prestes foi dirigido pelo Marechal Rondon, em 1924 e 1925 (FREIRE, 1996: 317 e 360).

No período da ditadura militar, fatos históricos ainda requerem análise, tais como a criação da Guarda Rural Indígena – GRIN, em 1969 (FREIRE, 1995: 32 e FREITAS, 1999) e o envolvimento de indígenas nos combates da Guerrilha do Araguaia (1970), para citar apenas dois exemplos.

Cabe destacar que a principal conexão entre militares e povos indígenas, no início do período republicano, está relacionada à atuação de Cândido Rondon na instalação de linhas telegráficas, inicialmente no Mato Grosso, entre 1900 e 1906, e, a seguir, fazendo a ligação de Cuiabá a Santo Antônio do Madeira (atual Porto Velho), de 1907 a 1915. Este trecho atravessou territórios de cultivo, caça, coleta e habitação de dezenas de grupos indígenas, vários dos quais tiveram seus indivíduos incorporados àquele trabalho. A interação de Rondon e seus companheiros com os povos indígenas proporcionou a sistematização de um conjunto de saberes e práticas que seriam implementados pelo Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais – SPI/ITN, órgão criado em 1910, para pretensamente centralizar as ações do Estado brasileiro junto às aquelas populações (LIMA, 1995). Esta prática militar indigenista e as representações e *discursos* associados serão discutidos na seção 1.2 - Militares, *Discursos* e a Política Indigenista no século XX.

#### 1.1.4. Brasileiros?

É possível vislumbrar o quanto são importantes as interações entre índios e militares, uma vez que podemos ver

“[...] o Brasil se desnudar aos nossos olhos através da janela indiscreta que é a política indigenista. Pois a questão indígena, como se fosse um potente refletor, é capaz de expor as imperfeições da intimidade do *ethos* brasileiro sem a generosidade de retoques” (RAMOS, 1997: 12 -13).

Refletir a esse respeito nos traz a certeza de que:

[...] o Brasil é inconcebível sem seus índios, não como coletividades concretas, mas como objetos do imaginário e da manipulação nacional. Como uma memória involuntária proustiana, a questão indígena tem a potência de extrair da imagem auto-declarada do país aquilo que permanece mudo, por dizer (RAMOS, 1997: 13).

Ao analisarmos os diversos relatos, imagens e registros colhidos ao longo da nossa história colonial, do breve Império brasileiro e dos anos iniciais da República, percebemos que as representações sobre os índios oscilam entre dois pólos, que

possuem qualificações opostas, em um contínuo “ir e vir”. Nesta espécie de “gangorra ideológica” os indígenas são considerados ora como indispensáveis à construção da nação, ora como grupos de bárbaros primitivos que desapareceriam inevitavelmente. Segundo Octávio Paz,

Cada sociedade, ao definir-se a si mesma, define as outras. Esta definição assume quase sempre a forma de uma condenação: o *outro* é um ser fora da lei. A dualidade da Antiguidade: helenos/bárbaros, se repete na Idade Média porém precisamente como uma condenação da mesma Antiguidade: pagãos/cristãos. Desde o século XVIII a dicotomia medieval se transforma na dualidade moderna: civilização/barbárie (PAZ, 1995: 52).

Tomando esta “chave” para organizar uma síntese das representações mais frequentes no período histórico discutido, podemos desdobrar a dicotomia Civilização e Barbárie da seguinte forma:

QUADRO 1.1  
Índios e Representações

Aliados x Inimigos	Civilização x Barbárie	Paraíso x Inferno
Auxíliam Mem de Sá x Lutam pelos franceses	Cristãos x Infiéis	Ordem x Caos
Muralhas dos sertões x Pontes para invasores	Civilizados x Antropófagos	Paraíso Terreal x Região Inferior
Felipe Camarão x Pedro Poti	Súditos x Sem Rei, sem Lei	Fiéis x Gentios
Proteção x Guerra Justa	Mansos x Bravos	Inocentes x Devassos
Combatem Missões x Defendem Jesuítas	Aldeados x Nômades	Fracos → Proteger x Selvagens → Eliminar

A sensação de déjà vu irá nos assaltar ao abordarmos o *discurso* militar indigenista no século XX e início do século XXI. Imersos na comunidade imaginada (ANDERSON, 2008) denominada Brasil, os militares, especialmente do Exército, disputam com outros segmentos sociais, as possibilidades de definir o país, nomear, atribuir significados, enfim, criar simbolicamente o Brasil. Eles sabem que a investigação sobre o passado é fundamental para a criação do necessário repertório simbólico. Repertório este que dará estofamento para a construção de um projeto de futuro para a nação.

Os militares não desconsideraram os povos indígenas, que certamente ocupam um lugar relevante na “cosmologia” do Exército, que ainda hoje se utiliza de referências ideológicas que remontam ao século XIX, como teremos oportunidade de explicitar à frente, quando do florescimento do positivismo de Auguste Comte.

Registrar o conjunto de representações dos índios elaboradas pelos militares, identificar suas origens, compreender suas relações e consequências é o desafio enfrentado nesta dissertação.

## **1.2. Militares, *Discursos* e Política Indigenista no século XX**

A ambivalência com a qual são representados os povos indígenas nos 67 anos de Império no Brasil se acentua no correr do século XX. Peri é atualizado como defensor da natureza, portador de histórias edificantes. Os botocudos são atualizados como aqueles que vivem sobre a mina do “melhor diamante do mundo”, que matam “pobres garimpeiros” anônimos. Persiste no século XX a violência cotidiana sobre indivíduos, comunidades e povos indígenas. Aumentam, em intensidade e extensão as tentativas de transformá-los naquilo que não almejam ser.

As representações sobre os índios no *discurso* militar indigenista do século republicano também oscilam entre Vanuíre<sup>7</sup> e Tuíra<sup>8</sup>. Uma sessão de cinema poderia ser

---

<sup>7</sup> Vanuíre – mulher Kaingang que supostamente convenceu guerreiros de seu povo a desistirem da desesperada luta de resistência à ocupação de suas terras no Oeste Paulista (Década de 1910).

<sup>8</sup> Tuíra - O 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, realizado entre os dias 20 a 25 de fevereiro de 1989, em Altamira (PA), ficou marcado pelo gesto da índia Kaiapó Tuíra, que tocou com a lâmina de seu facão o rosto de José Antônio Muniz Lopes, presidente da estatal. O gesto forte de Tuíra foi registrado pelas câmaras e ganhou o mundo em fotos nos principais jornais brasileiros e estrangeiros.

a metáfora projetados na tela as imagens se sucedem: o índio junto a Rondon estendendo linhas telegráficas; o “língua” ajudando a “pacificar” os “parentes arredios”; o índio remando para o deleite do ex-presidente norte-americano<sup>9</sup>; um grupo recebendo o rei da Bélgica no Xingu; todos desaparecendo, passando à história como uma das raízes do povo brasileiro; e retornando subitamente, para a surpresa dos que julgavam ter chegado ao fim este filme. Mas a fita prossegue: um índio vai a Washington denunciar o Governo brasileiro; outros marcham próximos ao pelotão de fronteira.

O episódio da Proclamação da República, para a maioria dos brasileiros acontece como “um raio num dia de céu azul”. Mesmo na capital do Império, de acordo com José Murilo de Carvalho (1990), muitos acreditaram que o acontecimento era uma simples parada militar. No entanto, a insatisfação com as instituições e a política do Império, já se manifestavam há tempos.

Com o advento da República, novas definições a respeito da Nação tiveram que ser consagradas e, novamente à sua revelia, os povos indígenas, assim como a população negra, serão objetos daquelas definições. O grupo de maior visibilidade política a propor um “lugar” específico para os índios no Brasil republicano, se organizava em torno dos ideais positivistas à la August Comte, e era composto por muitos oficiais do Exército. Segundo Alcida Ramos:

Na virada do último século, o Brasil urbano (leia-se especialmente Rio de Janeiro, centro do poder político) respirava ares franceses. Era o positivismo comteano, tanto em sua versão política quanto religiosa, que impregnava boa parte da *intelligentzia* e, muito particularmente, o exército nacional com anseios humanistas cujas exalações acabaram por afetar profundamente os destinos de centenas de povos indígenas espalhados pelo subcontinente Brasil. Foi pelo empenho e pressão de uma boa parte de militares positivistas que se fez a República. O projeto positivista para o Brasil, como outros antes dele, contemplava amplamente a questão indígena, diretamente vinculada à conquista e ao domínio de partes do território nacional ainda marginais ao poder estatal (RAMOS, 1999: 9).

Coube a Cândido Rondon o papel de protagonista, em 1910, pela implantação do Serviço de Proteção aos Índios. Criado com o objetivo de funcionar como “aparelho único para a questão indígena capaz de supostamente atingir e monopolizar o contato com todas as populações indígenas e todo o território brasileiro” (LIMA, 1995: 21). A partir de então, a função de “trazer os índios para a Nação”, ou segundo outro ponto de

---

<sup>9</sup> Referência a Theodore Roosevelt, que realizou, com a colaboração do general Rondon, uma expedição pelo interior brasileiro entre 1913 e 1914.

vista, a missão de “catequizar os selvagens” não deveria mais ser assumida por ordens religiosas e sim pela gestão laica do Governo Federal.

Previsto no desenho original do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, cujo decreto de criação é de 1906 (LIMA, 1998: 156), o SPI foi implementado quatro anos depois, no governo de Nilo Peçanha<sup>10</sup>. Para compreender os motivos pelos quais o Serviço foi criado, segundo Lima (1995), é necessário abdicar de “toda ilusão de que um desejo ‘humanitarista protetivo’ encontra-se nos alicerces da ação inaugurada em 1910 face aos indígenas”.

Na implantação do órgão ocorreram articulações e arranjos políticos entre agentes do Estado que obtiveram um elevado grau de eficácia para consecução de seus objetivos e, entre outros expedientes, conseguiram implantar um único órgão burocrático, especialmente dedicado à tarefa de atuar com os índios.

Simultaneamente, o Serviço, como era chamado pelos seus primeiros integrantes, produziu uma associação totalmente descabida: a de que proteger os índios era o mesmo que defender a existência de um órgão burocrático único, unicamente dedicado a tal tarefa (LIMA, 1995: 23).

Desta forma, o Estado passa a exercer o poder tutelar sobre os índios, prolongando o processo de conquista com ações tipicamente militares, pois “é a força militar que territorializa, pela sua fixação em unidades administrativas, impondo um controle centralizado a redes sociais a serem compostas em uma única comunidade política” (LIMA, 1995: 76). Conquista ou Guerra de Conquista nos remete a pensar o poder “em termos de combate, de confronto, de guerra, [...] guerra prolongada por outros meios” Desta forma, “o poder político, ao se fazer a paz, re-atualiza a guerra sob diferentes modos. Conseqüentemente [...] deve-se interpretar as lutas políticas como formas de continuidade e de deslocamento da guerra” (LIMA, 1995: 44).

O caráter militar de ocupação e delimitação de espaços e populações indígenas fica evidente no léxico empregado pelo órgão indigenista: posto, frente de atração, “patentes militares” atribuídas aos indígenas, etc. (LIMA, 1995: 78).

O processo de “proteção” e territorialização das populações indígenas é executado para “organizar” o uso de certos espaços e produzir um *discurso* específico a respeito de toda esta situação. *Discurso* que legitima certos direitos e muitos deveres,

---

<sup>10</sup> Nilo Procópio Peçanha (1867 - 1924) Assumiu a presidência da república após o falecimento de Afonso Pena, em 14 de junho de 1909, e governou até 15 de novembro de 1910. Foi, talvez, o único mulato presidente do Brasil. Seu governo foi marcado pela agitação política em razão de suas divergências com Pinheiro Machado, líder do Partido Republicano Conservador.



que exige e justifica a formação e manutenção de um aparato estatal, cujos funcionários têm, entre outras missões, o dever de alimentar e fortalecer aquele *discurso*.

Após a criação do órgão, Rondon torna-se, ou é convenientemente transformado, em figura emblemática. Sua atuação junto aos povos indígenas é elevada à condição de um paradigma. Décadas mais tarde, o legado político de Rondon seria disputado por vários atores sociais, inclusive por indígenas que buscarão re-significar seu ideário.

Quando da criação do SPI, São Paulo e parte do Sul do país viviam um período de expansão dos empreendimentos capitalistas, com a instalação de linhas férreas e a derrubada de matas para formação de campos de cultivo. Dados a respeito do desenvolvimento econômico de São Paulo, naqueles anos, registram a importância da agricultura paulista para a economia brasileira:

Começou com a expansão do café, fortemente incentivada depois que a São Paulo Railway ligou, em 1867, o planalto oeste, a capital e o porto de Santos. [...] Em 1919, São Paulo ocupava lugares proeminentes na produção de seis tipos de colheitas. Era o primeiro produtor de café, algodão, arroz e feijão; o segundo de milho; aparecia com destaque na cana-de-açúcar. Os 80.921 agricultores paulistas recenseados em 1920 respondiam por 29% da produção nacional. [...] Estavam no estado 48,8% das máquinas beneficiadoras de arroz instaladas no país, 49% das máquinas de café e 56,9% das de cereais (FONT, 1990).

Uma rede de transportes é estabelecida:

No planalto, as ferrovias se expandiram rapidamente, e o sistema como um todo passou de 139 km em 1870 para 2.329km em 1890 e 3.315km em 1900. Nos vinte anos seguintes elas dobraram de extensão, alcançando 6.616km. Embora a capital (São Paulo) e o porto (Santos) já estivessem ligados aos lugares mais distantes do estado, o sistema continuou a crescer, alcançando 7.099km de extensão em 1930 (Ellis, 1937, p. 286-7). [...] Mais de mil quilômetros de rodovias completavam o sistema em meados da década de 1920, quando começou a era de automóveis e caminhões (FONT, 1990).

O fluxo destes empreendimentos não se deteria diante dos índios que ocupavam a região, porém, a “civilização” e o “progresso” não poderiam ficar maculados por relatos de massacre de populações indígenas e mortes de trabalhadores e colonos.

Em 1910, concretizam-se novos lances de um processo que, durante o Império, teve seu momento institucional mais significativo na criação da Lei de Terras de 1850. À época, discutia-se no Parlamento o destino a ser dado aos indígenas. A proposta vitoriosa, codificada no Regulamento acerca das missões de catequese e civilização dos Índios, de julho de 1845, era “trazer os nativos para compor a nação via catequese religiosa” (SPOSITO, 2006: 216).

Tal como em 1845, no breve governo de Nilo Peçanha, o trato com os índios estava encoberto por um *discurso* de proteção, cuja razão mais objetiva para a criação do Serviço era resolver um problema de acesso e posse de terras. Não é fortuita, portanto, a instalação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais no recém criado Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, que também possuía em sua estrutura um Serviço de Povoamento e Hospedarias de Imigrantes.

A precedência da questão fundiária pode ser evidenciada pelo fato de não existir, até 1916, no regime republicano, um estatuto jurídico especial para os índios. A promulgação do Código Civil brasileiro, em 1916, preenche parcialmente esta lacuna, que, no entanto, só será complementada em 1928, com a Lei nº 5484. Estes textos legais estabelecem a noção de capacidade civil relativa, a exigir a instituição da tutela, exercida pelo Serviço de Proteção aos Índios.

Outra evidência da fragilidade da suposta “proteção” eram os procedimentos consagrados, até 1961, para estabelecer e garantir o usufruto indígena sobre um território:

O mecanismo para efetivação da posse indígena sobre a terra era a solicitação caso a caso, pelo Serviço, aos estados da União Federal, das áreas de terra que julgassem necessárias para reservar a um grupo indígena, tal implicando uma maior margem de manobra política, e demandando inevitáveis alianças e conchavos regionalmente diferenciados (LIMA, 1998: 160).

Evidentemente, nos estados a tendência era negar terras aos índios. A intervenção do governo central, no caso republicano, a expressão política do governo Federal, sempre foi reivindicada e defendida pelos líderes indígenas. Desde a época do Império, verdadeiras sagas poderiam ser escritas a respeito das longas viagens e dos diversos expedientes empregados pelos indígenas para fazer valer seus direitos junto ao imperador e, posteriormente, junto ao presidente da República.

A legislação indigenista interna ao SPI garantia direitos que só começaram a ser formalizados na Constituição de 1934. Os Estados sempre dificultaram a cessão de terras devolutas para o domínio da União. Tratavam as terras dos índios como devolutas, mesmo após a Constituição de 1934, que, pela 1ª vez, estabeleceu o respeito à “posse de terras de silvícolas que nelas se achem permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las” (Brasil. Leis, 1993, p. 17). Foi um conflito de competências que atravessou a história do SPI e só foi encerrado, em 1973, com o Estatuto do Índio (OLIVEIRA & FREIRE, 2006: 120).

“No cômputo geral, o SPI reservou pequenas áreas que funcionavam mais como reserva de mão de obra do que favoreciam a reprodução socioeconômica dos índios”

(OLIVEIRA & FREIRE, 2006: 122). Testemunhos como o do Major P. Marcos, em artigo publicado em 1967 na revista A Defesa Nacional, atestam que:

O SPI na Amazônia está praticamente ausente. Verbas curtas, pessoal sem preparo adequado e em pequeno número, deficiência absoluta ou quase de meios de transporte, tudo isso concorre para a ineficiência e o descrédito. Há, a nosso ver, nesse serviço uma inversão pois nas regiões onde mais se faz necessária a sua presença efetiva, aí ele é ausente ou dispõe de efetivos ridículos enquanto que em outras regiões, bem dotadas de meios de transporte, de comunicações e de recursos, ele se faz presente em permanência (MARCOS, 1967: 67).

De acordo com o *discurso* governamental, para proporcionar o tempo necessário à completa integração ao modo de vida do “branco”, o Estado promoveria um cerco de paz envolvendo as populações indígenas, protegendo-as de agressões externas. A partir de então, um corpo burocrático passa a ser responsável por reconhecer o índio, enquadrá-lo, apresentá-lo aos outros brasileiros. Estes funcionários tornam-se “os especialistas da significação” (LIMA, 1995: 77).

A história do Serviço de Proteção aos Índios – SPI é plena de contradições. Sem recursos necessários para exercer efetivamente o seu papel, limitou sua atuação a determinados povos e regiões. Contando, na maioria dos casos, com recursos humanos despreparados para enfrentar a complexidade social, política, lingüística, que tinha pela frente, o Serviço atuava muito aquém das necessidades de cada povo “atendido”.

Em sua atribulada existência, o SPI conviveu anos com o Conselho Nacional de Proteção aos Índios. – CNPI, criado em 22 de novembro de 1939, composto por sete membros “de ilibada reputação e comprovada dedicação à causa da integração dos silvícolas à comunhão brasileira”. O Conselho tinha a função de orientar e fiscalizar a ação do Serviço, sendo presidido pelo Marechal Rondon por muitos anos. Segundo João Pacheco de Oliveira,

As relações do CNPI com qualquer outra instância política – governos estaduais, ministérios, Congresso Nacional, Presidência da República – envolvia o concurso do Gal. Rondon. Era seu prestígio que estabelecia relações e “abria portas” para o Conselho – e não as determinações regimentais deste. Eventualmente o General tomava decisões sem a participação coletiva do Conselho, pois em várias sessões deixou-se de deliberar sobre vários assuntos por falta de *quorum* mínimo (2/3 dos membros). Os outros conselheiros, via de regra, apoiavam suas decisões. A documentação do CNPI enfatiza o doutrinário e o papel central de Rondon, mostrando o estabelecimento de hierarquizações “consensuais” que encontraram seus limites na burocracia do SPI (OLIVEIRA & FREIRE, 2006: 130).

Desta forma, nem agência, nem Conselho funcionavam a contento. O Conselho foi presidido por Heloísa Alberto Torres até seu fechamento junto com o SPI, em 1967. Pelo conselho passaram os debates a respeito da superação do projeto protecionista pelos paradigmas da antropologia do pós-guerra (OLIVEIRA & FREIRE, 2006).

Nas seções do Conselho também foram realizados debates acerca da criação do Parque Indígena do Xingu, cuja proposta foi apresentada em 1952, por Orlando Villas Boas, Darcy Ribeiro, Heloísa Alberto Torres e o brigadeiro Raymundo Vasconcellos Aboim, com apoio do marechal Rondon, ao vice-presidente Café Filho (OLIVEIRA & FREIRE, 2006). O Parque foi criado em 19/04/1961, pelo presidente Jânio Quadros, sua área correspondia a apenas um quarto da superfície inicialmente proposta.

Abalado por sucessivas crises, o Serviço de Proteção aos Índios chega à segunda metade da década de 1960 manchado por graves acusações. Seus dirigentes e funcionários eram acusados de serem responsáveis pelo genocídio de grupos indígenas, corrupção e incompetência na condução da política indigenista. As denúncias ganharam as páginas da imprensa nacional e repercutiram no exterior, com danos à imagem da ditadura militar, implantada em 1964 (ISA<sup>11</sup>, 2010; CUNHA, 1998).

A repercussão das denúncias contribuiu para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, cujos trabalhos resultaram na demissão de dezenas de servidores do órgão indigenista (OLIVEIRA & FREIRE, 2006).

Simultaneamente, o novo regime implementa redefinições na burocracia estatal em função do novo contexto político-social e da perspectiva de um ciclo de crescimento econômico, com expansão da fronteira agrícola do país (LIMA, 1998: 170).

Estes fatores se somam causando a extinção do antigo SPI e a criação, pela Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, de um novo órgão indigenista, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, gestada no âmbito do Conselho Nacional de Política Indigenista – CNPI. No entanto,

Criada para continuar o exercício da tutela do Estado sobre os índios, a FUNAI tem os seus princípios de ação baseados no mesmo paradoxo fundador do SPI: o “respeito à pessoa do índio e às instituições e comunidades tribais” associado à “aculturação espontânea do índio” e à promoção da “educação de base apropriada do índio visando sua progressiva integração na sociedade nacional” (OLIVEIRA & FREIRE, 2006: 131).

---

<sup>11</sup> <http://www.socioambiental.org/pib/portugues/indenos/presfunai.shtm>

Na prática, tal como o SPI, a política da FUNAI apesar de pregar o respeito à cultura indígena, está subordinado à necessidade de integração, portanto, o estímulo à mudança (aculturação) prevalece. O foco da ação seria o patrimônio econômico indígena, renda manipulada para diversos fins, desde o financiamento de projetos indigenistas a iniciativas administrativas.

A 19 de dezembro de 1973, foi sancionada a Lei nº 6.001, o Estatuto do Índio, que passou a regular a situação jurídica dos índios e das comunidades indígenas. Ao legislar sobre direitos civis e políticos, terras, bens, rendas, educação, cultura, saúde e penalidades, o Estatuto manteve a ideologia civilizatória e integracionista da legislação do SPI, adotando também o arcabouço jurídico tutelar e classificatório que identificava a situação dos índios no país. Quase 1/3 da lei (22 artigos) regulamentava as atividades relativas às terras dos índios, cujo art. 65º das Disposições Gerais, estabelecia o prazo de cinco anos para a demarcação de todas as terras indígenas, prazo não cumprido até hoje (OLIVEIRA & FREIRE, 2006: 131-132).



## Capítulo 2

### *Discurso* destinado à Nação

Os registros do capítulo anterior evidenciam conflitos, alianças, enfrentamentos, enfim, o envolvimento contínuo dos povos indígenas com grupos armados ao longo da história do Brasil.

Neste capítulo serão identificados os principais efeitos do *discurso* militar sobre os povos indígenas (AUSTIN, 1975). Serão examinados textos legais criados por militares e, posteriormente impingidos aos povos indígenas, juntamente com projetos, peças publicitárias e entrevistas de oficiais e generais a órgãos da imprensa.

O *discurso* fixado nos textos oficiais tem um cunho institucional e destinam-se à organização e prescrição de funcionamento de agências e a atuação de agentes do Estado. Tais como as entrevistas, estes *discursos* destinam-se a todos os brasileiros.

#### 2.1. Ricos vazios sem fim – *Discurso* nos anos 1970

A retórica do governo militar, implantado em março de 1964, foi marcada nos anos 1970 pelas palavras *segurança, desenvolvimento e integração*. No início daquela década, o país apresentava índices de crescimento do Produto Interno Bruto oscilando em torno de 9,0%. Otimistas, os governantes difundiam a idéia da transformação do Brasil em potência mundial. O regime estava em sua fase de maior autoritarismo, sob a presidência do general Emílio Garrastazu Médici (30/10/1969 a 15/03/1974), que assina, em 16 de junho de 1970, o Decreto-Lei 1.106 criando o Plano de Integração Nacional<sup>12</sup>,

[...] com dotação de recursos no valor de dois bilhões de cruzeiros, a serem constituídos nos exercícios financeiros de 1971 a 1974, inclusive, com a finalidade específica de financiar o plano de obras de infra-estrutura, nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDENE<sup>13</sup> e da SUDAM<sup>14</sup> e promover sua mais rápida integração à economia nacional (BRASIL, 1970).

---

<sup>12</sup> <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/1965-1988/De11106.htm>

<sup>13</sup> SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, fundada em 1959 com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento da região foi desativada em 05/2001 e recriada em 01/2007.

Entre outras iniciativas, o Plano de Integração Nacional financiou o projeto Radar na Amazônia – RADAM, com o objetivo de coletar dados sobre o solo e o subsolo da Amazônia e áreas adjacentes da região Nordeste. Em junho de 1971, iniciou-se o aerolevanteamento. Os voos acumularam dados publicados em 18 volumes, com 117 mapas temáticos versando sobre geologia, solos, aptidão agrícola, recursos vegetais, geomorfologia e uso potencial da terra (BRASIL, 2010)<sup>15</sup>. Com a tecnologia disponível à época foi possível identificar áreas com recursos minerais passíveis de exploração.

Grande parte dos recursos do Plano de Integração Nacional foi destinada à abertura e construção de estradas para estabelecer a ligação da Amazônia com outras regiões do País. Atendendo ao objetivo de *colonizar* a região, o Decreto-Lei 1.106 determinou, em seu artigo 2º, que fosse reservada uma faixa de terra de até dez quilômetros à esquerda e à direita das novas rodovias para, “executar a ocupação da terra e a adequada exploração econômica” (BRASIL, 1970).

Cada detalhe estava, aparentemente, previsto e planejado com antecedência. Mas nem tudo era tão racional como o *discurso* governamental propagava:

“Na teoria, cada governo planejava seus três últimos anos e os dois primeiros da administração seguinte. Na prática, o texto do Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo estava na gráfica quando” o Ministro Reis “Velloso foi surpreendido pela decisão de Médici (tomada durante uma conversa de avião) de mandar rasgar a rodovia Transamazônica. Tivera que recolher os originais de seu plano estratégico, reescrevendo-os, e fazendo crer que o voluntarismo presidencial fora um ato pensado, inserido no Programa de integração nacional, o PIN” (GASPARI, 2003: 297n).

A publicação *Isto É, Dinheiro*<sup>16</sup>, muitos anos depois, apresenta o relato do episódio, também registrado no *site*:

Delfim conta, pela primeira vez, como nasceu a obra mais ambiciosa da ditadura militar, que consumiu cerca de 35 bilhões de reais (preços atualizados para o ano 2000) resultou num enorme fracasso e nunca ficou pronta.

A decisão aconteceu numa viagem de avião. Eu e o presidente Médici estávamos voando de Manaus para Recife. Àquela altura, havia uma seca brutal no Nordeste. Médici viu a mata de cima, virou-se para mim e disse: Temos de fazer alguma coisa. Quero abrir uma estrada para aliviar as pressões sociais.

---

<sup>14</sup> SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, fundada em 1966, com objetivos semelhantes aos da SUDENE, foi substituída pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia e recriada em janeiro de 2007.

<sup>15</sup> <http://www.cprm.gov.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=796&sid=9>

<sup>16</sup> [http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/12001\\_OS+ARQUIVOS+DE+DELFIM](http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/12001_OS+ARQUIVOS+DE+DELFIM)



Logo que pousou, Delfim tomou medidas práticas. Sem consultar ninguém, nem mesmo os governadores da região, cortou metade dos subsídios dados à Sudene e à Sudam. O dinheiro foi destinado à construção dos 5 mil quilômetros da Transamazônica (ISTOÉ DINHEIRO, 2000).

A decisão intempestiva de iniciar a construção da rodovia produziu efeitos desastrosos sobre os povos indígenas que viviam próximos ao traçado da obra (DAVIS, 1978: 93). Garantir a segurança e manter a saúde de uma população indígena, com pouca interação com não índios, não é uma tarefa trivial. Os primeiros contatos entre europeus e indígenas haviam deixado evidente o enorme risco deste “encontro” para os índios.

Rio-92, Cúpula ou Cimeira da Terra América, e era-lhes desfavorável na África. Na África os europeus morriam como moscas; aqui eram os índios que morriam: agentes patogênicos da varíola, do sarampo, da coqueluche, da catapora, do tifo, da difteria, da gripe, da peste bubônica, possivelmente a malária, provocaram no Novo Mundo o que Dobyns chamou de “um dos maiores cataclismos biológicos do mundo” (CUNHA, 1998: 12 e 13).

O tempo necessário e as medidas que deveriam ser tomadas para garantir condições mínimas de proteção à saúde e segurança das populações que seriam afetadas pelo contato intenso com não índios, eram sobejamente conhecidos desde há muito.

O Parque Nacional do Xingu, proposto em 1952, havia sido implantado em 1961 (MENEZES, 1999). Sua criação e a atenção à saúde dos índios comprovaram que para evitar um desastre humanitário nas comunidades indígenas, eram necessários alguns anos de trabalho atento e dedicado. Não foi o que ocorreu na Transamazônica.

Em 30 de agosto de 1970, as máquinas da empreiteira Mendes Júnior iniciaram o desmatamento do primeiro trecho da rodovia, entre Estreito, no Maranhão, e Marabá, no Pará. Depois de empregar quatro mil homens na abertura da estrada e consumir sete milhões de reais para cada quilômetro construído, em 30 de agosto de 1972, era inaugurada a obra.

Foi impossível determinar o número de vidas Jiahui, Araweté, Parakanã, Asurini, Pirahã, Arara, Apinajé, Munduruku, Tembé, Gavião Parkatêjê entre outros povos, ceifadas por doenças, fome e assassinatos nestes dois anos.

Igualmente indeterminado ficou o número de trabalhadores que morreram durante a construção da estrada. Vítimas de acidentes de trabalho, doenças, conflitos nos acampamentos e até picada de cobras.

Baseado no lema “terra sem homens para homens sem terra”, o governo de Garrastazu Médici pretendia *colonizar* a Amazônia com a instalação de núcleos habitacionais – agrovilas – ao longo das estradas. Sobre estes planos, o Coronel Mário Andreazza, então Ministro dos Transportes, em depoimento feito na Câmara dos Deputados, em 1º de julho de 1970, afirmava:

Duas necessidades históricas transcendentais - marcadas, cada uma, por aspectos singulares que as tornam tão profundamente diversas entre si - desafiam a Nação Brasileira, neste limiar da década de 70. Refiro-me, de um lado, ao imperativo de aceleração do processo de efetiva incorporação da Amazônia ao nosso patrimônio, econômico, social e cultural, pela integração do imenso território virgem às demais regiões do País e pela ocupação, exploração ordenada e racional da terra, através da fixação do homem ao longo dos seus ricos vazios sem fim. Doutra parte, desejo reportar-me à contingência do Nordeste, cuja face sofrida e terrivelmente angustiada pela seca, novamente contempla a face da própria Nação (ANDREAZZA, 1970: 3).

Para desenvolver a Amazônia, os “ricos vazios sem fim” deveriam ser povoados por milhares de nordestinos, “vítimas da seca”, que teriam uma nova oportunidade de construir seu futuro:

Com esses três mil novos quilômetros de estradas, semeadas ao longo de vales férteis, conjugados com outras importantes obras e medidas do Governo Federal na região, abrem-se, a um só tempo, perspectivas largas e generosas, sem precedentes em nossa luta pelo desenvolvimento econômico e social, para a definitiva ocupação da Amazônia e para o descortino de horizonte mais amplo para o nosso irmão nordestino (ANDREAZZA, 1970:4).

No pronunciamento de Mário Andreazza, um aspecto se destaca: o absoluto silêncio a respeito dos habitantes da Amazônia, entre estes, os indígenas: não há qualquer referência aos possíveis impactos das futuras obras na vida daquela população. Temos aqui outra forma de “produzir realidades”: promover o silêncio a respeito de situações incômodas e, no limite, silenciar aqueles que têm informações ou interpretações divergentes sobre a questão.

O coronel não diz como o governo federal trataria as populações indígenas que seriam, inevitavelmente, expostas a um contato contínuo com a frente de colonização. Silenciando-se sobre esta questão, Andreazza contribuiu para estender um manto de invisibilidade sobre os povos indígenas. Ao *esvaziamento* retórico da Amazônia, segue-se o esvaziamento de fato da região, uma vez que os povos indígenas tiveram perdas populacionais catastróficas. Os Parkatêjê, por exemplo, perderam 70% de sua população.

Nestes primeiros registros do *discurso* militar que, sintomaticamente “não enxerga” os índios, podemos destacar algumas categorias frequentemente acionadas, tais como: *vazio demográfico*, *povoamento*, terra sem homens, *desenvolvimento*, *integração*. Observa-se que determinadas categorias são apresentadas em duplas complementares, como na seguinte formulação: promover o *desenvolvimento é povoar*. Evidentemente, segundo os militares, povoar com a população adequada, de forma “ordenada” e “racional”.

As imagens que eventualmente acompanhavam os *discursos* tornavam-se, por sua vez, *discursos* emblemáticos e conseqüentemente intensificavam o *poder de fala* dos militares (AUSTIN, 1975: 12). Chama atenção a capa da publicação com o pronunciamento do ministro. É uma verdadeira síntese das intenções do governo:



FIGURA 2.1 – Ilustração de capa – *discurso* de Mário Andrezza  
Fonte: ANDREAZZA; MÁRIO. 1970, capa.

A abertura de estradas prometia concretizar o projeto de *colonização* da região amazônica com a maciça transferência de trabalhadores nordestinos para o noroeste do país. O desenho sinaliza que para a Amazônia, iriam também brasileiros da região sul e sudeste – entre estes, os empresários, protagonistas do *desenvolvimento*. O grafismo sobre o mapa pode ser visto como uma espada ou um cruzeiro, símbolos clássicos da *colonização, povoamento e civilização*, ícones assumidos pelo Exército e estampados em inúmeros brasões de organizações militares, como veremos à frente. Outro sinal sugestivo é a cor verde das setas que dirigem o deslocamento das populações que ocupariam “a terra sem homens”.

Em seu *discurso*, Mário Andreazza (1970: 4) afirmou: “Pelo milagre do trabalho e da fé, em breve a Nação Brasileira reproduzirá, com estradas de rodagem que se cruzam no âmago da imensa floresta tropical, a própria imagem do Cruzeiro do Sul dos nossos céus” (ANDREAZZA, 1970: 4). Para viabilizar estes investimentos, o poder executivo promulgou a Lei 5.917, de 10 de setembro de 1973, aprovando o *Plano Nacional de Viação*<sup>17</sup>, cujos artigos registram a preocupação com a *segurança nacional*:

Art 3º O Plano Nacional de Viação será implementado no contexto dos Planos Nacionais de Desenvolvimento e dos Orçamentos Plurianuais de Investimento, [...] obedecidos, especialmente os princípios e normas fundamentais seguintes:

j) Os projetos e atividades destinados a atender as necessidades de Segurança Nacional e as de caráter social, inadiáveis, definidas como tais pelas autoridades competentes serão financiados por recursos especiais consignados ao Ministério dos Transportes.

Art 18. [...] São declaradas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais, na região da Amazônia Legal, [...] as terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura, em cada lado do eixo das [...] rodovias já construídas, em construção ou projetadas (BRASIL, 1973).

Examinando as datas de aprovação das leis relacionadas ao objeto da dissertação, percebe-se uma sintomática coincidência: três meses depois da promulgação do *Plano Nacional de Viação*, o *Estatuto do Índio* é aprovado no Congresso Nacional (Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973). A proximidade das datas indica que a chamada *questão indígena* estava sendo pensada, provavelmente por um círculo restrito de dirigentes do Governo Federal, no mesmo contexto da discussão sobre o *desenvolvimento*.

---

<sup>17</sup> <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L5917.htm>

Os povos indígenas que não haviam sido citados no *discurso* do ministro Andreazza, seriam tipificados e disciplinados pelo *Estatuto do Índio* (SILVA, C. & LORENZONNI, 2010) Estes aspectos são evidentes em vários artigos, como por exemplo, no artigo 1º: “Esta Lei regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional” (BRASIL, 1973). O artigo 2º, que estabelece o dever da União, Estados e Municípios:

- III - respeitar, ao proporcionar aos índios meios para o seu desenvolvimento, as peculiaridades inerentes à sua condição;
- V - garantir aos índios a permanência voluntária no seu habitat, proporcionando-lhes ali recursos para seu desenvolvimento e progresso;
- VIII - utilizar a cooperação, o espírito de iniciativa e as qualidades pessoais do índio, tendo em vista a melhoria de suas condições de vida e a sua integração no processo de desenvolvimento (BRASIL, 1973).

E o artigo 4º:

Os índios são considerados:

I - Isolados - Quando vivem em grupos desconhecidos ou de que se possuem poucos e vagos informes através de contatos eventuais com elementos da comunhão nacional;

II - Em vias de integração - Quando, em contato intermitente ou permanente com grupos estranhos, conservam menor ou maior parte das condições de sua vida nativa, mas aceitam algumas práticas e modos de existência comuns aos demais setores da comunhão nacional, da qual vão necessitando cada vez mais para o próprio sustento;

III - Integrados - Quando incorporados à comunhão nacional e reconhecidos no pleno exercício dos direitos civis, ainda que conservem usos, costumes e tradições característicos da sua cultura (BRASIL, 1973).

Ao relacionar os *discursos* dos militares às leis promulgadas no início da década de 1970, percebe-se uma estreita correspondência entre Amazônia e povos indígenas:

#### QUADRO 2.1

Amazônia e Índios no *discurso* militar – década de 1970

<b>Amazônia</b>	<b>Índios</b>
Efetiva incorporação da Amazônia ao nosso patrimônio.	Integrar os índios progressiva e harmoniosamente à comunhão nacional.
Ocupação e exploração ordenada e racional da terra.	Melhoria de suas condições de vida e a sua integração no processo de desenvolvimento.
Abrem-se, a um só tempo, perspectivas largas e generosas, sem precedentes, na luta pelo desenvolvimento econômico e social.	Garantir aos índios a permanência voluntária no seu habitat, proporcionando-lhes ali recursos para seu desenvolvimento e progresso.

A rodovia Transamazônica cortou o território de duas dezenas de povos indígenas, abrangendo, pelo menos, 5.000 índios “integrados”, 500 “em contato intermitente” e 3.500 “isolados” (LEPARGNEUR, 1975: 42). A construção de outras obras de infraestrutura, o incentivo à migração de milhares de brasileiros para as agrovilas, próximas à estrada, e a exploração de riquezas minerais na região afetaram a vida de inúmeras comunidades indígenas.

Foi o caso, por exemplo, dos Waimiri-Atroari. No início da década de 1970, o Governo Federal iniciou a ocupação maciça do território deste povo. Nos anos 1972-1977, grandes projetos de desenvolvimento regional, literalmente os atropelaram: o território foi cortado pela estrada Manaus - Boa Vista (BR 174); o grupo empresarial Paranapanema passou a explorar uma mina de estanho na região e a Eletronorte iniciou a construção da Usina Hidrelétrica de Balbina, cujo lago artificial cobriu extensa área do território indígena (BAINES, 1991: 97-103). Assassinatos, confrontos com invasores, doenças e desnutrição reduziram a 332 pessoas uma população estimada em cerca de 2.000 indivíduos (BAINES, 1991: 78).

Os Yanomami também sofreram com a ação militar pelo *desenvolvimento*, em razão da construção da BR-210, denominada Perimetral Norte, iniciada em meados de 1973. Parte desta obra foi confiada ao 1º Batalhão de Engenharia e Construção e o restante à construtora Camargo Corrêa. A estrada, prevista no Plano de Integração Nacional, partiu do município de Caracaraí e atingiu a porção sudoeste das terras Yanomami, em 1974. Foram abertos 211 quilômetros, cortando a região dos rios Catrimani e Ajarani, onde estavam localizadas várias aldeias que, até então, permaneciam praticamente sem contato.

Os resultados foram desastrosos: conflitos, epidemias e fome atingiram as comunidades causando enorme perda populacional. “Estima-se que mais de 50% da população de quatro comunidades do Catrimani e 22% dos Yanomami da área do rio Ajarani morreram de gripe, sarampo, tuberculose e malária, entre outras” (CCPY, 2001). Em 1977, depois de haver investido mais de 1,4 bilhão de reais (custo médio atualizado para 2000), o Governo Federal, alegando falta de verbas, paralisa a construção e manutenção da rodovia, que desde então permanece abandonada.

Anos depois, a publicidade dada ao potencial mineral do território Yanomami, detectada pelo projeto RADAM, produziu a invasão de garimpeiros atraídos pelo ouro supostamente abundante na região. Este movimento vai se intensificando com o correr

do tempo, agravando no final dos anos 1980 e tomando a forma, a partir de 1987, de uma verdadeira “corrida do ouro”. A destruição nas margens e leitos de igarapés e rios; a contaminação da água com mercúrio e outros poluentes; a desorganização da vida comunitária em dezenas de aldeias; o contágio produzido pelo contato massivo e desordenado entre a população Yanomami e os invasores; o desaparecimento da caça em muitas áreas; os conflitos entre invasores e indígenas, somados a outros problemas, causaram uma verdadeira devastação entre os Yanomami, reproduzindo o desastre humanitário verificado durante a construção da Perimetral Norte.

Aliados e simpatizantes da causa Yanomami se mobilizaram e sustentaram uma longa campanha pela demarcação da terra indígena na fronteira do Brasil com a Venezuela. Representantes de mineradoras, garimpeiros, políticos e agentes públicos do então Território Federal de Roraima, no campo contrário, tentaram impedir a demarcação.

A regularização fundiária do território Yanomami foi marcada por intensas polêmicas. Relatórios, artigos e um número indeterminado de declarações e depoimentos foram produzidos de meados dos anos 1970 até sua homologação em 1992. Neste processo encontramos as principais tensões presentes na luta pela efetivação dos direitos indígenas no Brasil. Este é um dos motivos da atenção devotada aos Yanomami nesta dissertação, correspondendo à importância que os militares lhes atribuem.

A combinação de todos os fatores: denúncia de genocídio; garimpo, desastre ambiental e evasão de riquezas; atuação de missionários; presença de cientistas estrangeiros; população indígena numerosa e dispersa em extensa região de fronteira; mobilizou a atenção dos militares que, por dever de ofício, mostraram-se preocupados com possíveis riscos à *segurança e soberania nacional*. A Força Terrestre foi capaz de produzir *discursos e representações*. No entanto, não produziu medidas objetivas para proteger a Amazônia.

Diante de uma crise destas proporções, diante de ameaças à maior porção do Território Nacional, considera-se a hipótese que, de imediato, a Força Terrestre providenciasse a transferência de unidades militares para a região; formulasse de um programa de pesquisas para abordar e compreender a complexidade das múltiplas dimensões da Amazônia; desenvolvesse procedimentos para apreender, entender e aproveitar os conhecimentos da população local; incentivasse a incorporação de jovens

da região às fileiras do Exército; providenciasse o desenvolvimento de pesquisas para produção de material bélico e meios de transporte militar adequados à região; entre outras medidas pertinentes. Não há registro de iniciativas desse porte.

O que pode ser verificado é que, até meados da década de 1980, cerca de 3% do efetivo do Exército estava instalado em toda a Amazônia. Quanto à capacidade militar, sabe-se que a descoberta de um movimento de guerrilha na Amazônia<sup>18</sup>, surpreendeu o Exército, que se mostrou inteiramente despreparado para atuar com eficácia na região.

A ideia da “Amazônia como um rico e imenso vazio”, acionada no *discurso* militar no início da década de 1970, permanecerá estável ao longo de 40 anos. Também estável é a oferta deste “úmido vazio” aos nordestinos. O artifício discursivo pode ser esquematizado da seguinte forma: *discurso* esvazia a Amazônia de humanidade → propagar o *vazio* implica silenciar a respeito dos índios → sob o manto de invisibilidade e silêncio muitos crimes são possíveis → tragicamente atingidos pelo “progresso” comunidades indígenas desaparecem → produção de espaço vazio.

A caracterização da Amazônia como um “vazio sem fim” denota a concepção da região como uma *tabula rasa* pronta para ser definida simbolicamente pelo centro de poder, adequada para receber ações e projetos de *desenvolvimento* externos à região, preparada para ser apropriada por iniciativas e agentes econômicos de outros lugares, em prejuízo de sua população tradicional (BECKER, 2005: 53).

O binômio típico do *discurso* militar na época, segurança + desenvolvimento, implica outros pares: desenvolvimento + povoamento e povoamento + integração. Em síntese: com segurança é possível haver desenvolvimento, para desenvolver é necessário povoar, povoando *integra-se* a Amazônia.

O *discurso* militar estabelece uma homologia entre a Amazônia e os índios. Neste caso, à medida que a Amazônia fosse integrada ao restante do Brasil, os índios seriam “harmoniosamente integrados” à população brasileira. Fim da Amazônia selvagem e primitiva, os “silvícolas primitivos” desapareceriam.

---

<sup>18</sup> A denominada Guerrilha do Araguaia, organizada pelo Partido Comunista do Brasil na tríplice divisa de Goiás, Pará e Maranhão, foi combatida pelo exército a partir de 1972, e apenas em dezembro de 1974, depois de mobilizar cinco mil soldados para combater cerca de cem guerrilheiros, é que o movimento foi debelado.



## 2.2. Estado Yanomami – *Discursos* durante o Regime Militar e na Nova República

O objetivo desta seção é analisar a Lei de Criação da FUNAI (1967), algumas versões dos estatutos deste órgão (1968) e o *Projeto Calha Norte* (1985). Serão discutidos, portanto, textos produzidos no início do regime militar e outros, escritos dezoito anos depois, já no governo civil de José Sarney. Poderemos comparar as vicissitudes do *discurso* elaborado no período em que as Forças Armadas concentravam o máximo de poder político, com o *discurso* elaborado por militares sob as ordens de um governo civil. Como em outros contextos da política indigenista, esta comparação nos trará surpresas.

### 2.2.1. Rupturas e continuidades

Ao longo do século XX, tivemos no Brasil, diversos arranjos institucionais e suas respectivas gradações: ditadura militar, democracia parlamentarista, ditadura civil, democracia presidencialista. O país percorreu o espectro político passando por um governo de direita, orientado por princípios fascistas, como o *Estado Novo* (30/09/1937 a 29/10/1945), atingindo, no pólo oposto, o governo de João Goulart (04/09/1961 a 01/04/1964), taxado de populista e esquerdista, voltando a governos de direita na ditadura militar (01/04/1964 a 15/03/1985). Nesta trajetória, os brasileiros viveram experiências políticas de cunho nacionalista, como no segundo mandato de Getúlio Vargas, entre 1951 e 1954, e períodos de forte abertura ao capital estrangeiro, como na década de 1970.

Fotos da multidão nas avenidas centrais do Rio de Janeiro ou São Paulo, no início do século XX, e imagens destes locais na década de 1980, ilustram as profundas mudanças nos costumes, processos de trabalho e lazer ao longo do período. O Brasil deixou de ser predominantemente rural, com 90,6% de sua população fixada no campo em 1900, passando por períodos de industrialização e crescimento das cidades,

fechando a década de 1980 com 67,6% de população vivendo em contexto urbano (IBGE, 2010)<sup>19</sup>.

No entanto, ao longo de quase todo o século XX, a relação entre as instituições do Estado brasileiro e os povos indígenas permanece impermeável às mudanças. Examinando as constituições federais elaboradas neste período, verifica-se que os princípios norteadores da política indigenista, serão alterados apenas na Constituição de 1988. Os diversos textos constitucionais prescreviam a ação da União frente à população indígena de forma padronizada até o processo constituinte de 1988.

Na Constituição Federal promulgada por uma Assembléia Nacional Constituinte em 1934, fica estabelecido que: “É competência da União legislar sobre: incorporação dos silvícolas à comunhão nacional” (BRASIL, 1934)<sup>20</sup>; na Constituição outorgada pelo Presidente Getúlio Vargas em 1946, lê-se: “É competência da União legislar sobre: incorporação dos silvícolas à comunhão nacional” (BRASIL, 1946)<sup>21</sup>; por sua vez, a Constituição outorgada, elaborada pelo Congresso Nacional em 1967 estabelece que: “É competência da União legislar sobre: nacionalidade, cidadania e naturalização; incorporação dos silvícolas à comunhão nacional” (BRASIL, 1967a)<sup>22</sup> e em 1969, a nova redação da Constituição de 1967 – outorgada pela Junta Militar no poder, determina que: “É competência da União legislar sobre: nacionalidade, cidadania e naturalização; incorporação dos silvícolas à comunhão nacional” (BRASIL, 1969a)<sup>23</sup>.

Em todas estas constituições, os povos indígenas são citados como *silvícolas*, cujo significado é “quem nasce ou vive na selva”, “selvagem”, “habitante das florestas”. *Silvícola* induz o interlocutor a identificar um *habitat* exclusivo para os indígenas. Selva, espaço primitivo a ser integrado ao Brasil. Estamos diante da necessidade de integrar os *silvícolas* à sociedade brasileira. A determinação constitucional é fazer com que os índios deixem de ser índios. Os indígenas são tratados como “seres em trânsito”, portadores de direitos temporários (ARAÚJO, 2006). Seres em movimento para o mundo ocidental, outros diriam, em evolução.

---

<sup>19</sup> [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1940\\_1996.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1940_1996.shtm)

<sup>20</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm)

<sup>21</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm)

<sup>22</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm)

<sup>23</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil/Constituicao/Emendas/Emc\\_anterior1988/emc01-69.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm)

Percebe-se no escopo das diversas constituições a continuidade de um *discurso* que remete os povos indígenas a um estágio civilizatório inferior ao já alcançado pela sociedade brasileira. São silvícolas que devem evoluir de modo a serem incorporados à comunhão nacional. Melhor dizendo, os índios devem ser conduzidos, sob diretrizes emanadas pela União, à comunhão nacional.

### 2.2.2. A FUNAI e seu Estatuto

A Fundação Nacional do Índio foi criada por meio da Lei<sup>24</sup> 5.371, de 5 de dezembro de 1967, com as seguintes finalidades:

I - estabelecer as diretrizes e garantir o cumprimento da política indigenista, baseada nos princípios a seguir enumerados:

- a) respeito à pessoa do índio e as instituições e comunidades tribais;
- b) garantia à posse permanente das terras que habitam e ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nela existentes;
- c) preservação do equilíbrio biológico e cultural do índio, no seu contato com a sociedade nacional;
- d) resguardo à aculturação espontânea do índio, de forma a que sua evolução socioeconômica se processe a salvo de mudanças bruscas;

II - gerir o Patrimônio Indígena, no sentido de sua conservação, ampliação e valorização;

III - promover levantamentos, análises, estudos e pesquisas científicas sobre o índio e os grupos sociais indígenas;

IV - promover a prestação da assistência médico-sanitária aos índios;

V - promover a educação de base apropriada do índio visando à sua progressiva integração na sociedade nacional;

VI - despertar, pelos instrumentos de divulgação, o interesse coletivo para a causa indigenista;

VII - exercitar o poder de polícia nas áreas reservadas e nas matérias atinentes à proteção do índio.

Parágrafo único. A Fundação exercerá os poderes de representação ou assistência jurídica inerentes ao regime tutelar do índio, na forma estabelecida na legislação civil comum ou em leis especiais (BRASIL, 1967b).

A ausência da palavra silvícola e o uso das expressões “instituições e comunidades tribais” e “grupos sociais indígenas”, indicam que há, por parte dos

---

<sup>24</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/1950-1969/L5371.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L5371.htm)

autores do texto, a preocupação com os indígenas enquanto coletividades, e não só como indivíduos. O texto reafirma a política de *integração* do índio à sociedade brasileira, no entanto, assinala o longo tempo que este processo exige. Isto implica uma *integração* gradual.

A progressiva *integração* do índio à sociedade nacional é matizada por noções menos simplificadoras a respeito dos povos indígenas e a consequência é o reconhecimento da necessidade de um largo intervalo de tempo para a promoção da propalada *integração*.

Outra novidade, considerando a época de limitadas liberdades democráticas, é a ênfase em promover “pesquisas científicas sobre o índio e os grupos sociais indígenas” e despertar “o interesse coletivo para a causa indigenista”.

Tudo parece indicar que no processo de construção do arcabouço legal da FUNAI, propostas de especialistas foram incorporadas pelos militares que tinham a missão de organizar “um novo órgão indigenista”. Segundo o antropólogo Roque Laraia “[...] a FUNAI parecia uma coisa nova, uma tábua de salvação. Afinal, quem tinha feito todo o projeto da FUNAI era a Heloísa Alberto Torres<sup>25</sup>” (LARAIA, 2000).

João Pacheco de Oliveira e Carlos Augusto da Rocha Freire, citam o envolvimento do Conselho Nacional de Política Indigenista – CNPI no processo de criação da FUNAI:

De 1955 a 1967, quando foi extinto, o CNPI foi presidido pela antropóloga Heloísa Alberto Torres. Foi o período em que o Conselho contou com inúmeros cientistas sociais como membros, entre os quais Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira. A presença indígena no meio urbano, assim como a interação com o indigenismo latino-americano estiveram entre as principais polêmicas do CNPI. Foi no âmbito do Conselho que foram gestados os planos para uma nova política indigenista a ser implementada na FUNAI a partir de 1968 (OLIVEIRA & FREIRE, 2006).

A implantação da Fundação Nacional do Índio, em pleno regime militar, é um exemplo das trajetórias, às vezes inesperadas, da política indigenista no Brasil. É no momento de maior autoritarismo, de maior centralização do poder nas mãos dos militares que o órgão indigenista, então em processo de criação, obedece a uma lógica político-administrativa diferente do padrão da época.

---

<sup>25</sup> Heloísa Alberto Torres (1895-1977) foi diretora do Museu Nacional e ao longo de sua vida profissional desenvolveu trabalhos nas áreas de Antropologia, Arqueologia, Etnologia e política indigenista entre as décadas de 1930 e 1960 (CORREA & MELLO, 2009).

Ambiguidades, incoerências, contradições, rupturas, inconsistências, são frequentes no desenrolar da “ação do Estado sobre a ação dos povos indígenas” no Brasil (LIMA, 1995).

Dois meses depois de implantada, veio a público o primeiro Estatuto da FUNAI<sup>26</sup>, por meio do Decreto 62.196, de 31 de janeiro de 1968. Esta versão repete integralmente os sete itens transcritos na página anterior. Para administrar a FUNAI, o Estatuto define no artigo 5°:

A Fundação será administrada por um Conselho Diretor, constituído de um representante de cada um dos seguintes órgãos: a) Ministério do Interior; b) Ministério da Marinha; c) Ministério do Exército; d) Ministério da Aeronáutica; e) Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF); f) Conselho Nacional de Pesquisas; g) uma Universidade Federal; h) Fundação Serviço Especial de Saúde Pública (SESP); i) Associação Brasileira de Antropologia, sociedade civil sediada no Estado da Guanabara; j) Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e l) Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (BRASIL, 1968).

Além da direção colegiada, outros aspectos do texto merecem atenção: o reconhecimento da autoridade intelectual de uma organização da sociedade civil, ou seja: a Associação Brasileira de Antropologia – ABA e a inclusão de uma universidade e do Conselho Nacional de Pesquisa – CNP, no Conselho Diretor. O documento se mostra uma “criatura híbrida”. Parece atender aos desígnios militares e, simultaneamente, abrigar a contribuição de especialistas que não apresentavam uma ligação orgânica com o governo militar.

É preciso lembrar que estávamos em janeiro de 1968, os militares concentravam decisões e poderes. Veremos páginas à frente que, em muitos aspectos, a visão mais geral de que os índios deveriam ser integrados ou simplesmente desapareceriam, era compartilhada entre os militares e a opinião pública. A  *moldura positivista*  e o apego às teses neoevolucionistas influíam também no posicionamento de indigenistas e antropólogos. Nesta discussão nada parece ser linear, estamos diante, enfim, de um complexo embate de ideias e  *discursos* .

A proposta de condução do novo órgão, por meio de um Conselho Diretor, não foi aceita sem resistências. Três meses depois de instalado, o Conselho foi extinto pelo presidente Artur da Costa e Silva, pelo Decreto 64.447<sup>27</sup>. A FUNAI passa a ser dirigida

---

<sup>26</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/D62196.htm#estatuto](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D62196.htm#estatuto)

<sup>27</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/D62196.htm#estatuto](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D62196.htm#estatuto)

por um presidente, como determina o Art. 5º nesta versão do Estatuto: “A Fundação será administrada por um presidente nomeado pelo Presidente da República por indicação do Ministro do Interior” (BRASIL, 1969b).

Em substituição ao Conselho Diretor, os militares criam um Conselho Indigenista, com as seguintes características:

I - três (3) representantes do Ministério do Interior sendo um de livre escolha do Ministro de Estado e os demais indicados pelos órgãos de desenvolvimento regional que forem solicitados;

II - Um (1) representante de cada um dos Ministérios Militares;

III - Um (1) representante do Ministério da Agricultura, por indicação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal;

IV - Um (1) representante do Ministério da Saúde, por indicação da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública;

V - Um (1) representante do Conselho Nacional de Pesquisa; e

VI - Um (1) representante do Ministério da Educação e Cultura.

§ 1º O Ministro do interior poderá convidar, até duas entidades, públicas ou privadas de caráter cultural ou científico a indicarem representantes para integrar o Conselho Indigenista.

§ 2º Os membros do Conselho Indigenista serão nomeados pelo Presidente da República, com mandato de 2 (dois) anos, encaminhados as indicações respectivas pelo Ministro do Interior.

§ 3º A escolha dos representantes recairá em pessoas de ilibada reputação, de nível superior de instrução e de preferência afeitas à problemática indigenista (BRASIL, 1969b).

Transparece nesta versão a intenção de efetivar o controle sobre a direção da FUNAI. Assessorar o presidente da instituição passa ao segundo plano.

Estas diferentes versões do Estatuto da FUNAI atestam que havia, entre os atores deste processo, posições divergentes a respeito do desenho organizacional do novo órgão indigenista. Tudo se passa durante o governo do general Artur da Costa e Silva, uma das fases mais “fechadas” do regime militar. Neste período, os generais, caso julgassem conveniente, poderiam impor uma “solução” aos civis envolvidos na discussão. Esta decisão não foi tomada de imediato, o que pode indicar a existência de posições diferentes entre os militares.

Outra versão do Estatuto da FUNAI torna-se oficial com o Decreto 65.474, de 21 de outubro de 1969. Neste texto<sup>28</sup> é mantida a figura do presidente e é modificada a

---

<sup>28</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto/1950-1969/D65474.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/1950-1969/D65474.htm)

composição do Conselho Indigenista, reduzindo-se o número de conselheiros e centralizando um pouco mais o controle militar sobre o órgão:

Art. 7º O Presidente da Fundação contará com o apoio técnico, científico e cultural do Conselho Indigenista, constituído de sete membros.

§ 1º O Ministro do Interior poderá convidar entidades públicas ou privadas de caráter cultural ou científico, para participarem das reuniões do Conselho Indigenista.

§ 2º Os membros do Conselho Indigenista serão nomeados pelo Presidente da República por indicação do Ministro do Interior, com mandato de dois anos.

§ 3º A escolha dos integrantes recairá em pessoas de comprovado conhecimento da problemática indigenista (BRASIL, 1969c).

O país vivia uma aguda crise política e o presidente Costa e Silva, gravemente enfermo, estava definitivamente impossibilitado de exercer suas funções. Uma junta militar, composta pelos ministros-chefes das três forças armadas, assume o poder. Seriam os meses iniciais do período mais sombrio da ditadura militar, que incidiram também sobre os povos indígenas.

### 2.2.3. *Discurso e Assinaturas*

A exposição de motivos 018/85, de 19 de junho de 1985, é um documento de quatro páginas, nove parágrafos, datilografado em itálico, trazendo a assinatura do proponente, general Rubens Bayma Denys e, em sua primeira página, a assinatura “José Sarney” encimada pela expressão “Aprovo. Em 19.06.85”. Tudo como recomenda o bom trâmite burocrático. Tudo simples e direto como reza a tradição militar. Aquelas quatro páginas atestavam o nascimento do Programa Calha Norte.

É possível que no momento da assinatura do Presidente, a 4.000 quilômetros de distância do Palácio do Planalto, alguns Yanomami descansassem despreocupados, observando as pessoas que cruzavam o pátio interno da grande maloca em Paapiú, uma remota área no noroeste de Roraima, imersa na densa floresta que cobre a região, próxima à fronteira do Brasil com a Venezuela.

As assinaturas naquela asséptica exposição de motivos contribuíram para instalar um verdadeiro caos entre os Yanomami. É o que nos relata Alcida Ramos:

Em 1986, no mesmo ano em que veio a público o Projeto Calha Norte, a Força Aérea ampliou uma minúscula pista de pouso no coração das terras Yanomami, num local conhecido como Paapiú, em plena floresta tropical do Estado de Roraima. De um pequeno retângulo de cerca de 300 metros de comprimento, até então utilizado por aviões monomotores da Missão Evangélica da Amazônia (MEVA) ou da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a pista do Paapiú cresceu para cerca de mil metros; os cem metros de cada lado da pista passaram a ser área de segurança nacional. Por isso, os Yanomami foram obrigados a demolir sua grande casa comunal que por acaso haviam muito antes construído dentro dessa faixa de cem metros.

Como os militares não tinham qualquer plano de construir uma base naquele local, assim que completaram o trabalho, foram embora, deixando para trás os escombros da casa comunal Yanomami e um mal aparelhado posto da FUNAI.

Poucos meses depois, a pista era invadida por centenas de garimpeiros em busca de ouro. Em dois anos o número de invasores havia aumentado para quase 50 mil, quase oito vezes a população Yanomami do Estado de Roraima. De Paapiú irradiaram-se para virtualmente todo o território Yanomami no Brasil, atravessaram a fronteira e foram explorar ouro também na Venezuela.

Enquanto os garimpeiros provocavam um colapso na subsistência dos índios e introduziam devastadoras epidemias de malária - doença até então praticamente ausente na região do Paapiú - médicos, missionários católicos e antropólogos que trabalhavam com os Yanomami eram expulsos da área.

Durante dois anos nada se pôde saber do que acontecia lá dentro. Os Yanomami foram totalmente privados de serviços de saúde justamente quando mais necessitavam deles, pois as epidemias de malária e outras moléstias trazidas pelos garimpeiros começavam a se propagar pelas comunidades como fogo selvagem (RAMOS, 1993: 5)

Para compreender as razões do caos produzido nas terras Yanomami é necessário acompanhar o percurso e o conteúdo da Exposição de Motivos aprovada pelo presidente.

#### 2.2.4. Projeto Calha Norte (PCN)

Em 19 de junho de 1985, o Presidente da República José Sarney, no cargo há três meses, aprova a exposição de motivos recomendando a instalação de um grupo de trabalho interministerial, com o objetivo de apresentar um plano de *desenvolvimento* para a região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas. O grupo foi composto por representantes da Secretaria de Planejamento da Presidência da República – SEPLAN, do Ministério das Relações Exteriores – MRE; do Ministério do Interior – MINTER e da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional – SG/CSN. Seis



meses depois, o general Rubens Bayma Denys, coordenador dos trabalhos, apresenta o projeto que seria conhecido como *Calha Norte*.

O *Projeto Calha Norte* tramitou como documento confidencial e foi executado ao longo de 1986 e 1987 com discrição. O conjunto de suas ações seria conhecido apenas em outubro de 1987, quando, no Congresso, uma Comissão Parlamentar de Inquérito recebeu sua documentação (OLIVEIRA, 1990: 17).

O *Projeto Calha Norte* causou intensa polêmica e foi objeto de vários trabalhos acadêmicos, como por exemplo: *Projeto Calha Norte: Política de Defesa Nacional e Segurança Hemisférica na Governança Contemporânea* (NASCIMENTO, D. 2005), *Projeto Calha Norte e suas Transformações* (ANDRADE, 2003) e *Projeto Calha Norte: Antecedentes Políticos* (DINIZ, 1994), entre outros.

Algumas das análises iniciais a respeito do Programa, destacando a militarização da política indigenista, encontram-se na publicação *Antropologia e Indigenismo*, com destaque para o artigo *Segurança das Fronteiras e o Novo Indigenismo: Formas e Linhagem do Projeto Calha Norte* (OLIVEIRA, 1990).

Para atender aos objetivos desta seção foram selecionados três documentos do *Projeto Calha Norte: A Exposição de Motivos 018/85*, de 19 de junho de 1985, assinada pelo general Rubens Bayma Denys; o texto *Desenvolvimento e Segurança na Região ao Norte das Calhas dos Rios Solimões e Amazonas – Projeto Calha Norte*, apresentado ao presidente José Sarney em 19 de dezembro de 1985 e o folheto para divulgação do projeto.

## 2.2.5 - Exposição de Motivos 018/85

A Exposição de Motivos aborda a região como um problema a ser enfrentado:

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, a região ao norte das calhas dos Rios Solimões e Amazonas tem-se consubstanciado em uma preocupação constante ao longo dos anos, no que tange à sua efetiva integração ao contexto nacional, devido às grandes dificuldades impostas pelo meio ambiente ao desenvolvimento.

2. Trata-se de área praticamente inexplorada, correspondendo a 14% do Território Nacional e delimitada por uma extensa faixa de fronteira praticamente habitada por indígenas.

3. Este último aspecto, por si só, vem crescendo nova magnitude ao problema geral da área, uma vez que a conhecida possibilidade de conflitos fronteiriços entre alguns países vizinhos aliada à presente conjuntura no Caribe podem tornar possível a projeção do antagonismo Leste-Oeste na parte Norte da América do Sul (BRASIL, 1985a).

Nesta concepção, promover o *desenvolvimento* econômico implica “domar” a natureza. Neste contexto, *desenvolver* a Amazônia é um projeto de *conquista* (LIMA, 1995). Não se trata de conhecer a região, estudá-la, compreender seus limites e possibilidades e, sim, *conquistá-la*, torná-la *produtiva*.

Na seção anterior registramos a ação dos militares, no início da década de 1970, para promover a *integração* da Amazônia. A região foi “contemplada” com projetos de *desenvolvimento* e *colonização*, muito recurso foi investido em obras de infraestrutura e assentamentos de migrantes. Tudo em nome da *segurança nacional*, da *ordem* e do *progresso*. Depois de quinze anos, dirigentes militares empregam novamente em seus *discursos*, as noções de segurança e desenvolvimento, para respaldar a continuidade da intervenção na Região Norte do País. Agora trata-se da *conquista* de uma parte da Amazônia: a região ao norte dos rios Solimões e Amazonas, a *Calha Norte* destes rios.

Tal como está escrito, o primeiro parágrafo da Exposição de Motivos convida um leitor muito especial, o Presidente da República, a tomar atitude em benefício do Brasil: integrar a parte mais remota da Amazônia ao “contexto nacional”, promover o seu desenvolvimento. Para garantir o desenvolvimento da região, no entanto, dificuldades deverão ser superadas, pois, existem vidas “fora do contexto” da nação brasileira, naquele espaço: “Trata-se de área praticamente inexplorada, [...] praticamente habitada por indígenas”.

O terceiro parágrafo torna explícita a relação *fronteira extensa + indígenas + contexto geopolítico internacional = ameaça à segurança nacional*. Povos indígenas vivendo próximos à fronteira proporcionam “nova magnitude ao problema geral da área”. Neste *discurso*, parece ser imprudente contar com indígenas para assegurar a soberania nacional na região onde vivem.

Súbito, o texto muda o foco. Os autores passam a discorrer sobre antagonismos que poderão se projetar na região, dadas suas fragilidades. O texto prossegue e ficamos sabendo que à Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional foi encomendado um levantamento de dados sobre a região e que concluído o trabalho, ficaram demonstrados fatores adversos, destacando-se em síntese:

[...] o imenso vazio demográfico da região, o ambiente hostil e pouco conhecido, a grande extensão da faixa de fronteira escassamente povoada, bem como a suscetibilidade da Guiana e do Suriname à influência ideológica marxista, aspectos estes que tornam vulnerável a soberania nacional (BRASIL, 1985a).

É importante frisar que a “susceptibilidade da Guiana e do Suriname<sup>29</sup> à influência ideológica marxista” tem bases frágeis e, dadas as características sociopolíticas, econômicas e geográficas dos dois países, a possibilidade de causarem perturbações na fronteira do Brasil é remota, por diversos motivos.

Os dois países se caracterizavam, em meados dos anos 1980, por baixo crescimento econômico, baixo nível de renda e muita instabilidade política. Egressos de longo período sob administração colonial (Guiana: Inglaterra e Suriname: Holanda), suas respectivas instituições políticas ainda estavam se consolidando em um complicado processo de construção do Estado (VISENTINI, 2002<sup>30</sup>).

A Exposição de Motivos apresentada pelo general Bayma Denys não afirma que a população indígena é reduzida. Mas, destaca que há *um imenso vazio demográfico* da região.

Pode-se sugerir que o *vazio demográfico* signifique baixa densidade populacional, ou seja, poucos habitantes por quilômetro quadrado. A noção de baixa densidade populacional como um problema tinha grande apelo nos anos 1970 e 1980 e, em certa medida, ainda encontra uma firme audiência nos dias de hoje. O texto não desqualifica diretamente a população indígena, mas deixa claro que para preservar a soberania nacional é necessário algo mais.

Baixa densidade e *vazio demográfico* podem significar: poucos habitantes por quilômetro quadrado e, também, poucos habitantes com pertencimento nacional vivendo na região. Torna-se urgente, portanto, “povoar a Amazônia”. Vejamos a solução apresentada no texto:

A análise desses aspectos e de outros de ordem econômica, política e social, permite concluir por um planejamento abrangente, de médio a longo prazo, visando direcionar a atuação governamental, em conjunto com a iniciativa privada, para promover a ocupação e o desenvolvimento da área de modo harmônico e adequado aos interesses nacionais (BRASIL, 1985a).

A solução é “promover a ocupação [...] da área.” Não há qualquer consideração a respeito dos interesses e dos direitos dos indígenas. O poder executivo deve promover o *desenvolvimento* da região “de modo harmônico e adequado aos interesses nacionais”.

---

<sup>29</sup> Os dois países tornaram-se independentes tardiamente (Guiana em 1961 e Suriname em 1975); ambos contam com uma população reduzida (Guiana: 800.000 e Suriname 450.000, dados de 2000) e concentrada no litoral, cerca de 90% na costa e cercanias; ambos estão voltados para o Caribe e, apesar de possuírem boa parte do território coberto pela floresta tropical, se encontram separados da Bacia amazônica pelo planalto das Guianas, cujos picos mais elevados chegam a atingir três mil metros de altitude (VISENTINI, 2002).

<sup>30</sup> <http://www6.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo2.pdf>

O texto não afirma diretamente que os índios não contribuem para o *desenvolvimento* local, mas, afirma-se claramente que a região deve ser ocupada. Não basta *povoar*, é necessário que *iniciativas privadas* sejam articuladas para quebrar o *vazio demográfico*.

As afirmações vão reforçando a ideia de que os indígenas e seu espaço devem ser *conquistados*, pois com eles, não parece ser possível o *desenvolvimento* adequado aos *interesses nacionais*. Então, o que fazer com os indígenas? Respostas, agora sim, diretas, no parágrafo 6:

Nesse ponto, permito-me resumir, em elenco, as necessidades fundamentais e imediatas, julgadas prioritárias para essa Secretaria-Geral:

- b) aumento da presença militar na área;
- d) definição de uma política indigenista apropriada à região, tendo em vista principalmente a faixa de fronteira;
- h) ampliar a oferta de recursos sociais básicos (BRASIL, 1985a).

O texto considera incompleta a política indigenista em execução. Mas não condena o tratamento dado aos indígenas, o que não é um mero detalhe. O *discurso* militar condena o tratamento dado à região, à *faixa de fronteira*.

As providências a serem adotadas serão desenhadas por um grupo de trabalho coordenado pela Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional. Meses depois, o general Bayma Denys apresenta o relatório final, intitulado: *Desenvolvimento e Segurança na Região ao Norte dos Rios Solimões e Amazonas* e traz o subtítulo que nomeia definitivamente o empreendimento proposto: *Projeto Calha Norte*.

#### 2.2.6. Desenvolvimento e Segurança ao Norte dos Rios Solimões e Amazonas

O Projeto é apresentado em um documento de 45 páginas, composto por cinco capítulos (*Diagnóstico; Estratégia; Projetos Especiais; Implementação dos Projetos; Ações Subsequentes*), trazendo anexa a Exposição de Motivos 018/85.

No capítulo *Projetos Especiais*, são destacadas as seguintes seções: 1) Incremento das Relações Bilaterais; 2) Aumento da Presença Militar na área; 3) Intensificação das Campanhas de Recuperação dos Marcos Limítrofes e 4) Incremento das Áreas da FUNAI na Faixa de Fronteira.

As questões relacionadas aos povos indígenas são encontradas ao longo do texto e detalhadas na seção específica sobre a FUNAI. Na segunda página, encontramos as seguintes considerações:

Sob o aspecto confidencialidade, [...] observe-se que muitos dos temas abordados, tais como reformulação de políticas indigenistas, retomada da demarcação de fronteiras ou localização de instalações militares, requerem tratamento sigiloso pelo menos nos estágios iniciais de alta sensibilidade política (BRASIL, 1985b).

Os autores tinham consciência de que, ao tratar da política indigenista sob a orientação da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, se expunham a muitas críticas. Em função disto, o projeto ganharia visibilidade e poderia ser até mesmo paralisado por ações judiciais ou pressões políticas no Congresso. À época, o titular do Ministério do Interior era o coronel Mário Andreazza. O presidente da FUNAI, a partir de maio de 1986, era Romero Jucá. Ambos atentos ao “necessário silêncio”.

O regime de exceção estava encerrado, no entanto, a proposição do *Projeto Calha Norte* significou sua continuidade ao norte dos rios Solimões e Amazonas. Assim, a população que continuaria sob regras de exceção era majoritariamente a população indígena da região. Podemos comprovar esta afirmativa analisando os seguintes excertos dos *discursos* registrados: “a região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas tem-se consubstanciado em uma preocupação constante ao longo dos anos, no que tange à sua efetiva integração ao contexto nacional.” É proposto, em consequência, “aumento da presença militar na área” e reivindica-se a “definição de uma política indigenista apropriada à região, tendo em vista principalmente a faixa de fronteira” (BRASIL, 1985b).

No capítulo *Diagnóstico* do Projeto Calha Norte, podemos ler a respeito da política indigenista a ser implementada:

Definição de uma Política Indigenista apropriada à Região: a primeira vista, esta atividade não demandaria recursos financeiros adicionais. Contudo, uma nova política indigenista deve partir de uma experiência de campo intensificada sobretudo na região Yanomami, e de crescente cooperação com os órgãos congêneres dos países limítrofes através do MRE. [...] Ademais, os temas de política indigenista estão entre os de maior responsabilidade política e, no passado recente, foram explorados em detrimento da boa imagem do país (BRASIL, 1985b).

Ao examinar diversas expressões de *discursos* militares, percebe-se que o território Yanomami ocupa lugar de destaque no conjunto das atenções e preocupações militares com a *segurança* e *soberania*. Tudo se passa como se uma importante batalha tivesse ocorrido naquele território e o momento agora seria de contra-ataque.

O excesso de atenção com os Yanomami compromete os argumentos em defesa do Projeto Calha Norte, que alegava o perigo marxista presente na Guiana e no Suriname. Basta examinar o mapa da América do Sul para nos convenceremos de que há uma contradição entre recomendar cuidado com a fronteira com os dois países caribenhos e priorizar a fronteira com a Venezuela e Colômbia.

No capítulo *Estratégia*, temos as seguintes considerações:

A Área caracterizada pela presença de índios Yanomami, com uma pequena população estimada em 7. 500 índios que vivem em dezenas de malocas esparsas, adjacente a um longo trecho de 900 quilômetros de fronteira com a Venezuela, país onde também residem numerosos contingentes indígenas da mesma etnia. Há bastante tempo, observam-se pressões, tanto nacionais quanto de estrangeiros, visando constituir - às custas do atual território brasileiro e venezuelano - um Estado Yanomami (BRASIL, 1985b).

A criação de um *Estado Yanomami* será frequentemente lembrada em textos e *discursos* sobre a faixa de fronteira ao norte do rio Solimões/Amazonas. Mesmo conhecendo em detalhes a complexidade de organizar e colocar em movimento a estrutura de um Estado, os militares e seus ideólogos insistem em apontar um suposto “país Yanomami” como um perigo para a integralidade do território brasileiro.

Ainda no capítulo *Estratégia*, são destacadas seis áreas de intensa presença indígena: área Yanomami, alto rio Negro, Raposa Serra do Sol, região do alto Solimões, área do Tumucumaque (Pará) e Amapá na fronteira com a Guiana Francesa. As quatro primeiras áreas são apontadas como prioridades e receberão recursos financeiros, pois segundo o texto ali “subsistem problemas indígenas” (BRASIL, 1985b: 7).

Finalmente, com relação ao incremento das ações da FUNAI na Faixa de Fronteira, constata-se que o *Programa Calha Norte*, em suas ações indigenistas, apenas repete os equívocos do SPI e dos anos iniciais da FUNAI (OLIVEIRA, 1990).

#### 2.2.7. Folheto Calha Norte

“Isto significa que os nossos índios estão preparados para ser tão úteis quanto qualquer brasileiro. Afinal eles são brasileiros” (FUNAI, 1986). A frase, retirada de um folheto de divulgação do Projeto Calha Norte, traz, semioculta, a certeza, da parte de quem o redigiu, que os indígenas não são plenamente identificados como *brasileiros*.

Os índios podem ser úteis... desde que sejam preparados para isto. Mas, para serem úteis, os índios devem ser como qualquer brasileiro. Essa afirmação nos leva a pensar que, para ser reconhecido como cidadão útil, o índio deve assumir prioritariamente a identidade de brasileiro. São preparados e úteis aqueles que se identificam tanto conosco que se tornam “nossos”. Mas devem se submeter a provas para serem reconhecidos como tal. Vejamos a frase acima inserida em seu contexto:

**O Brasil preservando o índio. E vice-versa.**

Os índios têm condições de fazer tudo. Tanto é verdade que os Kaingang da reserva de Passo Fundo, no sul do país, detêm o recorde nacional da produção de trigo. Uma produtividade maior ainda do que a média da Argentina e da Rússia. Isso significa que os nossos índios estão preparados para ser

tão úteis quanto qualquer brasileiro. Afinal, eles são brasileiros. É o que vai acontecer também na região amazônica com o Projeto Calha Norte. Onde o índio terá todas as condições necessárias para trabalhar em sua terra. Desenvolver as suas lavouras, explorar racionalmente as riquezas do seu solo. E, acima de tudo, preservar a condição que ele ama tanto quanto ser brasileiro: ser índio. Por isso, Calha Norte quer dizer máquinas, educação, saúde, demarcação, proteção e tudo mais que as reservas indígenas precisam para prosperar. É um projeto que assegura ao índio todos os seus direitos como cidadão. Inclusive ter os seus costumes, a sua crença e a sua cultura protegidos. Para que recordes como o dos Kaingang se repitam em todas as reservas indígenas. E revelem a capacidade de trabalho de um povo que tem muito a contribuir para o Brasil.

FIGURA 2.2 – Folheto Calha Norte – verso

É necessário que uma voz autorizada proclame que “Os índios têm condições de fazer tudo.” A comprovação é competir e vencer brasileiros e estrangeiros. O objeto da competição é a produção de excedentes, de um alimento exógeno para o mercado capitalista de grãos. No folheto, os objetivos do Programa Calha Norte estão explícitos: “É o que vai acontecer também na região amazônica com o *Projeto Calha Norte*. Onde o índio terá todas as condições necessárias para trabalhar em sua terra. Desenvolver as suas lavouras, explorar racionalmente as riquezas do seu solo”.

A conexão entre a noção militar de *vazio demográfico*, ausência de *desenvolvimento* local, e *povos indígenas* a serem *integrados à comunhão nacional*, pode ser identificada neste trecho do *discurso* militar. Teríamos áreas de vazios de empreendimentos capitalistas, vazio de propriedades privadas, e não simplesmente ausência de populações ou baixa densidade demográfica em uma região. Desta forma, uma região como a do território Yanomami, povoada, à época, por cerca de 13 mil pessoas, mas que não conta com *propriedade privada*, é uma área de *vazio demográfico*.

A relação indicada no parágrafo anterior foi sugerida por Patrícia Lorenzoni (Universidade Gotteburg, Suécia), no Seminário, "Demarcação, soberania nacional e propriedade privada: re-lendo Hobbes e Locke dos trópicos", realizado em 05/06/2009, promovido na Universidade de Brasília pelo Grupo de Estudos em Relações Interétnicas – GERI. Voltaremos à esta conexão páginas à frente.

Os criadores do folheto buscaram identificar o Projeto Calha Norte com seus supostos beneficiários. O grafismo com o nome do Projeto, logo abaixo do padrão de cestaria indígena, é um exemplo desta tentativa. Certamente se identificam com o folheto os dirigentes do Projeto Calha Norte e o Presidente da FUNAI que, em última instância, autorizaram sua produção e distribuição. Podemos afirmar o mesmo com relação aos generais e outros oficiais do Exército que se pronunciaram a respeito da *questão indígena* em meados dos anos 1980. Vejamos a parte anterior do folheto:



FIGURA 2.3 – Folheto Calha Norte – frente.



Ao analisar o *discurso* militar registrado nos documentos do *Projeto Calha Norte* podemos concluir que algumas noções apresentam muita *estabilidade* no conjunto de expressões militares. A necessidade de *povoar, vivificar a faixa de fronteira* é uma destas noções. O povoamento deve ser feito de modo a garantir o *desenvolvimento* da região, o que só é possível, de acordo com o *discurso militar*, com o desenvolvimento da *iniciativa privada*, atividades extrativas, comerciais ou até mesmo industriais que gerem riqueza e renda. A noção de que é necessário garantir a presença de “nacionais” na fronteira não é tão estável quanto as anteriores. Veremos páginas à frente que outros militares do Exército, em contexto histórico diferente, reconheciam os índios como *Sentinelas das nossas fronteiras*.

Discutindo aspectos históricos a respeito do *discurso militar indigenista* ou analisando expressões objetivas deste *discurso* podemos comprovar que, apesar do Exército ser uma instituição altamente hierarquizada e uniforme, não é possível caracterizar o *discurso militar indigenista* como homogêneo e desprovido de nuances.

O Exército está imerso em uma sociedade complexa e se constitui como um aparato institucional do Estado brasileiro. Analisando o funcionamento dos órgãos do poder executivo no Brasil, Antonio Carlos Souza Lima, afirma:

Embora muitas vezes a ideologia interna de aparelhos governamentais ou não governamentais se retrate enquanto entidades sem conflitos internos – ‘grande famílias’ – na realidade estas instituições são virtualmente campos de disputa, em que variados interesses estão em jogo, todas detendo constrições hierárquicas e numerosos atritos. Muitas dessas histórias têm algum tipo de ligação com a demanda de verbas ou de autonomia institucional, ou ainda de controle monopólico de um conjunto de funções (LIMA, 1995: 17).

Obviamente tal conclusão deve se aplicar também aos militares, o que contribui para corroborar a afirmação de que não existe homogeneidade e/ou uniformidade no interior do Exército, a respeito do tratamento a ser dispensado pela instituição aos indígenas brasileiros.

O fato é que a posição segundo a qual os indígenas representam um grande perigo para a nação pode ser majoritária. O que não quer dizer que os portadores desta posição possam simplesmente descartar outras ideias divergentes. Estamos diante de uma situação comum no campo das disputas políticas: formam-se duas ou mais correntes de opinião a respeito de um aspecto importante na vida institucional de um organismo estatal. Por diversos motivos, um dos grupos pode ser mais eficiente na comunicação de suas ideias que os demais. Neste caso, ouviríamos com facilidade os

“gritos” do primeiro grupo e, simultaneamente, teríamos que aguçar nossa atenção para perceber os “sussurros” divergentes desta primeira corrente de expressão.

### **2.3 - A vida cristalina de um Tarzan – Entrevistas à Imprensa**

São raras as oportunidades de se ouvir militares brasileiros expondo opiniões publicamente. De modo geral, apenas os oficiais superiores, no exercício de suas funções, prestam esclarecimentos ou concedem entrevistas à imprensa. A revista *Veja* publicou uma série de entrevistas concedidas por militares entre 1968 e 1998, período cuja análise é relevante para compreendermos o *discurso militar indigenista*. Por este motivo foi escolhida como fonte de dados sua seção de entrevistas, as “páginas amarelas”, e o contexto sociopolítico da época explícito na publicidade, agenda cultural, noticiário geral, economia, etc.

O tema central das entrevistas era, quase sempre, a conjuntura política da época. O período escolhido compreendia 17 dos 21 anos do regime instaurado em março de 1964, quando os indígenas, mais que nunca, estavam sob administração militar. A Fundação Nacional do Índio – FUNAI, criada em 1967, ficou sob o comando de coronéis e generais por longos períodos e foi vinculada ao Ministério do Interior, também administrado por militares entre 1967 e 1974. Estes fatos induziram à hipótese de que os entrevistados poderiam se referir à *política indigenista* como parte de suas preocupações, uma vez que as discussões sobre a Amazônia e a respeito da soberania nacional deveriam perpassar as demais agendas de governo. Seria possível, portanto, avaliar como e em que medida a *questão indígena* era relevante no período 1968/1998 e como mobilizava a atenção dos militares.

A primeira entrevista de um militar às “páginas amarelas”, em 13/08/1969, foi com o tenente-coronel Mauro Costa Rodrigues, coordenador nacional do Projeto Rondon. Mauro Costa falou de *desenvolvimento*, *segurança*, luta do homem contra a natureza, fase evolutiva, *integração nacional*, *conquista*. Referiu-se muitas vezes aos caboclos da Amazônia, mas nem ao menos uma vez cita a palavra índio.

O segundo militar ouvido por *Veja* foi o coronel Mário Andreazza (02/09/69) que discorreu sobre *progresso e desenvolvimento*, justiça social e *segurança*. Falou a respeito das grandes estradas na Amazônia, mas não pronunciou a palavra índio.

O general Carlos Meira Matos foi entrevistado em 01/10/1969. Respondendo sobre uma suposta guerra revolucionária, o general identificou como inimigo interno os membros de organizações de esquerda que pregavam a luta armada contra o regime. No rol de suas preocupações, não apareciam os índios, nem tão pouco a população na faixa de fronteira.

Jarbas Passarinho, ocupando o cargo de Ministro do Trabalho, foi o quarto militar a tecer considerações para a revista (15/10/1969). Discorreu a respeito de democracia, *segurança*, previdência social e participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, mas, como os anteriores, não emitiu qualquer juízo a respeito dos povos indígenas. Nas edições seguintes, três outros oficiais do Exército concederam depoimentos sem fazer qualquer referência aos índios.

Só em 20 de setembro de 1972, é que surge pela primeira vez nas “páginas amarelas” a palavra índio dita por um militar. Na entrevista, Jarbas Passarinho, então Ministro da Educação, Cultura e Desportos, tentava justificar o fracasso brasileiro nas Olimpíadas de Munique – o Brasil conquistara apenas duas medalhas de bronze. O ministro prometia melhores resultados no futuro, e para isto, entre outras providências, propunha: “Fazer como o Quênia – aí é que entram o caboclo e o índio - no esquema de aproveitamento de talentos naturais”. A intenção do Ministro era valer-se da suposta capacidade do índio para a corrida e do caboclo para a canoagem.

Nos anos seguintes, outros militares concedem entrevistas à *Veja*, sem fazer qualquer menção aos indígenas (13/08/69 a 27/05/98). A tabela do Anexo I identifica os militares entrevistados naquele período

O general Benedito Bezerra Leonel, em 27 de maio de 1998, cita os indígenas ao lembrar que “nas regiões mais remotas do Norte, o Exército é que dá apoio aos índios e garimpeiros”. Em outro trecho da entrevista, discorrendo sobre a importância das Forças Armadas, afirma: “O Exército tem o cimento da unidade nacional. Tenho soldado que é índio, da pedra lascada mesmo, e gente da sociedade industrial. Somos o retrato do Brasil” (LEONEL, 1998).

Entre todos os militares ouvidos pela revista apenas dois se referiram mais detidamente aos índios: o coronel da reserva João Carlos Nobre da Veiga, à época presidente da FUNAI (11/1979 a 10/1981) e o general Thaumaturgo Sotero Vaz, ex-comandante militar da Amazônia.

Nobre da Veiga assume a presidência da FUNAI e demite 39 indigenistas e antropólogos que haviam encaminhado carta ao Ministro do Interior com críticas à política do órgão (ISA, 2010<sup>31</sup>). Sua gestão é marcada por fatos polêmicos: proíbe a participação de Mário Juruna, liderança indígena do povo Xavante, no Tribunal Russel, na Holanda, tenta implantar a emancipação compulsória dos *índios*, criando os famosos “critérios de indianidade<sup>32</sup>”, entre outros.

O depoimento de Nobre da Veiga tem um título – “Isolar o índio é um sonho” - e um preâmbulo bem característico daquele período: “Nenhuma outra questão, no Brasil, alcança a mesma grandeza histórica que a tragédia indígena ... o progressivo e inelutável desaparecimento de uma civilização primitiva, como sempre respingado de dor, sofrimento e perplexidade” (VEIGA, 1980).

Na entrevista, o coronel não faz considerações a respeito da política indigenista ou sobre os povos indígenas, mas tece longas explicações para demissões na FUNAI, critica o Conselho Indigenista Missionário – CIMI; critica Dom Pedro Casaldáliga – bispo católico que defendia os direitos indígenas; critica os antropólogos que, segundo ele, querem isolar os índios; critica o líder Xavante Mário Juruna e insinua que seu trabalho tinha motivações financeiras.

A entrevista de Sotero Vaz, mais de uma década depois, é bombástica: “À espera da guerra” é o título, seguido de: “ao passar para a reserva, o militar diz que a Amazônia corre o risco de ser invadida por estrangeiros e que o Brasil precisa da bomba atômica” (VAZ, 1992). Natural do Amazonas, tido como um militar de “linha dura”, Sotero afirma:

---

<sup>31</sup> <http://www.socioambiental.org/pib/portugues/indenos/presfunai.shtm>

<sup>32</sup> Sob a orientação de Nobre da Veiga a FUNAI tentou estabelecer critérios de indianidade, para definir, quem era e quem não era índio, entre outros objetivos, esperava-se com este expediente “emancipar” aqueles que fossem considerados completamente integrados à sociedade brasileira.

Os americanos invadiram Granada, entraram no Panamá para prender um presidente e uniram metade do mundo contra Saddam Hussein. Tudo em nome de uma suposta justiça e ordem mundial. [...] Imagine que amanhã se diga por aí que os brasileiros estão massacrando o povo ianomâmi. Em nome dos direitos humanos, quem garante que tropas estrangeiras não vão ocupar a Amazônia ou declarar a independência do Estado Ianomâmi? O Brasil ficaria sem um território maior que Portugal.

[...]

Daniel Ortega [...] disse que a Nicarágua enfrentou o mesmo problema ao criar uma reserva indígena na fronteira do país com Honduras. Desde então a ONU passou a pressionar pela independência do território, apoiada por dezenas de grupos ecológicos do mundo todo.

[...]

Há um pesado jogo de interesses por trás de alguns pseudo-ecologistas. A maior parte das malocas dos índios ianomâmis está plantada sobre enormes jazidas de minérios. Minérios importantes para o mundo como a cassiterita, ouro, diamante, nióbio, molibdênio e urânio. Os países ricos querem manter algumas áreas inexploradas para mais tarde fazer uso delas quando suas reservas se esgotarem. É por isto que existem os defensores da tal soberania limitada (VAZ, 1992).

Questionado a respeito da necessidade de proteger os índios, o general responde:

É claro que temos que proteger os índios. O que está errado é a forma como os antropólogos de chopinho querem fazer. No caso dos ianomâmis há estudos de antropólogos sérios que colocam em dúvida o fato deles realmente serem nômades. Se for verdade, por que então eles precisariam de uma área de 9,4 milhões de hectares, e ainda fazendo fronteira com a Venezuela? (VAZ, 1992).

A respeito da participação do Exército na retirada de garimpeiros das terras Yanomami, declara: “O governo decidiu demarcar as terras dos ianomâmis e explodir as pistas onde pousam os aviões dos garimpeiros, por exemplo. Apesar de não concordar, engoli estes sapos, e o Exército colaborou nessas operações” (VAZ, 1992).

O depoimento do general Sotero Vaz em 1992, por suas ênfases, faz pensar que em algum momento, possivelmente em meados dos anos 1980 (como nos dá a entender a Exposição de Motivos do *Projeto Calha Norte*), talvez no contexto da demarcação do território Yanomami, os povos indígenas e seus territórios passaram a ser declarados, pelos oficiais do Exército, como uma ameaça.

Qual seria a explicação para o silêncio dos militares a respeito dos povos indígenas até meados da década de 1980? O que outros agentes, do campo indigenista, naqueles anos, tinham a dizer sobre esta questão? Na relação de entrevistados da revista estavam, entre outros profissionais, alguns antropólogos e sertanistas. Estes depoimentos foram relevantes como contraponto ao *discurso* dos militares.

Os irmãos Villas Boas, em janeiro de 1971, e o antropólogo Lévi-Strauss, em janeiro de 1972, concederam entrevistas à *Veja*. Entretanto não foi publicada nenhuma referência a interação de soldados ou oficiais do Exército e índios. É importante frisar que, em 1971/1972, já estavam em construção vários trechos da rodovia Cuiabá-Santarém, da BR164 (Cuiabá - Porto Velho) e da Transamazônica, estradas que atravessavam espaços povoados por diversos povos indígenas.

A entrevista de Cláudio e Orlando Vilas-Boas com o título: “Há Salvação para os índios?”, seguido de: “O máximo que se pode fazer é adiar o seu fim. Evitar que chegue violento demais – advertem os irmãos Villas Boas”. No depoimento dos sertanistas encontramos, entre outras expressões do mesmo tom, o seguinte:

Porque não há condições, do nosso lado para receber os índios, não estamos equipados para isso. [...] Nós não nos iludimos de que essa gente infelizmente desaparecerá. Nós queremos retardar o máximo possível este desaparecimento. [...] Embora fosse possível, se nós tivéssemos recursos formidáveis e os índios pudessem ser *aculturados* sem desaparecer como povo. Mas o que notamos sempre é que o índio, ao ter que saltar de uma cultura para outra, desaparece com todas as suas características culturais. [...] porque há uma diferença total entre os índios que vivem da coleta e da caça, e os índios que estão aldeados. Estes podem se dedicar já ao artesanato, que é um estágio superior (VILLAS BOAS, 1971).

No início dos anos 70, os irmãos Villas Boas haviam acumulado prestígio como “protetores dos povos indígenas”, principais responsáveis pela criação do Parque Indígena do Xingu, reconhecidos como grandes especialistas nestas questões, a eles era recomendado o prêmio Nobel da Paz. Este contexto nos ajuda a dimensionar o efeito das formulações dos entrevistados sobre milhares de leitores.

Claude Lévi-Strauss, em sua entrevista, abordando as sociedades indígenas, declara:

Senti-me moralmente comprometido a dar meu testemunho: o de defender este tipo de sociedade que permitiram à humanidade viver e desenvolver-se, e que agora devem desaparecer só porque nós assim decretamos. [...] Estão todas condenadas a desaparecer, o que me entristece profundamente (LÉVI-STRAUSS, 1972).

Quatorze dias depois, na edição de 31 de janeiro de 1973, o antropólogo Pierre Clastres tece considerações a respeito de canibalismo e antropofagia. Em 23 de maio de 1973, são registradas as opiniões do sertanista e servidor da FUNAI Francisco Meireles, assim apresentado pelo redator da revista:

Pacificador, também dos cinto-largas e dos pacaás-novas, Meirelles não mantém ilusões sobre a resistência do índio brasileiro ao avanço da civilização do homem branco sobre seus domínios e costumes. Encarando a absorção contra a qual nada se poderia fazer, Meirelles vê nisso mais uma razão para, de momento, não se aposentar: ele confia que pode colaborar para que a absorção não seja cruel nem desumana (CLASTRES, 1973).

Questionado a respeito de qual seria o destino dos povos indígenas no Brasil, o sertanista responde: “Entrar como fator étnico na formação da nossa raça, como está entrando o negro e vai entrar o japonês. O índio está fadado a desaparecer como índio. Não tem condições de sobrevivência” (MEIRELLES, 1973). A respeito da “onda de progresso” que varria o País, o sertanista afirma:

[...] temos que ser realistas, não podemos deter uma frente pioneira de progresso. Não podemos contrariar uma política do governo de abertura de estradas que ele julga necessárias para o nosso desenvolvimento. Diante disso é preciso promover a confraternização dos índios com elementos civilizados (MEIRELLES, 1973).

Sobre as epidemias que atingem as comunidades em contato inicial com as frentes pioneiras, disse o indigenista: “Não temos condições, por outro lado, de evitar que o índio contraia doenças em contato com o civilizado. Depois que entrou em contato pacífico, o índio sai para confraternizar por todos os lados, com todo mundo” (MEIRELLES, 1973).

Entre 17 de julho de 1974 e 11 de abril de 1979, concedem entrevista às “páginas amarelas” os antropólogos Kenneth Taylor, Charles Wagley, Pierre Clastres e Hélène Clastres, Margareth Mead, e o biólogo Paulo Vanzolini. Estes cientistas, com a autoridade que a Academia lhes confere, declararam:

Acho que os índios são extremamente felizes sem a civilização. Mas esta não é uma boa razão, a meu ver, para se deixar isolar o índio. A verdadeira e respeitável razão teria de ser encontrada no aspecto da saúde. Mesmo que você opte por uma nova política e tente isolar e separar os índios em parques e reservas, é inevitável – isso sim – que nossas doenças cheguem até eles. É impossível conseguir um isolamento de 100%, a ponto de jamais um branco doente os contaminar. Quer dizer: você isolaria o índio e ele acabaria morrendo por nossas doenças, de qualquer forma. Já morreram milhares de índios brasileiros por este motivo.

[...] a sobrevivência do índio dificilmente é garantida. Precisamos, pois, de soluções novas e melhores. [...] a integração não parece ter dado muito certo. Temos índios mortos ou marginalizados e apenas muito poucos realmente assimilados.

Acho, assim, que o preferível seria não procurar assimilar o índio, mas manter as populações indígenas como minorias étnicas autônomas, gozando, cada vez mais, dos bons aspectos da nossa sociedade. Não perderiam, assim, sua cultura (TAYLOR, 1975).

Na minha opinião, o índio sempre saiu perdendo. [...] O índio se encanta com os bibelôs dos civilizados e abandona a aldeia pela mendicância, pela cachaça, pelo fascínio da cidade grande. [...] obviamente, até mesmo por motivos estratégicos, o imenso espaço amazônico tem que ser ocupado, colonizado, coberto de estradas, integrado economicamente ao resto do país. Em resumo, só mesmo os românticos é que não admitem o progresso. Ele é inevitável. Mas pode ser controlado, disciplinado, organizado (WAGLEY, 1976).

No Brasil, praticamente não existem guaranis. [...] naturalmente frágeis diante das doenças civilizadas, e sem a menor assistência médica, os guaranis apresentam um índice absurdo de mortalidade infantil, e a população não cessa de diminuir.

[...] O erro de princípios dessas políticas – tanto nos governos ditos de esquerda quanto nos governos militares – é a crença de que o índio deve se transformar num cidadão como os demais, pronto a participar no esforço comum da sociedade nacional. Ora, essas belas palavras escondem a vontade de destruição de uma cultura e de transformação do índio em cidadão de um Estado – ponto de vista que considero abominável (CLASTRES & CLASTRES, 1976).

O importante é que o processo de aculturação não seja violento. O indígena deve ser tratado como um igual. [...] o importante é que eles (os índios) devem ser tratados como os outros cidadãos do país: a integração falha enquanto eles não têm acesso total ao país globalmente considerado. O sistema de reservas falhou em todos os países do mundo (MEAD, 1977).

[O índio] o que fazer com ele? Integrá-lo e destruir sua cultura e sua estrutura? Mantê-lo afastado como no Xingu? Deixar que ele pereça como marginalizado da nossa sociedade urbana? [...] a etnobotânica é hoje um campo importantíssimo da ciência. Todo conhecimento científico de ecologia foi abalado nos últimos anos pelo conhecimento dos índios. Estão todos procurando cogumelos e raízes mágicas (VANZOLLINI, 1974).

Finalizando esta série de declarações, foi possível registrar uma nova participação de Lévi-Strauss onde ele frisou a importância dos conhecimentos indígenas:

Por mais humildes que possam parecer essas sociedades têm um prodigioso conhecimento de seu meio natural. Dificilmente esse meio poderá ser desenvolvido sem a incorporação, por parte das sociedades modernas, desse saber.

Há muitos casos de países como o Brasil que tentaram transformar florestas em áreas cultiváveis. Ao final de poucos anos sempre se descobre que não existem mais solos férteis, porque eram justamente as raízes das grandes árvores que garantiam a riqueza das terras. Os índios não fariam uma coisa

dessas. Por isso eu acho que, nas regiões em que ainda existem populações indígenas, deveríamos desenvolver uma colaboração com eles – e não atuar contra eles (LÉVI-STRAUSS, 1983).



Os dados e reflexões apresentados nesta seção apontam para uma situação até certo ponto surpreendente: os agentes do Estado brasileiro que com mais intensidade, e por mais tempo, interagiram com os povos indígenas, foram os militares, em particular aqueles incorporados ao Exército.

Inesperadamente, na maior parte do período, os militares parecem “não enxergar” os índios. Já os aliados, parceiros e funcionários do Estado que trabalhavam com os indígenas, não comentavam as relações entre militares e índios.

As citações anteriores induzem as seguintes constatações: nos anos 1970/1985, os profissionais que conheciam a vida dos povos indígenas - sertanistas, indigenistas e antropólogos - coincidiam em afirmar que “essa gente infelizmente desaparecerá”. Os sertanistas, alguns antropólogos e os outros atores julgavam o *progresso* irreversível.

As opiniões pessimistas a respeito do futuro dos povos indígenas registradas na década de 1970 e início dos anos 1980 estavam sendo veiculadas há mais tempo (RIBEIRO, 1996: 254). Os testemunhos coincidiam: os povos indígenas não sobreviveriam como grupos socioculturais distintos.

Em anos anteriores a ação do Serviço de Proteção ao Índio fora ineficaz na efetiva proteção da vida de milhares de indígenas. Os povos que não desapareceram tiveram seu território reduzido e sua saúde e condições de vida degradadas. Um exemplo é o relato do general Frederico Rondon, que em 21 de maio de 1946, visita os Bororo, no estado do Mato Grosso:

Uma visita às aldeias do São Lourenço, passados trinta anos, permite-nos apreciar o grau de civilização a que chegaram os bororos, pelo duplo esforço da proteção militar ou leiga e da catequese missionária, facilitando o assédio dos núcleos indígenas remanescentes da grande nação ameríndia, pelos moradores da região.

Não mais se vêem os bororo no estágio primitivo, senão na intimidade. Surpreendidos pelo *braide* (branco) indiscreto, o índio se recolhe rapidamente ao *baito* (casa) e veste qualquer coisa, uma calça ou apenas uma camisa, ou se envolve em uma coberta, para voltar à presença do estranho. As índias põem às pressas vestidos sertanejos ou simples camisolas, para reaparecerem. Somente as crianças ficam como estavam, completamente nuas.

O bororo civiliza-se, infelizmente, muitas vezes, degradando-se física e moralmente, ao contato com as populações civilizadas; e o *Boemoto* – a terra dos bororos – que, há um século, abrangia a extensa região que vai do alto Araguaia, a leste, ao Pantanal, a oeste, e do Rio das Mortes, ao Norte, ao Taquari, ao sul, retraiu-se em todos os quadrantes, para confinar-se hoje entre os Rio Manso (ou das Mortes) e o das Garças, ao norte e a leste, o Itiquira e o São Lourenço, ao sul e a oeste (RONDON, 1965: 296).

O testemunho da degradação das condições de vida dos vários povos e o apego às classificações típicas do pensamento positivista (SILVA, C. & LORENZONI, 2010: 10), consolidaram um *discurso* - este proferido insistentemente por militares, e, como vimos também por sertanistas, indigenistas e cientistas - que traçou um destino inexorável para os índios no Brasil: cada sociedade ameríndia poderia ser localizada em uma “escala de contatos” que se estendia do “nível” 1 – *índios isolados*, passando por 2 – *contato intermitente* e 3 – *contato permanente*, “chegando” ao “nível” 4 – *integrados*. Desta forma, acreditava-se, não sobreviveria nenhuma sociedade indígena que passasse a percorrer este “calvário classificatório”. Silva e Lorenzoni nos alertam ainda para o fato de que:

[...] essa forma de classificação está ancorada em um sistema positivista de classificação e, como tal, estágios evolutivos considerados como expressão de estados mentais e níveis de desenvolvimento cultural e tecnológico são empregados como instrumentos de classificação social básica das populações indígenas no âmbito do indigenismo oficial e da justiça no Brasil. [...] Os efeitos do poder simbólico dessa moldura ideológica positivista pode ser notado ainda hoje nas leis, ações e práticas indigenistas sobre populações indígenas concretas (SILVA, C. & LORENZONI, 2010: 10-11).

Até fins da década de 1980 não era claramente visível a reversão da curva demográfica da população indígena no Brasil. Para os demais brasileiros, a população indígena diminuía ano a ano, inexoravelmente. Ilustrativo dessa percepção é o depoimento do antropólogo Roque Laraia, em 2000:

Então, desde aquele momento em que a gente viveu a situação de contato, situações dramáticas... Eu cheguei nos Suruí e tinha quarenta índios. No ano anterior eles eram 126, em uma semana perderam dois terços da população. Então eu encontrei um povo traumatizado, desesperado, tanto é que em *Índios e Castanheiros*, no nosso primeiro Prefácio, a gente falava no final dos índios, como se não houvesse saída. Havia uma grande apatia, um desespero. (LARAIA, 2000)

Certamente, os dirigentes e líderes militares daquele período tinham esta mesma percepção, afinal “ideias recebidas têm vida longa” (RAMOS, 1999a: 4), e a noção de que os índios brasileiros, a exemplo de grupos *primitivos*, iriam desaparecer, se constituía em um possível “consenso” nacional. Havia, portanto, uma espécie de *naturalização* do desaparecimento dos povos e culturas indígenas.

Não se pode esquecer o *poder estruturante* do *discurso* militar, causando sobre os povos indígenas um efeito ainda mais intenso, uma vez que os generais eram os sujeitos do poder durante o regime militar implantado em março de 1964 e, durante algum tempo, monopolizaram inúmeros instrumentos deste poder. (BOURDIEU, 2007).

Para os militares que concebiam os indígenas como um problema para a nação, a questão indígena estava resolvida, o tempo determinara a solução. Temos aqui um exemplo terrível do efeito do *discurso* militar sobre os índios. Talvez por isto, quando confrontados com reivindicações indígenas, principalmente na Amazônia, a reação de alguns generais era intempestiva.

Um exemplo é o registro do jornal *Correio Braziliense* e da revista *Veja* sobre a participação do general Leônidas Pires Gonçalves, então Ministro do Exército, em um debate na Câmara dos Deputados, em 20 de abril de 1989:

Ele se referiu didaticamente aos principais pontos dos cinco milhões de quilômetros quadrados da Amazônia legal, dando mais ênfase à manobra geopolítica internacional de ocupação e os mitos e verdades científicas existentes sobre a área (CORREIO, 1989).

A respeito da preservação da Amazônia, disse o Ministro do Exército:

[...] não pode servir de empecilho para a utilização da região. Manter a Amazônia intocada qual um santuário da natureza, é um absurdo que somente pode povoar a mente de sonhadores ou de quem não tem compromisso com o futuro de nosso País e de nosso povo (GONÇALVES, 1989a).

Segundo a reportagem, o general disse ainda que “considerava fora de propósito ignorar a existência dessa imensa região a ser aproveitada, enquanto milhões de brasileiros vivem miseravelmente, sem conseguir obter condições mínimas para uma vida digna”. E prosseguia o redator do jornal:

Ao responder ao deputado Maurílio Ferreira Lima sobre a situação dos indígenas, Pires disse que o governo seguirá os preceitos constitucionais, que preserva o seu meio-ambiente, além de acelerar a demarcação das terras. Mas que considera que os índios brasileiros “não têm a vida cristalina de um Tarzan” [...] “A cultura é baixa e não é respeitável”. Mais tarde, quando questionado pelos repórteres, disse que havia se referido ao “baixo” nível de vida levado pelos Índios, desprovidos de meios reais de existência (CORREIO, 1989).

Já o texto da revista assinala que o general Leônidas classificou os indígenas segundo critérios muito particulares:

[...] dos 220.000 indígenas brasileiros, 30.000 são selvagens e o resto são atores que apenas se travestem, porque na verdade não gostam da vida limitada que o índio leva. Eles gostam de usar jeans, relógios Seiko e assistir TV Panasonic (GONÇALVES, 1989b: 54).

Convicto de que o destino dos povos indígenas é a integração à sociedade nacional, Leônidas Pires sentencia: “[...] quem conhece os índios como eu, e digo isto por mim mesmo, prefere tê-los mais próximos da civilização. Considero uma impiedade deixar os índios longe da civilização.” Na sequência, o general acrescenta: “Os índios

não deveriam ficar confinados em reservas demarcadas pelo Estado. Seria melhor torná-los brasileiros” (GONÇALVES, 1989b: 54).

Em 1989, como Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves já havia conquistado o posto de general-de-quatro-estrelas” patente que poucos militares brasileiros alcançam e que denota um acúmulo de conhecimentos, experiências e prestígio. Além disto, Leônidas Pires era reconhecido como um avalista do governo civil de José Sarney, após 21 anos de regime militar. Supõe-se, portanto, que o general tivesse uma audiência apreciável dentro e fora de sua corporação.

É a partir desta posição política e institucional que o Ministro do Exército afirma que a Amazônia é cobiçada por muitos por causa da enorme quantidade de riquezas que contém; que existe uma manobra geopolítica internacional de ocupação da Amazônia, e é um absurdo manter a Amazônia intocada qual um santuário da natureza.

O general Leônidas discursava em um momento especialmente controverso da política brasileira: a Constituição Federal estava recém-promulgada, havia muita polêmica a respeito de temas capitais da nova Carta Constitucional. Com relação aos povos indígenas a Constituição trazia inovações que surpreenderam os setores mais conservadores da sociedade. Aos povos indígenas haviam sido consagrados, entre outros, os seguintes direitos:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes (BRASIL, 1988).

A Constituição foi promulgada em outubro de 1988. Seis meses depois, o *discurso* vocalizado pelo Ministro do Exército, avocava a capacidade de discernir, entre “falsos índios”, estes supostamente já integrados à população brasileira, aqueles que seriam os “verdadeiros selvagens”. Admitindo a autoridade e liderança do general, conclui-se que, naquele momento da vida nacional, no Exército não havia concordância com o teor de todo o *caput* do artigo 231. A contestação dos militares aos direitos indígenas era ainda mais veemente para os povos que viviam na faixa de fronteira.

“Os índios irão desaparecer.” Esta percepção nos ajuda a compreender porque, ao menos entre o início do regime militar e meados dos anos 1980, aos militares, não parecia relevante a *questão indígena*. Sob esta reflexão, a declaração do general Leônidas, em 1989, pode ter outro sentido. Diz ele: “dos 220.000 indígenas brasileiros, 30.000 são selvagens e o resto são atores que apenas se travestem”. No *discurso* militar da época, os índios estavam desaparecendo. Os Yanomami também desapareceriam. Então qual a razão para demarcar uma terra contínua, “do tamanho de Portugal”, para um povo que desapareceria?

Os argumentos contidos nos *discursos* militares podem ser assim esquematizados: População Yanomami diminui ---- Por que demarcar área imensa? ---- Não pode ser para os índios ---- Existem outros motivos.

Aliados e defensores das causas indígenas diriam: População Yanomami diminui --- Demarcar terra contínua --- Única esperança de adiar o extermínio.

Os argumentos de pesquisadores e indigenistas não demoveram os militares, em particular o Ministro de Estado Leônidas Pires Gonçalves, de suas convicções. Anos depois, em 2008, o general e ex-ministro declara:

Fui comandante (militar) da Amazônia, conheço aquilo tudo. Realmente, nós temos um perigo internacional embutido naquilo tudo.

Embutidos interesses inconfessáveis. Julgo que a demarcação daquelas áreas sempre foram inadequadas. Essa segregação é uma maneira de não fazer os índios realmente brasileiros. Não tem cabimento.

Durante o meu período (*no ministério do Exército*), sempre fui contra a demarcação Yanomami e consegui durante o governo do presidente Sarney que a área não fosse demarcada. A verdade é que aquela área, se tiver, tem dez mil índios. Entregar Portugal pra dez mil índios? E outra coisa interessante: aquela área é muito rica. É muito desejada (TERRA MAGAZINE, 2008).

No entanto, todos estavam enganados: os índios não pretendiam desaparecer. Hoje o fato é este:

Os povos indígenas na América Latina [...] se encontram num processo de crescimento populacional. Assim sendo, os altos níveis de fecundidade desses povos estão sendo mantidos, nos últimos dez anos pelo menos, e a taxa de crescimento anual está sendo estimada, de uma maneira geral, em 3% ao ano. Isto indica que esses povos estão com uma dinâmica demográfica completamente distinta daquela observada na maioria dos países do mundo, não só da América Latina (AZEVEDO<sup>33</sup>, 2008: 20).

---

<sup>33</sup> <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v60n4/a10v60n4.pdf>

Mesmo diante de uma mudança tão importante, algumas representações se mostram estáveis há décadas.

Ainda hoje, no *discurso* militar encontramos a percepção de que os índios são *primitivos*, ocupam um *estágio inferior*, em uma suposta “escala evolutiva” da espécie humana. Por estarem em um patamar inferior ao “nosso”, os indígenas devem ser *civilizados* para que seja possível *integrá-los* harmonicamente à comunhão nacional.

A respeito de *representações* que subitamente começam a ganhar uma audiência cada vez maior, o exemplo mais importante é, sem dúvida, citar os povos indígenas e seus territórios como ameaças à segurança nacional.

Também há no *discurso* militar, muita coincidência de termos e expressões aplicadas indistintamente aos índios e à Amazônia, que também são pensados no enquadramento da *moldura positivista* do indigenismo brasileiro, como estágios evolutivos distintos e inferiores (SILVA, C. & LORENZZONI, 2010, manuscrito). Dessa forma pode-se verificar que o *discurso* militar indigenista cria e reforça uma associação “natural” entre as duas categorias. o quadro na página seguinte, relaciona alguns exemplos:

QUADRO 2.2  
Homologia Índios – Amazônia.

Índios	Amazônia
selvagem / silvícola	selva
nômade	meio ambiente hostil
primitivo	incivilizada
integrar à comunhão nacional	integrar ao contexto nacional
civilizar	promover a ocupação e o desenvolvimento
aculturação espontânea do índio	desenvolvimento harmônico
sem agência	a ser desenvolvida por migrantes
terá os benefícios da civilização	aproveitar as riquezas incalculáveis
aculturado	desenvolvida

Os militares propagam esta homologia entre Índios e Amazônia: conquista da Amazônia implica em controle sobre a população indígena; desenvolvimento para a Amazônia, “evolução” para os índios, e assim sucessivamente.

## 2.4 – Vivificação - Política e Estratégia Nacional de Defesa

O Brasil inicia a segunda década do século XXI sob um regime democrático que se mostrou capaz de superar diversas crises, inúmeras tensões, temores de retrocesso e ameaças à ordem institucional estabelecida pela Constituição de 1988. Neste percurso, a consolidação do Ministério da Defesa cria um cenário que pode possibilitar às *Forças Armadas* a superação de uma identidade político-institucional que vigorou a partir da década de 1960. Inserir as questões relativas à Defesa na agenda nacional foi um dos objetivos do Ministério da Defesa:

O reposicionamento internacional do Brasil determina também novas posturas no campo da Defesa. Novos padrões de inserção internacional na área de Defesa dependem, porém, de nova postura da sociedade nacional. Faz-se necessário trazer as questões de Defesa de volta à agenda nacional, com a reversão da situação vigente desde o término do regime militar.

Nas últimas décadas, tais questões foram relegadas exclusivamente ao setor militar. O Poder Civil, que sucedeu ao regime militar, identificava, em seu imaginário, os temas de Defesa com repressão política. O tema, por isso, foi marginalizado durante os trabalhos da Assembléia Constituinte (1987–1988). As lideranças emergentes não queriam tocar em nada que pudesse vinculá-las ao regime anterior – nada que pudesse identificá-las com o “entulho autoritário”. Ao retraimento do poder civil correspondeu a reação esperada no meio militar: os militares chamaram a si a tarefa de formular a política de Defesa. Como consequência necessária, os temas de Defesa saíram da agenda nacional. Executivo e Legislativo passaram a vê-los como exclusiva agenda militar (JOBIM, 2008: 9).

A interação entre civis e militares nas discussões relativas à Defesa contribuiu para criar um novo contexto político, a partir do qual foram gerados dois documentos que devem modular o *discurso militar indigenista* nestes “novos tempos”. Trata-se da Política de Defesa Nacional<sup>34</sup> – PDN (2005) e da Estratégia Nacional de Defesa<sup>35</sup> – END (2008). As políticas e estratégias, definidas sob a coordenação do Ministério da Defesa e da Secretaria de Assuntos Estratégicos, contaram com a colaboração das Forças Armadas e dos demais ministérios.

O objetivo desta seção é discutir a inserção da temática indígena e os possíveis ecos do *discurso* militar indigenista nestes documentos.

---

<sup>34</sup> <https://www.defesa.gov.br/pdn/index.php?page=decreto>

<sup>35</sup> [https://www.defesa.gov.br/eventos/temporarios/2008/estrat\\_nac\\_defesa/estrategia\\_defesa\\_nacional\\_portugues.pdf](https://www.defesa.gov.br/eventos/temporarios/2008/estrat_nac_defesa/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf)

#### 2.4.1. Política de Defesa Nacional – PDN

A Política de Defesa Nacional foi promulgada pelo Decreto Nº 5.484, de 30 de junho de 2005. A primeira novidade relevante está prescrita no artigo 2º: “Os órgãos e entidades da administração pública federal deverão considerar, em seus planejamentos, ações que concorram para fortalecer a Defesa Nacional”. Como está determinado, todo e qualquer órgão público deve se dedicar também às questões relacionadas com a defesa do território do Brasil e sua soberania.

Abre-se para o Exército brasileiro um leque de oportunidades. Os centros de pesquisa da Amazônia, ou dedicados à Amazônia, devem interagir com a *Força* que mais presença tem na região, e se atentar para as questões da defesa e da integridade dos territórios e recursos amazônicos.

Retornando à análise do texto, percebe-se que a Política Nacional de Defesa consiste em um documento com definições conceituais, objetivos, orientações estratégicas e diretrizes. As referências aos povos indígenas são as seguintes:

4.4 A Amazônia brasileira, com seu grande potencial de riquezas minerais e de biodiversidade, é foco da atenção internacional. A garantia da presença do Estado e a vivificação da faixa de fronteira são dificultadas pela baixa densidade demográfica e pelas longas distâncias, associadas à precariedade do sistema de transportes terrestre, o que condiciona o uso das hidrovias e do transporte aéreo como principais alternativas de acesso. Estas características facilitam a prática de ilícitos transnacionais e crimes conexos, além de possibilitar a presença de grupos com objetivos contrários aos interesses nacionais.

A vivificação, política indigenista adequada, a exploração sustentável dos recursos naturais e a proteção ao meio-ambiente são aspectos essenciais para o desenvolvimento e a integração da região. O adensamento da presença do Estado, e em particular das Forças Armadas, ao longo das nossas fronteiras, é condição necessária para conquista dos objetivos de estabilização e desenvolvimento integrado da Amazônia. (BRASIL, 2005: 4).

O item 4.4, certamente, agradou aqueles que, apegados à noção de vivificação, só concebem segurança na fronteira se houver concentração populacional, empreendimentos capitalistas e habitantes que não acionem uma possível identidade indígena.

Apesar da aparente repetição, talvez estejamos diante dos ecos de uma discussão que, certamente será revista em um novo cenário neste início de século XXI, com a participação e a interação de novos atores, a mudança geracional no interior do



Exército, e as formulações civis a respeito da temática militar. Tudo isto poderá contribuir para transformar o *discurso militar indigenista*.

A implementação de uma Política Nacional Defesa, democrática e atenta à complexa sócio-diversidade presente no Brasil, irá fomentar uma nova cultura no interior do Exército. Talvez, a partir destes novos parâmetros, uma ponte para o diálogo esteja sendo erguida entre a Força Terrestre e os povos indígenas.

#### 2.4.2 – Estratégia Nacional de Defesa - END

A *Estratégia Nacional de Defesa* foi gerada por um processo semelhante ao descrito para o *Plano*. Novamente temos um decreto, grupos de trabalho e discussão, e um texto de 72 páginas contendo: o decreto de criação, a exposição de motivos, uma formulação sistemática a respeito do tema e as medidas de implementação.

Ecos, agora menos potentes, do antigo *discurso* militar indigenista, podem ser identificados:

o aumento da participação de órgãos governamentais, militares e civis, no plano de vivificação e desenvolvimento da faixa de fronteira amazônica, empregando a estratégia da presença; (BRASIL, 2008: 49) [...]

5. O Ministério da Defesa e o Ministério da Integração Nacional desenvolverão estudos conjuntos com vistas à compatibilização dos Programas Calha Norte e de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) e ao levantamento da viabilidade de estruturação de Arranjos Produtivos Locais (APL), com ações de infraestrutura econômica e social, para atendimento a eventuais necessidades de vivificação e desenvolvimento da fronteira, identificadas nos planejamentos estratégicos decorrentes das Hipóteses de Emprego (BRASIL, 2008: 63).

A Estratégia Nacional de Defesa engloba *estratégias militares* setoriais. Portanto, a definição destas *estratégias militares*, relativas à Amazônia, devem ser feitas com interlocução de novos atores sociais o que poderá induzir o Exército a um processo de aprofundamento e reelaboração, quiçá de autocrítica com relação à questão indígena. A isso corresponderia o processo de “modulação” do *discurso* militar indigenista.

Outra mudança significativa no *modus operandi* do Exército na região e, portanto, em seu *discurso*, está determinado no item 5 destacado na citação. A eterna proposta de vivificação da faixa de fronteira, que tantos efeitos deletérios trouxe aos índios, pode ser resignificada.

## Capítulo 3

### *Discurso* destinado à Corporação

No capítulo anterior foram abordadas várias dimensões do *discurso* elaborado pelo Exército e dirigido a todos os brasileiros. O Capítulo 3 é dedicado à análise do *discurso* militar preferencialmente *intra muros*, ou seja, o conjunto de representações que definem simbolicamente os indígenas, suas coletividades, territórios e direitos, entre os próprios militares.

Foram tomados, como unidades de análise nas seções deste capítulo, os *discursos* registrados nos seguintes suportes: periódicos, site, brasões que, de algum modo, remetem aos índios e textos legais deste início de século. São estas as seções:

- 3.1. Os índios desconhecem a fronteira – *Discurso* em revistas do Exército
- 3.2. O Davi caboclo abateu o Golias estrangeiro – O que diz o site do Exército
- 3.3. Audazes sentinelas da selva – Brasões do Exército
- 3.4. Vivificação da faixa de fronteira - Documentos militares no século XXI

#### **3.1. Os índios desconhecem a fronteira – *Discurso* em revistas do Exército**

Muitos oficiais do Exército escrevem para periódicos que, de modo geral, circulam predominantemente entre seus pares. Não parece simples escrever para uma publicação que será lida e possivelmente comentada pelos membros de sua própria categoria profissional, inclusive seus superiores hierárquicos. Isto certamente traz condicionamentos à escrita, afinal, o autor pertence a um corpo profissional com uma linha de comando claramente estabelecida.

Os textos elaborados nestas condições devem abrigar um *discurso* com características próprias, mensagens específicas e estilo diverso do que é divulgado para um público mais amplo. Com o objetivo de compreender o *discurso militar indigenista* veiculado predominantemente entre os próprios militares e suas organizações, foram selecionadas para análise duas revistas: *A Defesa Nacional* e *Verde Oliva*.

Segundo informações colhidas junto ao Exército, estes periódicos têm a função de aprimorar a reflexão sobre as atribuições profissionais dos militares e consolidar os valores estratégicos da Força. Muitos textos produzidos no desenvolvimento dos cursos de formação militar, como da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais – EsAO<sup>36</sup> e da Escola de Comando e Estado Maior do Exército – ECEME<sup>37</sup>, são posteriormente publicados nos periódicos.

### 3.1.1. Revista *A Defesa Nacional*

*A Defesa Nacional* foi lançada em 1913, no Rio de Janeiro, por militares que haviam estagiado durante dois anos no Exército alemão. O grupo conhecido como os “jovens turcos” pretendia, pela difusão do estudo de temas militares, contribuir para a profissionalização do Exército brasileiro.

Ao longo de sua publicação (o número mais recente é de agosto/2009) *A Defesa Nacional* foi apresentada sob diversos projetos gráficos, com número variável de páginas, produzida por diferentes associações militares, em diferentes editoras. Inspeccionando os exemplares disponíveis em diversas bibliotecas de órgãos públicos em Brasília<sup>38</sup>, constata-se que a revista apresenta, em média, 70 páginas e 12 artigos, 75% deles tendo como autores militares com graduação igual ou superior a major.

Analisados diversos números, optei por classificar os artigos nas seguintes categorias: artigos militares (mais técnicos, discorrendo sobre armas, veículos, manobras militares etc.); artigos mais abrangentes (Geopolítica, Ciência e Tecnologia, História etc.); assuntos gerais (notícias, comemorações, esportes etc.); artigos sobre a Amazônia, e artigos a respeito de indigenismo e povos indígenas. Ao inspecionar o total de 137 edições da Defesa Nacional, publicados entre 1956 e 2002, foi possível estabelecer o seguinte quadro:

---

<sup>36</sup> EsAO - A Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais – tem por objetivo a formação dos capitães do Exército brasileiro, habilitando-os a comandar e integrar o Estado-Maior de organizações militares.

<sup>37</sup> ECEME - A Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, sua missão é a de preparar oficiais superiores para o exercício de funções de Estado-Maior, comando, chefia, direção e de assessoramento.

<sup>38</sup> Biblioteca do Senado; Biblioteca do Palácio do Planalto; Biblioteca do Superior Tribunal Militar; Biblioteca do Ministério da Defesa; arquivos do Centro de Comunicação Social do Exército – CCONSEX, sediado no quartel General do Exército; Biblioteca Curt Nimuendaju – FUNAI; Centro de documentação do Departamento de Assuntos Fundiários – DAF/FUNAI e Coordenação-Geral de Documentação e Arquivo, do Palácio do Planalto.

TABELA 3.1

Frequência de artigos nas páginas da Revista *Defesa Nacional*

Total de Artigos: 1607	Artigos Militares Técnicos	Artigos mais abrangentes: Geopolítica, CeT, História	Assuntos Gerais	Artigos sobre a Amazônia	Indigenismo e povos indígenas
Total	646	450	477	24	10
Porcentagem	40,2%	28,0%	29,7%	1,5%	0,6%

Fonte: *A Defesa Nacional* - edições do período de abril/maio de 1956 a setembro/dezembro de 2002

Foi examinado um conjunto crescente de artigos em três períodos:

TABELA 3.2

*Defesa Nacional*: artigos examinados por período

Período	Nº Artigos	Porcentagem
De 1956 a 1964	414	25,8%
De 1965 a 1980	515	32,0%
De 1980 a 2002	678	42,2%
<b>Total</b>	<b>1607</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: *A Defesa Nacional*

Esta inspeção no conteúdo da *Defesa Nacional* deixa claro que os temas relacionados à Amazônia e povos indígenas despertaram pouco interesse. Pelo menos para o conjunto de seus leitores e autores, durante o intervalo de tempo observado. Isto pode indicar que não há, no interior do Exército, uma discussão sistemática a respeito dos povos indígenas. A mesma situação se repete no caso da *Verde Oliva*.

Esta primeira reflexão nos traz a forte suposição de que não existe uma “doutrina” da Força Terrestre a respeito das questões indígenas.

Os artigos de cunho mais abrangente versam sobre fatos e personagens que a historiografia militar consagrou. Muitos textos discutem o desenvolvimento econômico brasileiro, mas os autores concentram-se em questões relacionadas à produção de energia, política industrial, extração de riquezas minerais, etc. tendo como ambiente o sudeste ou a região sul do Brasil.

Entre os 34 textos que abordam a temática amazônica e indígena, vários discorrem sobre a vida profissional do marechal Rondon, mas não se apresentam relevantes para os objetivos da dissertação. Os artigos mais interessantes serão discutidos a seguir.

De autoria do tenente-coronel Tasso Villar de Aquino<sup>39</sup>, ex-Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no ano de 1961 (LIMA, 1998: 159), é significativo este trecho de um texto, publicado em julho de 1956:

[...] admitir a possibilidade de rompimento de um conflito armado entre o Ocidente e o Oriente, com reflexos diretos sobre a região [...] não nos asseguram um futuro muito tranquilo para a Amazônia, forçando-nos a reconhecer naquela região uma crescente importância, que nos aconselha a estarmos adequada e eficientemente presentes, como Forças Armadas, em um teatro, onde devemos ser levados a provar, na sua defesa, nosso valor, nosso patriotismo, nossa capacidade como Soldados do Brasil (AQUINO, 1956a: 64).

O artigo do tenente-coronel atesta que entre os militares havia a percepção de muita fragilidade na defesa da Amazônia. Nas décadas de 1950 e 1960, estavam instalados poucos pelotões de fronteira e o contingente do Exército na região não atingia o total de mil homens.

No artigo *A realidade amazônica e o Exército*, publicado em agosto de 1956, o mesmo tenente-coronel faz as seguintes considerações a respeito da relação do Estado com os indígenas:

A política de trazer o índio para o convívio permanente com o branco nos parece absolutamente contra indicada, pois o que a prática tem revelado é que o índio adulto não absorve as boas qualidades do civilizado: mas, ao contrário, com grande facilidade, os seus vícios e até doenças, degradando-se em pouco tempo (AQUINO, 1956b: 43).

---

<sup>39</sup> Uma referência, no mínimo curiosa, a respeito deste personagem encontra-se no livro *A Ditadura Derrotada*, diz o texto: “O aeroporto de Goiânia foi tomado pelo Major Tasso Villar de Aquino. Trabalhava no Serviço e apresentou-se a Geisel pedindo uma missão. O general mandou-o tomar o aeroporto e perguntou-lhe: “do que o senhor precisa?” O major respondeu: “De um automóvel para ir a Goiânia” (GASPARI, 2005: 79n).

Não deixa de ser surpreendente, tendo em vista o contexto atual, a afirmação do militar. Transparece em seu texto a visão de que os índios deveriam ser protegidos pelo Estado brasileiro. Proteção significava garantia de acesso a um território mínimo necessário e a manutenção de um *cerco de paz*, ou seja, os agentes do Serviço de Proteção aos Índios deveriam garantir a segurança das comunidades indígenas.

Recorrendo a artigos de militares que participaram da implantação do *Serviço*, ou de comissões sob as ordens do General Rondon, podemos perceber que o ideal de *proteção* era complexo e exigia um trabalho demorado:

O problema da redenção do índio é vasto e de larga envergadura, demandando, por isso, para a sua execução integral, longo tempo, trabalho persistente, sacrifício pessoal e, sobretudo sinceridade e patriotismo. É problema a ser resolvido lentamente, com critério e devotamente por parte dos executores, dentro dos princípios básicos já firmados como característica do sistema de assistência e proteção, os quais têm por objetivo:

1°. Fazer justiça aos silvícolas, garantindo-lhes as terras que ocupam e defendendo as suas pessoas contra espoliações ou ataques;

2°. Ministrando-lhes tratamento brando, ainda que com sacrifício por parte do civilizado;

3°. Manter seu sistema de vida, suas crenças e a organização de suas tribos e famílias, por que se não tulmutui o processo de sua evolução moral e mental;

4°. Facilitar ao índio os recursos de que necessita para melhorar suas condições de vida e de trabalho;

5°. Estabelecer um sistema rudimentar de transações comerciais entre índios e civilizados, de modo que os produtos do trabalho daqueles possam ser trocados por utilidades que seu estado mental permita aproveitar convenientemente. (RONDON, 1948: 107)

Em 1986, como visto no capítulo 2, os generais que se pronunciavam a respeito deste assunto, afirmam não ter sentido isolar os indígenas em territórios demarcados, em função deles. Quanto a este tópico, a julgar por estes dados mais antigos, o *discurso* militar inverteu sua posição original.

O texto *Uma Geopolítica Panamazônica*, publicado pelo general Carlos de Meira Mattos na edição número 677, de maio/junho de 1978, propõe uma estratégia de *conquista* da Amazônia:

[...] que aprecie a área como uma unidade geográfica, procure interpretar seus anseios geográficos e planeje um esquema de desenvolvimento regional. Seria um plano de desenvolvimento socioeconômico regional e multinacional. Beneficiaria a todos os países condôminos da bacia, pois alargaria as fronteiras econômicas de todos (MATTOS, 1978: 7)

Nota-se a incidência de noções de Geopolítica e a importância atribuída ao meio para moldar o futuro desenvolvimento regional. Na expressão do general,

[...] abordagem à Panamazônia se faz por três frentes: a frente atlântica, a mais tradicional, seguindo a rota do grande rio, da foz para as nascentes; a frente do Planalto Central Brasileiro descendo as linhas secas que separam os grandes afluentes da margem direita foi a rota de Raposo Tavares e outros bandeirantes; finalmente a frente fronteira baixando das terras altas dos contrafortes andino e guiano no rumo dos formadores da margem esquerda (MATTOS, 1978: 8).

Meira Mattos afirma que “A mais atrasada das frentes de penetração é a formada pelo enorme arco fronteiro que vai dos limites de Roraima até os limites de Rondônia, envolvendo nossos lindes com a Venezuela, Colômbia, Peru e norte da Bolívia”. Descreve, a seguir, três extensos arcos geográficos nas fronteiras e propõe:

As três áreas-pólos internacionais acima destacadas deveriam ser objeto particular de acordos internacionais especiais entre os países deles participantes a fim de que se integrassem numa comunidade econômica perfeita que as permitissem servir de centro irradiador de progresso regional. Deveriam receber absoluta prioridade nos projetos nacionais de transportes, de telecomunicações e de incentivos econômicos para produção, de sorte a virem constituir-se nas pontas-de-lança da frente fronteira de abordagem da Panamazônia (MATTOS, 1978: 10).

Verifica-se, portanto, que há, no interior do Exército, uma atenção especial com a fronteira de Roraima. Este antigo Território Federal ficou sob administração militar durante muitas gestões. O intenso debate travado em torno da demarcação das terras indígenas Yanomami e Raposa Serra do Sol indicam a necessidade de uma investigação que tenha como prioridade equacionar melhor esta questão.

Meira Matos foi, durante muitos anos, um dos principais formuladores de uma possível doutrina geopolítica brasileira. Nas coletâneas e periódicos militares encontram-se dezenas de textos de sua autoria. Como professor e palestrante nos cursos de formação de oficiais do Exército, o general, certamente influenciou na formação de muitos oficiais. Isto pode indicar que, apesar de não identificarmos uma doutrina militar a respeito dos povos indígenas, o trabalho continuado de alguns “personagens chave”, tem a possibilidade de definir determinadas ênfases relevantes na fixação do conteúdo do *discurso militar indigenista*.

Voltando ao texto de Meira Matos, observa-se que, não temos no artigo do general nenhuma referência aos povos indígenas Tiryó, Makuxi, Wapixana, Yanomami, Baniwa, Hupda, Tukano, Tikuna, entre tantos outros, habitantes imemoriais daqueles arcos geográficos, que a partir do século XIX passaram a ser vistos como fronteiras.

Outra versão deste artigo, com o título *A Importância Geopolítica da Amazônia Brasileira*, foi publicada na Revista da Escola Superior de Guerra, número 19, em 1991.

Meira Mattos rediscute os pólos de desenvolvimento para a Amazônia:

As áreas-pólos ou pólos atuarão como verdadeiros dínamos, aumentando progressivamente, ao redor do centro, os benefícios de incorporação econômica e social de regiões virgens. Não há necessidade de uma superpovoação, mas de pólos bem distribuídos e conectados por sistemas vários, embora distantes entre si, e que sejam um verdadeiro centro de progresso social e econômico. A preservação ecológica dentro de um conceito tradicional e o respeito às reservas indígenas serão melhores atendidos com essa estratégia (MATTOS, 1991: 117).

Em artigos posteriores, o general que aqui admite respeitar os territórios indígenas, muda gradualmente sua concepção, passando a descrevê-los como ameaça à soberania nacional. A este respeito, temos como exemplo o artigo *A Tese da Internacionalização da Amazônia*, publicado na *Revista da Escola Superior de Guerra* e baseado em noções de *geopolítica*, o general Carlos de Meira Mattos, identifica na atuação de organizações não governamentais as pistas de uma proposta mais ampla e articulada para internacionalizar a Amazônia: “uma rede de dezenas de ONG’s e agências que buscam criar na população local e nos indígenas uma conscientização da necessidade de internacionalizar a região” (MATTOS, 2007: 123). Esta estratégia passa necessariamente, segundo o general, pela demarcação de terras indígenas de grande extensão na faixa de fronteira:

As ONG’s internacionalistas escolheram para tema de sua penetração a questão indígena e, para área principal de operações, o território Norte do Estado de Roraima, contíguo às nossas fronteiras com a Venezuela e República da Guiana. Escolheram uma região vulnerável, pela distância dos grandes centros, pelo seu despovoamento, pela sua contigüidade com um espaço trifronteiriço (Brasil-Venezuela-República da Guiana). A constância de sua ação, o apoio de ONG’s internacionais nas suas pressões ao governo brasileiro já lhes assegurou duas vitórias: a demarcação das reservas indígenas de Ianomami, superfície de 96.649 Km<sup>2</sup> (equivalente à do Estado de Santa Catarina) para uma população de cerca de 9.000 índios e a demarcação das reservas dos índios de Raposa Serra do Sol, superfície de 17.430 Km<sup>2</sup> (metade do território do Estado do Rio de Janeiro) para uma população de 15.000 índios. (MATTOS, 2007: 125).

Exemplos de vocalização da “ameaça por meio dos indígenas” tornam-se mais frequentes a partir de 1985. Observa-se, neste ponto, mais uma inversão completa do *discurso militar indigenista em relação à primeira metade do século XX*.

Em um artigo publicado em abril de 1948, o tenente-coronel Joaquim Vicente Rondon explicita a noção segundo a qual *o índio é a sentinela das nossas fronteiras* (RONDON, J. 1948: 105). Entre outros trechos que comprovam este posicionamento, destaca-se:



### Sentinelas da Fronteira

Guardam eles, instintivamente os pontos-chave da fronteira, conhecedores que são dos seus segredos, dos caminhos que dão acesso às serranias e das picadas de transposição do vale do Amazonas ao do Orenoco.

É por esse motivo que os índios são usados constantemente como guias das expedições que demandam as nossas linhas lindeiras, em missões de estudo.

O General Rondon e os membros da Inspeção de Fronteiras, bem como as diversas Comissões de Limites do Ministério do Exterior, muito devem aos índios pelos auxílios deles recebidos, quer como trabalhadores, como guias, quer ainda, como canoieiros, arrieiros, tropeiros, carregadores, caçadores e pescadores. (RONDON, 1948: 117)

Voltando ao acervo d'A *Defesa Nacional*, o texto *Rondon, o Mensageiro da República* (1977) afirma que “uma flecha Nambiquara disparada contra o general, se alojou na bandoleira de sua arma”. Isto ocorreu quando Rondon, “pela primeira vez, entrou no território dessa grande nação dos orelhas-furadas”. Certamente o autor não usaria o termo *nação* para se referir a um povo indígena, se escrevesse três décadas depois.

Em outra edição da revista é publicado um exercício sobre história da *conquista* da América pelos portugueses, intitulado *Uma questão de história (solução)* (1960). O autor, general Flamarion Barreto Lima, solicita a seus alunos (militares que iriam se submeter ao processo de seleção para cursar a Escola de Comando e Estado Maior do Exército/ECEME) que explicitem a contribuição dos indígenas ao processo de *conquista*.

A resposta de um candidato, identificado como capitão Noa, traz o seguinte:

Na América Portuguesa:

- Estavam os indígenas, de um modo geral, em estágio de civilização atrasado. Eram nômades e viviam sob regime social tribal; falavam uma língua geral: o tupi-guarani. Serviram de guias aos conquistadores no desbravamento do território, pelo conhecimento que dele tinham.
- Transmitiram aos conquistadores a técnica de navegação fluvial e de viver na selva, pois não tinham ainda humanizado a terra. Sua mobilidade, capacidade de sobreviver na selva e as guerras entre tribos que alimentavam, introduziram processos de combate próprios que muita utilidade tiveram nas lutas contra os invasores estrangeiros.
- [a contribuição indígena] na América portuguesa foi essencialmente dinâmica e nitidamente uniforme, favorecendo o desbravamento do território, a sua exploração econômica e a sua defesa contra ataques estrangeiros.
- a contribuição dos indígenas foi mais útil, efetiva e dinâmica na conquista da América Portuguesa, influndo no avanço dos portugueses em terras espanholas (DEFESA NACIONAL, 1960: 40-41).

Mesmo afirmando que os indígenas estavam em “estágio de civilização atrasado”, o autor reconhece que não se faria a *conquista* sem a cooperação dos índios. Este é o exemplo de um tema recorrente no *discurso* dos militares em anos anteriores à década de 1980.

### 3.1.2. Revista *Verde Oliva*

Quanto à revista *Verde Oliva*, foram analisados todos os exemplares a partir de seu lançamento em 1973. Inicialmente sem uma periodicidade fixa, a publicação evoluiu de um simples folheto monocromático de oito páginas, a uma revista em papel *couchet*, 62 páginas, em policromia, com edição trimestral. Foram 208 edições em 36 anos, o que significa uma média de 6 edições anuais.

Os primeiros números trazem informações a respeito dos Comandos de Fronteira da Amazônia e sua “guerra sem fim contra o vazio”. Em texto sobre Roraima, (1983), temos a seguinte observação a respeito da vila de Surumu: “o mestiço é o elemento predominante de uma população de 800 habitantes”. Sobre a região de Bonfim, está escrito: “o mestiço, fruto da miscigenação de brasileiros com caboclos makuxi ou niapixan<sup>40</sup>, é predominante entre seus 1.200 habitantes”.

Segundo o atual editor da revista, os textos de *Verde Oliva* são produzidos a partir das contribuições dos membros do Exército espalhados por todo o território nacional. No parágrafo anterior, parece claro que os militares acreditavam na intensa e irreversível miscigenação entre índios e não índios, com o conseqüente desaparecimento dos povos indígenas, diluídos na população brasileira.

Outro aspecto importante do texto é revelado no trecho: “o mestiço, fruto da miscigenação de brasileiros com caboclos makuxi ou niapixan”, ou seja, o autor está afirmando que os “caboclos makuxi ou niapixan” não são brasileiros. E, acrescentando-se, segundo o militar, também já não são índios.

Excetuando breves referências, não são frequentes as menções aos povos indígenas nas páginas da *Verde Oliva*. Os índios são citados, sim, em matérias de cunho histórico, como por exemplo, as que relatam a luta de resistência à invasão holandesa,

---

<sup>40</sup> Os autores deveriam grafar Wapixana ou Wapishana, povo indígena de língua Aruak, que vive em Roraima e conta com uma população de 7000 pessoas (Fonte: Instituto Socioambiental, 2010)

no Nordeste açucareiro do século XVII. Nestes casos, a referência aos indígenas é sempre elogiosa, creditando aos aliados dos brasileiros um papel fundamental no sucesso alcançado com a expulsão definitiva dos batavos em 1654.

A capa da revista de número 85, de abril de 1983, é ilustrativa:

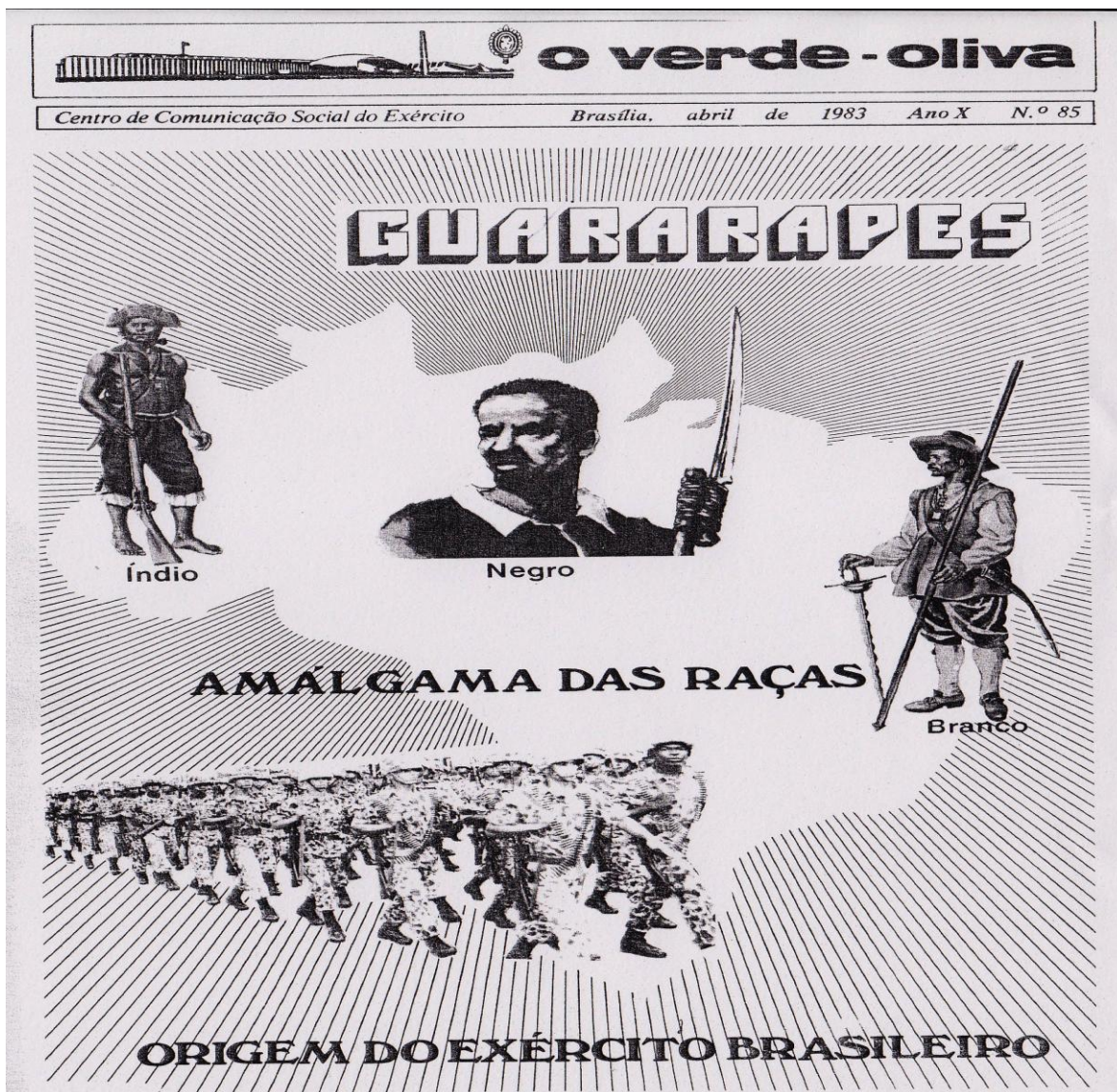


FIGURA 3.1 – Capa de Exemplar da Verde Oliva

Está explícito o papel desempenhado pelos índios nas guerras coloniais: deveriam se unir aos brancos e negros na luta pela manutenção da soberania luso-brasileira, em organizações militares que seriam, segundo esta narrativa, a origem do Exército brasileiro. Na sequência, os povos indígenas deveriam compor o “Amalgama das Raças”, em processos de miscigenação que formariam o *povo* brasileiro: um só povo compondo uma nação homogênea.

Textos a respeito da “epopéia de Guararapes” são esclarecedores:

É uma história única, iniciada com o assédio a Salvador e encerrada na capitulação da Campina do Taborda. Foram os mesmos homens, negros, índios, brancos, mamelucos, caboclos, mulatos que se ombrearam nos alagados, nas encostas, ou nas beiras dos rios, para expulsar o invasor. Irmanaram-se a serviço do Brasil, a Pátria comum (VERDE OLIVA, 1983:15).

Em outro exemplar, com a mesma temática, encontramos a seguinte referência:

O heroísmo, a solidariedade e o desprendimento de negros, índios, brancos, mamelucos, caboclos, mulatos deram a justa medida da integração de um povo em busca de seu destino maior. Os sacrifícios ingentes na luta por um ideal de vida e pela liberdade da terra natal foram a sementeira imortal que frutificou pelos tempos a fora, nos movimentos de libertação que os conduziram às margens do Ipiranga (VERDE OLIVA, 1984: 10).

O texto contribui para a criação de uma narrativa oficial a respeito daqueles fatos históricos. Neste *discurso*, o papel positivo dos índios ocorre quando de sua integração a uma matriz comum que forja povo brasileiro. Não há espaço para a manutenção de identidades étnicas diferenciadas.

Prossegue o texto da *Verde Oliva*: “Nascia, naqueles dias, o Exército brasileiro. Firmava-se, sobretudo nos brasileiros, a imperecível crença nos valores maiores da nacionalidade e na unidade física e espiritual do país que nascia” (VERDE OLIVA, 1984: 10).

Outras raras referências aos povos indígenas nas páginas da *Verde Oliva* são encontradas em matérias que descrevem a cooperação do Exército na assistência a populações indígenas ou em processos de demarcação de terra. O primeiro caso pode ser ilustrado pela matéria “ACISO no alto Rio Negro” em que a Ação Cívico-Social é descrita:

A operação ACISO realizada pelo Comando Militar da Amazônia no alto Rio Negro revestiu-se de caráter assistencial, com prioridade para as ações de saúde e de higiene dos nossos silvícolas. Inspirou-se nas tradições de participação comunitária do Exército, particularmente na Amazônia, onde o Quartel representa, muitas vezes, o único apoio possível às comunidades quase isoladas pela vastidão e adversidade do meio físico (VERDE OLIVA, 1983c: 12).

Várias questões podem ser destacadas no *discurso* dos militares neste parágrafo. Está implícito que as condições de higiene “dos nossos silvícolas” requerem a ação reparadora do Exército. O redator, em outro trecho, aponta o “alto índice de doenças da pele, devido às péssimas condições de higiene individual e coletiva” (VERDE OLIVA, 1983c: 13). Os hábitos nas aldeias do Rio Negro, vistas como *primitivas* pelo *discurso* militar, são causas do “alto índice de doenças da pele”. O autor não cogita a

hipótese destas dermatites serem introduzidas pelo contato com população não indígena e uma vez instaladas, sem o adequado tratamento clínico, passam a se espalhar sem controle.

Está explícito o fato de que “na Amazônia o quartel representa muitas vezes o único apoio possível às comunidades” (VERDE OLIVA, 1983c: 12). A falta de políticas públicas, efetivas, em partes do território nacional, configurando uma situação de “ausência” do Estado, fortalece o Exército como única expressão do governo na região. Seus oficiais podem, nestas circunstâncias, dispor de um poder mais abrangente do que outros. Afinal, o Exército está onde os demais órgãos atuam de forma incipiente. Este é um fator que concorre fortemente para legitimar o *discurso* e a ação do exército nos espaços amazônicos.

A partir de 1991, a revista inicia a publicação de entrevistas de comandantes da Força Terrestre. Em algumas delas, sempre de forma muito sutil, alguns generais sinalizam sobre a possibilidade de quebra da soberania brasileira na Amazônia, com o possível envolvimento de povos indígenas.

Em abril de 1991, o general Carlos Tinoco, então Ministro do Exército, atende a uma convocação do presidente do Senado Federal para falar sobre a presença militar na Amazônia, em particular a respeito do incidente na região do Traíra, onde um posto de fronteira do Brasil fora atacado por guerrilheiros colombianos. A *Verde Oliva* número 129, aborda a questão da *cobiça internacional* logo no seu início:

O Ministro iniciou discorrendo sobre a problemática intrínseca da área, destacando: extensão territorial, vazio demográfico, a extensão da linha de fronteiras e as riquezas naturais, citou, ainda, os interesses de diversos segmentos nacionais e internacionais [...] teceu considerações sobre a cobiça internacional com relação à região [...] (TINOCO, 1991a: 2).

Discorrendo a respeito da resposta do Governo brasileiro a estes perigos, o general enumera os principais objetivos do *Projeto Calha Norte*, entre eles:

[...] promoção de assistência e proteção às populações indígenas, ribeirinhas e extrativistas, através de delimitação e demarcação das terras ocupadas pelos índios e pela criação de florestas nacionais capazes de oferecer-lhes proteção natural em face dos contrastes de ordem cultural (TINOCO, 1991a: 2).

A respeito dos “complicadores” que ocorrem na Amazônia, “às vésperas do III Milênio”, assim se manifesta o Ministro:

Mas lá existem complicadores que não ocorrem em outras épocas e em outras regiões:

- a existência de índios de diferentes tribos, que desconhecem limites fronteiriços entre países;
- a ação de missões religiosas estrangeiras, nem sempre voltadas para suas funções precípuas.
- a atuação de grupos multinacionais sob vários pretextos: ecologia, defesa dos povos indígenas, internacionalização da floresta, etc. (TINOCO, 1991a: 4).

Quatro meses depois, o general Carlos Tinoco faz uma exposição na Comissão de Defesa da Câmara Federal, sobre o trabalho e as necessidades orçamentárias do Exército. Um resumo do depoimento é publicado na *Verde Oliva*, número 130, de julho/agosto/setembro de 1991. Voltando a se pronunciar a respeito da importância do Projeto Calha Norte, o general afirma:

É importante assinalar que as manifestações de interesse internacional, associadas ao fato de que a floresta amazônica não é a única grande floresta equatorial do mundo, são eloqüentes para demonstrar que o interesse internacional crescente sobre a Amazônia, é um fato concreto, com o qual devemos nos preocupar, particularmente quando tratamos de assuntos que dizem respeito à nossa soberania. (TINOCO, 1991b: 2).

Está subentendido no depoimento do general que os militares, aos poucos, começam a enxergar os índios como uma incógnita, em uma equação difícil de resolver.

A edição 139, de abril/maio/junho de 1993, traz uma entrevista com o general Benedito Onofre Bezerra Leonel, chefe do Estado Maior do Exército. Respondendo sobre o Projeto Calha Norte, o general declara:

A Amazônia Brasileira é, inegavelmente, uma área de grande importância estratégica. A vivificação e o desenvolvimento dessa imensa região, com um lento avanço até recentemente, teve como vetor principal a ação desbravadora das Forças Armadas. Percebendo-se da crescente importância daquela área, particularmente no nível internacional, o Governo Federal lançou, em 1985, as bases do Programa Calha Norte [...] o Projeto é um marco histórico para a integração da Amazônia neste fim de século (LEONEL, 1993: 2).

O *Projeto Calha Norte* é uma prova da “reorientação estratégica” no campo das prioridades do Exército brasileiro. Um breve trecho da entrevista de outro general, publicada na edição número 137, de outubro/novembro/dezembro de 1992, confirma esta orientação. O general Gleuber Vieira, do Estado-Maior do Exército, na entrevista concedida à *Verde Oliva*, explica:

Em função não só de suas próprias avaliações, mas também acompanhando iniciativas do governo federal, o Exército já olha com ênfase prioritária a Amazônia e a sua primazia estratégica numa preocupação muito maior do que há poucos anos atrás. Tudo isso já se traduziu em ações efetivas, como por exemplo, a transferência da Brigada de Petrópolis para Boa Vista; o reequipamento e a reestruturação de diversas unidades da selva e de fronteira; a mudança da Brigada de Santo Ângelo para Tefé (VIEIRA, 1992:2).

Ao longo dos anos 1973/2009, as referências aos indígenas são episódicas e sucintas nos textos corriqueiros da revista. Nestes casos, os índios são tratados sempre genericamente, sem referência às suas identidades étnicas, de modo condescendente quando o assunto é assistência médico-sanitária, ou elogiosa quanto a matéria descreve a participação de soldados indígenas em treinamentos para a guerra na selva.

Um registro, no entanto, é importante, pois nele a *Questão Indígena* tem uma abordagem mais destacada. Este artigo está na edição 179 de dezembro de 2003.

Sob o título *As questões indígenas, de fronteira e de meio ambiente* (VERDE OLIVA, 2003), podemos ler uma espécie de editorial a respeito destes temas. O tom, sóbrio e cauteloso, não deixa dúvidas quanto à solenidade do *discurso*: estamos diante do pronunciamento da Força Terrestre, que apesar de não ser identificado como oficial, certamente foi preparado com muito cuidado para explicitar uma opinião.

O texto, distribuído em duas páginas, é ilustrado por um rosto Yanomami inserido em pequeno círculo ao lado do título, pela foto de uma criança Kayapó, que ocupa cerca de um quinto de página, e por um pequeno mapa da Europa, onde vemos em destaque a Holanda, Áustria, Hungria e Portugal, sobre a legenda: “Países cuja soma das superfícies equivalem às terras indígenas.” Segue a transcrição dos parágrafos que abordam a *Questão Indígena*:

#### QUESTÕES INDÍGENAS

A Constituição Federal, em seu artigo 231, prescreve que “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

O Exército cumpre o que prescreve a Carta Magna, pois que a posição da instituição é bem definida e coerente com os preceitos constitucionais. Mas há questões que ainda geram polêmica, e que se faz necessário considerar:

a) Algumas terras indígenas (TI) estão na faixa de fronteira; a Constituição determina que a vigilância na faixa de fronteira é de competência do Exército; para cumprir sua missão, o Exército precisa manter tropas nas áreas fronteiriças, e, com isso, o contato com os silvícolas torna-se inevitável; com o contato com o homem branco urbano, uma série de conseqüências ocorre na rotina dos silvícolas, que vão desde o ataque por enfermidades antes inexistentes em seu meio, até o gradual afastamento ou mesmo abandono de sua cultura; tais conseqüências geram, inevitavelmente, dificuldades locais e críticas nacionais e internacionais. Por outro lado, estaria correto segregar os indígenas, privando-os de se integrar à sociedade nacional e de usufruir dos benefícios do progresso?

b) Algumas reservas indígenas são tão extensas que poderiam aparecer nos *mapa-mundi* – TI Yanomami (equivalente a Portugal), TI Raposa-Serra do Sol (50% da Holanda), TI Vale do Javari (Áustria), e TI Alto e Médio Rio Negro-Apaporis-Téa (Hungria)-; essas grandes extensões de terras reservadas aos indígenas poderiam inviabilizar a sobrevivência de algumas Unidades da Federação?; Até que ponto os laudos antropológicos que indicam os limites das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios estão isentos de



contaminação ideológicas ou do interesse de organizações não-governamentais (ONG)., muitas delas patrocinadas com recursos oriundos do exterior?; e, finalmente, as ONG, que declaradamente defendem os direitos indígenas são fiéis, essencial e unicamente a essa causa? (VERDE OLIVA, 2003)

O texto tenta explicar que a atuação do Exército se dá em harmonia com a política de preservação ambiental implementada pelo Estado brasileiro e conduz o leitor a reconhecer a atitude de respeito por parte do Exército no trato com populações indígenas.

No parágrafo inicial de cada tópico aparece, em destaque, o artigo da Constituição Federal com o princípio, a partir do qual, o tema deve ser tratado. Desta forma, o texto reveste-se de caráter ainda mais institucional, afinal, um autor só invoca princípios constitucionais quando o tema a ser tratado exige a elaboração mais impessoal e menos limitada à conjuntura de momento.

O segundo parágrafo do texto registra que “o Exército cumpre o que prescreve a Carta Magna, pois que a posição da instituição é bem definida e coerente com os preceitos constitucionais”. Se esta afirmação é verdadeira, os membros da Força Terrestre devem admitir como legítimas a “organização social, costumes, línguas, crenças e tradições” de cada grupo indígena. Isto significa encarar estes grupos como agrupamentos étnicos, que entre outras características, apresentam um contingente populacional muito reduzido. São, portanto, minorias étnicas vivendo em um território imaginado como nacional (BARTH, 1997 e ANDERSON, 2008).

Sabe-se que, a partir da promulgação da Constituição de 1988, os povos indígenas têm o direito constitucional de manter suas respectivas identidades diferenciadas.

No entanto, o texto afirma que “há questões que ainda geram polêmica, e que se faz necessário considerar”. Em seguida, estão dispostas considerações a respeito do contato cotidiano entre índios e soldados e, a seguir, em um segundo parágrafo, contesta-se a extensão das terras indígenas.

No início do parágrafo (identificado com a letra a), é explicitada a necessidade que o Exército tem de manter seu pessoal em pelotões de fronteira e que isto acaba introduzindo algum tipo de problema para os indígenas. Esta consideração induz o leitor a uma conclusão errônea: que o contato entre índios e “não índios” prejudica de forma irreversível a sociedade indígena.



Todo e qualquer contato desencadeia, em ambos os pólos, uma série de desdobramentos. O texto reconhece este fato apenas para a comunidade indígena: “uma série de consequências ocorre na rotina dos silvícolas, que vão desde o ataque por enfermidades antes inexistentes em seu meio, até o gradual afastamento ou mesmo abandono de sua cultura”. Tal como redigido, parece inevitável que os indivíduos indígenas sejam acometidos por enfermidades transmitidas, no caso, por membros das Forças Armadas.

Na década de 1970, milhares de crianças, jovens, homens, mulheres e idosos, morreram vitimados por epidemias de gripe, sarampo, tuberculose e outras doenças transmitidas por trabalhadores, garimpeiros, aventureiros, soldados, entre outros que foram colocados em contato com as comunidades indígenas que viviam nas proximidades das rodovias construídas naquele período. O doloroso processo vivido pelos povos atingidos pelas epidemias foi fartamente documentado. Os poderes públicos acumularam conhecimento e informação suficientes para prever, prevenir e evitar que esta situação se repetisse.

Como foi publicada, a frase destacada é uma confissão. Se houve transmissão de doenças, a única conclusão a que podemos chegar é de que os culpados por este fato não estavam preparados para a missão que cumpriam. O fato é grave e parece tratado com naturalidade: “o contato com o homem branco urbano” leva enfermidade a seres humanos sadios. Da mesma forma parece natural, nestes trechos do *discurso* militar, que a sociedade dos *silvícolas* também “adoeça” e sofra o “gradual afastamento ou mesmo abandono de sua cultura”

Quase confessando que tudo isto é o que deve mesmo acontecer, o redator questiona se é correto segregar os indígenas. Admitindo que o artigo da revista *Verde Oliva* foi elaborado com o cuidado que o tema exige, chegamos à conclusão de que, a respeito dos povos indígenas, esta expressão do *discurso militar* admite como inevitável o desaparecimento destes povos enquanto grupos étnicos diferenciados.

No final deste parágrafo, destacado do artigo *Questões Indígenas*, encontra-se o seguinte questionamento: “estaria correto segregar os indígenas, privando-os de se integrar à sociedade nacional e de usufruírem dos benefícios do progresso? Estamos diante de outra indução: Os artigos da Constituição não prescrevem o isolamento dos povos indígenas. Esta é uma inferência indevida.

A análise do *discurso militar* nas páginas da *Verde Oliva* nos faz concluir que os redatores do texto são contrários à visão do Brasil como um país multi-étnico, sendo portadores de uma visão *integracionista* a respeito dos índios.

Nesta agenda está prescrito que aos agentes do Estado compete fazer as escolhas e impingir-las aos indígenas sob *regime tutelar*, até a programada diluição destes povos na sociedade brasileira. Está explícita uma tensão entre as noções militares a respeito do que é *Pátria, Nação e Povo* e os princípios constitucionais relativos aos povos indígenas.

Os autores ainda se referem criticamente à extensão de terras indígenas, todas incidindo sobre a faixa de fronteira. Diz o texto:

Algumas reservas indígenas são tão extensas que poderiam aparecer nos *mapa-mundi* – TI Yanomami (equivalente a Portugal), TI Raposa-Serra do Sol (50% da Holanda), TI Vale do Javari (Áustria), e TI Alto e Médio Rio Negro-Apaporis-Téa (Hungria)-; essas grandes extensões de terras reservadas aos indígenas poderiam inviabilizar a sobrevivência de algumas Unidades da Federação?

Estamos atentos à declaração inicial: “O Exército cumpre o que prescreve a Carta Magna”. Não há na Constituição qualquer limitação quanto à extensão ou localização das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas. Neste ponto parece emergir outra tensão entre o preceito constitucional e o *discurso* militar. A “polêmica” anunciada está relacionada à discordância a respeito da aplicação do princípio constitucional. O autor não explicita tal divergência, opta por apresentar três perguntas que não estão relacionadas com o princípio constitucional em destaque.

O que está claro no *discurso* veiculado pela *Verde Oliva* é o questionamento das demarcações de terras indígenas extensas, situadas na faixa de fronteira e habitadas por uma população tida como reduzida, para os padrões dos militares.

Ao final do texto, o redator comenta a edição, por parte do Estado-Maior do Exército da Portaria EME 020<sup>41</sup>:

Visando dissipar dúvidas ou especulações a respeito do Decreto 4.412, de 7 de outubro de 2002, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas, e confirmar o reconhecimento dos direitos dos índios, o Chefe-do-Estado-Maior do Exército baixou a Diretriz para o Relacionamento do Exército Brasileiro com as Comunidades Indígenas, procurando orientar, nesse particular, as atividades e os procedimentos da Força Terrestre. E ainda, considerando as características e a diversidade de cada grupo indígena, os Comandos Militares de Área estabeleceram normas de convivência, orientando a conduta dos seus militares ao tratar com os silvícolas (VERDE OLIVA, 2003).

---

<sup>41</sup> Esta Portaria é analisada nas páginas 140 e seguintes.

Há neste artigo da Verde Oliva um claro ataque retórico aos direitos indígenas. Apesar de citar a Portaria EME 020, confrontando o teor do artigo com o conteúdo da Portaria – analisada na seção 3.4 – percebem-se diferenças significativas. Afinal, o artigo registra a relutância de seu(s) autor(es) em acatar o princípio constitucional expresso no artigo 231 da Constituição em vigor.

Dos dois documentos reúnem-se evidências objetivas do que foi afirmado na Introdução a respeito da não uniformidade do *discurso militar indigenista*.

### **3.2. O Davi caboclo abateu o Golias estrangeiro – O que diz o site do Exército**

O Exército mantém um portal com endereço [www.exercito.gov.br](http://www.exercito.gov.br) contendo centenas de páginas e informações. Em todo este acervo não são frequentes as referências aos povos indígenas no Brasil. De modo geral, apenas as referências históricas têm destaque nas páginas do site da instituição. Mesmo exíguas estas representações sobre os índios merecem registro. Nesta seção serão analisados os seguintes temas: lutas contra a Companhia das Índias Ocidentais, empresa de mercadores holandeses que invadiu a costa do Nordeste brasileiro, entre 1630 e 1654; o processo de definição das fronteiras ocidentais do Brasil; e relatos sobre povos indígenas atuais.

#### **3.2.1. Invasões holandesas**

A sonora palavra Guararapes é originária da língua Tupi e significa tambores, ou o ruído de tambores em conjunto. Na toponímia regional nomeia três montes situados ao sul de Recife, próximos ao litoral, local das batalhas que marcaram o declínio do poder da Companhia das Índias Ocidentais no território pernambucano (MELLO, 2008). Muitos cronistas e historiadores descreveram os combates onde as forças luso-brasileiras obtiveram vitórias expressivas:

A primeira batalha dos Guararapes ocorreu nos dias 18 e 19 de abril, com esmagadora vitória luso-brasileira. Vale dizer que o efetivo luso-brasileiro não passava de 2.200 homens, contra 4.500 neerlandeses. [...] O combate intenso durou aproximadamente cinco horas, e no campo de batalha tombaram holandeses, ingleses, franceses, poloneses, luso-brasileiros, negros africanos e índios tupis e tapuias (NASCIMENTO, 2008).

A segunda batalha, dez meses depois, ocorreu com igual resultado: uma vitória expressiva dos pernambucanos e seus aliados (NASCIMENTO, 2008).

Como explicar estas duas retumbantes vitórias? Segundo Evaldo Cabral de Mello (2008: 262) os portugueses e seus descendentes passaram a empregar táticas<sup>42</sup> e armas<sup>43</sup> indígenas muito mais adequadas às lutas “nos matos” que os rígidos rituais bélicos europeus<sup>44</sup>. “Aprendida dos índios no convívio e no conflito ao longo da marinha ou no sertão, a guerra volante já se havia incorporado em começos do século XVII à prática de sertanistas e soldados”.

Representações das lutas estão consagrados em uma tela de 45,7 metros quadrados, *A Batalha dos Guararapes* de Victor Meirelles, cujas dimensões impressionam: são 9,23 metros de comprimento por 4,95 metros de altura. A obra pertence ao acervo do Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro.

---

<sup>42</sup> Gândavo descreve o estilo de guerra dos índios do litoral. Impressionara-o, sobretudo a falta de disciplina: ‘Não andam todos juntos, derramam-se por muitas partes, e quando se querem ajuntar assobiam como pássaros ou como bugios’. Insinua também a ausência de batalhas campais: ‘não pelejam em campo nem têm ânimo para isso, põem-se entre o mato junto de algum caminho e tanto que passa alguém, atiram-lhe ao coração ou a parte onde o matem [...] Igualmente insólita era a mobilidade dos contendores (MELLO, 2008: 263).

<sup>43</sup> No Novo Mundo, como salientou Georg Friederici, ‘até a descoberta de espingarda de agulha, um bom arco indígena nas mãos de um arqueiro americano em pleno vigor primitivo era superior, como arma de ataque à distância, ao arcabuz, ao mosquete ou à espingarda de pederneira’. Os índios [...] podiam disparar entre cinco a seis flechas durante o tempo necessário a recarregar um arcabuz. A observação é igualmente válida para azagaia e o tacape. Os dardos e cacetes, incrustados de dentes ou ossos agudos, que constituíam o arsenal dos tapuias aliados por holandeses (que, aliás, recusavam as armas de fogo em que enxergavam invenção diabólica), revelavam-se mortíferos quando atirados com precisão à cabeça do inimigo (MELLO, 2008: 285).

<sup>44</sup> [...] ambas as Guararapes, constituíram o triunfo da desordem nativa sobre a ordem européia. Por ocasião da segunda batalha, ‘duas particularidades’ prenderam a atenção do conselheiro Van Goch: em primeiro lugar, as tropas do inimigo saindo do mato e por trás dos pântanos e de outros lugares, tinham a vantagem da posição, atacavam sem ordem e em completa dispersão [...]. Em segundo lugar, as tropas inimigas são ligeiras e ágeis de natureza para correrem para adiante e se afastarem, e por causa de sua crueldade inata são também temíveis. Compõem-se de brasileiros [tupis], tapuias, negros, mulatos, mamelucos, nações todas do país, e também portugueses e italianos que têm muita analogia com os naturais da terra quanto à sua constituição, de modo que atravessam e cruzam os matos e brejos, sobem os morros tão numerosos aqui e descem tudo isso com uma rapidez e agilidade verdadeiramente notáveis. Nós, pelo contrário, combatemos em batalhões formados como se usa na mãe-pátria [em formação convencional de quadrados ou de linha de fogo] e nossos homens são indolentes e fracos, nada afeitos à constituição do país. [...] Além disso, as peças de artilharia de campanha, não podendo ser apontadas sobre bandos ou grupos dispersos, tornam-se inteiramente inúteis, ou para melhor dizer, transformam-se em verdadeiras charruas para nosso exército, sem contar uma multidão de outros inconvenientes (MELLO, 2008: 294, 295).



FIGURA 3.2 - A Batalha dos Guararapes, óleo sobre tela, 9,23 x 4,95 m,  
Vitor Meirelles

Luz, cor, movimento, para “encher os olhos”, “falar ao coração”, comover, despertar o orgulho pela vitória, orgulho de ser brasileiro.

Imbuído da missão de criar símbolos e representações do Brasil como nação, o Imperador Dom Pedro II encomendava obras de arte sobre eventos, a seu juízo, significativos. Vitor Meirelles e Pedro Américo foram solicitados a colaborar com este projeto. Em 1872, uma grande exposição no Museu de Belas Artes, na capital do Império, acolhe as telas “A Batalha dos Guararapes” e “A Batalha de Avaí”. Mais de 70 mil visitantes comparecem ao evento. Comentários e discussões a respeito da exposição, veiculadas na imprensa, se estendem por meses. A “batalha simbólica” estava ganha, o Estado brasileiro poderia daí em diante, contar com mais dois ícones para compor a identidade da Nação. A respeito destas obras se manifesta o crítico de arte Jorge Coli:

As batalhas de Avaí e de Guararapes, pintadas por Pedro Américo e Victor Meirelles, são, no século passado, episódios maiores da História que o Brasil está criando para si próprio, instaurados visualmente, e participantes do grande mito de uma identidade nacional, heróica e consciente. A escolha dos temas possui intenções evidentes: mito fundador, Guararapes opera uma síntese das raças na mesma luta e funda a primeira legitimação de um país que se descobre senhor de seus destinos políticos. O feito guerreiro é batismo de fogo desta solidariedade entre brasileiros, e a garantia de um sentimento inabalável. Avaí, por sua vez, instaura o heroísmo contemporâneo de uma nação que se confirma pela vitória (COLI, 1997).

Este acervo iconográfico também é incorporado pelo Exército em sua versão dos acontecimentos, em um intenso processo de invenção de tradições (CASTRO, 2002). Percorrendo o *site* da instituição ou folheando exemplares de alguns periódicos militares, nos deparamos com reproduções da tela de Vitor Meirelles acompanhada de alusões às “três raças formadoras da essência do povo brasileiro”:

Desde os primórdios da colonização portuguesa na América, desenvolveu-se em terras brasileiras uma sociedade marcada pela intensa miscigenação. O sentimento nativista aflorou na gente brasileira, a partir do século XVII, quando brancos, índios e negros, em Guararapes, expulsaram o invasor estrangeiro. O Exército, sempre integrado por elementos de todos os matizes sociais, nasceu com a própria Nação e, desde então, participa ativamente da história brasileira (EXÉRCITO BRASILEIRO<sup>45</sup>, 2009a).

Embora curto, o texto apresenta uma série de mitos que dizem mais sobre o futuro almejado pelos militares brasileiros (CASTRO, 2002), do que propriamente a respeito do nosso passado colonial. O texto prossegue:

Em verdadeira simbiose da organização tática portuguesa com operações irregulares, índios, brancos e negros formaram a primeira força que lutou e expulsou os invasores do nosso litoral. Portanto, a partir da memorável epopéia de Guararapes (1648), não havia apenas homens reunidos em torno de um simples ideal de libertação, mas sim, as bases do Exército Nacional de uma Pátria que se confirmaria a 7 de setembro de 1822 (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2009a)

Outro exemplo significativo são as páginas em comemoração aos 350 anos daquelas batalhas:

Sejam bem-vindos ao Monte Guararapes!

Este Site, em permanente construção coletiva, destina-se a comemorar, no cyber espaço, os 350 Anos da 1ª Batalha dos Guararapes, (19 de Abril de 1648), que se transformou no Berço da Nacionalidade e do Exército Brasileiro. Da mesma forma, tem por objetivo reverenciar a memória dos Heróis de Guararapes, representados pelas três raças formadoras da essência do povo brasileiro. (EXÉRCITO BRASILEIRO<sup>46</sup>, 2009b).

Três mitos são anunciados – e comemorados – neste parágrafo: em 1648 germinava entre os habitantes da colônia portuguesa o sentimento de pertencer a uma Nação; junto com a Nação surgia um Exército, uma instituição nacional; a Nação brasileira nasce formada pelas três raças que compõem a “essência do povo brasileiro”.

A força destas mensagens é evidente. Todos os brasileiros têm entre “suas ideias recebidas” a forte noção de que somos o amálgama de três raças. Portanto,

---

<sup>45</sup> <http://www.exercito.gov.br/01inst/Historia/index.htm>

<sup>46</sup> <http://www.exercito.gov.br/01inst/Historia/Guararap/editorial.htm>

especialmente para determinados segmentos da sociedade brasileira, identidades étnicas diferenciadas não têm espaço no Brasil. Reforçando o *discurso* acima, o site exhibe, ao lado do texto, a seguinte montagem:



FIGURA 3.3 – A base do Exército brasileiro.

Na fusão da imagem de Vitor Meirelles com os soldados, detectamos a naturalização em curso: somos um só povo, originalmente formado por negros, brancos e índios, somos representantes de um “amálgama” que começa a se plasmar em 1648. O *site* apresenta, a seguir, um ensaio a respeito das batalhas. Inicia afirmando que:

Era o dia 18 de abril de 1648. Mais de 4 mil holandeses avançam para o Sul, vindos do Recife. [...]

O comando rebelde ordena a marcha na direção do inimigo. Reunido em Ibura decide: "rumo aos Outeiros Guararapes". Sem tempo sequer para jantar, cerca de 2 mil homens preparam-se para o combate, nutridos pela certeza do improvável: bater uma força material e numericamente superior em batalha decisiva. Partem, lutam e vencem. [...]

Prodígio de criatividade, ousadia e bravura a 1ª. Batalha dos Guararapes é mais do que um memorável feito militar de nossos antepassados. Neste duelo, em que o Davi caboclo abateu o Golias estrangeiro assentam-se as raízes da Nacionalidade e do Exército brasileiros, que caminham juntos há 350 anos (EXÉRCITO BRASILEIRO<sup>47</sup>, 2009c).

Agora o “Davi” já é caboclo. Ao se amalgamarem, aqueles que defenderam o “solo brasileiro”, participando de um “Exército brasileiro”, deverão, em consequência, deixar de acionar outras identidades. Não mais os diversos povos indígenas, as diferentes etnias vindas da África, os portugueses, brasileiros, espanhóis, italianos, etc.

<sup>47</sup> <http://www.exercito.gov.br/01inst/Historia/Guararap/ensaio.htm>

e, sim, os *índios, negros e brancos*, que se irmanam sob o manto protetor de um Exército que se imagina nacional.

Prosseguindo a leitura do *site*, nos deparamos com um recuo no tempo, para narrar o início da invasão holandesa no Nordeste:

O aprestamento para a nova invasão teve início em 1629, gerando expectativa nas cortes de Lisboa e Madri. A força de incursão estava entregue ao experiente General Hendrick Corneliszoon Lonck. Os espanhóis limitaram-se a alertar o Capitão-Mór Matias de Albuquerque do risco iminente, levando-o a um heróico e solitário esforço de preparação da defesa, para a qual foram convocados até mesmo índios pacíficos e amigos, liderados por Antonio Felipe Camarão (EXÉRCITO BRASILEIRO<sup>48</sup>, 2009d).

Começamos a encontrar no *site* do Exército uma qualificação para a grande massa de índios presentes na região nordestina: são “pacíficos e amigos” os comandados por Felipe Camarão. Outros, que eventualmente não se aliam aos portugueses e brasileiros, serão descritos como *gentios* ou *bravios*. Com relação aos *índios* aliados, os textos registram a capacidade de improvisar e não seguir os métodos de ataque e assédio consagrados pelas lições militares europeias:

Ao contrário dos seus opositores, contudo, os patriotas caracterizavam-se por não seguir procedimentos rígidos de combate. A influência do índio, que tinha no chefe Antonio Felipe Camarão o mais digno dos representantes, tinha muito a ver com esse comportamento heterodoxo. Da obra "Do Recôncavo aos Guararapes" do então Major Antonio de Souza Júnior, destacamos interessante citação atribuída a Ardant du Picq: "Não se pode prescrever tal e qual método de combate, tal e qual organização, quando o instinto do combatente está em contradição absoluta com os métodos ordenados". Bendita contradição, bendita rebeldia! (EXÉRCITO BRASILEIRO<sup>49</sup>, 2009e)

Em seu *discurso*, os autores valorizam as contribuições táticas dos indígenas nas lutas que serão travadas. Admitem, ainda que, “Os índios tiveram participação marcante nos conflitos, atuando pelos dois lados” (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2009e). Deveríamos questionar por que apesar do “sentimento patriótico”, existem “naturais da terra” que lutam ao lado do inimigo.

O *site* veicula, portanto, duas imagens opostas a respeito dos povos indígenas: os aliados e os índios bravios. Os líderes e grupos indígenas serão qualificados em função da posição que assumem diante dos novos invasores, os holandeses.

A narrativa passa a tecer considerações a respeito da pretendida homogeneidade do povo brasileiro. Povo este sem diferenciações étnicas e/ou culturais acredita-se, um

---

<sup>48</sup> <http://www.exercito.gov.br/01inst/Historia/Guararap/seduto.htm>

<sup>49</sup> <http://www.exercito.gov.br/01inst/Historia/Guararap/tempero.htm>



único interesse. É o que se afirma em outra página comemorativa das batalhas de Guararapes:

Os combatentes que, passo vivo, marcharam para Guararapes estavam indissolúvelmente unidos por uma aspiração comum, um desejo coletivo, um interesse único. Uma nação em armas. [...] guiavam-se pelas ordenanças da Metrópole, com tempero genuinamente caboclo. Geniais para uns, intuitivos para outros, moviam-se pela fé que não os abandonou nem mesmo nos momentos críticos. Revolucionário, ousado, à frente do seu tempo. Um exército em ação (EXÉRCITO BRASILEIRO<sup>50</sup>, 2009f).

A organização militar que conduz a chamada *Insurreição Pernambucana* é apresentada também como uniforme, homogênea, sem dissensos, capaz de absorver as contribuições de negros e índios e de transformar-se em um exército coeso e imbatível:

O 19 de abril de 1648 tem um significado bem mais amplo do que o incontestado êxito militar. No movediço Boqueirão, guardado pelos solenes Montes, homens de crença e valor plantaram as sementes de duas instituições permanentes e indissolúveis: a Nação e o Exército Brasileiros. Ao longo destes 350 anos de invencibilidade e grandeza, o legado de Guararapes esteve mais vivo que nunca, garantindo nossas soberanas fronteiras em memoráveis campanhas externas; mantendo coeso e pujante este País-Continente; contribuindo para a preservação dos ideais democráticos, ameaçados pelo fantasma de ideologias totalitárias; participando do esforço mundial de preservação da paz, sob a égide de organismos internacionais.

Tropas de negros, do patriota Henrique Dias, e de índios, do bravo Poti, rebatizado Felipe Camarão, agregam-se às dos luso-brasileiros de André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira, para combater, como Davi, o poderoso Golias holandês. Na região de Guararapes, em 19 de abril de 1648, nascia o Exército (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2009f).

Junto aos textos a imagem de Vítor Meireles, sempre legendada: “Batalha de Guararapes: com a vitória, o nascimento de um Exército, esteio de uma grande Nação”.

A história do Exército, narrada em suas páginas eletrônicas e seus periódicos, está inserida em um conjunto de *discursos* criados com o objetivo de fortalecer a identidade dos militares e seu papel na construção da Nação. São, portanto, como sublinha Celso Castro, parte do processo de *invenção* do Exército brasileiro (CASTRO, 2002). Analisando esta instituição e o processo de *invenção de tradições* correspondente, aquele autor afirma:

[...] trata-se de fenômeno encontrado nos mais diversos países e contextos históricos. Podendo também ser patrocinado por diferentes agentes, desde o Estado nacional até grupos sociais específicos. Comum a todos os casos seria a tentativa de expressar identidade, coesão, estabilidade social, em meio a situações de rápida transformação histórica, através do recurso à invenção de cerimônias e símbolos que evocam continuidade com um passado muitas vezes ideal ou mítico (CASTRO, 2002: 10).

---

<sup>50</sup> <http://www.exercito.gov.br/01inst/Historia/Guararap/legado.htm>

Alçada, como vimos, à condição de um dos símbolos maiores do Exército, a primeira Batalha de Guararapes, passou a ser referência para a comemoração do Dia do Exército, instituído oficialmente em 1994 (CASTRO, 2002: 8).

Os fatos narrados a partir da documentação histórica não nos permitem dizer que a primeira batalha de Guararapes determinou a expulsão dos holandeses. Esta batalha ocorreu em abril de 1648 e os invasores só deixaram o território de Pernambuco em 1654. O contingente militar formado para aquela luta não teve continuidade histórica e o Brasil, com a conformação territorial próxima da que temos hoje, só se definiria em agosto de 1823, quando são vencidas em Belém as últimas forças portuguesas e a Província do Grão-Pará é incorporada ao Império nascente.

No entanto, aquela versão é reafirmada e, na visão expressa pelo texto do site [www.exercito.gov.br](http://www.exercito.gov.br), o amálgama “povo – exército” promove a ocupação do espaço territorial que hoje constitui o Brasil moderno.

Voltando a outro trecho do *site*, podemos constatar: “Nas décadas posteriores ao descobrimento do Brasil, a Força Terrestre foi representada pelo povo em armas nas lutas pela sobrevivência, conquista e manutenção do território” (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2009a).

Uma leitura atenta nos mostra que, no *discurso* do Exército, ocorreu uma “intensa miscigenação” na constituição da sociedade brasileira. Além disso, os índios e negros são exaltados enquanto membros das “forças terrestres” identificadas como as “bases do Exército brasileiro” que foi “sempre integrado por elementos de todos os matizes sociais” (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2009a). Está subentendido nestas expressões a noção de homogeneidade que deve vigorar na sociedade brasileira que se constitui como Nação.

O lugar a ser ocupado por negros e índios (por suposto enquanto não se dá a completa miscigenação) é a integração física e cultural “na gente brasileira”, sob a hegemonia do colonizador português, propiciando a articulação “harmoniosa das três raças”.

### 3.3.3. Fronteiras Ocidentais

No *site* do Exército também encontramos inúmeras páginas dedicadas à Amazônia. Parte do texto é voltada para relatos sobre a conquista portuguesa:

As ações dos luso-brasileiros que conduziram à conquista e à manutenção da Amazônia - hoje patrimônio incontestável do povo brasileiro - constituem uma das mais belas páginas da história da humanidade. No curso desse mister, que demandou quase 200 anos, sobraram coragem, determinação, desprendimento e incontáveis sacrifícios. Homens, em sua grande maioria, mas também mulheres e crianças; brancos, negros e, principalmente, índios, arrostando dificuldades e vencendo desafios, levaram a cabo a tarefa gigantesca de desbravar tão grande quanto desconhecida região (EXÉRCITO BRASILEIRO<sup>51</sup>, 2009g).

Deparamo-nos, uma vez mais, com a noção de “índios amigos”: aqueles que auxiliam, que prestam apoio aos “brancos” no processo de conquista e defesa das terras pretendidas pelos colonizadores. No entanto, foram os espanhóis os primeiros a tomarem iniciativa de explorar a calha do grande rio:

E realmente foram esses que tomaram a dianteira no reconhecimento da Região. A Francisco de Orellana, intrépido navegador espanhol, credita-se o descobrimento do grande rio, por ele navegado, desde a nascente, nos contrafortes dos Andes, a sua foz, nos anos de 1540 e 1541. [...] Seguiram-se outras expedições espanholas com finalidade exploratória, até que franceses tentassem, no norte do Brasil, estabelecer a França Equinocial (EXÉRCITO BRASILEIRO<sup>51</sup>, 2009g).

Nesta narrativa os portugueses voltam-se para a região logo após derrotar a “França Equinocial” no Maranhão:

A expulsão do invasor do Maranhão alertou os portugueses para a importância da região contígua: a Amazônia. Como consequência, Francisco Caldeira Castelo Branco fundou, em 1616, na foz do grande rio, o Forte do Presépio, origem da atual cidade de Belém. A Amazônia começava a ser brasileira (EXÉRCITO BRASILEIRO<sup>51</sup>, 2009g).

A definição de fronteiras se dá pela astúcia dos portugueses que buscam limites “naturais” para a nação:

A união entre a coroa lusa e a espanhola, em 1580, que tornou as terras da América pertencentes a um só rei e senhor, permitiu o alargamento da base física da colônia portuguesa, pela extraordinária ação exploradora empreendida pelas Entradas e Bandeiras. Naquela época, os portugueses, estimulados por notável visão estratégica, buscaram fixar os limites da colônia em acidentes geográficos bem nítidos e o mais possível a Oeste. Assim, no interior da Amazônia, nos pampas sulinos e nos confins dos sertões, à medida que avançava a marcha desbravadora dos bandeirantes, surgiam fortes e fortins – sentinelas de pedra a bradar: "esta terra tem dono!" (EXÉRCITO BRASILEIRO<sup>51</sup>, 2009g).

---

<sup>51</sup> <http://www.exercito.gov.br/03ativid/Amazonia/0031106.htm>

Os índios contribuem participando de expedições de reconhecimento:

Nesse contexto, merece destaque a ação militar empreendida pelo Capitão Pedro Teixeira, na Amazônia. Em outubro de 1637, esse valoroso soldado português, reunindo força composta de 70 militares e 1.200 índios, embarcada em cerca de 50 canoas, subiu as calhas dos rios Amazonas-Solimões. Plantou marcos da ocupação portuguesa, legando aos brasileiros inesgotável fonte de riquezas, ainda a ser explorada na nossa Amazônia (EXÉRCITO BRASILEIRO<sup>51</sup>, 2009g).

Nas páginas do *site* também são exaltados os bandeirantes e suas expedições que desbravaram e “povoaram” os sertões, em “missão civilizadora”:

Outro grande desbravador da região foi Raposo Tavares. Saindo de São Paulo, em 1648, pela tradicional via de acesso do rio Tietê, atingiu o rio Paraguai, daí o Guaporé, o Madeira e finalmente o Solimões-Amazonas, o qual navegou até Gurupá, no atual estado do Pará, de onde retornou a São Paulo. Três anos foram consumidos nessa jornada reveladora do espírito aventureiro do Bandeirante.

Muitas outras entradas e bandeiras foram empreendidas pelos luso-brasileiros aos rincões da Amazônia, seja em busca do tão sonhado "El Dorado", seja para colher as chamadas "drogas do sertão", especiarias muito apreciadas à época (EXÉRCITO BRASILEIRO<sup>51</sup>, 2009g).

Foi necessário construir fortes e garantir a posse das terras:

Porém, de nada valeriam os Fortes, não fosse a têmpera - mais rija até que a dos canhões apoiados nas amuradas - dos homens que conduziram, principalmente pelo exemplo, os luso-brasileiros à vitória em numerosos embates. Chefes da estirpe de um Francisco Caldeira Castelo Branco, de um Bento Maciel Parente, de um Joaquim Tinoco Valente e de um Manuel da Gama Lobo d'Almada, para os quais nada, inimigo feroz, selva fechada, doenças desconhecidas, índios bravios, clima inclemente, animais selvagens, era capaz de detê-los; quem sabe a morte, no último alento. (EXÉRCITO BRASILEIRO<sup>51</sup>, 2009g).

Aqui cabe a pergunta: todo este território foi tomado de *quem*? Não dos espanhóis, pois são citados como episódicos, no texto, os confrontos entre os ibéricos. Ao contrário, “A união entre a Coroa lusa e a espanhola, em 1580, que tornou as terras da América pertencentes a um só rei e senhor, permitiu o alargamento da base física da colônia portuguesa”. Portanto, toda esta extensão territorial só poderia ter sido conquistada por meio da vitória militar contra os povos indígenas que ali viviam. Assim nos deparamos com um *lugar* imaginado para os povos indígenas: populações a serem subjugadas a *manu militari*<sup>52</sup>.

---

<sup>52</sup> *Manu militari* - Com poder militar, ação executada à força, mão militar; execução de ato ou obrigação pela força armada.

A exaltação ao bandeirante é coerente com a visão de conquista e subjugação de povos inimigos. Afinal “à medida que avançava a marcha desbravadora dos bandeirantes” os colonizadores asseguravam a posse da terra. Subliminarmente voltamos ao outro lugar atribuído aos índios, pelo *discurso* dos textos eletrônicos do Exército, uma vez que, como acentua Boris Fausto, discorrendo sobre a ação dos bandeirantes, as expedições de apresamento de escravos eram constituídas, majoritariamente por outros índios:

A grande marca deixada pelos paulistas na vida colonial do século XVII foram as bandeiras. Expedições que reuniam às vezes milhares de índios lançavam-se pelo sertão, aí passando meses e às vezes anos, em busca de indígenas a serem escravizados e metais preciosos. O número de mamelucos e índios, sempre superou o dos brancos. A grande bandeira de Manoel Preto e Raposo Tavares, que atacou a região do Guairá, em 1629, por exemplo, era composta de 69 brancos, 900 mamelucos, 2000 indígenas (FAUSTO, 2000: 94).

É importante observar que persiste nestes exemplos do *discurso* militar, a noção de que os índios nunca aparecem como sujeitos de sua própria história. Suas iniciativas são reconhecidas sempre à sombra do homem branco, seja português, brasileiro e outro europeu.

### 3.3.3. Índios hoje

São reduzidas e pouco qualificadas as informações sobre os povos indígenas contemporâneos no *site* do Exército. Considerando-se que a Amazônia é uma prioridade para a *Força Terrestre*, como interpretar a penúria das informações? Na parte específica a respeito dos índios, o texto começa assim: “Em 1997 estima-se a existência de 330 mil índios no Brasil, representando 0,16% da população brasileira” (EXÉRCITO BRASILEIRO<sup>53</sup>, 2009h). Por que um dado tão defasado, se o Exército prima pela objetividade, pela precisão, pelo cuidado no trato das informações?

Nossas dúvidas se intensificam quando procuramos referências aos indígenas na página dedicada ao Marechal Rondon. O texto descreve em detalhes a progressão de sua carreira como militar, cita seus feitos na comissão de linhas telegráficas, justifica a

---

<sup>53</sup> <http://www.exercito.gov.br/03ativid/Amazonia/0061106.htm>

escolha de seu nome para patrono das Comunicações no Exército, mas a única referência aos indígenas é:

Não só na integração de pontos afastados do território nacional, mas, ainda, no avanço dos conhecimentos contemporâneos de etnografia, zoologia, botânica e mineralogia, no aperfeiçoamento da cartografia nacional e na proteção do indígena (EXÉRCITO BRASILEIRO<sup>54</sup>, 2009i).

Encontramos um volume um pouco mais expressivo de informações nas páginas do *site* que são dedicadas à sobrevivência na selva. Sob o título *Trato com Indígenas*, podemos ler:

O sobrevivente ou grupo de sobreviventes na selva não estará livre de um encontro com indígenas que vivem na Região AMAZÔNICA. Este contato, via de regra, representará a salvação, desde que se esteja familiarizado com os seus hábitos ou se tenha conhecimento de certas regras de conduta a serem observadas durante o tratamento recíproco a manter (EXÉRCITO BRASILEIRO<sup>55</sup>, 2009j).

É no mínimo estranha a forma encontrada pelo redator do texto: “não estará livre de um encontro com indígenas” já que na sequência é afirmado que o encontro representará a salvação. Além disto, a possibilidade do encontro contradiz a noção insistentemente reafirmada de *vazio demográfico*.

Sob o título *Algumas Características dos Silvícolas*, encontram-se as seguintes afirmações, onde salta aos olhos a preocupação dos redatores com o povo Yanomami:

Os homens tomam banho separados das mulheres; o namoro é respeitoso (só há beijos na testa); Entre os ianomâmis, o infanticídio é consentido pela mãe, quando esta não possui condições para criar o filho. É comum o uso de ervas abortivas entre as mulheres ianomâmis; Aos doze anos a criança é considerada adulta. Em termos de habitação, o que mais se observa: geralmente os índios vivem em malocas construídas à base de barro, madeira e palha; as condições de higiene são precárias; essas malocas normalmente englobam várias famílias; como curiosidade: os ianomâmis vivem em malocas de até trezentos índios, denominadas "XABONÔ" (EXÉRCITO BRASILEIRO<sup>55</sup>, 2009j).

O idioma português é conhecido pela maioria das tribos, como decorrência da televisão, da ação dos missionários e da própria miscigenação. Algumas famílias possuem escolas com professores bilíngües que praticam o ensino inclusive com cartilhas da língua nativa. Já há famílias, como as das tribos macuxi e wapixaras, que possuem até mesmo título de eleitor (EXÉRCITO BRASILEIRO<sup>55</sup>, 2009j).

Os ianomâmis, por sua vez, contrariamente a outras tribos que já aceitaram a aculturação, apresentam um considerável grau de subdesenvolvimento. Eles ignoram os trabalhos em metais e as técnicas modernas de obtenção de fogo. Outros, como os piranãs, têm péssimos hábitos de higiene: costumam comer piolhos e micuins (EXÉRCITO BRASILEIRO<sup>55</sup>, 2009j).

---

<sup>54</sup> <http://www.exercito.gov.br/03ativid/Amazonia/0051106.htm>

<sup>55</sup> <http://www.exercito.gov.br/03ativid/Amazonia/Sobrevivencia/0071306.htm>

Sobre as lideranças políticas entre os índios encontramos:

Numa tribo, a figura mais destacada é o tuxaua, responsável pela solução de todas as pendências. O índio, individualmente, não assume os problemas. A iniciativa para a resolução destes é do tuxaua. O processo sucessório, na maioria das tribos, é hereditário. Em algumas comunidades mais avançadas, há um processo de eleição entre os chefes das famílias (EXÉRCITO BRASILEIRO<sup>55</sup>, 2009j).

É preciso perspicácia e, se possível, contar com assessoramento de um elemento da FUNAI ou de um habitante da região, para identificar-se (sic) os indícios de que uma tribo está se preparando para a guerra, os quais costumam variar muito. Alguns deles: pintura do corpo com tinta de urucu (vermelha) e tinta de jenipapo (preta); aproximação de pequenos grupos em ações de reconhecimento; ficar arredios; entre outros (EXÉRCITO BRASILEIRO<sup>55</sup>, 2009j).

O que fica evidente nesta seção é o papel atribuído aos indivíduos de origem indígena, nas narrativas militares que constroem a tradição do Exército brasileiro. São atribuídos aos índios do nosso passado histórico qualidades e valores cultuados pelo Exército nos dias de hoje e projetados para estruturar a instituição no futuro. Neste sentido, são imagens dos *índios* inteiramente *transformadas* pelo *discurso* militar.

Ao se referir a este *índio*, transformado em figura de retórica, em elemento discursivo, os militares são enfáticos e elogiosos. Outro aspecto em destaque na seção é a reiteração do conceito de *povo* brasileiro como *mestiço*, *caboclo*, *miscigenado*, “moreno”, sem espaço para o reconhecimento de identidades étnicas diferenciadas.

### 3.3. Audazes sentinelas da selva – Brasões do Exército

Ao observar declarações e falas de oficiais do Exército em circunstâncias diversas, mas em especial em palestras dirigidas às platéias de civis, é possível notar um apreço ao repertório de símbolos visuais utilizados por esta corporação.

A importância dos vários ícones em uso nas Forças Armadas, encontrados em bandeiras, estandartes, distintivos (ou brasões), peças menores, como laços, escarapelas, etc. O próprio uniforme, com seus diversos componentes, é carregado de significados.

Nesta seção, faremos uma incursão neste universo de símbolos visuais. Vamos nos deter no registro e discussão dos conceitos, noções e valores transmitidos pelos distintivos, ou brasões, de algumas organizações militares, com atenção especial para os

emblemas de organizações sediadas na Amazônia e aqueles que fazem referência aos povos ou lideranças indígenas.

É bom lembrar que os brasões, como os conhecemos hoje, se configuraram na Europa, durante a Idade Média:

Surgidos no século XII por razões simultaneamente militares (reconhecer os combatentes no campo de batalha e de torneios) e sociais (fornecer signos de identidade às classes superiores da sociedade feudal), os brasões podem definir-se como emblemas a cores, próprios a um indivíduo ou a um grupo de indivíduos e submetidos na sua composição a algumas regras. São essencialmente essas regras, pouco numerosas mas fortemente prescritivas, que diferenciam o sistema heráldico europeu de todos os outros sistemas emblemáticos, anteriores ou posteriores (PASTOUREAU, 1991: 36)

O uso de brasões pelas forças armadas é “quase dever de ofício”, uma vez que este sistema de símbolos proporciona uma identidade visual imediata e permite a comunicação instantânea de ideias e valores pelos membros da coletividade que compartilha os mesmos códigos. Além disto, apresentam

[...] a particularidade de poderem funcionar sobre qualquer suporte: madeira, pedra, tecido, papel, metal, pele, etc. O mesmo brasão pode ser formalmente desenhado, pintado, gravado ou modelado de mil maneiras diferentes e continuar a ser o mesmo brasão (neste sentido, podemos compará-lo a uma letra de alfabeto). Em heráldica também, há sempre prioridade da estrutura sobre a forma; o brasão não é uma imagem, mas uma estrutura de imagem. (PASTOUREAU, 1991: 40)

O uso de brasões, bandeiras e outros suportes imagéticos, ocupa lugar de destaque no Exército. A análise dos episódios relacionados à Proclamação da República coloca em evidência a importância dos mitos, símbolos e rituais na redefinição e afirmação de identidades coletivas (CARVALHO, 2007: 10). As bandeiras estão entre os símbolos mais poderosos, quando se trata de representar coletividades, por este motivo, nas solenidades e desfiles militares, ou em espaços de destaque nos quartéis, sempre está presente o conjunto das *Bandeiras Históricas do Brasil*.





FIGURA 3.4 Bandeiras Históricas no Salão Nobre do Quartel-General do Exército

Ao analisar as estampas destas bandeiras, podemos compreender as identidades das diversas organizações do Exército e o *discurso* implícito dos símbolos destas unidades. Estas são algumas das *Bandeiras Históricas*:



Bandeira de Ordem de Cristo (1332 - 1651). A cruz de Cristo estava pintada nas velas da frota de Cabral.



Bandeira do Reino Português na época do descobrimento do Brasil (1500)



Bandeira do Principado do Brasil (1645 - 1816). A esfera armilar passou a ser representada nas bandeiras do Brasil.



Bandeira do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve (1816-1821).



Bandeira Imperial do Brasil (1822 - 1889).



Bandeira Provisória da República (novembro de 1889). Esta bandeira foi hasteada no navio que conduziu a família imperial ao exílio.

FIGURA 3.5 – Seis bandeiras históricas do Brasil

Observar estes objetos ativa a memória de qualquer brasileiro, pois estamos diante de algo próximo, algo “familiar”. A cruz, a esfera, o escudo associados às cores, numa determinada composição gráfica, produzem a sensação de que os objetos, pelo menos em parte, compõem nossas recordações.

No Exército, o conjunto de bandeiras é utilizado de forma planejada e quando transportadas, nas solenidades, têm uma coreografia precisa. Símbolos da ação colonial portuguesa no território que seria conhecido como Brasil são expostos e referenciados junto aos símbolos do país já independente. A mensagem é clara: os brasileiros assumem integralmente a ascendência colonial portuguesa. O Estado brasileiro assume a continuidade do processo de colonização nesta parte das Américas. O Exército cultua símbolos coerentes com esta opção.

A organização desta memória tem história recente. Pouco depois da Revolução de 1930, o coronel José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, comandante da Escola Militar do Realengo, criou vários elementos iconográficos para compor a nova tradição da escola: estandarte, brasão, uniforme dos cadetes e o espadim (CASTRO, 2002). Desta iniciativa, “historicamente bem sucedida”, seguem-se a de outros líderes militares, que compõem os atuais símbolos e as regras para sua utilização.

É importante ter consciência de que estamos diante de um conjunto estável, mas passível de mudanças. Alguns símbolos entram em declínio e outros estão por nascer. Em 1994, por exemplo, a iniciativa do general Carlos Tinoco, então ministro do Exército, foi determinante para estabelecer no calendário nacional, o *Dia do Exército*, em função da data de realização da primeira Batalha de Guararapes – 19 de abril de 1648. No mesmo dia 19 de abril comemora-se o Dia do Índio, que foi estabelecido nesta data em 1941.

Voltando às bandeiras é relevante fixar o significado dos seguintes elementos base: o escudo, a cruz e a esfera armilar.

Presente nos marcos de pedra que os portugueses fixavam nos territórios conquistados, o *escudo português* tem origem e forma nos escudos de proteção dos combatentes da época das Cruzadas. Quase todos os brasões que identificam as diversas organizações militares brasileiras têm a forma do escudo português.



FIGURA 3.6 – Escudo Português

A *Cruz da Ordem de Cristo* é o emblema de uma organização medieval, a *Ordem dos Cavaleiros de Cristo*. Tornou-se um símbolo de Portugal e foi usado, por exemplo, nas velas das naus do tempo dos “descobrimentos”.

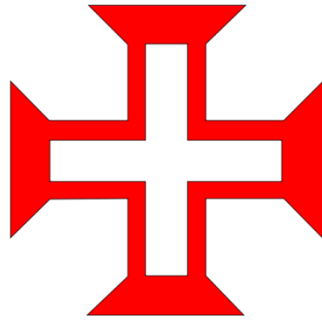


FIGURA 3.7 – Cruz da Ordem de Cristo

A *esfera armilar* é um instrumento de Astronomia, aplicado à navegação. Foi adotado como símbolo de Dom Manuel I, o Venturoso.



FIGURA 3.8 – Esfera Armilar

Estes símbolos representam um dos momentos gloriosos da história de Portugal e da colonização, o período das grandes navegações e expansões territoriais. São emblemas que, entre outros, estão estampados em livros, cartazes, placas, desenhos e pinturas, e que nos permitiram algumas descobertas interessantes.

A utilização dos brasões é normatizada pelo Comando do Exército e conta com uma seção específica, denominada *Seção de Heráldica*<sup>56</sup>, com as seguintes funções:

[...] atribuição de emitir parecer a respeito da concessão das seguintes honrarias castrenses e símbolos representativos: estandarte e distintivo histórico; insígnia de comando, chefia ou direção; distintivo de organização militar não possuidora de distintivo histórico; uniforme histórico (estudo sobre a fundamentação histórica); e avaliação artística de distintivo de curso ou estágio, quando solicitado [...] (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2010a).

Cada organização militar possui o seu brasão. Vamos conhecer alguns, iniciando pelo brasão do *Centro de Documentação do Exército*, que abriga a Seção de Heráldica:



FIGURA 3.9 – Brasão do Centro de Documentação

No texto do Centro de Documentação<sup>57</sup> encontramos os seguintes esclarecimentos:

A representação heráldica do C Doc Ex constitui-se de um pergaminho branco, semi-enrolado, contendo uma Cruz de Cristo, em vermelho, vazada e sobreposta por uma esfera armilar vermelha.

O pergaminho caracteriza toda a documentação grafada do pretérito da Força Terrestre, da qual o C Doc Ex é um dos principais depositários.

A Cruz de Cristo relembra a Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo, criada por D. Diniz, no século XV, à época do descobrimento do Brasil, símbolo contido nas velas das naves de Cabral, em homenagem a Portugal.

A esfera armilar simboliza o “universo”, conquistado à época de nosso descobrimento pelos portugueses, numa relembração da expansão lusitana “até lá bem junto donde nasce o dia” (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2010b)

Vejamos, a seguir, os brasões de algumas organizações do Exército sediadas na Amazônia e seus respectivos textos de apresentação:

<sup>56</sup> [http://www.cdocex.eb.mil.br/site\\_cdocex/link\\_heraldica/html/atribuicoes.html](http://www.cdocex.eb.mil.br/site_cdocex/link_heraldica/html/atribuicoes.html)

<sup>57</sup> [http://www.cdocex.eb.mil.br/site\\_cdocex/link\\_heraldica/html/simbolo\\_cdocex.html](http://www.cdocex.eb.mil.br/site_cdocex/link_heraldica/html/simbolo_cdocex.html)

23ª. Brigada de Infantaria de Selva:



FIGURA 3.10 – Brasão da Brigada de Marabá - PA

Texto a respeito desta Brigada<sup>58</sup> no site do Exército:

A 23ª Brigada de Infantaria de Selva foi criada em 09 de junho de 1976, visando a atender às necessidades de segurança e integração na Amazônia Brasileira. [...] é considerada a mais completa Brigada de Selva da América Latina. [...]. Braço forte do Exército na Amazônia Oriental, a 23ª Bda Inf Sl estende constantemente sua mão amiga à população da região, na execução de atividades subsidiárias, planejadas ou emergenciais, quer prestando apoio às ações de defesa civil no socorro às vítimas de enchentes, quer atuando no combate às endemias regionais, como a dengue, a malária e a raiva animal, quer ainda participando de intensas atividades cívico-sociais. E assim vem a Brigada, com os seus audazes sentinelas da selva, cumprindo com inegável êxito as nobres missões de promover segurança e integração nacionais (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2010c).

17ª. Brigada de Infantaria de Selva:



FIGURA 3.11 – Brasão da Brigada de Porto Velho - RO

Texto a respeito desta Brigada<sup>59</sup> no site do Exército:

A 17ª Brigada de Infantaria de Selva, subordinada ao Comando Militar da Amazônia - CMA, é uma Grande Unidade Operacional, formada basicamente por Batalhões de Infantaria de Selva, aptos ao emprego tático em ambiente de florestas tropicais. [...] É sua missão: Realizar operações militares em sua área de responsabilidade, ou fora desta, de forma combinada conjunta ou isolada, com a finalidade de manter a soberania nacional, a integridade territorial, o patrimônio e os interesses vitais do Brasil, bem como garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, dentro da esfera de suas atribuições. Deverá, ainda, integrar-se com a sociedade, participando do desenvolvimento regional e da defesa civil (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2010d).

<sup>58</sup> <http://www.exercito.gov.br/06OMs/Infantar/Brigada/Selva/23bdasl/indice.htm>

<sup>59</sup> <http://www.exercito.gov.br/06OMs/Infantar/Cia/cmndo/17bdaisl/indice.htm>

16ª. Brigada de Infantaria de Selva:



FIGURA 3.12 – Brasão da Brigada de Tefê – AM

Texto a respeito desta Brigada<sup>60</sup> no site do Exército:

A 16ª Brigada de Infantaria de Selva nasceu em 1971 com a criação, em Cruz Alta (RS), do 1º Grupamento de Fronteira (1º Gpt Fron), transferido mais tarde para Santo Ângelo (RS). Em 1980, com a extinção desse Grupamento, foi criada a 16ª Brigada de Infantaria Motorizada, cujo Comando, em 1º de janeiro de 1993, foi desativado e transferido para Tefê (AM), na condição de Comando da 16ª Brigada de Infantaria de Selva, subordinada ao Comando Militar da Amazônia. A área de responsabilidade da Brigada, de aproximadamente 570.000 km, abrangendo parte dos Estados do Amazonas e do Acre, na fronteira Noroeste do Brasil, não oferece boas condições de transitabilidade rodoviária entre os municípios, deixando a população — superior a 500.000 habitantes — à mercê do transporte fluvial ou aéreo (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2010e).

1ª. Brigada de Infantaria de Selva:



FIGURA 3.13 – Brasão da Brigada de Boa Vista – RR

Texto a respeito desta Brigada<sup>61</sup> no site do Exército:

Em Decreto de 13 de novembro de 1991 foi desativada a 1ª Brigada de Infantaria Motorizada, então situada em Petrópolis (RJ), e reativada em Boa Vista, como 1ª Brigada de Infantaria de Selva.

No distante ano de 1784, quando estavam em curso as atividades de demarcação das fronteiras brasileiras, por força do Tratado de Santo Ildefonso (1777), o importante Comando Militar do Alto Rio Negro foi confiado ao coronel engenheiro Manoel da Gama Lobo D'Almada, português nascido em Mazagão, na África.

<sup>60</sup> <http://www.exercito.gov.br/06OMs/Infantar/Brigada/Selva/16bdasl/indice.htm>

<sup>61</sup> <http://www.exercito.gov.br/06OMs/Infantar/Cia/cmndo/1bdaisl/indice.htm>

Lobo D'Almada recebeu a incumbência de realizar explorações geográficas em sua área de responsabilidade, promover o povoamento e a defesa do território e estabelecer contato com a população indígena. Durante dois anos ele se empenhou nessas tarefas, desvendando a floresta, singrando rios, enfrentando tribos hostis. O trabalho empreendido por Lobo D'Almada resultou em um minucioso levantamento cartográfico do Vale do Rio Branco. [...] Lobo D'Almada foi escolhido para governar a Capitania de São José do Rio Negro, cargo no qual foi empossado no ano seguinte. Foi ele quem, posteriormente, transferiu a capital estabelecida em Barcelos para Manaus. Ainda sofrendo os efeitos nocivos da malária, enfermidade contraída durante suas expedições, veio a falecer em 1799. A 1ª Brigada de Infantaria de Selva tem como patrono Lobo D'Almada (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2010f).

Presente em todos os brasões, a insígnia da *onça* assegura a identidade com a Amazônia. Sabe-se a importância da *Panthera onça* na cosmologia indígena da América do Sul. Para inúmeros povos, a *onça* é o mais temido inimigo. Que significados a apropriação deste símbolo, pelo Exército, pode suscitar nos índios da região? A reflexão e o diálogo a respeito deste e de outros temas correlatos, pode levantar muitas questões relevantes para o necessário repensar das relações Exército e Povos Indígenas na Amazônia.

É preciso considerar o grande número de soldados indígenas incorporados às fileiras do Exército na Amazônia. Os oficiais que comandam unidades da área reconhecem e valorizam as inúmeras capacidades e habilidades dos indígenas incorporados ao Exército. Os soldados indígenas, por estarem adaptados aos diversos ambientes de selva, são *experts* na escolha das melhores trilhas, em localizar cursos de água, em se orientar na mata, entre outros conhecimentos.

Alguns soldados indígenas, além das habilidades descritas, ensinam aos militares como usar os recursos da mata na alimentação, proteção, abrigo, recursos medicinais, localização de caça e pesca, perigos a evitar, etc.

Não há indícios de que o Exército proporcione um espaço de reflexão mais organizado e contínuo para a sistematização de todo este conhecimento. Milhares de indígenas, de dezenas de povos diversos, estão, neste momento, servindo nas fileiras do Exército brasileiro. Qual o nível de informação que o comando Militar da Amazônia tem a este respeito? Talvez a Força Terrestre esteja perdendo a oportunidade de criar uma “Academia Militar da Amazônia”, e ainda não se deu conta disto.

Esta possibilidade é enfatizada por especialistas como Bertha Becker:

É imperativo o uso não predatório das fabulosas riquezas naturais que a Amazônia contém e também do *saber* das suas populações tradicionais que possuem um secular conhecimento acumulado para lidar com o trópico úmido. Essa riqueza tem de ser melhor utilizada. [...] Já há na região resistências à apropriação indiscriminada de seus recursos e atores que lutam pelos seus direitos. Esse é um fato novo porque, até então, as forças exógenas ocupavam a região livremente, embora com sérios conflitos (BECKER, 2005: 72).

A enunciação, na comunidade científica local, de que a Amazônia já dispõe de recursos humanos qualificados pode também ter capacidade de “modular” o *discurso* militar a respeito da região, e de sua população (BECKER, 2005).

O que está muito evidente no *discurso militar indigenista*, a respeito da incorporação dos índios, é o papel “civilizador” que a Força Terrestre exerce ao “educar” estes indígenas; transformá-los em soldados; fazer com que se tornem “cidadãos”, “patriotas”, “brasileiros”, enfim.

Segundo diversos comandantes de unidades militares na Amazônia, ao participar de inúmeros rituais militares, ao partilhar um conjunto de símbolos e crenças com os demais praças, sargentos e oficiais, o índio, vai “aprendendo a amar o Brasil”, e, de acordo com os militares, vai se tornando um autêntico brasileiro, vai progressivamente se integrando à *comunidade imaginada* (ANDERSON, 2008) que congrega os brasileiros. Dessa forma, os indígenas deixariam de se identificar predominantemente como Tukano, Ticuna, Makuxi, etc, para se declararem prioritariamente como brasileiros.

“Foi assim que os portugueses conquistaram esse imenso território, o Exército faz isto até hoje, colonizar e defender”, observa-se claramente que a expectativa do Exército em relação aos soldados indígenas segue um planejamento, amparado inclusive, na aplicação dos símbolos e insígnias coloniais. Resta saber como estes “ecos coloniais” são processados pelos indígenas.

As diversas reflexões a respeito das *representações* e *discurso* codificados no sistema de símbolos do Exército adquirem outra dimensão quando nos aproximamos da realidade indígena, como a do município de São Gabriel da Cachoeira. Naquela região, milhares de indígenas, de 23 povos, interagem cotidianamente com os oficiais e sargentos do Exército. Esta é a Brigada que está sediada em São Gabriel:



2ª. Brigada de Infantaria de Selva:



FIGURA 3.14 – Brasão da Brigada de São Gabriel - AM

Texto a respeito desta Brigada<sup>62</sup> no site do Exército:

A 2ª Brigada de Infantaria de Selva - Brigada Ararigbóia - surgiu com a reestruturação da 1ª Brigada Estratégica, em 1908.

Ocupava o Forte do Gragoatá, cuja construção é uma das fortificações encravadas na orla marítima de Niterói e teve por missão barrar as primeiras invasões dos corsários flamengos e franceses.

Recém transferida para a Guarnição de São Gabriel da Cachoeira-AM, onde se encontra em processo de implantação. [...]

Em 1940, foi inaugurado o 4º Pelotão Especial de Fronteira da Amazônia com sede em Cucuí, com a missão de defender e desenvolver a região. Segundo os nativos da região, Cucuí significa, em linguagem indígena, "Caído do Céu".

Em 03 de dezembro de 1984, foi criada a 5ª Companhia Especial de Fronteira (5ª CEF) com sede em São Gabriel da Cachoeira, ocupando as antigas instalações da 1ª Companhia do 1º Batalhão de Engenharia de Construção (1ª/1º BEC), com a missão de vigiar e proteger as fronteiras do Brasil com a Venezuela e Colômbia na região denominada "Cabeça do Cachorro". [...]

Em 16 de junho de 2004, com a recente criação da 2ª Brigada de Infantaria de Selva (2ª Bda Inf SI) em São Gabriel da Cachoeira, o CFRN e 5º BIS teve sua subordinação passada para a 2ª Bda Inf SI (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2010g).

Neste registro, a tradução de Cucuí por “caído do céu” surge no texto do Exército como a realização de uma profecia. Apesar do *discurso* de aparente valorização dos conhecimentos e desempenho dos soldados indígenas, a sensação que experimentamos ao conhecer o posto do Exército na Amazônia, é de termos literalmente “caído do céu”, ou melhor, “caído de pára-quadras”, que na linguagem coloquial significa pousar sobre um lugar/situação completamente fora do contexto, sobre o qual não se tem referência até aquele momento.

Vejamos, a título de ilustração, os símbolos de outras unidades, que mesmo localizadas fora da região amazônica, trazem referências peculiares a respeito dos povos indígenas:

<sup>62</sup> <http://www.exercito.gov.br/06OMs/Infantar/Cia/cmdo/2bdaimtz/indice.htm>

7ª. Brigada de Infantaria Motorizada:



FIGURA 3.15 – Brasão da Brigada Felipe Camarão

Texto a respeito desta Brigada<sup>63</sup> no site do Exército:

A denominação histórica de “Brigada Felipe Camarão” foi conferida à Brigada em 16 de julho de 1987, como homenagem ao “índio Poty” – Antônio Felipe Camarão. Nascido no atual bairro de Igapó, na zona norte de Natal – RN, Felipe Camarão colaborou de forma eficaz e decisiva, com sua tribo de potiguares, nas lutas contra o invasor holandês, notadamente na Primeira Batalha dos Guararapes, ocorrida em Pernambuco, em 19 de abril de 1648. Nesta data, atualmente, é comemorado o dia do Exército Brasileiro (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2010h).

4ª. Brigada de Cavalaria Motorizada:



FIGURA 3.16 – Brasão da Brigada Guaicurus

Texto a respeito desta Brigada<sup>64</sup> no site do Exército:

A denominação histórica de "BRIGADA GUAICURUS" foi uma justa homenagem aos índios Guaicurus, exímios canoieiros e destemidos cavaleiros que, com o seu modo de vida campesina, mudando frequentemente em busca de pastagens para suas manadas, foram senhores das planícies entre os Rios APA e MIRANDA, contribuindo para a conquista e manutenção de grande parte da fronteira sul-mato-grossense. Uma recordação histórica de seus primórdios revela episódios de patriotismo, sacrifícios e epopéias, cujas significativas importâncias impõem ao soldado [...] o dever de cultivá-los e honrá-los. A Fronteira Oeste foi ocupada militarmente a partir do século XVIII: as primeiras Colônias Militares foram criadas no ano de 1855, nas localidades de Brillante e Nioaque e em 1856 foi fundada a Colônia Militar dos Dourados. Com o surgimento das primeiras questões de limites com o Paraguai, ganharam sua verdadeira conotação bélica. A primeira resistência encontrada pela força adversária foi a Colônia Militar de DOURADOS, onde se desenvolveu a epopéia de ANTÔNIO JOÃO<sup>65</sup> (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2010i).

<sup>63</sup> <http://www.7bdainfmtz.eb.mil.br/>

<sup>64</sup> <http://www.exercito.gov.br/06OMs/Cavalari/Mecaniza/4bdacmec/indice.htm>

<sup>65</sup> Tenente Antônio João Ribeiro, no início da Guerra do Paraguai, em dezembro de 1864, liderou a defesa da colônia militar que comandava. Ao tomar conhecimento da aproximação do inimigo, mandou evacuar os civis e resistiu, junto com outros 15 soldados, até morrer em combate.

O militar é particularmente atento aos signos visuais, ao elaborar e emitir seu *discurso* a respeito da questão indigenista, o fará também revestido de sentido imagético, convertido em materialidade. Afinal, “Essa estrutura serve-lhe especialmente para referenciar locais e objetos, para distinguir zonas, planos, [...] para associar, opor, distinguir, classificar, hierarquizar.” (PASTOUREAU, 1991: 29)

Por trata-se de um código subtendido e compartilhado pela corporação, o repertório iconográfico do Exército, e das Forças Armadas em geral, trará implícito suas próprias regras e sinais classificatórios. Os brasões das brigadas, por exemplo, remetem imediatamente à determinada região, à determinado grupo - da mesma forma que as tramas e padrões de tecidos específicos, codificados (como os kilts escoceses, as riscas andinas, os kenê kaxinawá, etc), remetem aos clãs e grupos de famílias.

São muitas as camadas que compõem o *discurso* desse complexo político, administrativo, cultural, profissional, denominado Exército brasileiro. A iconografia é uma das mais expressivas vozes desse coral.

### **3.4. Vivificação da faixa de fronteira - Documentos militares no século XXI**

O mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) terminou sob intensas críticas do movimento indígena e de seus aliados. Sob o pretexto de regulamentar uma situação que se arrastava há pelo menos uma década, foi promulgado o Decreto nº 4412, de 7 de outubro de 2002, que garantia ampla mobilidade e possibilidade de ação para a Polícia Federal e as Forças Armadas em terras indígenas.

O decreto foi publicado de forma intempestiva, sem qualquer diálogo ou consulta prévia às organizações e lideranças indígenas, no “apagar das luzes” daquela gestão presidencial e, estabelecia entre outras determinações:

Art. 1º. No exercício das atribuições constitucionais e legais das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras tradicionalmente ocupadas por indígenas estão compreendidas:

I - a liberdade de trânsito e acesso, por via aquática, aérea ou terrestre, de militares e policiais para a realização de deslocamentos, estacionamentos, patrulhamento, policiamento e demais operações ou atividades relacionadas à segurança e integridade do território nacional, à garantia da lei e da ordem e à segurança pública;

II - a instalação e manutenção de unidades militares e policiais, de equipamentos para fiscalização e apoio à navegação aérea e marítima, bem

como das vias de acesso e demais medidas de infra-estrutura e logística necessárias;

III - a implantação de programas e projetos de controle e proteção da fronteira (BRASIL, 2002).

As contestações e protestos se estenderam pelos meses seguintes em fóruns, seminários, reuniões dos conselhos de defesa dos direitos humanos e audiências públicas. Em dezembro de 2002, o Comando Militar da Amazônia reuniu-se com representantes indígenas e membros de organizações não governamentais, iniciando um diálogo inédito com o objetivo de elaborar um Termo de Convivência entre povos indígenas e militares, estabelecendo regras para evitar desentendimentos e confrontos. Os líderes indígenas aprovaram a iniciativa e, ao final da reunião, afirmaram:

“A defesa dos direitos dos povos indígenas é compatível com a defesa das fronteiras do Brasil”, mas, simultaneamente assinalaram que “A presença do Exército nas áreas de fronteira é relevante para o país, mas é necessário rever a localização dos pelotões, que muitas vezes ficam próximos às aldeias, gerando casos de alcoolismo, violência contra as mulheres, invasão de áreas tradicionais indígenas e choques culturais” (ISA 2002).

Esta é uma crítica frequente dos indígenas ao Exército. Ocorre que, por conhecerem muito bem a região onde vivem, os índios escolhem com sabedoria os locais onde instalam suas comunidades. Basta visitar uma aldeia distante de um centro urbano para constatar que ali perto encontraremos terra fértil para plantar, quase sempre originária do manejo de incontáveis gerações, que produziu as famosas *terras pretas de índios* da Amazônia; água límpida e abundante; nas proximidades encontram-se plantas de uso medicinal, locais de coleta de frutos, sementes e raízes, entre inúmeros outros recursos.

Um bom observador logo percebe que a aldeia está em um lugar privilegiado. Quando há um rio por perto, as moradias estão próximas do melhor porto. Instalada em local elevado, as casas ficam protegidas da umidade mesmo nos dias de chuva torrencial. Além disso, do alto é mais fácil perceber a aproximação de pessoas que chegam ou a partida dos que saem em busca de alimentos e outros recursos.

Os militares, especialistas em logística e uso do espaço, habilidades adquiridas em sua formação e no desempenho de atividades profissionais, são *experts* em localizar terrenos que lhes proporcionem vantagens estratégicas para vigilância e controle do entorno, condições adequadas para o deslocamento rápido e eficaz de homens e equipamentos, e proteção natural contra agressões de hipotéticos inimigos. Obviamente, o melhor local já foi escolhido pelos indígenas e os militares concorrem com eles nestas escolhas.

É possível compatibilizar as escolhas estratégicas? Sensível à necessidade de diálogo, o então Comandante Militar da Amazônia, general-de-exército Antonio Apparicio Ignacio Domingues, propôs a continuidade das reuniões e batizou as discussões de *Diálogo de Manaus*<sup>66</sup> (ISA, 2002).

Os encontros prosseguiram e um grupo interministerial de trabalho foi proposto e funcionou por algum tempo. O resultado mais expressivo desta articulação foi a publicação da Portaria nº 020/EME, de 2 de abril de 2003, do Estado-Maior do Exército, na qual a Força Terrestre definia diretrizes de relacionamento com os índios.

Considerada nas páginas eletrônicas do Instituto Socioambiental como uma “conquista inédita dos povos indígenas em seu relacionamento com as Forças Armadas<sup>67</sup>” (ISA, 2003), a Portaria apresentava as seguintes considerações:

### 3. PREMISSAS BÁSICAS

- a) O Exército Brasileiro reconhece os direitos dos índios e mantém, historicamente, um excelente relacionamento com as comunidades indígenas, tendo o Marechal Rondon como paradigma desse relacionamento.
- b) É de interesse da Força Terrestre manter um estreito relacionamento com as comunidades indígenas em todo o território nacional, particularmente na Amazônia, para complementar a estratégia da presença na região.
- c) A cooperação mútua com as comunidades indígenas procede à formação do Exército Brasileiro. Brancos, negros e índios lutaram juntos em Guararapes pela libertação da terra, pela primeira vez identificada como Pátria (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2003).

As “Premissas” são, na verdade, reafirmações de noções caras aos militares. Mas, junto às noções, está claro: “o Exército Brasileiro reconhece os direitos dos índios”; “tem interesse de manter um estreito relacionamento com as comunidades indígenas”; “uma cooperação mútua que procede (portanto precede) à formação do Exército brasileiro”.

As “Premissas”, entretanto, deixam transparecer tensões a cada linha. Talvez a melhor imagem para representar este texto entrecruzado por reafirmações e tensões, seja a delicada trama dos cestos indígenas, em que as fibras, de cores diferentes, estão entrelaçadas em uma mesma estrutura.

Contradizendo as formulações do *imenso vazio amazônico*, a Portaria declara que a presença dos indígenas é importante, no entanto, eles apenas complementam o

---

<sup>66</sup> <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=521>

<sup>67</sup> <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=633>

papel da população não-indígena presente na região, na função de assegurar a soberania “verde-amarela” na região.

Todos reconhecem o papel histórico de Rondon. No entanto, a concordância estaca neste ponto. No século XXI, os indígenas “traduzem” Rondon por respeito, não violência, proteção do Estado nacional às comunidades indígenas ameaçadas por elites e latifundiários regionais. Entre os dirigentes indígenas, a atualização do legado de Rondon não pode significar integração forçada, manutenção do estereótipo do índio como ser incapaz de fazer suas próprias escolhas, portanto, objeto de tutela.

Ao abordar o legado de Rondon, será que a ênfase da Força Terrestre é a mesma dos *Naturais da Terra*? Se positivo, estamos diante de algo novo em relação a muitos textos e declarações militares registradas nas páginas desta dissertação.

O próximo item da Portaria apresenta outros fragmentos de um *discurso* militar que anuncia algo “novo”:

#### 4. ORIENTAÇÃO GERAL

a) É fundamental que todos os escalões da Força Terrestre compreendam que os índios são nativos da terra e que lhes são reconhecidos os costumes, sua organização social, a língua, as crenças e as tradições, além dos direitos originários sobre as terras que, tradicionalmente, ocupam. Cabe à União demarcá-las, protegê-las e fazer respeitar todos os seus bens, podendo o Exército Brasileiro sempre que possível, cooperar com a demarcação e estudar formas de participação e apoio destinadas a melhorar a sobrevivência e as condições de vida das comunidades indígenas.

b) É importante que todos os militares, especialmente aqueles que terão contato direto com as comunidades indígenas, conheçam e respeitem os hábitos, os costumes e as tradições, de forma a tornar harmônica e proveitosa para a Força Terrestre a convivência com os indígenas em todo o território nacional.

c) Por conhecer melhor a região onde vive e estar a ela perfeitamente adaptado, o índio pode constituir-se em um valioso aliado na obtenção de dados sobre a região, nas operações e nas ações rotineiras da tropa (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2003).

O apelo: “É fundamental que todos os escalões da Força Terrestre compreendam que os índios são nativos da terra e que lhes são reconhecidos os costumes, sua organização social, [...] além dos direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam” denota que alguns setores do Exército talvez recebessem com reservas o reconhecimento consagrado na Constituição Federal.

É evidentemente positivo o item (b), que explicita a necessidade de preparo e conhecimento para se relacionar com povos indígenas. Está clara a determinação de que todos os militares devem conhecer e respeitar os costumes e a cultura indígena.

O item (c) traz a valorização dos conhecimentos “geoestratégicos” e ambientais dos indígenas, e sinaliza para um “programa” de cooperação de grande alcance.

Em seguida, a Portaria procede a uma objetiva distribuição de responsabilidades aos comandos militares de área e aos órgãos internos que, de forma mais imediata, tem seu trabalho relacionado à *questão indígena*:

#### 5. Atribuições principais

##### b) comando de operações terrestres (coter)

incluir, no programa de instrução militar, orientações para as organizações militares (organizações militares) localizadas nas áreas onde existam populações indígenas, sobre o trato com a mesma, principalmente com aqueles ainda não totalmente integrados à comunidade.

##### c) departamento de ensino e pesquisa (dep)

1) incluir nos currículos das escolas de formação e aperfeiçoamento assuntos referentes à situação geral das comunidades indígenas no Brasil, à legislação e ao processo e demarcação e homologação das terras indígenas.

2) incluir no currículo da escola de comando e estado-maior assuntos referentes à política indigenista brasileira e suas interações com o direito humanitário e com a soberania nacional.

##### g) comandos militares de área (c mil a)

1) estabelecer normas próprias de convivência, quando for o caso, com vistas a orientar a conduta de militares ao tratar com os silvícolas, considerando as características e diversidade de cada grupo indígena.

2) programar estágios para todos os militares que possam vir a ter contato com as comunidades indígenas, sempre que possível, com a participação de antropólogos, representantes da FUNAI e de outras autoridades no assunto (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2003).

Os desdobramentos devem ser avaliados por meio de investigações especialmente desenhadas para este fim. Ou seja, fica em aberto uma avaliação sobre as modificações introduzidas pela portaria. Será especialmente importante verificar a qualidade da formação que os sub-oficiais e oficiais do Exército passaram a desfrutar, em consequência da aplicação das determinações adotadas.

A Portaria 020/EME é um registro importante sobre as possibilidades de mudanças no coro que vocaliza o *discurso* do Exército. Na tessitura deste *discurso*, passamos a perceber que o “cesto” em elaboração, conta com fibras de cores ainda não utilizadas, ou melhor, utilizadas com menos frequência. Alguns meses depois, o Ministério da Defesa estende à força Aérea e à Marinha, as determinações analisadas, por meio da Portaria 983, de 17/10/2003.

Cabe destacar, como contraponto ao conteúdo destas portarias, o tom e as noções divulgadas no artigo *Questão Indígena*, da edição 179, de dezembro de 2003, da revista *Verde Oliva*. Naquele texto, os autores questionaram exatamente os itens, tidos nas portarias como obrigatórios para a compreensão (e, portanto, para o acatamento) de “todos os escalões da Força Terrestre”. Ao final do artigo, seus autores escrevem:

Visando dissipar dúvidas ou especulações a respeito do Decreto 4.412, de 7 de outubro de 2002, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas, e confirmar o reconhecimento dos direitos dos índios, o Chefe-do-Estado-Maior do Exército baixou a Diretriz para o Relacionamento do Exército Brasileiro com as Comunidades Indígenas, procurando orientar, nesse particular, as atividades e os procedimentos da Força Terrestre. E ainda, considerando as características e a diversidade de cada grupo indígena, os Comandos Militares de Área estabeleceram normas de convivência, orientando a conduta dos seus militares ao tratar com os silvícolas (VERDE OLIVA, 2003).

No entanto, a análise comparativa dos dois documentos coloca em evidência o hiato entre eles. Por isto o texto da Portaria 020/EME e o citado artigo *Questões Indígenas*, no número 179 da *Verde Oliva*, constituem prova da não uniformidade do *discurso militar indigenista*.



## Capítulo 4

### *Discurso voltado às lideranças civis*

Selva! É a vibrante saudação que ouvimos na convivência com os militares na Amazônia. Das situações mais corriqueiras como, por exemplo, ao prestar a *continência*, às ocasiões muito especiais, como na cerimônia de troca de comando de uma unidade do Exército, o grito de “SELVA!!!” está sempre presente. Parece evidente o motivo da saudação, mas o “paisano”, curioso ao perguntar a respeito da origem deste costume, escuta um relato emblemático:

Em muitas ocasiões, o soldado que, por qualquer motivo, deixava o quartel, para uma eventual patrulha nos arredores, fazer compras no comércio local, ou mesmo indo para casa descansar, ao ser interpelado pelo sentinela a respeito do seu destino, respondia: “vou pra selva!”. A resposta era tão simpática que virou cumprimento (informação pessoal).

Sair do quartel significa ir para selva. Voltar ao quartel, portanto, é deixar atrás de si o lugar selvagem, indômito, conseqüentemente, ainda primitivo. O quartel se apresenta como metáfora da civilização. Estas poderiam ser as considerações a respeito da utilização do brado *Selva*, que pode ser entendido também como um signo peculiar de identificação do Exército com a Amazônia.

No início da década de 1980, os 3,6 milhões de quilômetros quadrados da região eram guardados por cerca de 1.000 soldados. A partir dos anos 1990, os eventuais moradores das cercanias das unidades do Exército na Amazônia passaram a ouvir um número crescente de saudações militares, pois em 1986, a quantidade de soldados chegou a 6.000; em 2005, 22.000 homens e, em 2009, o contingente do Exército na Amazônia atingiu o total de 26.300 militares. Uma espécie de *Amazônia, volver!* passou a orientar parte dos destinos do Exército brasileiro desde então.

Muito antes, diversos intelectuais e alguns líderes políticos alertaram a Nação para um suposto processo de internacionalização da Amazônia. Uma série crescente de livros, artigos e palestras abordando o tema encontrou uma audiência também crescente, no Sudeste e Sul do país.

Estas publicações abordavam as viagens de vários exploradores e cientistas europeus à região; discutiam a respeito da livre navegação do rio Amazonas-Solimões; comentavam o célebre roubo de 70 mil sementes de seringueiras em 1876, façanha do inglês Henry Wickham; alguns citavam o tenente norte-americano Matthew Maury, que a partir de 1849, estudara a região e formulara o projeto de transferir, para a bacia Amazônica, os ex-escravos norte-americanos (LUZ, 1968: 59); e desaguavam em diversas constatações, nem sempre bem documentadas, a respeito de interesses escusos se apropriando da região.

Encontram-se também trabalhos mais consistentes como os escritos por Osny Duarte Pereira (1912-2000) e Arthur Cézár Ferreira Reis (1906-1993).

Osny Duarte, advogado e jurista, escreveu centenas de artigos e vários livros, alguns deles sobre a Amazônia. Homem de esquerda, de posições nacionalistas, denunciou transações e possíveis conspirações contrárias ao interesse nacional na Amazônia. *Desnacionalização da Amazônia – Instantâneos colhidos em viagem – Um chamamento à consciência dos brasileiros*, de 1954, é seu primeiro título sobre essa temática.

Arthur Cézár Ferreira Reis, historiador e político amazonense, governador do Amazonas (1964-1967), palestrante frequente nos cursos da Escola Superior de Guerra, foi o autor mais prolífico sobre a história da região. Seu livro *Amazônia e a Cobiça Internacional*, lançado em 1960, foi sucessivamente reeditado até 1982.

Ambos abordaram as polêmicas de maior destaque no século XX, o Projeto Hiléia Amazônica<sup>68</sup>, a criação da Zona Franca de Manaus, em junho de 1956; a atuação de empresas estrangeiras de grande porte, como a Alcan, Hanna, e Bethlehen Steel (ARRUDA, 1979: 39); os investimentos de Daniel Ludwig, milionário norte-americano, na região do rio Jari, antes de 1964. (ARRUDA, 1979: 39), o “delírio” dos grandes lagos proposto por Hermann Khan, etc.

Entre os militares, a referência de maior expressão política a respeito da soberania brasileira na Amazônia é livro *Geopolítica do Brasil*, de Golbery do Couto e Silva. O então tenente-coronel escreve em 1952 que “é preciso tamponar o deserto” e “inundar de civilização a Hiléia amazônica”, pois, “o vácuo de poder, como centro de

---

<sup>68</sup> Um instituto de pesquisas, articulado em fins da década de 1940, que pretensamente iria contribuir para a internacionalização da região. O ex-presidente Arthur Bernardes, foi veemente no ataque a este projeto, conseguindo inviabilizá-lo no Congresso Nacional (LUZ, 1968: 18).

baixas pressões, atraí de todos os quadrantes, os ventos desenfreados da cobiça” (SILVA G. 1981: 43). De 1952 a 1955, Golbery trabalhou na Escola Superior de Guerra – ESG, na elaboração de uma *Doutrina de Segurança Nacional*, que não tinha a Amazônia como foco principal de suas preocupações. Ainda menos os povos indígenas. De acordo com o procurador da República, Aurélio Veiga Rios,

Dos textos e artigos escritos sobre geopolítica e estratégia de desenvolvimento nacional nas faixas de fronteira, que são do nosso conhecimento, não consta, em nenhum deles, qualquer referência à presença e a posse imemorial de povos indígenas nas áreas fronteiriças ou a exata definição do que fazer com essa população, considerando os objetivos da Segurança Nacional (RIOS, 1993: 9).

No decorrer do século XX, a Amazônia foi objeto de representações dicotômicas, como “exuberante floresta tropical” e “inferno verde”, despertando a curiosidade, o interesse, a preocupação, a “má consciência” de muitos e a iniciativa de poucos homens investidos de função pública.

Certamente a visão da Amazônia como Natureza compõem o quadro mais amplo da razão edênica (CARVALHO, 1990), cujo complemento é a representação de seus habitantes como seres primitivos, “autênticos representantes da idade da pedra”, noção presente no *discurso* militar. Também presente neste *discurso* é a Amazônia como “inferno verde” a ser conquistado por “homens da têmpera...”.

Quanto às iniciativas de vulto do Exército, verifica-se que o Comando Militar da Amazônia foi implantado, em Belém, no ano de 1956. No início da década de 1980, ainda sob a doutrina do combate ao comunismo internacional os militares iniciam a reorientação de seus objetivos estratégicos. Nesta revisão, a Amazônia vai tomando o lugar da fronteira sul, como prioridade no cenário da defesa nacional.

Essa troca de prioridades se fez sem diálogo com o restante do poder executivo, o congresso, a imprensa, as universidades, ou seja, sem o “mundo civil”. Se por um lado, as Forças Armadas resistiam em abdicar de suas prerrogativas na condução exclusiva dos assuntos da defesa nacional, por outro, os setores civis que deveriam se debruçar sobre o tema rejeitavam a interação contínua com os militares, em razão das lembranças e sequelas políticas produzidas pelo regime militar recém-encerrado

Abordando o papel dos militares no contexto da redemocratização, José Álvaro Moisés faz a seguinte observação: “O processo contraditório de negociações preservou, por exemplo, área excessiva de autonomia para as forças armadas seguirem intervindo

em questões de ordem interna, sem falar nas sobrevivências corporativistas, etc.” (MOISÉS, 1995: 115).

Supõe-se que múltiplos processos de ação política possibilitaram aos militares maior liberdade de ação na Amazônia, em particular na região ao norte dos rios Solimões e Amazonas. É importante frisar que existiam precedentes de administração militar na Amazônia: os territórios federais do Rio Branco (depois Roraima), Rondônia e Amapá estiveram sob administração de militares por longo tempo. Além disso, essa administração passou a ser “especializada”, ficando Roraima sob a responsabilidade da Força Aérea; o Amapá sob a chefia da Marinha e Rondônia sob a direção do Exército.

A hipótese aventada por especialistas em segurança e defesa nacional é que esta espécie de “especialização temática” se efetiva, de modo diferenciado, ao longo do território nacional. Isto se dá por uma série de fatores: resistências políticas dos militares em abrir mão de espaços de poder consolidados em algumas unidades da Federação, principalmente na região Norte; maior articulação dos líderes e instituições militares implantadas em alguns estados, com as elites políticas e com as lideranças empresariais; menor poder de articulação, e, portanto, de ocupação de espaços por parte de entidades da sociedade civil em determinados estados; maior ou menor atenção do Poder Executivo Federal para certas questões relacionadas ao desenvolvimento de políticas públicas em determinadas regiões, etc. O certo é que no início da década de 1990, o Exército passa a priorizar a Amazônia entre suas diversas missões.

O capítulo 4 apresenta parte destas discussões, ao focar o *discurso militar indigenista* voltado para lideranças civis de vários setores. Teremos, na seqüência, três seções:

4.1. Análise de palestras de oficiais do Exército para lideranças civis, executivos dos governos estaduais e federal, líderes religiosos, entre outros.

4.2. Depoimento de um general que foi entrevistado e cuja transcrição da entrevista será usada exclusivamente nesta dissertação.

4.3. Depoimentos de generais e oficiais das Forças Armadas no Congresso Nacional.

#### 4.1. É índio em cima e minério em baixo – Palestras de militares e uso de imagens

As Forças Armadas organizam e oferecem aos civis viagens à Amazônia para divulgar as ações do Exército na região. Podem participar professores e estudantes universitários, jornalistas e parlamentares, bispos e outros líderes religiosos, técnicos e dirigentes do poder executivo. O grupo contemplado partiu da base aérea de Brasília, no avião “bandeirante”, pontualmente às 7 horas, no dia 23 de setembro de 2009.

Destino: Comando Militar da Amazônia, em Manaus e algumas instalações e unidades militares subordinadas a este Comando em Tefé, Tabatinga e Vila Bittencourt. Cada participante recebeu um folheto contendo oito recomendações úteis aos viajantes, uma delas causou surpresa: “Nas visitas às comunidades indígenas evitem a cor vermelha e adornos mais atraentes (brincos, colares, anéis etc.)”.

Não há qualquer informação adicional ou justificativa a respeito da recomendação para evitar a cor vermelha. Durante a viagem, foi possível ouvir outras referências pouco esclarecedoras a respeito dos povos indígenas na região. Isto parece indicar que os militares não dispõem da formação necessária para compreender e interagir com os índios. Voltaremos a esta questão mais à frente.

No assento de cada passageiro, uma pasta contendo o exemplar número 200 da revista *Verde Oliva*, cuja capa estampa um detalhe da tela de Vitor Meirelles: Guararapes. Nas páginas iniciais, depois de novas ilustrações e pequenos textos sobre Guararapes, encontramos algumas informações sobre o Comando Militar:

A origem do Comando Militar da Amazônia remonta ao ano de 1948, com a criação do Comando de Elementos de Fronteira, com sede em Belém, subordinado a então Zona Militar do Norte, sediada em Recife. Em 1956, o Comando Militar da Amazônia/8ª Região Militar foi criado em Belém e, independente de Recife, tinha como responsabilidade enquadrar e apoiar todas as Organizações Militares situadas na grande Amazônia.

Ano de 1948, pós-guerra, período de reconstrução na Europa, Winston Churchill criara a expressão “cortina de ferro” para caracterizar a política soviética. Eram os primeiros sinais da Guerra Fria, acentuados pelo *discurso* anticomunista da chamada doutrina Truman. No Brasil, presidido pelo Marechal Eurico Gaspar Dutra, 1948 é o ano de fundação da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. No ano

seguinte seria fundada a Escola Superior de Guerra - ESG. Ainda em 1948 é promulgada a Declaração Universal dos Direitos do Homem, pelas Nações Unidas. Fatos aparentemente desconexos que, em seus múltiplos desdobramentos e consequências, afetarão a vida dos povos indígenas nas décadas subsequentes e a interação destes povos com o Exército.

Setembro de 2009, uma delegação de técnicos do Governo Federal chega à sede do Comando Militar da Amazônia. O general que os recebe dirige a atenção de todos para o brasão do Comando:



FIGURA 4.1 – Brasão do Comando Militar da Amazônia

Solicita que observem a cruz e a espada. Diz que a espada é a proteção, a defesa, a presença; que a cruz representa a colonização, o povoamento: “são heranças dos portugueses, assim foi conquistado esse imenso território”. O general afirma que o Exército faz isto até hoje: “colonizar, defender e levar as famílias para residir na fronteira, onde, em volta do batalhão crescerá um povoamento, dessa forma, conclui, plantam-se as bases da soberania nacional”.

Em seguida faz uma breve explanação a respeito da atuação do Exército na Amazônia, afirma que é estabelecido um intenso regime de cooperação entre os diversos órgãos federais, estaduais e municipais, e enfatiza: “aqui a gente mistura as farinhas, porque sem cooperação, sem parceria, nada é possível”.

Na Amazônia, dadas as inúmeras fragilidades das instituições governamentais, o Exército se destaca por estar presente e ser importante base de apoio em quase toda a região. As ações de transportar alimentos, prestar socorro às comunidades, levar e trazer doentes e convalescentes, transportar materiais para escolas e hospitais, abrir

estradas, construir pontes, reformar instalações portuárias, etc., são executadas cotidianamente por soldados e oficiais em serviço.

Os militares afirmam, com orgulho, que em inúmeras localidades, eles são a presença do Estado brasileiro na região. Nesta afirmação vem sempre articulada uma crítica a outros órgãos federais que deveriam ter atuação local.

A ação do Exército é, quase sempre, acompanhada de cerimônias e preleções para as comunidades, para a tropa e para as autoridades presentes. Nestas palestras são repetidas e reafirmadas várias noções, tais como: “Existem imensos vazios na Amazônia”; “É preciso desenvolver a Amazônia, para melhor defendê-la”; “Os principais problemas da Amazônia são: narcotráfico, falta de regularização fundiária e conflitos pela terra, extração ilegal de madeira, garimpo ilegal, contrabando, cobiça internacional, número excessivo de ONGs agindo sem controle em toda região, *questão indígena* e biopirataria”; “É preciso estar presente para defender a fronteira”; entre outras.

Estes momentos de enunciação dos *discursos* são organizados de forma cuidadosa, como tivemos a oportunidade de presenciar em três das localidades – Manaus, Tefé e Tabatinga – pelas quais passamos. Estas cerimônias são desenvolvidas como rituais. Sabe-se da importância dos rituais na construção e manutenção de identidades individuais e coletivas, e que “as crenças só são ativas quando partilhadas” (DURKHEIM, 1996: 470). Nestes eventos “trata-se [...] de atingir consciências, tonificá-las, discipliná-las” (DURKHEIM, 1996: 463). Assim, nestas palestras, como nos rituais, inculcam-se valores. Disto estão conscientes os oficiais que nos recebem na sede do Comando Militar da Amazônia.

Na sala de reuniões do Comando, denominada “Sala de Guerra”, está preparada uma palestra do Comandante Militar da Amazônia, que antes de iniciar, reclama de recente edição especial da revista *Veja*, a respeito da Amazônia. Ele diz que é assinante e admirador da revista, mas não pode deixar de fazer o registro: “não tem uma linha a respeito do trabalho do Exército”.

Anuncia, a seguir, que por meio de um convênio com o Banco do Brasil, serão instalados caixas eletrônicos nos pelotões da faixa de fronteira. Vai circular dinheiro brasileiro nos postos. “Nossa moeda é como nosso hino e nossa bandeira: são símbolos nacionais”, afirma e complementa: “o Banco do Brasil não terá lucro financeiro, o lucro será contado em nacionalismo, em patriotismo, em brasilidade”.

O general inicia a palestra com a exibição de *slides*. Esta é a foto de abertura:



FIGURA 4.2 – Onça, imagem predileta do Exército na Amazônia

As imagens de onças vão nos acompanhar ao longo de toda a viagem. Por dominar e defender um extenso território (de 25 a 80 Km<sup>2</sup>), a imagem do animal é uma ótima metáfora para o Exército. Além disso, por sua força, sagacidade, persistência e mobilidade, a onça representa algumas das noções e valores que o Exército mais preza.

A defesa do território brasileiro é a primeira e a mais exaltada missão do Exército. Na Amazônia este preceito constitucional vem sempre acompanhado de duas ideias insistentemente repetidas: “A Amazônia brasileira foi conquistada por nossos antepassados a custa de enormes sacrifícios” e “nosso compromisso é transmitir esse patrimônio aos nossos descendentes”.

Aos convidados é apresentada a imensa riqueza a ser explorada pelos brasileiros:





FIGURA 4.3 – Riquezas e potencialidades da Amazônia

Toda esta riqueza, diz o general, é distribuída em uma área maior que a Europa Ocidental. Esta comparação também será muito repetida. No *slide* seguinte, está o mapa da Bolívia com um extenso território que contrasta com o atual. O general comenta: “Foi o descuido da classe dirigente boliviana que deixou perder extensões e riquezas”. Cita a mina de cobre no deserto de Arica que produz 4% do cobre mundial, perdida para o Chile na *Guerra do Pacífico* (1879–1883). Nosso anfitrião afirma: “nesta guerra os bolivianos perderam projeção de poder, pois não têm saída para o mar”.

Volta a atenção para o Brasil e adverte que temos 15 mil quilômetros de fronteiras terrestres - 11 mil só na Amazônia. Como fiscalizar? Como garantir a soberania? Como garantir vigilância? Para termos uma dimensão do desafio, o general compara nossa linha de limites internacionais com os 3.141 km da fronteira EUA–México, num ambiente muito mais favorável à vigilância, pois “não tem mata fechada, rios enormes e muita área alagada”:



FIGURA 4.4 – Fronteira Norte do Brasil e a fronteira EUA - México.

A mensagem do *slide* é clara e eficaz: temos uma fronteira muitas vezes superior à fronteira EUA-México. Acrescente-se a isto, as inúmeras dificuldades em se deslocar tropas e fazê-las combater em um meio ambiente pouco conhecido e inóspito para quem não é amazônida.

No próximo *slide*, sobre a foto de uma patrulha armada se deslocando de “voadeira”, uma mensagem em caixa alta: Nosso grande desafio: controlar nossa fronteira e dissuadir e combater atividades ilícitas.

Três fotos na parte inferior do slide ilustram os ilícitos a serem combatidos: uma grande área de garimpo “rasgando” a floresta; dois homens transferindo pequenos quelônios de um barco para outro. Seria pesca ilegal ou biopirataria? Outras dúvidas nos assaltam ao nos determos na última foto: um homem, branco, descontraído e com evidentes traços europeus, segura um minúsculo sagui.

Informações posteriores identificam o homem em tela: é um biólogo holandês, naturalizado brasileiro, radicado há mais de dez anos em Manaus. O cientista se envolveu e foi envolvido em inúmeras polêmicas, sendo condenado e depois absolvido da acusação de biopirataria. Tudo indica que sua foto foi agregada à exposição apenas por corresponder bem à figura de um estrangeiro, pois nenhuma referência à sua pessoa foi mencionada.

Mas, o verdadeiro desafio assumido pela Força Terrestre na Amazônia brasileira não está visível no topo das árvores, como os sagüis, nem são precisamente as próprias árvores. O novo *slide* deixa evidente o que é considerado pelos militares como o

verdadeiro sinônimo de riqueza: os diversos minerais detectadas no subsolo de toda a Amazônia.

No entanto, comenta o general, esta riqueza não está disponível: por coincidência (ou segundo outros, por pura estratégia), dezenas de comunidades indígenas “se postaram” sobre ela. O *slide* seguinte mostra que as terras indígenas estão sobrepostas às reservas minerais.

No decorrer de sua palestra o general assume uma postura assertiva sem, no entanto, enfatizar o que os *slides* procuram demonstrar. A apresentação é marcada por uma abordagem objetiva, tudo acontece como se estivéssemos diante da demonstração de um complexo teorema.

O espaço amazônico é organizado, segundo a gramática geopolítica do Exército, em grandes áreas territoriais. Cada uma destas áreas fica sob a responsabilidade e a vigilância de uma Brigada. Atualmente o Exército conta com cinco brigadas na Amazônia.

A distribuição territorial de responsabilidades das brigadas está registrada nos *slides* a seguir. Depois de demonstrar o enorme desafio que é exercer suas atividades profissionais em área tão extensa, com tal complexidade logística, o comandante militar nos apresenta uma série de *slides* descrevendo e comentando brevemente os principais problemas na região sob a responsabilidade de cada brigada.

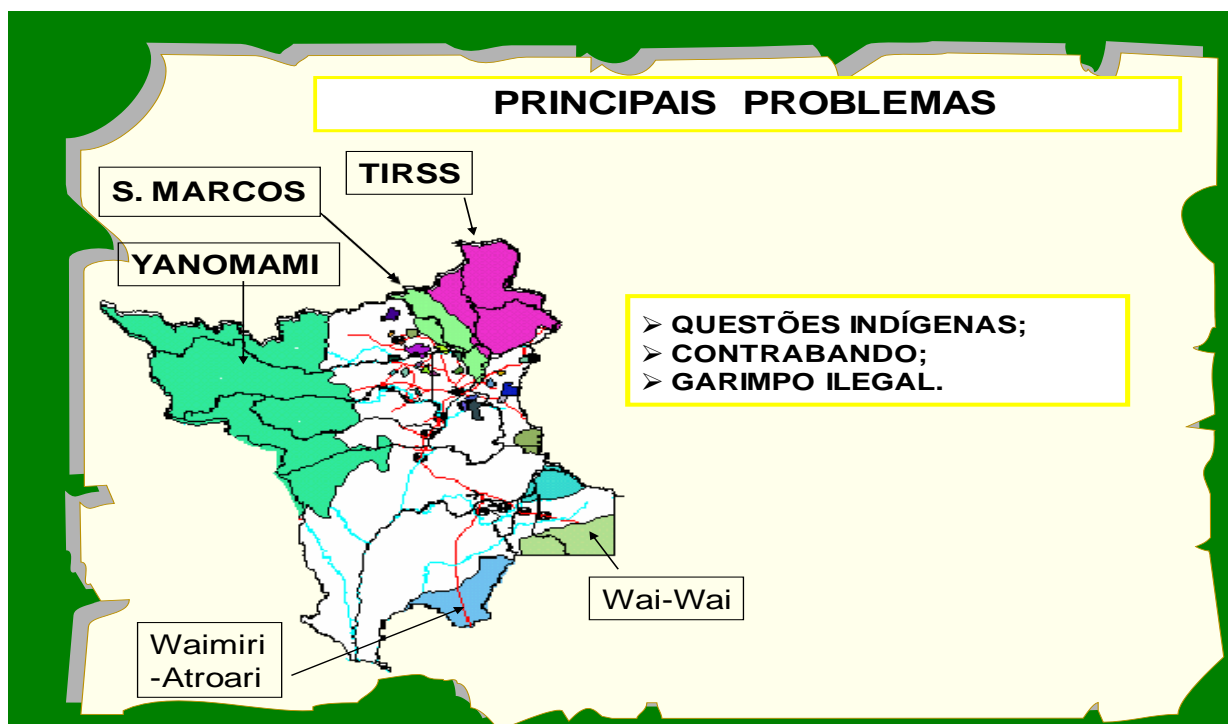


FIGURA 4.5 - 1ª. Brigada de Infantaria da Selva, sede em Boa Vista, RR



## PRINCIPAIS PROBLEMAS

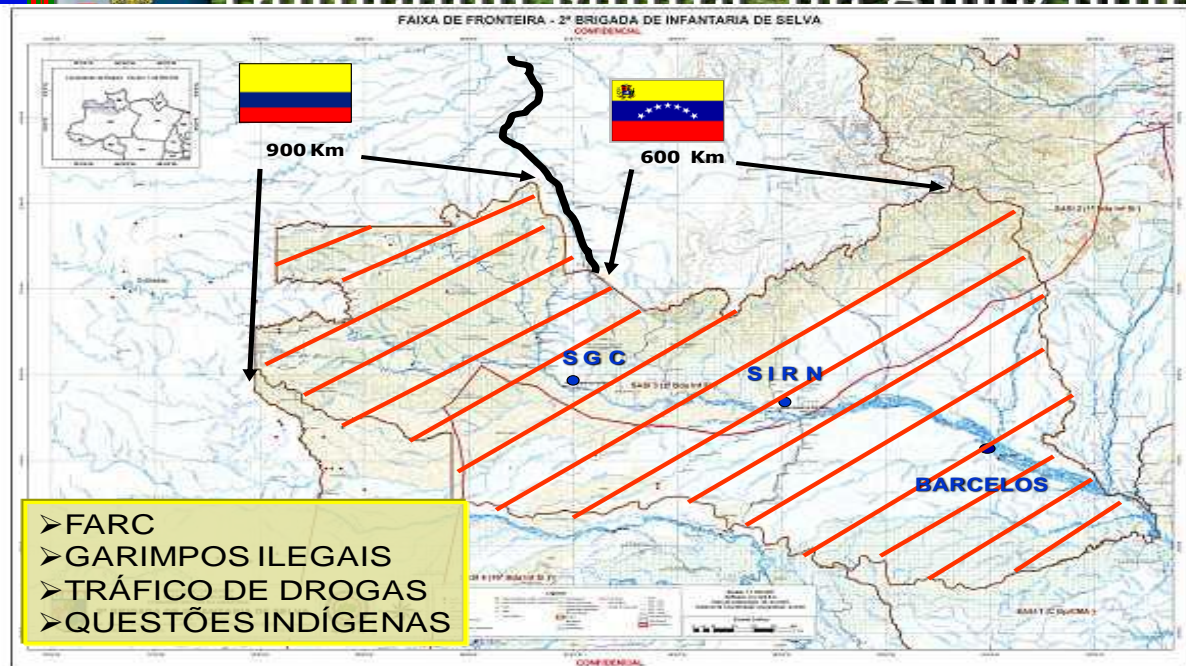


FIGURA 4.6 - 2ª. Brigada de Infantaria da Selva, sede em São Gabriel da Cachoeira, atuante na região da “cabeça do cachorro” e calha do rio Negro

## PRINCIPAIS PROBLEMAS



FIGURA 4.7 - 16ª. Brigada de Infantaria da Selva, sede em Tefé, atuante na calha do Solimões e seus afluentes



FIGURA 4.8 - 17ª. Brigada de Infantaria da Selva, sede em Porto Velho, atuante no Acre, sudeste do Amazonas e Rondônia



FIGURA 4.9 - 23ª. Brigada de Infantaria da Selva, sede em Marabá, atuante no Pará



A expressão *questões indígenas* aparece em quatro dos *slides* e *terras indígenas* no último. É sugestivo o fato dos *slides* apontarem problemas bem específicos como “movimento dos sem terras (MST)”, ou “tráfico de drogas”, sempre acompanhando as *questões indígenas*.

Sem esclarecer o que são tais questões, o general prossegue, identificando um conjunto de problemas: ameaças externas; aumento de poder militar dos países vizinhos e uma série de ameaças internas: *terras indígenas*, tráfico, os chamados “brasivianos” (na fronteira com a Bolívia), os “brasiguaios” (na fronteira com o Paraguai) e a tríplice fronteira. Passa então a justificar a preocupação dos militares: abundantes recursos minerais na faixa de fronteira e muitas riquezas nas *terras indígenas*; *reserva indígena* em cima de minérios, “praticamente é índio em cima e minério embaixo”; *terras indígenas* extensas na faixa de fronteira: “será que o índio sabe que é brasileiro?”

Examinando com mais atenção as fotos nos *slides* é possível identificar, por exemplo, os indígenas correspondentes ao *slide* da 17ª. Brigada. São professores do povo Xacriabá, de Minas Gerais, em uma atividade nas dependências da Universidade Federal em Belo Horizonte:



FIGURA 4.10 – Professores Indígenas de Minas Gerais.

Voltando ao expositor ouve-se o comentário: “A preocupação não é só por ‘miliquês<sup>69</sup>’, há riscos reais. Felizmente agora temos as 19 condicionantes que o Supremo Tribunal Federal impôs para demarcar terras indígenas. Mas já tem gente contra as condicionantes. Quem quer derrubar estas condicionantes? Com que interesse?”

Continuando, o general mostra uma série de *slides* com declarações de líderes mundiais a respeito da Amazônia, que advogam a tese da soberania relativa do Brasil sobre a região:

Foto de Barack Obama: *A Amazônia é um recurso global na batalha contra o aquecimento do planeta.*

Foto de Margareth Thatcher: *Se os países subdesenvolvidos não conseguem pagar suas dívidas externas, que vendam suas riquezas, seus territórios e suas fábricas.*

Foto de Al Gore: *Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós.*

Foto de François Mitterand: *O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia.*

Foto de Pascal Lamy - Organização Mundial do Comércio: *A Amazônia e as outras florestas tropicais do planeta deveriam ser considerados bens públicos mundiais e submetidas à gestão coletiva, ou seja, gestão da comunidade internacional.*

Declaração atribuída ao Conselho Mundial de Igrejas Cristãs: *A Amazônia é um patrimônio da humanidade. A posse dessa imensa área pelo Brasil, Venezuela, Peru, Colômbia e Equador é meramente circunstancial.*

Declaração atribuída ao “Grupo dos Cem” (Cidade do México-1989): *Só a internacionalização pode salvar a Amazônia.*

Declaração atribuída ao Parlamento Italiano (1989): *A destruição da Amazônia seria a destruição do mundo.*

Declaração atribuída ao Congresso de Ecologistas Alemães (1990): *A Amazônia deve ser intocável, pois constitui-se no banco de reservas florestais da humanidade.*

O general encerra sua palestra sem outros comentários, no entanto fica evidente que os povos indígenas são representados, nesta expressão do *discurso* do Exército, como se não possuíssem, de fato e de direito, a cidadania brasileira. Esta apresentação

---

<sup>69</sup> Expressão usada para indicar o que é característico, ou especialmente importante para os militares.

indica que a expressão *questão indígena* ou *problema indígena*, significa uma questão ainda não resolvida pelo Estado brasileiro.

Se for correta esta dedução, parte dos oficiais do Exército questiona a aceitação de grupos étnicos no corpo da Nação. Esta postura significa um não acatamento à Norma Constitucional em vigor. Veremos na próxima seção outros exemplos destas tensões.

Os dados apresentados nesta seção suscitam muitas questões, entre elas, cabe perguntar qual o cabedal de conhecimentos, além da experiência empírica sempre crescente, que justifica pronunciamentos tão taxativos a respeito da Amazônia? Ou, em outros termos, de onde os militares tiram tanta autoridade para falar sobre a região, sobre suas populações e sobre os povos indígenas, já que não há registro de uma produção intelectual significativa das forças armadas a respeito do universo amazônico?

Como força militar, esteio do Estado brasileiro, é compreensível e necessário que os militares estejam presentes e vigilantes na Amazônia. Todos os brasileiros, os índios inclusive, compreendem e concordam com isto. O que é difícil conceber é o fato do Exército se fixar na Amazônia apenas como força armada. Isto porque, neste início de século XXI, a maior expressão de poder é o conhecimento organizado, permanentemente trabalhado, sempre em expansão. Não é possível defender a Amazônia sem conhecê-la em profundidade, e ainda desprezando sua população tradicional, sem diálogo com os intelectuais que pensam a Amazônia.

Os *slides* consagram os indígenas como um problema tão grave quanto o tráfico de drogas e o contrabando; tão revoltante quanto sequestro e terrorismo. Os *slides* e a performance discursiva correspondente deslocam os índios para o campo dos inimigos da pátria, produz o deslizamento dos indígenas para junto dos que podem ameaçar a soberania nacional. Como inimigos da Pátria, que direitos teriam os índios?

Essa performance se nutre de um “*discurso* imagético”, portador de conteúdos semânticos e pragmáticos com efeitos perversos sobre os povos indígenas.



## 4.2 - O Tuxaua Yanomami falava inglês – Conversas sobre Amazônia e Indígenas

Ao desenvolver a pesquisa encontrei, durante todo o processo, servidores e membros do Exército e do Ministério da Defesa, solícitos e prestativos. Não tive nenhuma dificuldade de acesso aos dados e documentos julgados relevantes para esta dissertação. Bastava anunciar que estava fazendo um trabalho acadêmico, como aluno da Universidade de Brasília, para ser recebido e obter a informação que buscava.

Com boa vontade e presteza fui recebido e atendido em todas as dependências do Exército que conheci no Amazonas: em Manaus (no Comando Militar da Amazônia e no Centro de Instrução de Guerra na Selva); em Tefé (sede do Comando da 16ª. Brigada de Infantaria da Selva); em Tabatinga (Sede do 8º Batalhão de Infantaria na selva e no Hospital de Guarnição do Exército) e em Vila Bittencourt (no Pelotão de Fronteira). O mesmo ocorreu no Rio de Janeiro, ao visitar o Palácio Duque de Caxias e a biblioteca da Escola de Comando e Estado Maior do Exército – ECEME. Recebi semelhante atendimento no Quartel-General do Exército (especialmente no Centro de Comunicação Social e no Centro de Documentação) e nas bibliotecas do Superior Tribunal Militar e do Ministério da Defesa.

Os dados colhidos por meio de anotações, periódicos e folhetos, cópias xerográficas e cópias eletrônicas, foram suficientes para conhecer e explorar tudo o que julguei necessário à redação do trabalho final. Foi planejada neste íterim a obtenção de dados, via entrevista direta, com oficiais da ativa. No entanto, uma série de contingências profissionais e limitações de minha parte, resultaram no registro gravado com alguns civis, ligados a questão indígena, e apenas um general.

Os generais que comandaram unidades militares na Amazônia podem ser considerados fontes importantes de dados a respeito dos povos indígenas e suas interações com a Força Terrestre.

Pensando nisso, entrevistei um general com este perfil. O depoimento foi obtido em seu local de trabalho, o diálogo, no início um pouco tenso, passou a correr solto à medida que meu interlocutor mostrava no *laptop* fotos e mapas de suas várias missões na Amazônia. Obtive, assim, o registro em um tom informal, que pode complementar e proporcionar um enfoque diferenciado na abordagem de vários temas examinados a partir de documentos escritos.

Foram selecionados os trechos mais significativos do depoimento gravado. Abstive-me de comentar todas as passagens transcritas, pois, vários temas são recorrentes e já foram discutidos.

Está em itálico a transcrição da fala do militar.

Opinião sobre a Amazônia.

O general mostra na tela do computador o mapa da Amazônia dividido por regiões identificadas com cada uma das brigadas de infantaria da selva da região.

*O primeiro grande perigo quando a gente trata de Amazônia, isso não só em relação ao indígena, em relação a qualquer problema na Amazônia, é a generalização. Porque a Amazônia ela tem tudo em regiões, que a gente poderia colocar aí: 40 sub-regiões. Mas se quiser ser bastante sintético e bastante objetivo, se a gente pegar as divisões de áreas de responsabilidade de nossas brigadas hoje, que são frutos da experiência que a gente vem tendo na Amazônia ao longo do tempo, a gente vai perceber que a Amazônia tem pelo menos essas 7 regiões aqui, bastante diferentes entre si.*

*O sul do Pará, por exemplo, que é uma região já vascularizada com estradas, que não fica limitada exclusivamente aos meios fluviais, com ligação para o Centro-Oeste e conseqüentemente para o Sul e até pro Nordeste, é completamente diferente da área de Manaus que é um pólo completamente diferente do resto da Amazônia, porque é um pólo desenvolvido, quarto PIB do Brasil, com um pólo industrial. Manaus é uma outra situação, ainda que tenha sérios problemas de infra-estrutura, é uma cidade que deu certo. E fica no coração da selva. Essa entrada do Solimões no Brasil é uma área sem estrada. Os rios são as estradas. [...]*

*Então, quando a gente trata a Amazônia como um todo, cada vez que eu vejo soluções para Amazônia como um todo, eu me arrepio, porque vem besteira, porque se não for tratado, pelo menos, com essa subdivisão a gente não consegue ter soluções viáveis. Porque a solução que é viável para o sul do Pará não é viável aqui, para a entrada do Amazonas no Brasil. Então, isso aí, a gente tem que ter muito cuidado.*

Opinião sobre os povos indígenas:

*E em relação aos indígenas, a gente visitando várias comunidades, a gente percebe que são culturas completamente diferentes e estágios de civilização completamente diferentes. Então, o yanomami aqui dessa área de Surucucus, por exemplo, são completamente diferentes até dos índios da Raposa da Serra do Sol, são vizinhos, mas são etnias completamente distintas, que estão em níveis de civilização diferentes.*

*Estive aqui em Surucucus, onde tem um pelotão dentro da área yanomami, e a gente percebe que o yanomami tá na idade da pedra polida, ele tem muito pouco desenvolvimento, muito restrito. Ainda assim, você percebe que o contato deles [...]*

*Chegamos lá e mandamos chamar o tuxaua da etnia. Aí veio ele e, para minha surpresa, ele falava inglês! Eu falei em português e ele zero! Não entendeu nada. Porque ele tinha acabado de imigrar da Guiana, então ele falava inglês, e era yanomami.*

*Então, quando a gente tem contato com essa realidade, a afirmativa que o índio vai defender a soberania, ele não tem nem idéia do que é o território brasileiro, nem de soberania brasileira, ele vai defender a terra dele, por que isso é do homem, não tem nenhuma noção de defesa de soberania, não sabe nem onde é a fronteira, se está de um lado ou do outro. Então esperar desse índio um comportamento nacionalista é delírio, não vai acontecer. Só tem esse delírio porque está sentado aqui em Brasília, quem vai lá, o delírio termina. Eles nunca ouviram o hino nacional, nunca viram a bandeira brasileira, não tem nenhuma formação. Eles vão defender nossa soberania? De jeito nenhum.*

Opinião sobre índios e sentimento patriótico:

*Aí a aeronáutica foi lá [ainda no interior do Território Yanomami] e instalou um mastro, hasteou a bandeira, distribuiu a camisa do Brasil, ensinou a cantar o hino, mas isso não é suficiente pra morrer pela pátria, é difícil. Pode até criar uma simpatia, mas não faz o cara ser nacionalista. A partir dali o cara pode dizer: eu sou brasileiro, tô dentro do Brasil, aqui tem uma bandeira brasileira. Mas isso não é assim, você não*

*faz a cabeça de um indivíduo nesses aspectos, você não transforma o cara em cidadão em 40 minutos, é impossível. Teria que ser um trabalho de mais tempo.*

*[Em São Gabriel da Cachoeira] Encontra muito índio um pouco mais velho, destas etnias, que serviram Exército. Então é obvio que esses caras têm uma outra cabeça, eles ficaram anos no Exército, então eles tem da defesa do Brasil uma outra concepção.*

*Eu acho que a gente não pode achar que o fato de ter uma etnia numa imensidão como é a Amazônia, que isso é suficiente para garantir soberania. Não é. Tem que ter um trabalho do Estado, presença do Estado para eles se sentirem cidadãos brasileiros.*

Opinião sobre índios e condições de vida:

*Dois lugares que eu encontrei comunidade indígena, relativamente organizada: Waimiri-Atroari, ali eles ignoram o que está do lado de fora. Eles criaram uma situação ali que eles ganham dinheiro, recebem da hidroelétrica, eles têm um dinheiro razoável. Tem um cara lá que é de uma ONG, um cara esclarecido. Lá eles têm internet, postos de saúde, com médicos não índios, mantidos por eles, tem Hilux [carro]. Não é o Estado que está lá, eles criaram uma situação pra eles, mas não estão na faixa de fronteira. Outro lugar que eu encontrei uma etnia, mais ou menos organizada, foi em São Gabriel, onde tem uma escola indígena, aonde eu fui na inauguração de uma quadra poliesportiva que foi feita de recursos do Calha Norte, então por isso nós fomos lá para a inauguração. Aí fomos lá, tem fotos, estava tudo bem feito.*

Opinião sobre necessidade de povoação na fronteira:

*Para a Raposa Serra do Sol, saiu um decreto dizendo que o Exército tinha que manter organização militar dentro de cada área indígena, na faixa de fronteira. É uma boa coisa, só que é caríssimo. Um pelotão especial de fronteira hoje custa 35 milhões de reais, porque a primeira coisa que tem que ter é uma pista de concreto, o país está disposto a gastar 35 milhões para botar uma organização militar em cada terra indígena da fronteira? E outra coisa, não adianta ter só o Exército, claro que o resto é*

*fundamental, o Exército não é capaz de fazer patrulhamento. Aí, eu nem falo em soberania, em garantia territorial, falo em ter um controle mínimo da fronteira. Eu não consigo fazer isso, primeiro porque os pelotões ficam a 200, 300 km de distância, no mínimo, e alguns ficam a 1000 km. Então o que o cara faz é patrulhar o rio. Então vamos supor que tivéssemos lanchas maravilhosas, helicópteros pra todos, o que não tem, só o meu pessoal não é capaz de fazer uma fiscalização correta contra o ilícito. O meu Tenente é formado na Academia Militar para guerra, ele não é policial. Então tem que ter o policial na faixa de fronteira, e todo o resto.*

Opinião sobre mudanças culturais:

*Eu vou te mostrar aqui [fotos], essa foi a inauguração, tá vendo essa indiazinha aqui, isso aqui é lá em São Gabriel, escola indígena, escola bonitinha, a quadra é bacaninha, construída por nós, só que com o dinheiro do Calha Norte, deve ter sido emenda. Aí ela fez o discurso dela em português, em seguida veio o tuxaua e fez o discurso na língua geral. Lá [...] em São Gabriel [...] são 4 línguas reconhecidas [...] Baniwa, Tucano, Língua Geral e Português. Então ele fez o discurso e veio, aqui já aparece o troço que é típico da manutenção da cultura mas não tem como segurar, olha o calção que ele está usando: Ministério do Esporte, isso é bom, mas isso aqui simboliza que eu não estou agredindo, mas, de acordo com a opinião de alguns, não pode, isso não é natural. Mas a quadra é bacana, teve uma série de danças lá para inauguração. Aí nós fomos tomar um “guarascoito” lá com o pessoal, aí eu fui conversar com ela, dei os parabéns e perguntei: como a senhora se sente como índia aculturada, porque tá de roupa, colar, fez curso em português, diretora de escola. Aí ela falou: não sou aculturada não, porque no nosso conceito, a preservação da cultura indígena não seria só o que é nosso. Ela falou: olha general, eu vou dizer uma coisa pro o senhor, isso é um absurdo porque eu não sou aculturada, eu mantenho todas as culturas e tradições da minha etnia, o senhor viu o que teve aqui, então eu preservo tudo que é da cultura, mas querer que eu não tenha o conforto que o não índio tem no século XXI ... eu tenho microondas, tv, vejo novela e não abro mão, e não quero que minha filha carregue, como eu carreguei, jamachi, de 30 kg, para nada. Eu quero que ela estude, quero que ela tenha condições.*

*Não tem nenhuma comunidade indígena, medianamente conhecedora da civilização do não índio, que a primeira reivindicação deles quando você bota o pé nela é eletricidade. Ele sabe o que é eletricidade, é o ponto de partida para todo resto, ele vai ter a usina de farinha, vai ter tv, então a primeira grande aspiração de toda comunidade indígena que já viu alguma coisa de não índio é ter luz elétrica. Aparece nesses filmes [...] o cara pedindo pelo amor de deus, para ter luz para todos, o índio até comenta que não é luz para todos, é luz para alguns, reclamando que não chegou a luz para eles. O dono da casa da farinha ele é o reivindicador, quando chega lá governador, general, ele chega com um papelzinho e entrega a reivindicação. Primeira reivindicação é luz elétrica, e o pelotão não consegue colocar luz lá o tempo todo, quando tem uma sobra o pelotão fornece pra eles, ele quer luz elétrica.*

Opinião sobre terras indígenas:

*[...] as aéreas indígenas são exageradamente grandes. Os laudos antropológicos são discutíveis, o cara vai lá, um antropólogo, e diz que o índio teve até aqui. Vamos discutir, vamos conhecer a verdade, não adianta atribuir uma área gigantesca e deixá-los na miséria. A minha teoria é a seguinte: demarca uma área menor e dar assistência para o índio, vamos fazer do índio alguém que seja realmente feliz, tem dó!*

*Tem ONG que tem um monte de terra indígena, o cara sabe que tem riquezas minerais do maior interesse, a Raposa todos sabem que tem urânio, ouro, e diamante é a flor da terra. Estes caras, a gente não consegue identificar, os caras não ficam à mostra, se disfarça de missionário, de médico, de biólogo, e na verdade ele está fazendo levantamento geológico, passando informação.*

*Eu não quero demarcação de terra indígena enorme, completamente fora da realidade daquela etnia, lugares que eles nunca foram nem vão, terras gigantescas, como estivessem dizendo, agora você é um grande latifundiário e deixa o cara morrer de fome, sem assistência médica, sem luz. Não adianta. E esses caras são aqueles que vão defender a floresta. Isso é uma teoria que o X [identidade preservada] defende e eu acho que ele tá certíssimo, quem vai defender a Amazônia não somos nós, é o povo da floresta, que hoje está resumido, nesse levantamento da Veja, diz lá que 73% do povo da Amazônia está na cidade hoje. E a política é ruim, vou te falar uma coisa aqui, abrir*

*meu coração, na Amazônia não dá voto, são 700 mil votantes num colégio eleitoral de 127 milhões.*

Opinião sobre ameaças de perder a Amazônia:

*O que a Amazônia representa de vida para o Brasil, e se não tomarmos conta vamos perder a Amazônia, vamos acabar perdendo ela sem invasão, sem tiro, sem nada. Eles vão tomando conta, vão analisando a biodiversidade, vão vendo onde tem coisa, onde não tem, vão vendo reservas onde tem, daqui a pouco começa a extrair, monta um multinacional, os governos não são eternos, modificam, daqui a pouco vem um cara aí que resolve vender metade da Amazônia para alguma multinacional, isso aí é uma questão de política de governo [...].*

Opinião sobre os índios e o Exército:

*[...] o meu material humano na Amazônia 65% [...] são índios. Eu quero índio forte corado e bem disposto, senão vai dar problema é pra mim. E em São Gabriel da Cachoeira, o batalhão de infantaria de selva tem 800 militares, 700 são índios, de 23 etnias diferentes. Aqui isso é típico, ele tá tomando conhecimento numa máquina, não tem jeito, se não estão fazendo fogo com pauzinho, não tem escapatória.*

*O fato de nós termos um indígena incorporado, é um indígena, todos são voluntários, pra ele é um aumento de status enorme na etnia, é recurso, o soldo melhorou, pelo menos está mais que um salário mínimo, então hoje, eles são mais ainda. Então, nosso aprendizado em relação ao índio é aprendizado de dois séculos. Mas nós estamos o tempo todo convivendo com o problema, então nós temos uma compreensão maior do que de quem nunca contactou. Talvez pudesse ser melhor, mas nós não temos praticamente problema com comunidade indígena, ao contrário, eles vivem nos procurando, nos cercando, chegam lá conversam. É raro ver críticas contundentes ao Exército. [...] Você vai em Maturacá, tá cheio de índio lá dentro, não tem nenhum ponto de atrito com as comunidades indígenas, pelo contrário eles nos vêem como a presença do Estado, então não tem problema. Nunca tive problema. O nosso problema é se sentir impotente para fazer tudo aquilo que a gente gostaria de*

*fazer, por exemplo, escolas é uma aspiração de todas comunidades, a gente não tem dinheiro para construir.*

*Esse troço que apareceu ali foi bacana, no Globo Repórter, foi bacana, foi emocionante. Então, eu acho que a gente tem que acordar para esse problema da política indigenista, e nós temos que investir muito na Amazônia, investir muito nas comunidades, tirar o índio dessa situação de vendido, e não pode ter um índio quase vendido, dono de um território do tamanho da Alemanha. Tá vendo esse aqui, é meu batalhão, lá todos são índios, esses caras que nos dão condição de dizer que nós somos o melhor combatente de selva do mundo, eles nos ensinam. O sargento faz curso de operações na selva, a gente aprende a fazer operações na selva, mais o contato com a selva, o dia a dia. Eles chegam na selva e falam: aqui passou um tatu há meia hora atrás, aí a gente não vê porcaria nenhuma, aí você olha e fala que ele tá chutando. Mas aí você fala: vem cá, como você sabe que aqui passou um tatu? Aí ele te mostra: ele pega a areia ali, a área de selva é toda coberta com uma espécie de areia, aquilo tá ali, ele fala assim: aqui tá a marca do rabo do tatu. E como você sabe que ele passou há meia hora atrás? Porque choveu meia hora atrás, se ele não passou de meia hora pra cá já tinham acabado, chovido em cima e acabou. Eles enfiam a cabeça na margem do igarapé e dizem: tem um barquinho, que tá vindo aqui, daqui umas duas horas ele tá aqui. Pode ficar lá sentado que vai passar um barco daqui há duas horas! Então na verdade, a gente tem que se convencer que nós temos que transformar tudo isso, para o Brasil.*

A primeira sensação ao ler as opiniões expressas pelo general é de que estamos ouvindo um profissional que incorpora com determinação a missão que lhe foi confiada. Chegar ao posto de general de brigada exige do militar muita dedicação no desempenho de suas funções e uma atenção permanente às determinações de sua instituição. Além de comportar-se de acordo com o código de procedimentos e normas de seu *métier*, o general deve zelar para que cada um de seus comandados assim também proceda. Um militar no ápice da carreira seria, portanto, um exemplo pertinente na obra de Mary Douglas, *Como as instituições pensam* (2000).

Já nas primeiras palavras fica clara a valorização do conhecimento acumulado pelo Exército sobre a Amazônia. De imediato compreende-se o significado da expressão Força Terrestre: todo corpo de profissionais do Exército e toda experiência profissional da instituição têm como suporte a superfície terrestre, ou seja, têm o chão como objeto



de estudo, reflexão, representação, etc. Para o Exército trata-se de deslocar, ocupar, esconder, retirar, estacionar, reconhecer, liberar, destruir, etc. quase tudo e quase o tempo todo sobre o solo.

A Amazônia é uma enorme planície onde até 1/6 de sua área fica sob as águas no auge do período das chuvas. Não é, portanto, de se estranhar quando o general lamenta a falta de estradas, ou constata desanimado, que na região de Tabatinga, “as estradas são os rios”. Muito emblemática a respeito da região é a seguinte frase do militar: “O sul do Pará, por exemplo, que é uma região já **vascularizada com estradas que não fica limitada** exclusivamente aos meios fluviais, com ligação para o Centro-Oeste e conseqüentemente para o Sul e até pro Nordeste”.

A Força Terrestre se sente em casa em uma região vascularizada - estradas são veias - por onde se deslocam com facilidade, é compreensível, portanto, partindo desse ponto de vista (e vivência), que os militares considerem as comunidades indígenas isoladas. Contudo, os índios por viverem este meio há gerações, também compreensivelmente, se deslocam com facilidade pela região, como sempre fizeram há séculos.

Ao falar dos índios, o general expressa a visão do senso comum, partilhada certamente por expressiva porcentagem da população brasileira: quanto mais “distante” do modelo ocidental, mais primitivo é o indivíduo, sua comunidade e seu povo.

Para sustentar esta crença alega-se o domínio da sociedade ocidental sobre a natureza, o mito do progresso contínuo, e as habilidades intelectuais, supostamente mais desenvolvidas, dos que são criadores da tecnologia e da ciência. Lévi-Strauss oferece um oportuno contra-argumento:

Passa-se precisamente o mesmo com os nossos conhecimentos acerca das plantas e dos animais. Os povos sem escrita têm um conhecimento espantosamente exato do seu meio e de todos os seus recursos. Nós perdemos todas estas coisas, mas não as perdemos em troca de nada; estamos agora aptos a guiar um automóvel sem correr o risco de sermos esmagados a qualquer momento, e ao fim do dia podemos ligar o rádio ou o televisor. Isto implica um treino de capacidades mentais que os povos «primitivos» não possuem porque não precisam delas. Pressinto que, com o potencial que têm, poderiam ter modificado a qualidade das suas mentes, mas tal modificação não seria adequada ao tipo de vida que levam e ao tipo de relações que mantêm com a Natureza. Não se podem desenvolver imediatamente e ao mesmo tempo todas as capacidades mentais humanas. Apenas se pode usar um sector diminuto, e esse sector nunca é o mesmo, já que varia em função das culturas. E isto é tudo (LÉVI-STRAUSS, 1978: 30).

A respeito dos índios e sua condição de vida, o general se mostra admirado com as condições desfrutadas pelos Waimiri-Atroari. Admite que os índios têm o que necessitam para viver bem e que “Não é o Estado que está lá, eles criaram uma situação pra eles, mas não estão na faixa de fronteira”. Considerando expressão do general percebe-se como a categoria de fronteira é central no *discurso* militar. É importante trazer à discussão o artigo 142 da Carta magna em vigor:

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e **destinam-se à defesa da Pátria**, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (BRASIL, 1988).

A defesa da Pátria e o princípio de que “espaço é poder”, faz com que fronteira componha a "ossatura da inteligência" dos oficiais da Força Terrestre. Como frisou Roberto Cardoso de Oliveira:

[...] pretendo unicamente registrar o papel desempenhado pelas categorias, portanto dos conceitos eminentes, i.e. aqueles que constituem, na sugestiva metáfora durkheimiana. Isso significa que o homem não pensa sem a ajuda de categorias. São elas, particularmente as eminentes, aquelas que organizam a realidade (social ou não) de modo a imprimir nela a inteligência do espírito, a seu modo pre-formador dessa mesma realidade (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1995: 3).

Como esta categoria é construída no longo percurso de formação dos generais, certamente, trata-se de uma questão relevante para a compreensão do *discurso* militar sobre a Amazônia e os indígenas.

Considerando a centralidade desta categoria, é possível avaliar a dimensão da tarefa que pesa sobre os militares que **assumem** a missão de garantir a soberania brasileira na Amazônia. Voltando à Constituição Federal, o artigo 20 traz o elo entre a missão precípua do Exército e a faixa de fronteira:

Art. 20. São bens da União: § 2º - A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei (BRASIL, 1988).

Estas são considerações a serem tomadas a sério por todos os que se propõem a dialogar com os oficiais do Exército brasileiro. Ardentemente desejosos deste diálogo se mostram os povos indígenas que, no decorrer de centenas de anos, criando e aperfeiçoando técnicas de manejo, “construíram” a floresta amazônica e que, nos últimos séculos vêm contribuindo na construção de um espaço de tolerância e convivência interétnica que poderia ser chamado de Brasil.

### 4.3. Contra o interesse nacional - *Discursos Militares no Congresso*

Esta seção é dedicada à análise de *discursos* militares proferidos no Congresso Nacional. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal possuem diversas Comissões Parlamentares, permanentes ou temporárias, com funções legislativas e fiscalizadoras. No cumprimento de sua missão, as Comissões promovem debates e discussões, em audiências públicas, com a participação da sociedade em geral, sobre os temas de interesse.

Quando convidados, os militares partilharam o tempo de exposição com civis representantes de órgãos públicos, universidades, empresas, organizações não governamentais etc. A participação nestes eventos é eminentemente institucional, algumas vezes, no entanto, o oficial faz breves comentários em tom pessoal, e logo retoma o *discurso* como representante das Forças Armadas. O acesso à sala de audiências é livre, de modo que muitas pessoas interessadas assistem aos debates.

O registro transcrito das sessões de duas comissões, ambas da Câmara Federal (Comissão Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional - CAINDR e Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - CREDN) e de uma Comissão Parlamentar de Inquérito – a CPI *Ocupação de Terras Públicas na Região Amazônica* - se mostraram relevantes para a compreensão do *discurso* militar indigenista. Examinando as transcrições disponíveis foi possível selecionar as citações a seguir.

Foram analisados depoimentos de 11 militares, em eventos ocorridos entre 4 de novembro de 2000 e 9 de maio de 2007. Algumas características e temas estão mais presentes na exposição dos generais e oficiais-superiores. Destacam-se inicialmente: os militares declaram que estão cada vez mais voltados para sua missão específica, ou seja, a garantia da soberania e a defesa do território brasileiro, e dessa perspectiva, é que abordam a questão indígena; os militares afirmam conhecer a questão indígena, dizem que os próprios índios não são agentes ou responsáveis por estas “questões” e “problemas”. Tudo é apresentado como se os indígenas da Amazônia se deixassem levar por assessores, militantes e, até mesmo, técnicos governamentais que os envolvem em situações condenáveis; a maior parte das expressões do *discurso* militar indigenista reafirma, neste início de século XXI, a perspectiva de abolir as diversas identidades

étnicas, transformando-os em “cidadãos”. Por este motivo, muitos militares apontam falhas na concepção e na execução da atual política indigenista.

No *discurso* da Força Terrestre, a chamada questão indígena está conectada à missão constitucional do Exército. Esta articulação passa pelo papel atribuído aos militares na garantia da soberania brasileira na Amazônia. Segundo os oficiais vivemos os desdobramentos do amplo processo de globalização, em novo cenário geoestratégico mundial, onde antigas lealdades perderam o sentido, alinhamentos automáticos não existem mais, novos conceitos no campo do direito internacional estão se fixando. Ações de potências econômicas do hemisfério norte, antes aliadas, neste novo contexto, podem voltar-se contra o Brasil.

Os oficiais declaram que, no plano nacional, as forças armadas estão redefinindo sua missão, reordenando sua vocação, reconstruindo sua identidade. Novos papéis devem ser assumidos. Neste novo cenário, a principal atribuição constitucional do Exército – a defesa da Pátria – materializa-se na Amazônia.

Definida como prioridade, a imensa planície amazônica, no *discurso* dos oficiais, continua despovoada e pouco desenvolvida. Suas incalculáveis riquezas atizam a cobiça internacional. Cabe ao Exército defendê-la e, portanto, garantir a soberania nacional. Para os militares, defender é desenvolver. Só é possível o desenvolvimento com o povoamento da região, com a vivificação das fronteiras.

Para desenvolver a região, eles dizem, os brasileiros devem explorar as riquezas da Amazônia, com prioridade para os recursos minerais. As estradas já em operação, usinas hidrelétricas e outras grandes obras contribuirão para integrar a Amazônia ao Centro-Sul do país.

Ocorre que, sempre de acordo com os depoimentos dos militares, as terras indígenas são um grande óbice à povoação e ao desenvolvimento: não é possível extrair minérios; é impossível deslocar colonos para o interior destas terras; é imprudente construir estradas, linhas de transmissão de energia ou ferrovias. Desta forma a Amazônia está engessada.

Simultaneamente, os militares denunciam a ação de potências estrangeiras exigindo a demarcação de terras indígenas e a interdição de áreas de proteção ambiental, que se tornaram, segundo eles, instrumentos eficazes para promover o engessamento da região.

O desdobrar desse conjunto de argumentos indica que os direitos constitucionais dos índios são enquadrados, pelo *discurso* dos militares, como um “problema” para o desenvolvimento e a soberania brasileira na Amazônia. Configura-se, dessa forma, uma espécie de esvaziamento dos direitos indígenas. Estes e outros aspectos registrados nos depoimentos da Câmara confluem com poucas expressões diferentes, indicando que *discurso* militar indigenista não é homogêneo.

Os militares destacam a importância das transformações que, segundo eles, caracterizam a década de 1990 como um período marcado por redefinições:

Poderíamos dizer que todo mundo esperava que a nova ordem mundial fosse melhorar a relação entre os povos. Mas, na realidade, a globalização aumentou a tensão entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. É importante notar que, na última década, tivemos próximo de 160 conflitos no globo, quando imaginávamos que iríamos estar em paz, que a globalização iria aproximar todos os povos e que viveríamos um período imenso de paz. Não é o que temos presenciado, infelizmente. O princípio da não-intervenção, um pilar da diplomacia brasileira, vem sendo posto de lado paulatinamente. (LOPES, 2001)

O cenário apresenta ameaças à soberania nacional, uma vez que, princípios que pareciam estar solidamente estabelecidos, se mostram passíveis de:

“[...] novas interpretações do Direito Internacional e de novas conceituações de soberania, ditadas à conveniência do círculo dos mais fortes e dos que detêm o poder de impor suas vontades.” Nestes novos cenários surgem ameaças difusas. “No passado, a polarização das forças atuantes no cenário internacional permitia a identificação de prováveis ameaças e inimigos, facilitando a formulação das chamadas hipóteses de guerra. Entretanto, as transformações mundiais das duas últimas décadas em muito alteraram esse panorama, e muitas ameaças e inimigos foram perdendo significado” (CHAGASTELES, 2002).

As Forças Armadas no Brasil são levadas a repensar seus objetivos estratégicos. A “tutela interna” exercida pelos militares sobre os civis, mantendo um comportamento político que remonta à data da Proclamação da República, precisa ser revista:

A pedra angular sobre a qual se assenta essa crise de papéis depois da Guerra Fria é particularmente caracterizada pela falta de um norte claro à missão castrense no tocante à segurança interna, acostumada que estava a classe militar, ao menos desde o golpe que instaurou a República, ainda no século XIX, a uma tradição de regulação da vida política e social, sob os mais diferentes aspectos. Historicamente, as Forças Armadas brasileiras têm cumprido missões de ordem interna, que têm assumido as mais diversas formas. O fim da Guerra Fria, com efeito, pôs em relevo um debate, que perdura até os dias correntes, sobre o papel das Forças Armadas. (BAPTISTA, 2002).

A polarização Leste–Oeste que ordenava a política internacional na época da Guerra Fria desaparece com o colapso da União Soviética. Outras contradições tornam-se relevantes. Tensões antes relegadas a um segundo plano são alçadas à cena principal, entre estas, as disputas por fontes de recursos minerais, energia e até mesmo água doce:

Ali estão alguns dos motivos que nos levam à preocupação com possíveis interesses de internacionalização da nossa Amazônia. Trata-se da maior biodiversidade do planeta. As riquezas minerais na região são incomuns. É a maior reserva de água doce do planeta, um terço das florestas tropicais do mundo. Quando vemos, neste mundo internacionalizado, ações em países onde produtos valorizados são levados em consideração, como o petróleo - certas ações internacionais em regiões onde existem esses produtos mais cobiçados. Será que isso também vai acontecer com a nossa Amazônia, em razão do potencial lá existente? (ALBUQUERQUE, 2005).

Os generais consideram indiscutível a existência de cobiça internacional pela Amazônia. A cobiça justificável, segundo eles, pois a Amazônia é um manancial de riquezas. Além disso, na região existem acentuados vazios demográficos, portanto a região apresenta-se desprotegida. A este respeito o General Alcedir Pereira Lopes afirma:

Com relação à cobiça, sempre gostamos de apresentar esta pergunta: será que é realidade ou fantasia? Será que essa é apenas mania de muitos militares ou de alguns civis que também se preocupam com a Amazônia? Dizemos que ela é realidade, porque lá se encontra o maior banco genético do planeta, a maior concentração de biodiversidade, particularmente do hemisfério sul, um quinto de água doce do planeta, um terço das florestas tropicais e todas as riquezas mostradas há pouco. Então, tudo isso gera muita cobiça, não há a menor dúvida, numa área ainda muito pouco habitada, com cerca de dois habitantes por quilômetro quadrado (LOPES, 2001).

Mais enfático é o General Schroeder Lessa: “Para termos uma ideia do nosso tamanho e do orgulho da área sobre a qual estamos falando, temos aqui a Europa toda representada, com exceção da Rússia, com folga, cabendo dentro do território da Amazônia” (LESSA, 2002).

Certamente, em sua apresentação o general se valia de uma imagem como esta:



FIGURA 4.11 – Comparação Amazônia x Europa

Sintomaticamente, para este tipo de comparação, nunca são escolhidos conjuntos de países africanos, asiáticos ou do Oriente Médio. As comparações invariavelmente mostram os países mais prósperos da Europa ao lado, ou “no interior” de mapas de regiões amazônicas, terras indígenas ou áreas de proteção ambiental, em um claro esforço de simbolizar o pólo civilizatório onde se quer chegar.

Para mobilizar a atenção e a decisão política com o objetivo de defender a Amazônia, os militares colecionam frases e declarações de dirigentes europeus e norte-americanos advogando um mandato internacional sobre a região:

Nós estamos, no meu modo de ver, perdendo essa guerra — entre aspas — contra os que dizem que a Amazônia é patrimônio da humanidade e que a sua posse é meramente circunstancial. Coisas recentes ditas por personalidades como Margareth Thatcher, que, há bem pouco tempo, sugeriu que as dívidas externas dos países fossem pagas com as suas riquezas, seus territórios e suas fábricas. O vice de Clinton, disse que, ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós, patrimônio da humanidade. Mitterand inventou uma expressão que hoje ganha muita força: soberania relativa. John Major, [...] disse taxativamente que as campanhas ecologistas internacionais sobre a região amazônica estão deixando a fase propagandista para dar início a uma fase operativa que pode definitivamente ensejar intervenções militares na região. (LESSA, 2002).

O general Schroeder, para ilustrar sua palestra, usa uma série de slides. A ideia de mostrar fotos de líderes mundiais com frases sobre a Amazônia não é criação do general, outros antes dele utilizaram este recurso. Muitos outros depois dele, apresentaram slides semelhantes, muitas vezes na mesma sequência, para outras platéias que precisavam ser sensibilizadas a respeito dos riscos que corremos se não tomarmos a

iniciativa de integrar a Amazônia ao Brasil. Nas séries de slides mais recentes aparecem, em primeiro lugar, fotos do presidente americano Barack Obama.

Os oficiais utilizam um *discurso* imagético e cartográfico, expondo mapas, esquemas, simulacros de planos estratégicos, ou seja, parte de uma *mise en scène* contemporânea do pós-guerra do Golfo e sua exibição midiática.

Para enfrentar possíveis ameaças à soberania brasileira na região, os brasileiros, devem ocupar e povoar a Amazônia. Vejamos os argumentos do General Figueiredo:

O risco que a Amazônia corre, de ser internacionalizada, é uma constatação que existem pretendentes, ninguém inventou, o Presidente Mitterrand falou, todos escutaram, Al Gore e outros falaram da cobiça sobre a nossa Amazônia. O único risco que corremos é se o Brasil não tiver a consciência de que a Amazônia é brasileira. E todo o Brasil, não só os amazônidas, deve se preocupar com a Amazônia. Creio que a Amazônia será mais defendida, do que já é, quando todos brasileiros tiverem consciência do que a Amazônia precisa, que é desenvolvimento e ocupação (FIGUEIREDO, 2003).

Ao longo de sua formação e atuação profissional, os oficiais buscam combinar Desenvolvimento e Defesa. Segundo a opinião deles, não há como defender um território se sua população não participa ativamente do processo. Portanto, no caso da Amazônia, o esforço é triplo: povoar, desenvolver e proteger. O apego a esta ideia é tão intenso que se manifesta em expressões do cotidiano, tais como: “enquanto a aeronáutica sobrevoa o exército povoa”.

Os generais José de Oliveira e Maynard Santa Rosa invocam a história para fortalecer a tese do povoamento. Junto a esta demonstração fica defendida a noção de que o Exército é fator decisivo na garantia do povoamento de “regiões não integradas”.

[...] não bastava ter uma fortificação no local, precisávamos também da povoação. Inclusive, numa invasão francesa no Rio de Janeiro, a primeira invasão francesa, os franceses chegaram a Villegagnon, fizeram lá seu Forte Coligny e tudo mais. Mem de Sá, avisado, foi lá, os expulsou. Eles fugiram, se refugiaram na mata. E, por não ter a população para manter aquela posse, Mem de Sá teve que se retirar, os franceses retornaram àquela área. Então, a importância desse conjugado, não só da fortificação da presença daqueles que vão defender a área, mas também a própria população, que tem encargo também na defesa dessa área. (SOUSA, 2000).

Então, a Amazônia realmente decorre de colonização militar, nasceu de fortes. [...] O Marquês de Pombal criou a política de colonizar defendendo e defender colonizando. Como esgotaram-se os meios de investimentos para criar fortes, então simplesmente passou-se a colonizar. Ao colonizar defendia-se, porque havia a presença de portugueses, na época, agora brasileiros. Essa política merece continuar. Foi o que as Forças Armadas fizeram e continuam fazendo. A estratégia da presença e a estratégia da dissuasão, juntas, é que dão efetividade à defesa da região amazônica do ponto de vista militar. (ROSA, 2007).



No *discurso* militar só é possível promover o desenvolvimento se a região é densamente povoada. A chegada de migrantes viabiliza a instalação de empreendimentos capitalistas, pois os “povoadores” podem constituir um mercado consumidor, além de, evidentemente, ser o contingente de mão de obra a trabalhar nas empresas instaladas. Se a densidade populacional é reduzida, a região é rotulada como “pobre”, primitiva, não desenvolvida. Tudo isto aparece claramente nas declarações do general Schroeder a respeito do Planalto Central que também foi, até recentemente, um “território de ninguém”:

Sou da geração em que discutimos algo parecido com relação ao Centro-Oeste brasileiro, que era considerado terra de ninguém, paupérrima, que não servia para coisa nenhuma, ácida, com árvores tortas, sem riquezas. Hoje, ele é o celeiro brasileiro. Como se integrou a região ao restante do Brasil? Com a vinda de Brasília, Capital da República, para o centro do País. Hoje não existe mais cobiça internacional sobre o Centro-Oeste, embora existam grandes pressões para que o Pantanal também se torne patrimônio da humanidade. Mas Brasília atraiu todo o Centro-Oeste, levando-o ao desenvolvimento e atraindo também a Calha Sul do Rio Amazonas. Esse é um apêndice de movimento estratégico muito importante que Brasília cumpriu e no qual tem ainda muito a fazer. (LESSA, 2002).

Povoar e desenvolver por maior que seja o território amazônico. Incentivar a migração de nordestinos e sulistas que, mais cedo ou mais tarde, inevitavelmente, ocupam ou ameaçam os territórios indígenas. A tensão aumenta e, frequentemente o debate se transforma em combate. Muitas vezes surge o problema entre a comunidade indígena e um setor do Estado brasileiro. No alto rio Solimões, o confronto foi com as Forças Armadas:

Não apenas a pista de Tabatinga foi impedida de ser aumentada alguns metros por questão dos limites das terras indígenas. Todos os centros urbanos daquela região estão cercados pelas terras indígenas, o que impossibilita o progresso da região. À medida que é proibida a pesca e a derrubada da floresta, a população fica impossibilitada de ter qualquer meio de sobrevivência econômica na área, o que torna a população um alvo para o tráfico, uma vez que não existe uma área em que a cidade prospere em termos econômicos. Trata-se de um problema nacional econômico sério que deverá ser resolvido, acredito, pelo Congresso Nacional. É necessária uma revisão nessas áreas indígenas, que estão impedindo o desenvolvimento naquela área. Não se deve acabar com as terras indígenas, porém, é urgente uma revisão para nos adequarmos à realidade (ESPOZEL, 2000)

A síntese desse *discurso* é: as terras indígenas muito extensas impedem o pleno desenvolvimento da região onde estão demarcadas. O exemplo mais citado é Roraima. Dados, nem sempre exatos, “demonstram” a inviabilidade econômica do estado supostamente “coalhado” de terras indígenas:

Roraima poderia ser um Estado com grande índice de desenvolvimento. Cerca de 78% de suas terras são indígenas. Se somarmos com as áreas de reserva ambiental, o que sobrar do Estado? O que estamos fazendo? Aproximadamente 30% do solo amazônico é de reservas. Nada pode ser explorado nessas áreas. Por que isso? Nessas áreas existem vários recursos minerais (LESSA, 2002).

O general Alcedir chama a atenção para a possível tendência à sedentarização de parte da população indígena: “Será que terra indígena precisa ter milhões de quilômetros quadrados? Nosso índio hoje em dia não tem mais a característica de nômade. Ao contrário, ele se fixa num local” (LOPES, 2001).

Para o general Schroeder, o Brasil “engessa” uma região inteira ao demarcar terras, a seu ver, em excesso:

Outro aspecto a se destacar é a existência de grandes reservas de riqueza no subsolo dessas áreas protegidas. O que notamos na Amazônia? Há muito pouco de áreas livres. Na verdade, o que está acontecendo na Amazônia, por esse mapa, é que uma mão invisível — para mim não é uma mão invisível, é preciso que tenhamos essa noção — está fazendo o engessamento da Amazônia. [...] para que permaneça quase intocável para as gerações futuras do mundo. E aí é de perguntar se isso interessa ao Brasil (LESSA, 2002).

Um conjunto de mapas em slides, como a seguir, fortalece estes argumentos:

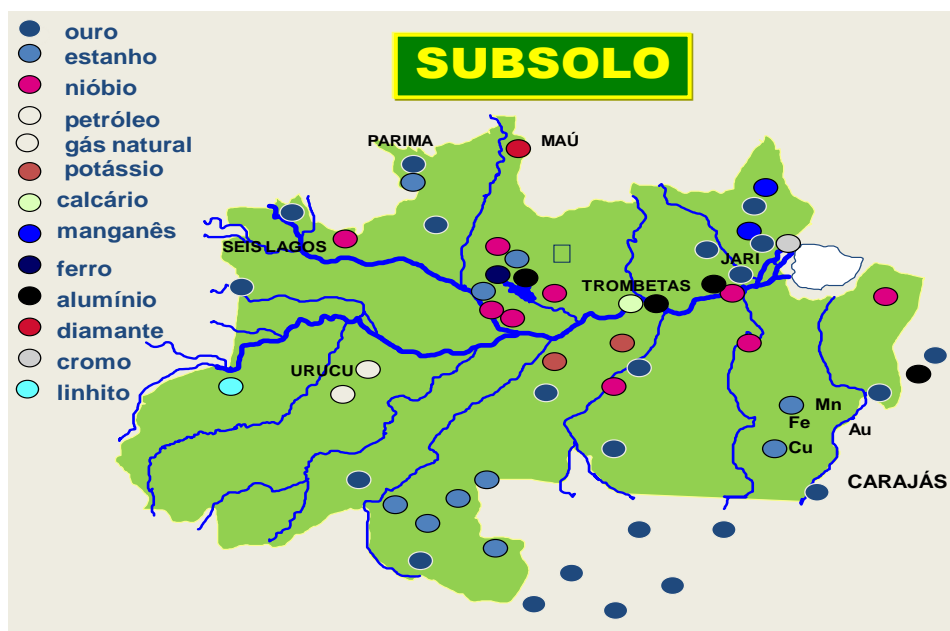


FIGURA 4.12 – Subsolo e riquezas minerais na Amazônia

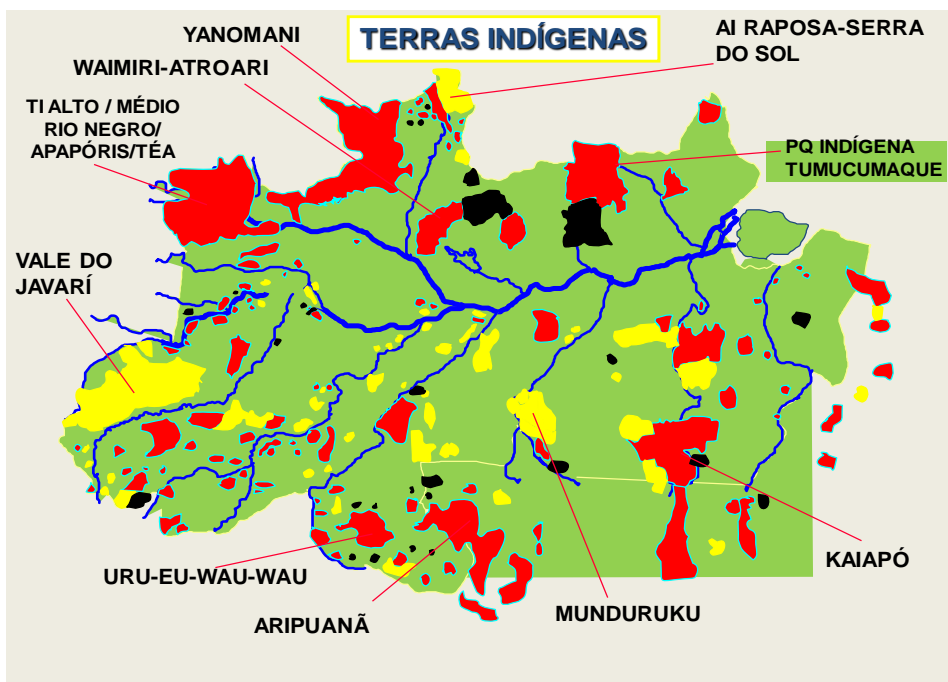


FIGURA 4.13 – Terras Indígenas na Amazônia

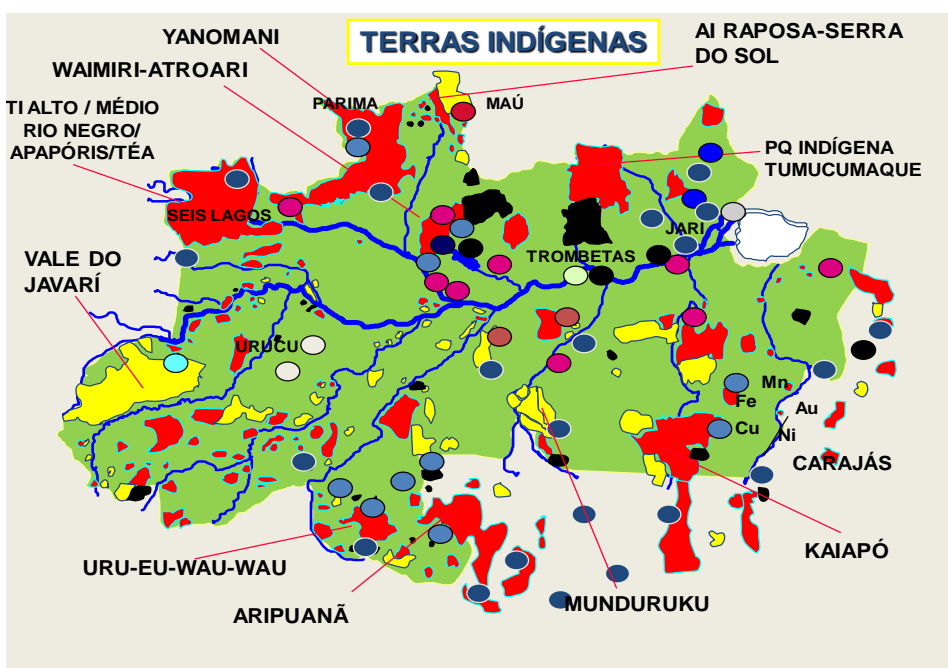


FIGURA 4.14 – Terras Indígenas e riquezas minerais na Amazônia

Além disto, na expressão dos generais, fica claro que a demarcação de terras indígenas e a delimitação de áreas de proteção ambiental, tornam inviáveis os assentamentos de migrantes do Nordeste ou de outras regiões. Assim, o vazio é perpetuado. Esse vazio é Brasil? É preciso preencher o vazio demográfico. É necessário evitar que milhares de quilômetros de floresta estejam despovoados. É urgente levar

brasileiros para a Amazônia. Desta forma combater o vazio demográfico é combater as terras indígenas.

Um grande vazio demográfico. Quero perguntar aos nobres Deputados o seguinte: se eu tenho aqui 1.600 quilômetros de fronteira — é Rio-Porto Alegre — praticamente sem a presença de nada do Estado brasileiro, eu posso dizer que essa área é brasileira? Essa é a área menos conhecida do Brasil. Nós temos aqui nesse vazio um pelotãozinho do Exército. Nós podemos dizer que isso aqui é brasileiro? (LESSA, 2002).

O general Santa Rosa insiste na situação de Roraima, exemplo favorito de “produção de vazios demográficos”:

Em particular, dois problemas ganharam notoriedade no caso do contencioso de Roraima. O primeiro é que a área demarcada tem uma fronteira cujo perímetro é de 1.600 quilômetros; 9,6 milhões de hectares destinados a 6.703 índios, que do ponto de vista civilizatório encontram-se na idade da pedra: são os ianomâmis. Vamos projetar esses eslaides para comparação. Vejam aqui. Somente a área ianomami é maior do que esses cinco países: Hungria, Portugal, Áustria, Holanda e Bélgica. Aqui eu extraí uma observação do Jornal do Brasil do dia 27 de janeiro de 2007, que publicou o seguinte: “Uma área ianomami plantada de dendê equivaleria a 1,3 Arábia Saudita em bioenergia”. É o potencial gerador de riqueza da área (ROSA, 2007).

No entanto, Santa Rosa não é muito feliz com seus exemplos numéricos. Em primeiro lugar, o general reduz exageradamente a população Yanomami. O número mais próximo da realidade de 2007 é de 16.000 pessoas (ISA, 2010).

A área total da terra indígena Yanomami é de 95.650 km<sup>2</sup>. As áreas dos países citados são: Portugal, 92.391 km<sup>2</sup>; Hungria, 93.030 km<sup>2</sup>; Áustria, 83.858 km<sup>2</sup>; Holanda, 41.526 km<sup>2</sup> e Bélgica, 30.510 km<sup>2</sup>. Portanto, a área Yanomami supera a soma das extensões territoriais de Bélgica e Holanda, e não dos cinco países.

A veiculação de números e informações imprecisas pode ser detectada em outros depoimentos de militares abordando a questão indígena e a questão ambiental. Não é razoável supor que informações com erros são transmitidas aos oficiais por assessores relapsos. Seriam exemplos de um “recurso retórico” acionado em condições especiais de debate (combate) intenso? Seria um expediente de “conta-informação” decisivo para a defesa de um objetivo maior? Não foi possível investigar esta suposição, no entanto fica o registro para futuras análises e discussões.

Voltando ao tema das delimitações de terras indígenas, por que o Governo Federal concordou em demarcar e homologar territórios tão extensos? O general enxerga neste processo a vitória de interesses estrangeiros:

A demarcação da reserva ianomami ocorreu em 1991, após pressões internacionais do governo do Reino Unido no sentido de boicotar a Eco 92, e gerou uma polêmica que já é conhecida de todos — não vou entrar em detalhes. Agora estamos vivenciando nova polêmica: a reserva Raposa Serra do Sol. A área já demarcada é de 1 milhão 747 mil hectares, o que corresponde a 80% de uma área como o Estado de Sergipe. Trata-se de área contínua, está na fronteira com a Venezuela e com a Guiana, inclui 14 mil índios das tribos macuxi, wapixana, ingarikó, taurepang e patamana. E a efetivação dessa delimitação vai implicar a desocupação dos Municípios de Socó, Mutu e Surumu, com 40 mil habitantes, no prazo de 1 ano (ROSA, 2007).

Novamente as informações apresentadas pelo general são imprecisas. Socó, Mutum e Surumu não são municípios, são, na verdade comunidades indígenas. Os “brancos” retirados do interior da terra indígena correspondiam a um contingente de 50 famílias, e a população indígena na área superava a cifra de 19 mil índios.

Os militares manifestam-se preocupados com a impossibilidade de exploração dos recursos minerais presentes no subsolo das terras indígenas. Esta é a ênfase dada pelo general Santa Rosa em sua exposição:

Este mapa mostra as reservas indígenas existentes na região amazônica, grande parte já demarcada, algumas em demarcação e cerca de 10% a demarcar. O mapa dá noção da grandeza do espaço ocupado pelas reservas. Este eslaide é emblemático. Sobreposição das reservas minerais e da faixa de fronteira com as reservas indígenas. A imagem é auto-explicativa (ROSA, 2007).

“Muita terra para poucos índios”, além disto, estes índios estão sobre riquezas incalculáveis. Com relação a este aspecto, o argumento é que os territórios indígenas “atrapalham” o desenvolvimento regional e também o desenvolvimento de todo o país.

Se observarem mais detalhadamente, verão as grandes reservas minerais, os depósitos de minerais estratégicos dentro dessas reservas indígenas. E aqui relacionei somente as reservas minerais conhecidas, catalogadas, porque existem outras ainda não descobertas (ROSA, 2007).

No *discurso* militar, tudo fica mais grave se a terra indígena estiver localizada na faixa de fronteira. Quando isso acontece, os riscos à Soberania brasileira são potencializados:

Na região localiza-se quase metade dos cerca de 330 mil indígenas, população levantada para os índios brasileiros, e que ocupam cerca de 20% de toda a Amazônia. Dos 5 milhões de quilômetros quadrados, cerca de 1 milhão são destinados aos índios. E o mais preocupante é que eles ocupam muitas terras na faixa de fronteira, de domínio da União. Tendo em vista as características de atuação da FUNAI sobre os índios, torna-se muito difícil até para o próprio Governo Federal agir nessas terras indígenas próximas às fronteiras, porque eles acham que têm a propriedade da terra. Eles têm a posse, mas não a propriedade (LOPES, 2001) .

Neste ponto, os indígenas são vistos como um risco à soberania brasileira. Estamos diante de uma “cláusula pétreia” da doutrina militar, expressa pelo coronel da reserva e professor da Universidade Estadual de Campinas, Geraldo Cavagnari<sup>70</sup>: “Um dos itens importantes da defesa é que a faixa de fronteira seja vivificada”. Isto quer dizer que, para defender um território, há necessidade de implantar núcleos urbanos na fronteira. Prosseguindo com as palavras de Cavagnari: “Antes de estar lá a força militar, ou junto com a força militar, é preciso que tenhamos populações vivendo na faixa de fronteira. E a reserva impede isto. Impede que se formem centros urbanos nessa faixa”

A presença exclusiva de indígenas na faixa de fronteira traz à discussão uma hipótese que circula com frequência entre os militares, a criação de países indígenas:

Entendemos que é necessário demarcar o território indígena, mas isso não pode, de forma alguma, colocar em risco as ações necessárias para a defesa da soberania. Solicitamos a atenção de V.Exas. quanto a essas terras indígenas, principalmente àquelas que estão junto à fronteira do Brasil. Podemos citar, por exemplo, as terras yanomamis. Existem yanomamis no Brasil e em países fronteiriços. Ora, V.Exas. sabem que, para estabelecer um estado ou uma nação, é necessário que haja um território, que se fale a mesma língua, que exista um governo. A partir do momento em que há essa integração... Por isso, chamamos a atenção de V.Exas. A análise dos senhores deve ser bastante cuidadosa para que esse contexto não seja estabelecido e para que, amanhã, não tenhamos uma idéia diferente sobre a criação de uma nação dentro do nosso território (ALBUQUERQUE, 2005).

Certamente, neste caso, o efeito sobre os povos que vivem na faixa de fronteira é arrasador. O *discurso* dos militares produz um deslizamento dos indígenas para a condição de “traidores” e “inimigos da pátria”. O alerta é mais enfático em função do comportamento, ou de expressões usadas por assessores das organizações indígenas:

Chamar a comunidade indígena de nação, como eu disse há pouco, acho que é uma barbaridade. Não existe nação ianomâmi; existe uma etnia brasileira ianomâmi. A “nação ianomâmi” pega parte do território brasileiro e parte do território venezuelano. Se já existe uma nação, como querem chamar, e já existe um território, para se transformar em Estado independente basta um pulo. Esse é um grande perigo (LOPES, 2001).

A preocupação com as organizações não governamentais, seus dirigentes e militantes, é externada com mais frequência – e muitas vezes com mais veemência – por vários depoentes:

No entanto, há preocupação muito grande, pois algumas entidades, em particular as estrangeiras, têm condições, pelo fato de receberem apoio do exterior, de desenvolver trabalho que venha a contrariar os interesses nacionais. Isso tem que ser visto com bastante cuidado. O Governo brasileiro tem suas políticas, particularmente para a área amazônica, e, se não houver efetivo e cuidadoso controle de todas as ONGs que ali trabalham, não apenas

---

<sup>70</sup> Entrevista Rádio CBN.

as voltadas especificamente para a área ambiental. Corremos o risco de elas virem a desenvolver alguma atividade que possa contrariar os interesses nacionais, pelo fato de serem financiadas por capital estrangeiro (FERNANDES, 2000).

Aos índios não é atribuído o poder de agência, portanto, para os militares, existem outros inimigos a serem identificados:

Assim, a questão indígena pode se tornar foco de tensões bastante grande, porque vai se juntando a outros problemas. E é preciso, como já falei, que a ação da FUNAI e das ONGs, uma vez que hoje a FUNAI terceirizou inúmeras de suas atividades, realizem trabalho bem feito e sério (LOPES, 2001).

Duvido muito da intenção desses antropólogos. Tive a oportunidade de conversar com alguns deles e de discutir seus critérios, que merecem muitos reparos. [...] Sabemos que toda a área amazônica é alvo de organizações não-governamentais. Algumas realmente trabalham em proveito do povo amazônico — poderia até citar algumas — mas conheço várias, que são a maioria, que atentam contra o interesse nacional. (LESSA, 2002)

Parece haver uma conspiração envolvendo organizações não governamentais e seus agentes:

Há ainda o Greenpeace e a Survival International, a grande responsável pela pressão que resultou na demarcação da reserva ianomami, por causa de suas ligações, à época, com o Primeiro-Ministro do Reino Unido, Tony Blair. Se o Brasil não demarcasse de forma contínua aquela reserva, o Reino Unido e seus aliados não participariam da ECO 92. Na época havia 14 reservas ianomamis, mas a Survival International queria que a reserva estivesse em território contínuo. O Governo cedeu e fez a demarcação. Cito ainda a International Union for Conservation of Nature and Natural Resources, da França, que também tem um filhote nacional, o ICN; e a The Nature Conservancy, TNC, dos Estados Unidos, que também tem um ramo com a Ecotrópica, que é ligada à WWF. Então, existe uma coligação, uma permeabilidade entre essas ONGs, com objetivos internacionais. (ROSA, 2007).

O general enxerga suspeitos infiltrados até em órgãos do Governo Federal:

Este ponto merece atenção. Sobretudo se tiverem a curiosidade de observar, verificarão que um percentual muito grande dos quadros dirigentes de alguns Ministérios voltados para a gestão amazônica são oriundos dessas ONGs. Essa é uma das conspirações que se fazem subterraneamente, de forma oculta. Grande parcela dos nossos órgãos federais de gestão são controlados por agentes de ONGs. (ROSA, 2007).

Quanto à falta de presença do Estado:

Então, listei algumas necessidades. A primeira é a presença do Estado nas reservas indígenas da faixa de fronteira. Hoje, a única presença do Estado que se verifica é a do Exército. Precisamos que os órgãos civis federais também estejam presentes, compartilhando da obrigação de prestar assistência às populações indígenas nesses locais. [...] A inexistência dessa providência faz com que se abra espaço para ONGs e terceirizações de serviço dessas organizações em área indígena, com desvirtuamento dos serviços. (ROSA, 2007).

No entanto, quando os militares se referem aos indígenas como indivíduos são frequentes expressões de reconhecimento de suas qualidades, principalmente dos incorporados ao Exército:

Entendemos que a Floresta Amazônica é amiga de quem a conhece e inimiga de quem não a conhece. Assim, nós temos tropas que vivem na Amazônia e batalhões que são constituídos de índios na Amazônia. Quando vamos servir na Amazônia, nós mesmos temos dificuldade de acompanhar o indígena nas suas ações, porque ele nasceu ali, vive naquele ambiente. Nós temos de nos adaptar ao ambiente (ALBUQUERQUE, 2005).

A aceitação de jovens indígenas como soldados do Exército é comemorada e incentivada por alguns dos expositores das audiências:

Quanto ao problema do preconceito contra o índio, esclareço que não há preconceito. Pelo contrário, se o senhor verificar em São Gabriel da Cachoeira e nos Pelotões da 2ª Brigada de Infantaria de Selva que lá têm sede, verá que mais de 80% dos soldados que lá servem são índios das tribos da área da Cabeça do Cachorro. Então, não existe preconceito. O Exército é uma grande escola que ensina civismo e cidadania para o índio. (ROSA, 2007).

A opinião dos generais a respeito do futuro dos indivíduos e das coletividades indígenas é taxativa, os índios devem se integrar à população não indígena, e mesmo tendo em conta o princípio constitucional, eles argumentam:

A Constituição Federal em vigor omite o preceito de integração do índio à comunidade nacional, previsto na Carta Magna anterior. No entanto, a Lei nº 6.001, que trata do Estatuto do Índio, prevê a integração progressiva e harmoniosa dos índios e das comunidades indígenas à comunhão nacional. [...] Concluo este ponto dizendo o seguinte: de acordo com a Constituição Federal, no Brasil há uma única Nação e um único povo. (ROSA, 2007).

Temos que caminhar para a plena integração dos nossos 500 mil índios, ou até menos do que isso. Minha opinião pessoal é que o índio deve ser trazido ao convívio — e acho que ele quer isso. Deve ser respeitada sua área, sua cultura, sua identidade, seus princípios e tradições, mas ele tem de ser trazido para dentro do processo de desenvolvimento econômico e cultural para poder usufruir da civilização, sem dúvida alguma. (LESSA, 2002).

A ênfase na necessidade de “integração dos índios”, tida por estes generais, como questão resolvida, “ressurge” quando já deveria ter sido ultrapassada:

Alguns pontos da questão indígena que julgávamos liquidados há algum tempo voltam à ordem do dia com muita intensidade. Deve-se integrar ou segregar o índio? Esta pergunta não foi respondida pela sociedade. Qual deve ser a extensão de uma área indígena? Que critério usar para demarcar as áreas indígenas? As riquezas que se encontram nessas áreas devem ser exploradas? Como? A permissão para tanto, constante da Constituição de 1988, até hoje não foi regulamentada. São questões a respeito de importantes aspectos da vida dos nossos irmãos indígenas que não foram respondidas. Julgávamos que algumas delas já estivessem ultrapassadas (LESSA, 2002).



Ao contrário do que o general afirma, a pergunta sobre a “integração do índio” foi claramente respondida pela sociedade brasileira, por meio de seus representantes no processo constituinte de 1988. Esta é a posição expressa por outro militar e que pode representar uma via de mudança no *discurso* relativamente monocórdio de até então:

[...] finalmente abordo o relacionamento dos militares com as comunidades indígenas. O próprio Ministro da Defesa já ressaltou várias vezes, tanto fora dos limites do Ministério quanto para as Forças Armadas, que os postulados inscritos no art. 231 da nossa Constituição, no Capítulo VIII, Dos Índios, devem ser reconhecidos por todos como urgentes, necessários e fundamentais para os objetivos de justiça social do País. Entende ainda que nossos indígenas são representantes autênticos e dignos da pluralidade étnica do País, merecedores de quaisquer esforços no sentido de que o convívio seja harmônico e o melhor possível entre todos os atores sociais e institucionais, entre eles as Forças Armadas. (MENSÓRIO JÚNIOR, 2003).

Neste registro o ponto de vista institucional está evidente. A declaração afirma qual deve ser a postura do agente do Estado: “os postulados inscritos no art. 231 da nossa Constituição, no Capítulo VIII, Dos Índios, devem ser reconhecidos por todos”, mas, ao mesmo tempo, deixa entender que a voz que emerge “espontaneamente” da instituição está sendo “modulada” pelo Ministro, pois, “o próprio Ministro da Defesa já ressaltou várias vezes [...] para as Forças Armadas”.

O reconhecimento da pluralidade étnica do País proclamado por atores qualificados do Ministério da Defesa é um sinal claro para o Exército: os postulados constitucionais referentes aos índios devem ser reconhecidos por todos.

Outro ponto importante é atentarmos para a hipótese de que a abordagem sobre a questão indígena está sendo construída *a posteriori*. Nessa série de depoimentos, que aconteceram, em média, dez anos após a derrocada do regime soviético e da “cortina de ferro”, os militares atribuem a atenção com a Amazônia ao novo cenário geoestratégico mundial. Neste contato os índios estão sendo manipulados por agentes dos países do hemisfério norte por meio de organizações não governamentais. Na época do *Projeto Calha Norte* (1985) as tensões eram com a projeção do conflito Leste-Oeste no eixo Norte-Sul da América Latina. As ameaças viriam de regimes marxistas na Guiana e Suriname. No entanto, como destacado, a preocupação principal era com o Território Yanomami.

Tudo isto parece indicar uma coleção de dogmas, cláusulas pétreas, noções arraigadas na instituição, somadas a supostas análises embasadas em visões da conjuntura internacional.

O fato é que a criação do Comando Militar da Amazônia tem a tardia data de 1956. Seguramente há mais militares no Rio de Janeiro que em toda Amazônia. Não existem muitas articulações dos militares com os centros de pesquisa na Amazônia. Ou seja, aparentemente um grupo de oficiais do Exército, articulado a partir de pólos de aglutinação específicos – o Clube Militar, por exemplo - lideram a emissão de um *discurso* que promove, por razões ideológicas, um contínuo ataque aos direitos indígenas.

## Conclusões

A partir do objetivo proposto por esta investigação, que foi captar as diversas expressões do *discurso militar indigenista*, analisar cada conjunto de dados, *compreender* este *discurso* e destacar seus efeitos sobre os povos indígenas, cheguei a conclusão de que são diversas as expressões, sob as quais o *discurso* militar é apresentado à sociedade brasileira como um todo, às elites políticas e econômicas do país, aos índios e à sua própria corporação.

No coro de declarações e depoimentos aqui apresentados, as vozes dos militares ora se harmonizam, em alguns momentos se expressam em uníssono, ora se distanciam. Na maior parte dos casos parecem complementares, mas, em alguns momentos se mostram contraditórias. Em suma, não há um único *discurso militar indigenista*, não foi constatada a existência de um cânone consagrado como a expressão oficial do Exército a respeito dos índios. Entretanto, é perceptível a existência de um conjunto de noções que são veiculadas com mais frequência e maior ênfase. Nestas declarações, categorias como *integração*, *civilização*, *progresso*, são complementares a *silvícola*, *primitivo*, *atrasado*.

Não há dúvida que esta face do *discurso militar indigenista* se mostra mais visível, estampada, por exemplo, no *site* do Exército, ou na Revista *Verde Oliva*, ambos sob a responsabilidade do Centro de Comunicação do Exército – CCONSEX. Esta posição é vocalizada por generais que alcançaram os mais altos postos de decisão no Exército, entre eles, alguns chefiaram o Comando Militar da Amazônia. Este conjunto encontra grande receptividade nos clubes e associações socioculturais que, de modo geral, estão sob a direção de militares da reserva.

Incorrendo em todos os riscos de parecer impreciso e simplificador, mas almejando uma comunicação eficaz a respeito de todo este conjunto do *discurso militar indigenista*, denomino-o *integracionista*. Pretendo enfatizar que as posições que se identificam sob este rótulo são declaradamente contrárias a valorização e reconhecimento da sócio-diversidade indígena presente em nosso país.

É possível perceber também outros enfoques, talvez em propostas ainda em construção. Neste caudal, os conceitos de *cultura*, *diversidade*, *identidade étnica*, podem constituir valores a serem positivamente considerados. Mais discreta, ou menos

evidente nos meios de comunicação, estas vozes se abrigam sob uma postura mais técnica e parecem distanciadas da herança autoritária do período 1964/1985. Esta face do *discurso militar indigenista* será identificada como ***não integracionista***.

Destaco a seguir as noções, categorias e características que, com uma determinada margem de precisão, poderíamos admitir como um conjunto de crenças detectáveis no *discurso* do Exército a respeito dos índios, nos últimos quarenta anos. Início com o conjunto de proposições gerais que, certamente, são partilhados por ampla maioria da corporação. Passo a seguir ao conjunto de posições de maior visibilidade, portanto aquelas intolerantes com relação à diversidade sociocultural. Finalizo registrando as posições mais respeitosas em relação aos povos indígenas no Brasil.

#### Proposições e características mais gerais

No *discurso militar indigenista*, várias ideias, conceitos e descrições de procedimentos do Exército remetem à geopolítica, que tem entre os militares *status* de uma verdadeira ciência. Em decorrência do apego às noções da geopolítica, grande parte do *discurso* da corporação é referenciado no espaço, baseado em conceitos derivados da geografia e apegado a mapas e esquemas visuais. É freqüente a premissa do meio geofísico moldando a relação entre os homens. Outra característica detectável no *discurso* dos militares é o recurso à prospecção, à análise prospectiva, ao desenho de cenários futuros para lastrear o processo de tomada de decisões. Para apoiar o discurso oral é comum a utilização de *slides*, mapas e esquemas. Há entre os oficiais do Exército a evidente valorização de símbolos visuais compondo discursos imagéticos.

A abordagem atual a respeito dos povos indígenas no Brasil aparece no *discurso* militar, de forma mais recorrente, fazendo parte de uma ampla análise da conjuntura internacional. Segundo os militares, a nova ordem mundial produz conflitos e tensões, agora no plano Norte-Sul. Neste novo contexto, princípios consagrados do direito internacional são relativizados e/ou desrespeitados por “potências do norte”, assim, surgem novas ameaças à soberania nacional. Desta forma, os *discursos* sobre os índios são amparados em análises geopolíticas mais amplas.

É detectável no *discurso militar indigenista* a valorização do conhecimento empírico, neste sentido é possível ouvir com relativa frequência que “o Exército e os militares conhecem porque estão lá”, “os militares convivem diretamente com os índios, não ficaram só lendo nos livros”. Para a corporação, conhecer é estar com – é ir lá – é ajudar. Este empirismo está, certamente, relacionado ao *ethos* militar.

Os militares manifestam a convicção de que o Exército brasileiro foi, ao longo do século XX, a instituição que mais atuou na relação do Estado brasileiro com os povos indígenas. Neste compasso, criticam os demais órgãos do governo que tratam da questão indígena, afirmam que estes órgãos, por não atuarem de modo adequado, deixam de cumprir o seu dever e facilitam a entrada em cena de organizações não-governamentais e missionários que têm objetivos antipatrióticos.

Os militares vêem a Amazônia como fruto da conquista militar luso-brasileira, e afirmam que os fortes militares proporcionaram o povoamento e a soberania brasileira em toda região. Pode-se perceber um processo de “invenção de tradições” em construção para solidificar a identidade do Exército com a Amazônia. A este respeito é importante ressaltar que a “prioridade amazônica” surgiu há menos de três décadas, e que atualmente o efetivo do Exército na região não corresponde a 10% do seu total.

Na década de 1970, a ênfase do *discurso* militar apontou a Amazônia como espaço a ser integrado ao Brasil. Na década de 1980, os militares passaram progressivamente a declarar que haviam ameaças à soberania nacional na região amazônica, nestas manifestações há uma forte correlação entre povos indígenas e a Amazônia.

Ainda como características mais gerais constata-se que o receituário militar para produzir o desenvolvimento na Amazônia passa pela aliança com empresários. Sem a iniciativa privada como protagonista não há desenvolvimento possível. Para muitos militares, o suposto “vazio amazônico” é um vazio de propriedades, como argumentado no segundo capítulo. É majoritária a percepção de que o Exército promove o povoamento nos rincões da Amazônia e a vivificação de fronteiras. O quartel é visto, então, como pólo civilizador, como fonte de progresso na região.

É quase unânime, no *discurso* militar, a visão dos índios como um dos pilares da nacionalidade, como uma das três raças que se amalgamaram para gerar o brasileiro. Também é forte a imagem do índio como fator importante na formação do próprio Exército, afinal uma “escola brasileira de arte bélica” conta, necessariamente, com a

contribuição indígena, e o Exército se orgulha em dizer que por isto, ele tem o “melhor soldado de selva do mundo”. Esta afirmativa se deve ao fato de que os militares valorizam o indígena por inúmeras qualidades, tais como: senso de orientação, habilidades cartográficas, capacidade de improvisação, etc.

### Proposições **integracionistas**

Os militares, em geral, apresentam, em níveis e gradações variados, os efeitos da “moldura positivista do pensamento militar”, como exposto no capítulo 2. Em sua abordagem a respeito dos povos indígenas, figuram categorias classificatórias tais como: “índios mais primitivos”, “comunidades atrasadas”, “índios na idade da pedra lascada”, “índios na idade da pedra polida”, “indígenas mais evoluídos”, etc. O *discurso* articulado a partir de tais noções e veiculado por uma instituição poderosa como o Exército brasileiro causa, certamente, efeitos desastrosos sobre os povos indígenas.

A “moldura positivista” faz com que o *discurso militar indigenista* se mostre esquemático e simplista para abordar a complexa sócio-diversidade dos povos indígenas no Brasil. Se os conhecimentos dos oficiais do Exército a respeito dos índios estão compatíveis com os dados desta dissertação, podemos concluir que a Força Terrestre não tem o preparo necessário para refletir sobre diversidade étnica, portanto, carece de competência para interagir com os povos indígenas.

Na maior parte dos *discursos* veiculados pelo Exército, os índios não encarados como seres sem poder de agência. Alguém tem que falar por eles, tem que defendê-los, protegê-los, cuidar de seu patrimônio, ajudá-los a preservar sua cultura. Entre os militares é possível detectar a idéia de que “muitos agem em nome dos índios com interesses inconfessáveis, antipatrióticos”. Organizações não governamentais, entidades missionárias, especialistas universitários, podem ser uma ameaça quando “manipulam os índios”. A falta de confiança nos “paisanos” se manifesta por meio de um vasto repertório de frases como: “Os índios querem evoluir, não querem ficar na idade da pedra, nem em zôo para diversão de antropólogos”. Neste *discurso*, os índios surgem como uma massa amorfa, sem rosto, sem identidade, sujeita a modelagem que os conformará, por fim, à imagem e semelhança dos brasileiros.

Seguindo esta linha de raciocínio nesta extração do *discurso*, os povos indígenas, em especial os que vivem na faixa de fronteira na Amazônia são apresentados como “cabeça de ponte” da intervenção de potências estrangeiras em nosso território, em função da cobiça daqueles sobre as riquezas minerais, biológicas, de recursos energéticos e até de água. Ameaças difusas, infiltrações, conspirações, ilícitos, podem compor o perfil de uma suposta conspiração indigenista com o intuito de criar zonas inicialmente “imunes” aos braços da lei, que progressivamente estará fora do controle do Estado brasileiro, podendo até atingir o status de um “protetorado” indígena, sob a guarda internacional.

De acordo com os militares que expressam a posição *integracionista*, os índios na faixa de fronteira potencializariam o risco de criação de supostos “países indígenas” assim, “kosovos indígenas” estão sendo gestados na Amazônia.

Para os militares, uma forma de minorar tais ameaças seria evitar o “isolamento” de áreas indígenas. Por isto condenam os processos de retirada de não-índios do interior de terras demarcadas. Consideram que este procedimento esvazia as terras indígenas, além de inviabilizar a “miscigenação” dos brasileiros.

No *discurso* aqui identificado como *integracionista* é frequente a denúncia do “engessamento” da Amazônia. Os territórios indígenas são vistos como terras onde não se pode mexer, produzir, desenvolver. Neste *discurso* as terras indígenas concorrem para esvaziar a faixa de fronteira e, portanto, para fragilizar a soberania e a segurança nacional. Estas terras interditas têm minérios raros e estratégicos que precisam ser explorados. A interdição ao uso destes recursos emperra o desenvolvimento nacional.

Alguns militares afirmam que as terras indígenas são indutoras de ilícitos uma vez que impedem a utilização econômica e abertura de novas oportunidades na região. Segundo eles, os territórios indígenas não devem ser tão extensos a ponto de impedir o desenvolvimento local e ameaçarem a segurança nacional. A consequência é que o combate ao suposto “vazio” é o combate às terras indígenas de grande extensão. Em particular nota-se uma insistência no combate à Terra Indígena Yanomami.

As vozes *integracionistas* argumentam que os índios evoluíram, deixaram de ser nômades, em decorrência disto, precisam de terras menos extensas. A criação de grandes extensões territoriais para usufruto indígena é a perpetuação de “vazios demográficos”. Portanto, combater o vazio é combater territórios indígenas que são caracterizados pelos militares como “latifúndios antropológicos”.

Versões mais “radicais” do *discurso integracionista* sugerem que a *questão indígena*, aparentemente equacionada em décadas passadas, se mostra hoje como um problema a ser resolvido. Neste sentido, a Constituição de 1988 propiciou uma mudança no cenário amazônico intensificando “o problema” que, recentemente, se agrava com a adesão do Brasil às convenções internacionais de reconhecimento dos direitos indígenas.

### Proposições *não-integracionistas*

Finalmente, a seguir, noções e categorias que, com uma determinada margem de imprecisão, compõem um *discurso não-integracionista*.

Registram-se entre os militares declarações que denotam maior abertura para a compreensão do Brasil como um país multi-étnico. Estas expressões do *discurso militar indigenista* relativizam os supostos perigos da manipulação de identidades indígenas por parte de potências do hemisfério norte. Nesta vertente os militares se dizem obedientes ao que prescreve a Constituição de 1988 em relação aos direitos indígenas, no entanto, vêm com desconfiança as convenções internacionais a respeito desta temática.

Mostram-se preocupados com o relativo afastamento do Exército da Academia e propõem maior interação entre estas instituições para melhor compreensão da realidade indígena no Brasil. Relativizam também a necessidade da tutela interna sobre a sociedade, advogam uma postura técnica e mais profissional para o Exército e isto inclui a questão indígena.

Para os que vocalizam um *discurso não integracionista*, é possível “integrar harmoniosamente” o índio à sociedade brasileira, sem, no entanto, ameaçar sua identidade e seus direitos.

O Brasil vive há mais de duas décadas uma experiência democrática sem precedentes em sua história. As instituições e valores republicanos se consolidam, há cada vez menos espaço para atitudes ou “soluções” pretorianas. Os princípios constitucionais sob os quais vivemos estão cada vez mais sólidos, e as Forças Armadas, cuja missão é a “garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”, devem observar e pautar sua ação por estes princípios,



devem, portanto, acatar o que está prescrito no texto constitucional a respeito dos povos indígenas do Brasil.

Refletindo a respeito dos dados encontrados ao longo de toda a investigação, usei a expressão *gritos e sussurros* para caracterizar o evidente desequilíbrio entre a intensidade e o volume do discurso militar intolerante e do discurso militar aqui denominado *não integracionista*. Que os *gritos* sejam o estertor de posições anacrônicas que não fazem mais sentido neste novo século. Este é o desejo dos que, inspirados pela serena postura do professor Alberto Kaxinawá, compartilham com ele a esperança de um futuro melhor.



Professor Alberto Kaxinawá na escola de sua comunidade, na Terra Indígena Kaxinawá Rio Jordão, Acre, Brasil.

## Anexo 1 – Militares entrevistados – Revista Veja.

<b>Data</b>	<b>Patente</b>	<b>Situação</b>	<b>Nome</b>	<b>Função</b>	<b>Índios</b>
13/08/1969	Tenente-Coronel	Ativa	Mauro Costas Rodrigues	Coordenador Nacional Projeto Rondon	Não
24/08/1969	Coronel	Reserva	Mário Andreazza	Ministro dos Transportes	Não
01/10/1969	General	Ativa	Meira Matos	General de Brigada	Não
15/10/1969	Coronel	Reserva	Jarbas Passarinho	Ministro do Trabalho	Não
25/11/1970	General	Reserva	Oscar Passos	Ex-presidente MDB	Não
19/05/1971	General	Reserva	Evandro Souza Lima	Superintendente daSUDENE	Não
10/05/1972	General	Reserva	Idálio Dardenberg	Ex-chefe do Estado Maior FFAA	Não
20/09/1972	Coronel	Reserva	Jarbas Passarinho	Ministro da Educação, Cultura e Desporto	<b>Sim</b>
25/08/1976	Coronel	Reserva	Darcy Siqueira	Diretor Geral do DASP	Não
11/05/1977	Coronel	Reserva	Erasmus Dias	Secretário de Segurança Pública SP	Não
19/10/1977	General	Reserva	Cordeiro de Farias	Marechal	Não
14/03/1979	General	Reserva	Dilermando Gomes Monteiro	Juiz do Superior Tribunal Militar	Não
23/05/1979	Brigadeiro	Ativa	Délio Jardim de Matos	Ministro da Aeronáutica	Não
10/09/1980	General	Reserva	Golbery do Couto e Silva	Ministro Chefe do Gabinete Civil - PR	Não
24/12/1980	Coronel	Ativa	Nobre da Veiga	Presidente da FUNAI	<b>Sim</b>
04/03/1981	Coronel	Reserva	Rubem Ludwig	Ministro da Educação e Cultura	Não
29/04/1981	Coronel	Ativa	Nilton Cerqueira	Secretário de Segurança Pública RJ	Não
15/09/1982	Brigadeiro	Reserva	Tércio Pacitti	Reitor Instituto Tecnológico da Aeronáutica	Não
27/07/1983	General	Ativa	Octávio Medeiros	Chefe do Serviço Nacional de Informações	Não
16/05/1984	General	Reserva	Golbery do Couto e Silva	General	Não
16/05/1984	General	Reserva	Garrastazu Médici	Ex-Presidente da República	Não
15/08/1984	Brigadeiro	Ativa	Waldir de Vasconcelos	Chefe do Estado Maior das FFAA	Não
19/11/1986	Coronel	Reserva	Ozires Silva	Presidente da Petrobrás	Não
06/07/1988	Brigadeiro	Ativa	Octávio Moreira Lima	Ministro da Aeronáutica	Não
05/12/1990	Coronel	Reserva	Jarbas Passarinho	Ministro da Justiça	Não
22/01/1992	General	Reserva	Thaumaturgo Sotero Vaz	General	<b>Sim</b>
10/03/1993	Brigadeiro	Reserva	Hugo Piva	Brigadeiro	Não
06/04/1994	Brigadeiro	Reserva	Márcio César Flores	Chefe Secretaria de Assuntos Estratégicos	Não
27/09/1995	Coronel	Reserva	Nelson Wernweck Sodré	Historiador	Não
27/05/1998	General	Ativa	Benedito Bezerra Leonel	Chefe do Estado-Maior das FFAA	<b>Sim</b>

## Bibliografia

ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: Um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997, 430 p.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, 330 p.

ANDRADE, Karenina Vieira. *O Projeto Calha Norte e suas Transformações*. 2003. 100f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

ANDREAZZA, Mário. Entrevista: A Revolução não está órfã. *Veja*, São Paulo, 3-5, 02 de setembro de 1969.

ANDREAZZA, Mário. *Transamazônica: Pronunciamento feito na Câmara dos Deputados em 1º de Julho de 1970*. Brasília: DNER/DP/DPD/Serviço Gráfico, 1970, 38p.

AQUINO, Tasso Villar de. A Amazônia brasileira sob o ângulo militar. *A Defesa Nacional*. n.º504, julho de 1956, pag. 43.

AQUINO, Tasso Villar de. A realidade Amazônica e o Exército. *A Defesa Nacional*. n.º505, Agosto de 1956, pag. 64.

ARAÚJO, Ana Valéria. *Povos Indígenas e a Lei dos “Branços: o direito à diferença*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Rio de Janeiro: 2006, 206 p. Coleção Educação para Todos.

ARRUDA, Marcos. *Daniel Ludwig e a exploração da Amazônia*. Encontros com a Civilização Brasileira Rio de Janeiro, n 11, 35 – 56, maio, 1979.

AUSTIN, John Langshaw. *How To Do Things With Words*. Cambridge; Harvard University Press, 1975, 170 p.

BAINES, Stephen Grant. *É a FUNAI que sabe: A frente de atração Waimiri-Atroari*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. CNPQ/SCT/PR, 1991.

BARTH, Frederik. *Grupos Étnicos e suas Fronteiras*. In: POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. São Paulo, SP: Editora UNESP, 1988. 250 p.

BECKER, Bertha K. *Geopolítica da Amazônia*. In: Revista de Estudos Avançados, São Paulo:USP, 2005, pag. 53.

BETHELL, Leslie. *Nota sobre as populações americanas às vésperas das invasões européias*. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*. São Paulo: Edusp; Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 1998, v.I, p.129-131. (América Latina Colonial).

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 11ª. Edição. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2007. 322 p.

BRASIL. Presidência da República. Conselho de Segurança Nacional. Secretaria-Geral. 1985a. *Exposição de Motivos n° 018/85*. Brasília: mimeo.

BRASIL. Presidência da República. Conselho de Segurança Nacional. Secretaria-Geral. 1985b. *Desenvolvimento e Segurança ao Norte dos Rios Solimões e Amazonas*. Brasília: mimeo.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292 p.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto e BAINES, Stephen Grant (Orgs). *Nacionalidade e Etnicidade em fronteiras*. Brasília: Editora UNB. 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador*. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil republicano. Sociedade e Instituições*. São Paulo, SP: DIFEL, Tomo III – Vol 2, 1977, p. 181-234.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, 166 p.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, 222 p.

CASTRO, Celso. *O Espírito Militar – Um Estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990, 176 p.

CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, 86 p.

CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, 92 p.

CASTRO, Celso & LEIRNER, Piero de Camargo (Orgs.). *Antropologia dos militares – reflexões sobre pesquisas de campo*. Rio de Janeiro: FGV Editora 2009, 242 p.

CLASTRES, Pierre. Entrevista: Canibais e Antropófagos. *Veja*, São Paulo, 3-5, 31 de janeiro de 1973.

CLASTRES, Héléne & CLASTRES, Pierre. Entrevista: Entre os índios. *Veja*, São Paulo, 3-5, 29 de dezembro de 1976.

COLI, Jorge. *Victor Meirelles e a pintura internacional*. Tese de livre docência. Campinas: UNICAMP, 1997.

CCPY - COMISSÃO PRÓ-YANOMAMI. Notícias CCPY Urgente - 1 - Abril – 2001 CCPY, 2001.

CORREIO BRASILIENSE. É Justo trocar um homem por uma árvore? Brasília, 21 de abril de 1989.

CORREA, Mariza. *Antropólogas & Antropologia*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2003, 278 p.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão. *Lobby militar e as relações civis-militares durante a assembléia nacional constituinte(o)*. Brasília, 1998. 196 f Tese(m) - UNB/pol.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras: SMC: FAPESP, 1998, 611 p.

DAVIS, Shelton H. *Vítimas do Milagre – O Desenvolvimento e os Índios do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1978, 208 p.

DINIZ, Eugênio. *Projeto Calha Norte: Antecedentes Políticos*. 1994. 194 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: Nova história da guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras. 2002. 618 p.

DOUGLAS, Mary. *Como as Instituições Pensam*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. 144 p.

DURKHEIM, Émile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 609 p. (Coleção Tópicos).

EXÉRCITO BRASILEIRO. Portaria MD/EME nº 020, de 02 de abril de 2003: Aprova a Diretriz para o relacionamento do Exército Brasileiro com as comunidades indígenas. Brasília: Boletim do Exército nº 015, de 11/04/2003, p. 08.

FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. São Paulo: Editora Paz e Terra. 1991, 200 p.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação. 2001, 660 p.

FAUSTO, Boris & DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: Um ensaio de história comparada (1850 – 2002)*. São Paulo. Editora 34. 2005. 574 p.

FONT, Maurício. *Agricultura exportadora e industrialização*. ANPOCS, publicações, julho de 1990.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. 3ª Edição. Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1987. 240 p.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. 16ª. Edição. São Paulo: Edições Loyola, Série Leituras Filosóficas. 2008. 80 p.

FREIRE, José Ribamar Bessa. *Os Índios em Arquivos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 1995. vol I. 226 p.

FREIRE, José Ribamar Bessa, *Os Índios em Arquivos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 1996. vol II. 458 p.

FREITAS, Edinaldo Bezerra de. *Índios-Soldados: a GRIN e a tradição militar da política indigenista brasileira*. 308 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FUNAI, Projeto Calha Norte. Fundação Nacional do Índio, 1986. Folheto.

GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2003. 538p.

GONÇALVES, Leônidas Pires. É Justo trocar um homem por uma árvore? *Correio Brasiliense*. 21 de abril de 1989.

GONÇALVES, Leônidas Pires. Tese Selvagem. *Veja*, São Paulo, 52, 26 de abril de 1989.

HEMMING, John. Os índios do Brasil em 1500. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*. São Paulo: Edusp; Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 1997, v.I, p.101-127. (América Latina Colonial).

HEMMING, John. *Ouro Vermelho – a Conquista dos Índios Brasileiros*. São Paulo: Edusp. 2007, 811 p. (Coleção Clássicos vol. 27).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Extremo Oeste*. São Paulo: Brasiliense: Secretaria de Estado da Cultura, 1986, 172 p.

JOBIM, Nelson. A Defesa na Agenda Nacional: O Plano Estratégico de Defesa. *Interesse Nacional*, São Paulo, Número 2, p. 9 – 16, Setembro, 2008.

LARAIA, Roque de Barros. *Entre a Antropologia e o Indigenismo: Reflexões sobre uma Trajetória – Entrevista*. In: Campos - Revista de Antropologia Social. Curitiba: UFPR, 2000, pag. 156

LEONEL, Onofre Bezerra. Entrevista: Chefe do Estado-Maior do Exército. *Verde Oliva*, Edição 139, de abril/maio/junho de 1993.

LEONEL, Benedito Onofre Bezerra. Entrevista: Machucou, sim. *Veja*, São Paulo, 3-5, 27 de maio de 1998.

LEPARGNEUR, Hubert. *O Futuro dos Índios no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Hachette do Brasil S.A. Coleção Brasil Sempre. Série Documentos. 1975, 118 p.

- LÉVI-STRAUSS, Claude. Entrevista: A reintegração do homem. *Veja*, São Paulo, 3-5, 19 de janeiro de 1972.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Entrevista: Um futuro de sombras. *Veja*, São Paulo, 3-5, 21 de dezembro de 1983.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Mito e Significado*. Lisboa: Edições 70. Coleção Perspectivas do Homem. 1978, 81 p.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. 1ª. Edição. Petrópolis: Vozes, 1995, 340 p.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. O governo dos índios sob a gestão do SPI. In: *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras: SMC: FAPESP, 1998: 155 – 172.
- LEIRNER, Piero de Camargo. *Meia Volta Volver*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, 123 p.
- LEONEL, Benedito Onofre Bezerra. Entrevista: Palavra Abalizada. 1993. Brasília: Verde Oliva N°139, abril/maio/junho de 1993.
- LUZ, Nícia Vilela. *A Amazônia para os negros americanos*. Rio de Janeiro: Editora Saga S/A, 1968, 188 p.
- MARCOS, P. O índio na Amazônia. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, n 616, 65 – 70, setembro/outubro, 1967.
- MATTOS, Carlos de Meira. Entrevista: O Brasil está em guerra. *Veja*, São Paulo, 3-5, 01 de outubro de 1969.
- MATTOS, Carlos de Meira. Uma Geopolítica Panamazônica. *A Defesa Nacional*. N°677, maio/junho de 1978.
- MATTOS, Carlos Meira. *A Tese da Internacionalização da Amazônia*. Revista da Escola Superior de Guerra nº Especial, Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro. 2007.
- MAURO, Frédéric. Portugal e o Brasil: A Estrutura Política e Econômica do Império – 1580 - 1750. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*. São Paulo: Edusp; Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 1998, v.I, p.447-475. (América Latina Colonial).
- MEAD, Margaret. Entrevista: Todos no mesmo barco. *Veja*, São Paulo, 3-5, 2 de fevereiro de 1977.
- MEIRELLES, Francisco. Entrevista: Nosso índio não sobrevive. *Veja*, São Paulo, 3-5, 23 de maio de 1975.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada – Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630-1654*?. São Paulo, Editora 34 Ltda, 2007, 384 p.

MENDES, Fábio Faria. *Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX*. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2004. p. 111 - 137.

MENEZES, Maria Lúcia Pires. *Parque Indígena do Xingu: A construção de um território estatal*. Campinas, SP: Editora da Unicamp: São Paulo: Imprensa Oficial. 1999, 404 p.

MOISÉS, José Álvaro. *Os Brasileiros e a Democracia: Bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Editora Ática, 1995. p. 301. Coleção Ensaio 142.

MONTEIRO, John Manuel. *Os Guarani e a história do Brasil meridional: séculos XVI-XVII*. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras: SMC: FAPESP, 1992, p. 475 - 498.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. 2001. Tese apresentada para o concurso de Livre Docência, área de Etnologia. Unicamp, Campinas, 2001. 257 p.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. 1988. *Índios da Amazônia, de maioria a minoria (1750-1850)*. Vozes, Petrópolis.

NASCIMENTO, Durbens Martins. *Projeto Calha Norte: Política de Defesa Nacional e Segurança Hemisférica na Governança Contemporânea*. 2005. 338 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. Ribanceira Abaixo: A sangrenta batalha dos Guararapes marcou o declínio da ocupação holandesa no Brasil. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n 31, 14 – 19, abril, 2008.

NIMUENDAJU, Curt. *Mapa Etno-histórico* Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

OLIVEIRA, João Pacheco. Segurança das Fronteiras e o Novo Indigenismo: Formas e Linhagem do Projeto Calha Norte. In: *Antropologia e Indigenismo: Projeto Calha Norte – militares, índios e fronteiras*. Rio de Janeiro: UFRJ; PETI; Museu Nacional. 1990.

OLIVEIRA, João Pacheco de, (Org.). *Indigenismo e Territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa LTDA, 1998.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Fazendo Etnologia com os Caboclos do Quirino: Curt Nimuendaju e a História Ticuna. In *Ensaio em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: Ed UFRJ, 1999, p 60-96



OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). *Hacia una antropología del indigenismo: estudios críticos sobre los procesos de dominación y las perspectivas políticas actuales de los indígenas en Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa / Lima: CAAAP, 2006, 228 p.

OLIVEIRA, João Pacheco de, & FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *A Presença Indígena na formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: LACED/Museu Nacional, 2006, 268 p. (Coleção Educação para Todos – Vol. 13).

PASSARINHO, Jarbas. Entrevista: Eu não me escolheria para vice-presidente. *Veja*, São Paulo, 3-5, 15 de outubro de 1969.

PASSARINHO, Jarbas. Entrevista: Esporte não é pé de couve. *Veja*, São Paulo, 3-5, 20 de setembro de 1972.

PASTOUREAU, Michel. *O Tecido do Diabo: uma história das riscas e dos tecidos listrados*. Lisboa: Editorial Estampa, 1991, 116 p.

PAZ, Octávio. *Sor Juana Inés de La Cruz o las Trampas de La Fe*. México: Edición del Autor; Círculo de Lectores, Fondo de Cultura Económica, 1995, 626 p.

PEREIRA, Osny Duarte. *Desnacionalização da Amazônia – Instantâneos colhidos em viagem – Um chamamento à consciência dos brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora Atualidades. 1954, 128 p.

PUNTONI, Pedro. *A arte da guerra no Brasil: tecnologia e estratégias militares na expansão da fronteira da América portuguesa (1550-1700)*. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2004. p. 43-66.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. 2ª. Edição. São Paulo: Parábola Editorial. 2004. 144 p.

RAMOS, Alcida Rita. Indigenismo de resultados. In: *Tempo Brasileiro* n° 100-133-49. 1990.

RAMOS, Alcida Rita. *Memórias Sanumá: Espaço e tempo em uma sociedade Yanomami*. 1ª. Edição. São Paulo: Editora Marco Zero, 1990, 344 p.

RAMOS, Alcida Rita. *Os direitos do índio no Brasil: na encruzilhada da cidadania*. In: *Série Antropológica*. Brasília: UNB, 1991.

RAMOS, Alcida R. *O papel político das epidemias: O caso Yanomami*. Brasília: UNB, 1993, *Série Antropológica* n° 153, 21 p.

RAMOS, Alcida Rita. *Convivência Interétnica no Brasil. Os Índios e a Nação Brasileira*. Brasília: UNB, 1997. *Série Antropológica* n° 221. 17 p.

RAMOS, Alcida Rita. *Projetos indigenistas no Brasil independente*. Brasília: UNB, 1999, *Série Antropologia* n° 267. 16 p.

RAMOS, Alcida Rita. O Pluralismo Brasileiro na Berlinda. In: *Etnográfica*, Vol. VIII (2), 2004, 18 p.

REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia e a Cobiça Internacional*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana. 1972. 242 p.

RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a Civilização: A integração das populações indígenas no Brasil moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, 560 p.

RIOS, Aurélio Virgílio Veiga. Os direitos constitucionais dos índios nas faixas de fronteira. In NOVAES, Sylvia Caiuby. *Os Direitos Indígenas e a Constituição*. Porto Alegre: Sérgio Fabris Editor e Núcleo de Direitos Indígenas, 1993.

RODRIGUES, Mauro Costa. Não queremos moços conformados. *Veja*, São Paulo, 3-5, 13 de agosto de 1979.

RONDON, Frederico. *Pelos Sertões e Fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Reper Editora, 1965, 296 p.

RONDON, Joaquim Vicente. O índio como sentinela das nossas fronteiras. *A Defesa Nacional*, abril de 1948, pag. 105.

SILVA, Aracy Lopes da & GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília, DF: MEC: MARI: UNESCO, 1995.

SILVA, Cristhian Teófilo da. *Borges, Belino e Bento: A fala ritual entre os tapuios de Goiás*. São Paulo: Annablume. 2002.

SILVA, C. & LORENZONNI. *A moldura positivista do indigenismo: A propósito do anacronismo do Estatuto do Índio para a proteção de povos indígenas no Brasil*. Brasília: UNB, CEPPAC, 2010, 22 p. Não publicado.

SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura Política Nacional: O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. 274 p.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras: Publifolha, 2000.

SPOSITO, Fernanda. *Nem Cidadãos, nem Brasileiros: Indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na provincial de São Paulo (1822 – 1845)*. 2006. 230 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

TINOCO, Carlos. Entrevista: O Ministro leva o incidente Traíra ao Senado. 1991a. *Verde Oliva*, Brasília, 2-5, N° 129, abril/maio/junho de 1991.

TINOCO, Carlos. Entrevista: Ponte da solidariedade. 1991b. *Verde Oliva*, Brasília, 2-4, N° 130, julho/agosto/setembro de 1991.

TAYLOR, Kennethian. Entrevista: A estrada e os índios. *Veja*, São Paulo, 3-5, 16 de julho de 1975.

WAGLEY, Charles. Entrevista: Uma paixão pelo trópico. *Veja*, São Paulo, 3-5, 10 de março de 1976.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. 4ª edição. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2004a. Volume 1. 422p.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. 4ª edição. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2004b. Volume 2. 580p.

VAINFAS, Ronaldo. *Traição – Um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2008. 384 p.

VANZOLINI, Paulo. Entrevista: A ciência como freio. *Veja*, São Paulo, 3-5, 17 de julho de 1974.

VAZ, Thaumaturgo Sotero. Entrevista: À espera da guerra. *Veja*, São Paulo, 3-5, 22 de janeiro de 1992.

VEIGA, João Carlos Nobre da. Entrevista: Isolar o índio é sonho. *Veja*, São Paulo, 3-5, 24 de dezembro de 1980.

VERDE OLIVA, 2003. As questões indígenas, de fronteira e de meio ambiente. Brasília: Verde Oliva N° 179, outubro/novembro/dezembro de 2003.

VIDAL, Germano Seidl. Questão de História. *A Defesa Nacional*. n°547, fevereiro de 1960.

VIEIRA, Gleuber. Entrevista: Exército Brasileiro: Armas da Constituição. 1992. Brasília: Verde Oliva N° 137, outubro/novembro/dezembro de 1992.

VILAS BOAS, Cláudio & VILAS BOAS, Orlando. Entrevista: Há salvação para os índios? *Veja*, São Paulo, 3-5, 20 de janeiro de 1971.

## Documentos Eletrônicos

AZEVEDO, Marta Maria. Diagnóstico da população indígena no Brasil. *Ciência e Cultura* [online]. 2008, v. 60, n. 4, pp. 19-22. ISSN 0009-6725. Disponível em: < <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v60n4/a10v60n4.pdf> > Acesso: 13 de abril de 2010.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1934. Palácio do Planalto, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 de junho de 1934. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm) > Acesso: Acesso: 13 de abril de 2010.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1946. Palácio do Planalto, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 de Setembro de 1946. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm) > Acesso: Acesso: 13 de abril de 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1967. Palácio do Planalto, Poder Executivo, Brasília, DF, 1967a. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm) > Acesso: Acesso: 13 de abril de 2010.

BRASIL. Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967. Autoriza a instituição da "Fundação Nacional do Índio" e dá outras providências. Palácio do Planalto, Poder Executivo, Brasília, 1967b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/1950-1969/L5371.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L5371.htm)> Acesso: 13 de abril de 2010.

BRASIL. Decreto nº 62.196, de 31 de janeiro de 1968. Aprova os Estatutos da FUNAI. Palácio do Planalto, Poder Executivo, Brasília, 1968. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/D62196.htm#estatuto](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D62196.htm#estatuto) > Acesso: Acesso: 13 de abril de 2010.

BRASIL. Decreto nº 64.447, de 2 de maio de 1969a. Altera os Estatutos da FUNAI. Palácio do Planalto, Poder Executivo, Brasília, 1969a. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/D62196.htm#estatuto](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D62196.htm#estatuto) > Acesso: Acesso: 13 de abril de 2010.

BRASIL Decreto no 65.474, de 21 de outubro de 1969b. Modifica os Estatutos da FUNAI e dá outras providências. Palácio do Planalto, Poder Executivo, Brasília, 1969b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto/1950-1969/D65474.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/1950-1969/D65474.htm)> Acesso: Acesso: 13 de abril de 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Emenda Constitucional Nº 1. 1969. Palácio do Planalto, Poder Executivo, Brasília, 1969c. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Constituicao/Emendas/Emc\\_anterior1988/emc01-69.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm)> Acesso: Acesso: 13 de abril de 2010.

BRASIL. Congresso Nacional. Decreto-Lei 1.106 de 16 de junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. Poder Executivo, Brasília, DF, 16 de junho de 1970. Disponível em:

<<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/1965-1988/Del1106.htm>>

Acesso em: 13 de abril de 2010.

BRASIL. Lei Nº 5.917, de 10 de Setembro de 1973. Aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências. 1973. Disponível em:

< <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L5917.htm>> Acesso em: 13 de abril de 2010.

BRASIL. Lei Nº 6.880, de 9 de Dezembro de 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. 2010. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6880.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6880.htm)> Acesso em: 13 de abril de 2010.

BRASIL. Decreto Nº 4.412, de 7 de outubro de 2002. Dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas e dá outras providências. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/D4412.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4412.htm)>

Acesso em: 13 de abril de 2010.

BRASIL. Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005. Aprova a política de defesa nacional, e dá outras providências. Disponível em:

<<https://www.defesa.gov.br/pdn/index.php?page=decreto>> Acesso em: 13 de abril de 2010.

BRASIL. Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências.

<[https://www.defesa.gov.br/eventos temporarios/2008/estrat\\_nac\\_defesa/estrategia\\_defesa\\_nacional\\_portugues.pdf](https://www.defesa.gov.br/eventos temporarios/2008/estrat_nac_defesa/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf)> Acesso em: 13 de abril de 2010.

BRASIL. Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. Preservação e Disseminação de Imagens Originais Geradas pelos Projetos RADAM e RADAMBRASIL. 2010.

Disponível em:

<<http://www.cprm.gov.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=796&sid=9>>

Acesso em: 13 de abril de 2010.

BRASIL. Ministério da Defesa. 2010. Disponível em: < <https://www.defesa.gov.br/>>

Acesso em: 13 de abril de 2010

CAMINHA, Pero Vaz de. A Carta de Pero Vaz de Caminha. Disponível em:

<<http://www.biblio.com.br/defaultz.asp?link=http://www.biblio.com.br/conteudo/perovazcaminha/carta.htm>> Acesso em: 13 de abril de 2010.

CLUBE MILITAR. Estatuto. Rio de Janeiro: 2008. Disponível em:

< <http://www.clubemilitar.com.br/site/1vp/ecm.pdf>> Acesso em: 26 de abril de 2010.

ESP. Exército se opõe a ação em Roraima. O Estado de São Paulo, 06/04/2008, Nacional, p. A18. Disponível em:  
<<http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?page=&cod=454095>>  
Acesso em: 26 de abril de 2010.

EXÉRCITO BRASILEIRO. As origens do Exército Brasileiro. Brasília: 2009a. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/01inst/Historia/index.htm>> Acessado em: 10 de outubro de 2009.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Seja bem-vindo ao Monte Guararapes! Brasília: 2009b. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/01inst/Historia/Guararap/editorial.htm>> Acessado em: 26 de abril de 2010.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Ensaio. Brasília: 2009c. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/01inst/Historia/Guararap/ensaio.htm>> Acessado em: 26 de abril de 2010.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Sedutores e Vulneráveis: 2009d. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/01inst/Historia/Guararap/seduto.htm>> Acessado em: 26 de abril de 2010.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Tempero Caboclo. Brasília: 2009e. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/01inst/Historia/Guararap/tempero.htm>> Acessado em: 26 de abril de 2010.

EXÉRCITO BRASILEIRO. O legado de Guararapes. Brasília: 2009f. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/01inst/Historia/Guararap/legado.htm>> Acessado em: 26 de abril de 2010.

EXÉRCITO BRASILEIRO. A história da Amazônia Portuguesa. Brasília: 2009g. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/03ativid/Amazonia/0031106.htm>> Acessado em: 26 de abril de 2010.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Índios. Brasília: 2009h. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/03ativid/Amazonia/0061106.htm>> Acessado em: 26 de abril de 2010.

EXÉRCITO BRASILEIRO. A obra de Rondon: 2009i. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/03ativid/Amazonia/0051106.htm>> Acessado em: 26 de abril de 2010.

EXÉRCITO BRASILEIRO. As origens do Exército Brasileiro. Brasília: 2009j. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/03ativid/Amazonia/Sobrevivencia/0071306.htm>> Acessado em: 26 de abril de 2010.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Seção de Heráldica. Brasília 2010a. Disponível em: <[http://www.cdcoex.eb.mil.br/site\\_cdcoex/link\\_heraldica/html/atribuicoes.html](http://www.cdcoex.eb.mil.br/site_cdcoex/link_heraldica/html/atribuicoes.html)> Acessado em: 26 de abril de 2010.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Símbolo do CDOCEX. Brasília 2010b. Disponível em:  
<[http://www.cdocex.eb.mil.br/site\\_cdocex/link\\_heraldica/html/simbolo\\_cdocex.html](http://www.cdocex.eb.mil.br/site_cdocex/link_heraldica/html/simbolo_cdocex.html)>  
Acessado em: 26 de abril de 2010.

EXÉRCITO BRASILEIRO. 23ª. Brigada de Infantaria de Selva. Brasília 2010c.  
Disponível em:  
<<http://www.exercito.gov.br/06OMs/Infantar/Brigada/Selva/23bdasl/indice.htm>>  
Acessado em: 26 de abril de 2010.

EXÉRCITO BRASILEIRO. 17ª. Brigada de Infantaria de Selva. Brasília 2010d.  
Disponível em:  
<<http://www.exercito.gov.br/06OMs/Infantar/Cia/cmdo/17bdaisl/indice.htm>>  
Acessado em: 26 de abril de 2010.

EXÉRCITO BRASILEIRO. 16ª. Brigada de Infantaria de Selva. Brasília 2010e.  
Disponível em:  
<<http://www.exercito.gov.br/06OMs/Infantar/Brigada/Selva/16bdasl/indice.htm>>  
Acessado em: 26 de abril de 2010.

EXÉRCITO BRASILEIRO. 1ª. Brigada de Infantaria de Selva. Brasília 2010f.  
Disponível em:  
<<http://www.exercito.gov.br/06OMs/Infantar/Cia/cmdo/1bdaisl/indice.htm>>  
Acessado em: 26 de abril de 2010.

EXÉRCITO BRASILEIRO. 2ª. Brigada de Infantaria de Selva. Brasília 2010g.  
Disponível em:  
<<http://www.exercito.gov.br/06OMs/Infantar/Cia/cmdo/2bdaimtz/indice.htm>>  
Acessado em: 26 de abril de 2010.

EXÉRCITO BRASILEIRO. 7ª. Brigada de Infantaria Motorizada. Brasília 2010h.  
Disponível em: <<http://www.7bdainfmtz.eb.mil.br/>> Acessado em: 26 de abril de 2010.

EXÉRCITO BRASILEIRO. 4ª. Brigada de Cavalaria Mecanizada. Brasília 2010i.  
Disponível em:  
<<http://www.exercito.gov.br/06OMs/Cavalaria/Mecaniza/4bdacmec/indice.htm>>  
Acessado em: 26 de abril de 2010.

GLOBO. General diz que política indigenista do governo é um caos e alerta para risco à soberania, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em:  
<[http://oglobo.globo.com/pais/mat/2008/04/16/general\\_diz\\_que\\_politica\\_indigenista\\_do\\_governo\\_um\\_caos\\_alerta\\_para\\_risco\\_soberania-426883967.asp](http://oglobo.globo.com/pais/mat/2008/04/16/general_diz_que_politica_indigenista_do_governo_um_caos_alerta_para_risco_soberania-426883967.asp)>  
Acesso: 01 de agosto de 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Fonte: Censos Demográficos IBGE. Brasília: 2010, Séries históricas. Disponível em:  
<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1940\\_1996.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1940_1996.shtm)>  
Acesso em: 13 de abril de 2010.

ISA. Exército abre diálogo para melhorar a relação com índios nas fronteiras. 2002. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=521>> Acesso em: 13 de abril de 2010.

ISA. Exército define diretrizes de relacionamento com índios. 2003. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=633>> Acesso em: 13 de abril de 2010.

ISA. A Galeria da Crise Permanente. Instituto Socioambiental, 2010. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/pib/portugues/indenos/presfunai.shtm>> Acesso em: 13 de abril de 2010.

ISTOÉ Dinheiro. A origem da Transamazônica - *Desejo de general a bordo de um avião*. São Paulo. 2000. Disponível em: <[http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/12001\\_OS+ARQUIVOS+DE+DELFIM](http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/12001_OS+ARQUIVOS+DE+DELFIM)> Acesso em: 13 de abril de 2010.

SILVA, Cristhian Teófilo da. *Indigenismo como ideologia e prática de dominação: Apontamentos teóricos para uma etnografia do indigenismo em perspectiva comparada*. 2009. Disponível em: <<http://www.laced.mn.ufrj.br/indigenismo/index.htm>>. Acesso: 03 de janeiro de 2010.

TERRA MAGAZINE. Entrevista do general Leônidas Pires Gonçalves. 2008. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI2896568-EI6578,00.html>> Acesso: 27 de janeiro de 2009.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *Guiana e Suriname: Uma Outra América do Sul*. 2002. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo2.pdf>> Acesso: 03 de janeiro de 2010.



## Depoimentos no Congresso Nacional:

ALBUQUERQUE Francisco Roberto de. *Esclarecimentos sobre a política nacional de defesa da militarização da tríplice fronteira. Internacionalização da Amazônia brasileira e sua estratégia de defesa. Perspectivas e riscos de desnacionalização da área pela atuação de ONGs.* In: Audiência Pública N°: 2098/05, Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Câmara dos Deputados. 2005, Brasília. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, Núcleo de Redação Final em Comissões. Brasília: Congresso Nacional, 14 de dezembro de 2005.

BAPTISTA, Carlos de Almeida. *Seminário Política de Defesa para o Século XXI. Temas: "Ordem Mundial, Relações Externas e Poder Militar" e "Estrutura Militar e Imperativos de Segurança Nacional"* In: Seminário N°: 0752/02, Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Câmara dos Deputados. 2002, Brasília. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, Núcleo de Redação Final em Comissões. Brasília: Congresso Nacional, 20 de agosto de 2002.

CHAGASTELES, Sérgio. *Seminário Política de Defesa para o Século XXI. Temas: "Ordem Mundial, Relações Externas e Poder Militar" e "Estrutura Militar e Imperativos de Segurança Nacional"* In: Seminário N°: 0752/02, Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Câmara dos Deputados. 2002, Brasília. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, Núcleo de Redação Final em Comissões. Brasília: Congresso Nacional, 20 de agosto de 2002.

ESPOZEL, Hécio Blacker. *Debate sobre a repercussão militar e ecológica do Plano Colômbia na Amazônia.* In: Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional. Câmara dos Deputados. 2000, Brasília. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, Núcleo de Redação Final em Comissões. Brasília: Congresso Nacional, 04 de novembro de 2000.

FERNANDES, José da Silva. *Debate sobre as atividades das organizações não-governamentais internacionais e nacionais na Amazônia.* In: Audiência Pública N°: 001045/00, Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional. Câmara dos Deputados 2000. Brasília. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, Núcleo de Redação Final em Comissões. Brasília: Congresso Nacional, 07 de novembro de 2000.

FIGUEIREDO, Cláudio Barbosa de. *Informações sobre os resultados desenvolvidos pelo referido Comando Militar na operação para combater refluxos do narcotráfico e da guerrilha colombiana na fronteira entre o Brasil, Colômbia e o Peru. Investigações de matérias jornalísticas que tratam do envolvimento da guerrilha colombiana na fronteira brasileira com o narcotráfico.* In: Audiência Pública N°: 1619/03, Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Câmara dos Deputados. 2003, Brasília. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, Núcleo de Redação Final em Comissões. Brasília: Congresso Nacional, 02 de outubro de 2003.

LESSA, Luiz Gonzaga Schroeder. *Seminário Política de Defesa para o Século XXI. Temas: "Educação, Formação, Cultura Militar e Sociedade" e "A Segurança das Fronteiras e o Contexto Sul-Americano: Controle Interno e Boa Vizinhaça"*. In: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Câmara dos Deputados. 2002, Brasília. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, Núcleo de Redação Final em Comissões. Brasília: Congresso Nacional, 21 de agosto de 2002.

LOPES, Alcedir Pereira. *Discussão sobre assuntos relacionados à Amazônia — atual estágio do Plano Colômbia; dificuldades do Exército brasileiro na região; papel das ONGs; presença crescente de estrangeiros; relação com as comunidades indígenas e proximidade do Exército a aldeias indígenas*. In: Audiência Pública N°: 000608/01, Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Câmara dos Deputados. 2001, Brasília. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, Núcleo de Redação Final em Comissões. Brasília: Congresso Nacional, 21 de junho de 2001.

MENSÓRIO JÚNIOR, Luiz. *Debate sobre o processo de instrução do Projeto de Lei nº 6.493, de 2002. Considerações sobre estatuto destinado às comunidades indígenas*. In: Seminário N°: 1.516/03, Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Câmara dos Deputados. 2003, Brasília. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, Núcleo de Redação Final em Comissões. Brasília: Congresso Nacional, 23 de setembro de 2003.

ROSA, Maynard Marques Santa. *Debate sobre a atuação de ONGs internacionais na Amazônia*. In: Audiência Pública N°: 0532T/07, Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Câmara dos Deputados. 2007, Brasília. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, Núcleo de Redação Final em Comissões. Brasília: Congresso Nacional, 9 de maio de 2007.

SOUSA, José de Oliveira. *Depoimentos*. In: Diligência em Porto Velho/RO N°: 000972/00, CPI - Ocupação de Terras Públicas na Região Amazônica. Câmara dos Deputados 2000. Brasília. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, Núcleo de Redação Final em Comissões. Brasília: Congresso Nacional, 10 de outubro de 2000.